



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CLARA OLIVEIRA BARRETO CAVALCANTE

“HUMANOS INDIREITOS?”:
MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS A QUEM SE ATRIBUI O
COMETIMENTO DE ATO INFRACIONAL

FORTALEZA

2020

CLARA OLIVEIRA BARRETO CAVALCANTE

“HUMANOS INDIREITOS?”:
MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS A QUEM SE ATRIBUI
O COMETIMENTO DE ATO INFRACIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Psicologia.
Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Orientador: Prof. Dr João Paulo Pereira Barros.

FORTALEZA
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C364" Cavalcante, Clara Oliveira Barreto.
"Humanos Indireitos?" : Modos de subjetivação de adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional / Clara Oliveira Barreto Cavalcante. – 2020.
193 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2020.
Orientação: Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros.
1. adolescentes. 2. jovens. 3. medidas socioeducativas. 4. modos de subjetivação. 5. violências. I. Título.
CDD 150
-

CLARA OLIVEIRA BARRETO CAVALCANTE

“HUMANOS INDIREITOS?”:
MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS A QUEM SE ATRIBUI
O COMETIMENTO DE ATO INFRACIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Psicologia.
Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros

Aprovada em: 20/02/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Luciana Lobo Miranda
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Pedro Paulo Gastardo de Bicalho
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

*Aos adolescentes e jovens que participaram
desta pesquisa.*

*Aos adolescentes e jovens que conheci no São
Miguel.*

AGRADECIMENTOS

Durante o mestrado, tornou-se um costume meu atentar para os agradecimentos e dedicatórias de trabalhos que encontro. É como se, por eles, eu pudesse visualizar os “bastidores” do processo de quem o escreveu, pressupondo seus afetos, momentos de leveza e percalços, talvez por eu, também, reconhecer-me em alguns. Todavia, por receio de não conseguir organizar tanto afeto nestas palavras, farei meus agradecimentos um pouco mais sucintos (ainda que nem tão sucintos...) diante de todo o processo! Em tempos políticos tão sufocantes, é fundamental ver que não estamos sós.

Aos jovens, Participantes-Passageiros. Obrigada por tantos compartilhamentos e aprendizados. Espero que, através desta pesquisa, suas potentes histórias tenham efetivas ressonâncias.

Aos jovens que conheci no São Miguel, que permanecem ressonando em mim, desde a preparação do projeto de mestrado.

Ao meu pai, Severo, e à minha mãe, Káthia, por transpirem cuidado, amor e carinho. Ao meu pai, que acompanhou este processo desde o projeto de mestrado, que esteve lendo este texto comigo em vias de entrega para defesa, que me levou para lancha e ver filme nos momentos de ansiedade, por cuidar e por ser inspiração para mim. À minha mãe, pelos lanchinhos e kombuchas carinhosos, pelo cuidado de mãe, pelo cronograma feito em conjunto pendurado na parede, pelas caronas longas e fora de seu caminho com música no carro e por, também, ser minha inspiração.

À minha irmã, Laís, ao meu irmão, Jan, e ao meu cunhado-irmão, Caio. Pelas (muitas) risadas e levezas cotidianas, por me apoiarem e estarem junto, pelo alinhamento de ideais, pelos “chás da tarde” bagunçados e por, juntamente com nossos(as) gatinhos(as), Anastásia, Panko e Padoca, fazerem meus dias mais alegres e afetuosos.

À Ivanir, pelo carinho em forma de cuidado e alegria.

À Tia Mazinha e à Tia Neném por, mesmo quando distantes geograficamente, torcerem e vibrarem por mim.

Ao meu pai, Joaquim Ernesto, pela torcida e carinho, e às famílias Oliveira, Severo e Cavalcante.

Ao meu orientador, João Paulo, a quem admiro desde que assisti, por acaso, uma aula sua como professor convidado de uma disciplina da graduação. Obrigada pela parceria, por ter me escutado quando precisei, por ter me acolhido no VIESES, pelos aprendizados e por procurar sempre cuidar do grupo.

Ao VIESES-UFC! :). Do VIESES, destaco Carla Jéssica e Filipe, parceiras(os) da equipe Histórias Desmedidas, e Larissa e Ingrid, parceiras de turma do mestrado. Obrigada a todes que o compõe a quem passou por esse grupo e contribuiu com este processo de pesquisa, e a quem continua: Sarah Rabelo, Jéssica Pascoalino, Ivne, Lena, Vanessa, Josi, Érica, Fernando, Jéssica Rodrigues, Gigio, Dalgo, Camila, Laisa, Demar, Paulinha, Gabi, Lívia, Lúcia, Milena, Patrícia, Victória, Isadora, Jean, Glenda, Rodrigo, Francis, Gabriel. Obrigada por terem me feito crescer como pessoa, por produzirem em mim novos olhares, por caminharem junto, pelas vozes, pelas contribuições, pelas conversas no bar, pelas crises de riso, pelas viagens a congresso (alô “é o novo som de Salvador”), pelas reflexões, pelo apoio, pelo acolhimento, pelo senso de coletivo, por fortalecerem, em tempos nebulosos e difíceis, a noção de que “Eles são muitos, mas não podem voar”.

À equipe do Traficando Saberes, Fernanda, Lilica, Luiz Fábio, Olavo, Lucy, Ana Letícia e ao Régis, da Visão Mundial.

À Dani e ao Genivaldo, por terem me acompanhado na seleção do mestrado, lendo, contribuindo com o projeto, dando ideias e compartilhando incríveis experiências.

À Luciana Lobo e ao Pedro Paulo Bicalho, por toparem fazer parte desta banca desde a qualificação, pelas suas contribuições e pelo zelo na leitura.

Ao Cris, por saber o nome de todes do CH 2, pelo bom humor e acolhimento. Ao Will e Seu Will, por também saberem os nomes de cada um (a) de nós, pelo melhor café, pelas simpatias diárias, pela generosidade e pelo apoio no cotidiano.

À Francinete e à Socorro, pela deliciosa tapioca com queijo, que me fazia desejar chegar cedo na UFC. Ao Estevão e à Maria, pelo melhor cuscuz e suco de tamarindo, e por serem sempre tão atenciosas (os).

À Maria Natália, pelas transcrições tão cuidadosas de todas as entrevistas. À Eveline, ao Renê e ao Hélder, pelo agilizo com documentações, pelas tiradas de dúvida, pela atenção e disponibilidade no dia a dia. À Vanessa e ao Gabriel, pelo cuidado na revisão de formatação para submissão na biblioteca da UFC.

Neste processo, pude contar com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Apoio fundamental, cuja a perspectiva de atuação, devido a este desmonte atual, pressiona tornar inviáveis tantas pesquisas, projetos de vida e contribuições para a sociedade. Que resistamos!

A todas as pessoas queridas, amigos e amigas que fizeram parte deste processo! <3

RESUMO

Considerando o contexto de violência letal e recrudescimento de dispositivos punitivos que (in)visibiliza segmentos juvenis negros e moradores da periferia como "humanos indiretos", esta dissertação teve como objetivo geral analisar modos de subjetivação juvenis em contexto de violências, a partir de narrativas de sujeitos a quem se atribui o cometimento de ato infracional acerca de suas trajetórias. Os objetivos específicos foram: 1) discutir narrativas de adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional sobre suas experiências juvenis em territorialidades periferizadas e seus atravessamentos com a arte; 2) mapear efeitos das dinâmicas da violência no cotidiano desses adolescentes e jovens; 3) problematizar relações das políticas públicas com esses adolescentes e jovens, a partir de suas trajetórias institucionais. Metodologicamente, tratou-se de uma cartografia como método de pesquisa-inter(in)venção, articulada ao projeto de extensão Histórias Desmedidas, realizado pelo VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação. Os participantes foram sujeitos em cumprimento de medida de meio aberto no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) da Regional V, além de egressos do sistema socioeducativo que participaram de ações daquele projeto de extensão no referido CREAS. As estratégias metodológicas envolveram realização de oficinas temáticas, entrevistas narrativas e acompanhamento de percursos com os participantes em seus territórios e na cidade. As narrativas dos participantes sobre suas experiências juvenis ressaltam cenas de violações de direitos, racismo, violência e sujeição criminal. Suas narrativas põem em relevo vivências em um fogo cruzado, decorrente das expectativas negativas da sociedade sobre seus futuros, dos conflitos territoriais ligados às disputas de facções e das políticas de segurança pública calcadas numa lógica de guerra e fabricação de inimigos. Corrobora-se, com efeito, a produção de modos de (des)subjetivação a partir dos quais a morte está corriqueiramente à espreita. As investidas de mortificação de tais juventudes se dão não apenas pela sua exposição à aniquilação física, mas por meio de uma matriz colonial de poder que simbolicamente engendra experiências de silenciamento, apagamento, homogeneização, segregação, abandono institucional, cidadania escassa e ausência de perspectiva de futuro próspero e longo. Violências institucionais, expressas principalmente em relação ao sistema socioeducativo e à polícia, destacam-se em suas narrativas. Afetos como ódio, medo e ressentimento em relação a instituições diversas são realçados. Insurgências também se sobressaem nas narrativas desses jovens, que demonstram inconformidade com a problemática de precarização da vida, da violação de direitos e da exposição cotidiana à morte violenta, além de expressarem produção

de vida e re-existências, a partir, por exemplo, da experimentação de deslocamentos por uma cidade historicamente segregada e pelos próprios territórios faccionalizados, e por meio da incorporação da arte, da poesia e da literatura como dispositivos de reinvenção de territórios existenciais. Desse modo, esperamos que esta pesquisa possa contribuir com discussões sobre modos de subjetivação e estratégias de (re)existências em tempos necropolíticos.

Palavras-chave: adolescentes. jovens. medidas socioeducativas. modos de subjetivação. violências.

ABSTRACT

Considering the context of lethal violence and the upsurge of punitive devices that make black youth segments impoverished and made impoverished as "unworthy humans" invisible, this dissertation had the general objective of analyzing ways of subjectivating young people in the context of violence, from the narratives of subjects to whom it is attributed the practice of infractional act concerning their trajectories. The specific objectives were: 1) to discuss narratives of adolescents and young people who are responsible for committing an infraction on their youth experiences in peripheral territories and their crossings with art; 2) map the effects of the dynamics of violence on the daily lives of these adolescents and young people; 3) problematize public policy relations with these adolescents and young people, based on their institutional trajectories. Methodologically, it was a cartography as a research-inter (in) intervention method, linked to the extension project *Histórias Desmedidas*, carried out by VIESES: Research and Interventions Group on Violence, Social Exclusion and Subjectivity. Participants were subject to an open medium measure at the Specialized Social Assistance Reference Center (CREAS) of Regional V, in addition to graduates from the socio-educational system who participated in the actions of that extension project in said CREAS. The methodological strategies involved conducting thematic workshops, narrative interviews and monitoring of routes with participants in their territories and in the city. Participants' narratives about their youth experiences highlight scenes of rights violations, racism, violence and criminal subjection. Such narratives highlight experiences in a crossfire, due to the negative expectations of society about their futures, territorial conflicts linked to faction disputes and public security policies based on a logic of war and the manufacture of enemies. In fact, it corroborates the production of modes of (de) subjectivation from which death is currently lurking. The onslaught of mortification of such youths occurs not only due to their exposure to physical annihilation, but through a colonial matrix of power that symbolically engenders experiences of silence, erasure, homogenization, segregation, institutional abandonment, scarce citizenship and the absence of a perspective of prosperous and long-lived future. Institutional violence, expressed mainly in relation to the socio-educational system and the police, stands out in their narratives. Affections such as hatred, fear and resentment towards different institutions are highlighted. Insurgencies and re-existences are also noticeable in the narratives of these young people about themselves, either when they demonstrate non-conformity with the problem of precariousness in life, the violation of rights and daily exposure to violent death, or through the creation of strategies to singularize their lives, from, for example, the experimentation of displacements through a historically segregated city and the factionalized

peripheral territories themselves, in addition to the incorporation of art, poetry and literature as devices for reinventing existential territories. Thus, such research can contribute to discussions about modes of subjectivation and resistance strategies in necropolitical times.

Keywords: teenagers. young. socio-educational measure. subjectivation modes. violence

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Uma das diversas ilustrações que poderia se assemelhar a um rizoma.....	32
Figura 2: Secretarias Executivas Regionais de Fortaleza.....	37
Figura 3: Frente do Centro Social Urbano (CSU) do Conjunto Ceará.....	38
Figura 4: Adolescentes/jovens deitados sob instalação “Lágrimas de São Pedro” na exposição da Caixa Cultural.....	48
Figura 5: Uma das tarjetas do ECA, na roda com os adolescentes/jovens e as imagens expostas ao chão.....	52
Figura 6: Feitura do cartaz “Histórias Desmedidas + Traficando Saberes”.....	52
Figura 7: Processo de produção do fanzine.....	54
Figura 8: Produção de fanzine.....	54
Figura 9: Círculo de cultura com as tarjetas de palavras no chão.....	57
Figura 10: registro da 2ª Oficina de vídeo.....	58
Figura 11: Grupo durante a atividade proposta na 3ª Oficina de vídeo.....	59
Figura 12: Forro do teto do pátio do CREAS SER V, prestes a cair como o que caíra na entrada.....	59
Figura 13: Muro grafitado durante a última oficina de graffiti.....	62
Figura 14: Imagem escolhida “93% dos jovens assassinados no ES são negros”.....	72
Figura 15: Imagem escolhida - Surf.....	73
Figura 16: Imagem escolhida - Skate.....	73
Figura 17: Imagem escolhida - Família.....	74
Figura 18: Imagem escolhida - Abordagem Policial.....	74
Figura 19: Legenda sugerida: “ Tá faltando brincadeira ”.....	79
Figura 20: Legenda sugerida: “ Tá faltando respeito ”.....	80
Figura 21: Legenda sugerida: “ Tá faltando voz ”.....	80
Figura 22: Cartaz Completo realizado na oficina “Juventudes e Cidadania”.....	92
Figura 23: Atributos do “Pirangueiro”.....	105
Figura 24: “Redução de mortes violentas”.....	146
Figura 25: Fanzine - Capa do fanzine.....	146

Figura 26: Fanzine.....	146
Figura 27: Fanzine:.....	147
Figura 28: Fanzine.....	147
Figura 29: Fanzine.....	148
Figura 30: Fanzine.....	148
Figura 31: VI Marcha da Periferia.....	151
Figura 32: Brincadeiras com as sombras no projetor.....	158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCPHA: Comitê Cearense pela Prevenção Homicídios na Adolescência (CCPHA)
CEDECA: Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CRAS: Centro de Referência de Assistência Social
CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CSU: Centro Social Urbano
CUCA: Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte
CV: Comando Vermelho
DCA: Delegacia da Criança e do Adolescente
ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente
ES: Espírito Santo
FDN: Família do Norte
FÓRUM DCA CEARÁ: Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
FTA: Força Tática de Apoio
FUNABEM: Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
FEBEM: Fundação Estadual de Bem Estar do Menor
GDE: Guardiões do Estado
IF: Inicial Familiar
IML - Instituto Médico Legal
L.A: Liberdade Assistida
LEV: Laboratório de Estudos da Violência
PCC: Primeiro Comando da Capital
PIA: Plano Individual de Atendimento
PSC: Prestação de Serviços à Comunidade
SER: Secretaria Executiva Regional
SAM: Serviço de Assistência ao Menor
SINASE: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
STDS: Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social
UECE: Universidade Estadual do Ceará
UFC: Universidade Federal do Ceará
VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação

SUMÁRIO

1 LINHA 001: TRAÇANDO ITINERÁRIOS DE UM PROBLEMA DE PESQUISA	17
2 LINHA 002: CARTOGRAFIA COMO PESQUISA INTER(IN)VENÇÃO COM OS JOVENS PARTICIPANTES-PASSAGEIROS	31
2.1 Tipo de Pesquisa	31
2.2 Local da Pesquisa	36
2.3 Participantes-Passageiros da pesquisa	40
2.4 Estratégias e Ferramentas Metodológicas	47
2.4.1 Acompanhamento de Atividades e Conversas no Cotidiano	47
2.4.2 Traficando Histórias “Oficinas como dispositivo de inter(in)venção”	49
2.4.2.1 Oficinas Temáticas.....	50
2.4.2.2 Oficinas de Vídeo.....	57
2.4.2.3 VI Marcha da Periferia: <i>“E se fosse seu filho? E se fosse sua filha? Todas as vidas importam!”</i>	60
2.4.2.4 Oficinas de Graffiti.....	61
2.4.2.5 Encontro de Encerramento das oficinas e entrega de certificados aos participantes.....	62
2.4.3 Entrevistas Narrativas	63
2.4.3.1 Entrevista com Igor.....	64
2.4.3.2 Entrevista com Iel.....	65
2.4.3.3. Entrevista com Suarez.....	65
2.4.3.4 Entrevista com Emanuel.....	66
2.4.3.5 Entrevista com Pedro Bala.....	66
2.5 Análise do corpus da pesquisa	67
2.6 Compromisso Ético da pesquisa	68
3 LINHA 003: DE QUAIS ADOLESCÊNCIAS E JUVENTUDES ESTAMOS FALANDO?: ADOLESCÊNCIAS, JUVENTUDES E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO	70
3.1 “Tá faltando voz”: A Produção de Territórios Existenciais em Territorialidades	

Desiguais.....	70
3.2 “Presidiário na boca das populações”: Sujeição Criminal de adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional.....	84
4 LINHA 004: DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA EM FORTALEZA E SUAS MARCAS NO COTIDIANO DE ADOLESCENTES E JOVENS	
“INDIREITOS”.....	97
4.1 “No mundo de hoje não se sabe o que pode acontecer”: Juventudes (sobre)viventes, cenário dos homicídios juvenis e suas relações com conflitos territoriais.....	98
4.2 “Era tanto sangue, mas tanto sangue, até a lua ficou vermelha”: Capitalismo Gore e Hipermasculinidades.....	110
4.3 “A gente sai e não sabe se volta”: Conflitos territoriais nos cotidianos de juventudes periféricas e a produção de sujeitos “matáveis” operada pela mídia.....	116
5 LINHA 005: A PRODUÇÃO DE HUMANOS INDIREITOS NAS TRAMAS DOS DISPOSITIVOS INSTITUCIONAIS.....	123
5.1 “Teu corpo tá trancado, tua mente tá trancada”: Aprisionamentos operados pelas Políticas Públicas.....	123
5.2 “Um silêncio autoritário”: Narrativas sobre Violência Socioinstitucional no Sistema Socioeducativo.....	133
5.3 “Aí ele colocou o fuzil na minha cara”: Narrativas sobre Violência Policial.....	138
6 LINHA 006: ENTRE CAPTURAS E POSSIBILIDADES DE RE-EXISTÊNCIAS: MODOS DE HABITAR A CIDADE E ARTE COMO DISPOSITIVO DE REINVENÇÃO.....	150
6.1 “Marcas” na cidade: “Corpos - Território” e Modos de Habitar a Cidade.....	150
6.2 Arte “para a gente existir” e “Bug na Matrix”: Arte como dispositivo de Re-existências e Singularizações juvenis.....	161
7 LINHA 007: FIM DE LINHA OU NOVOS ITINERÁRIOS?.....	177
REFERÊNCIAS.....	181

1. LINHA 001: TRAÇANDO ITINERÁRIOS DE UM PROBLEMA DE PESQUISA

Ao passarmos por algumas praças, eles comentavam que eram “paia” ou “morgada” por estarem sem atividades e sem movimentação. Disseram que eram diferentes da praça Santa Cecília. Interessante pensar que o trajeto e seu movimento evocavam reações e narrativas por meio de cenas e espaços em seu decorrer, que ocorriam em continuum, passando debaixo de viaduto, virando esquinas e ruas (DIÁRIO DE CAMPO, 07.12.2018).

Esta pesquisa teve como propósito analisar modos de subjetivação de adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional, destacando como narram seus cotidianos e suas trajetórias, suas relações com as políticas públicas, os efeitos perversos dos conflitos territoriais, do racismo, dos processos de segregação e de sujeição criminal nas formas de sujeição desses sujeitos, mas também as linhas de fuga, os deslocamentos micropolíticos e as re-existências que experimentam. Esses jovens se encontram inseridos em territorialidades de Fortaleza estigmatizadas pela violência e marcadas por elevadas taxas de homicídios, mas, também, marcadas por movimentos de luta, resistência e criação de outras possibilidades de vida não subsumidas aos estigmas que recaem sobre as periferias urbanas e seus moradores.

Ao evocarmos a questão da produção de subjetividades juvenis, esta dissertação busca se afastar de perspectivas segundo as quais a subjetividade é tomada como interioridade e individualidade, ao passo que procura se aproximar de enfoques que se interrogam a respeito das formas de ser sujeito em suas conexões com a política. Interessando-nos pelas narrativas dos jovens participantes da pesquisa sobre suas trajetórias e seus cotidianos, como pistas sobre modos de subjetivação em contextos marcados pela violência e formas de resistência a tal problemática, refletimos acerca de que, como explicitou Peter Pal Pelbart (2019) (ao tomar como exemplo as lutas e o assassinato de Marielle Franco) juventudes moradoras da periferia têm se mostrado atravessadas por uma dupla dessubjetivação: uma ligada às formas capitalísticas de sujeição e correlata à lógica da guerra e à destruição sistemática, e outra referente aos agenciamentos coletivos que tecem, os quais se constituem como criadores de “máquinas de guerra”¹ capazes de produzir linhas de fuga a modelos dominantes.

A epígrafe acima descreve a cena de um percurso de kombi² que realizamos com adolescentes e jovens participantes do grupo acompanhado no processo desta pesquisa, o qual será melhor detalhado a seguir. O grupo era realizado no Centro de Referência em Assistência Social (CREAS)³, por meio de oficinas temáticas relacionadas ao campo dos direitos humanos,

¹ conceito esquizoanalítico que remete às potências mutantes, inventivas, intensivas e desterritorializantes.

² Relativo à van. Veículo que comporta várias pessoas, similar a um mini ônibus.

³ O Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) é uma unidade pública estatal, que pode abranger o município ou região. Volta-se para o trabalho social a família e indivíduos em situação de risco ou que tiveram seus direitos violados, o que demanda intervenções do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em

e, após seu término, promovemos um encontro de encerramento na Universidade Federal do Ceará (UFC). Levamos os participantes de kombi do CREAS até o evento e depois fizemos o trajeto da volta.

Tendo em vista que este texto foi produzido a partir de narrativas desses adolescentes e jovens, inspirado em cenas do cotidiano que acompanhamos junto a eles, costurando trajetórias-cotidianos-percursos-trajetos, sugiro que ele seja lido como um percurso. De modo semelhante, Caiafa (2002) metaforizou transportes coletivos para narrar estudos de viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro. Inspiro-me também em Daniele Alves (2017), que criou a metáfora “subjetividades à deriva” sob navegação dos mares de um dos Centros de Apoio Psicossociais (CAPS) de Fortaleza, e em Altamar Monteiro (2017), um dos fundadores do grupo cearense “Nóis de Teatro”, que, em sua pesquisa de dissertação sobre as trajetórias desse grupo, convida-nos a caminhar pelas ruas da periferia de Fortaleza.

Desse modo, inspirando-me nos percursos que nós, pesquisadoras(es), realizávamos para adentrar os territórios, e, sobretudo, em itinerários conjuntos com os jovens, nos quais caminhamos até o terminal, percorremos a cidade de uber e de kombi, passando por espaços da cidade nos quais eles iam se reconhecendo e rememorando fragmentos de seus cotidianos, *proponho uma cena-guia* para a leitura desta dissertação: estamos em um transporte coletivo, um ônibus, que não possui ponto de partida e nem ponto de chegada definidos. Pesquisadoras(es), adolescentes/jovens e demais pessoas que se presentificaram neste processo são os(as) passageiros(as), e eu convido os(as) leitores(as) a nos acompanharem, a fim de compôrmos um plano comum nesses trajetos (KASTRUP & PASSOS, 2014).

Este capítulo, intitulado de Linha 001, traça itinerários que compuseram esta pesquisa, abarcando minha experiência pessoal e acadêmica, a formação da problemática e os referenciais teóricos que a constituem, elementos que se articulam e se conectam entre si. A cena, em formato de epígrafe, que o evoca demonstra as sensações e percepções que podem acompanhar um percurso.

Corroborando com a perspectiva de Alvarez e Passos (2010), produzirei a escrita desta dissertação, por vezes, em primeira pessoa do singular, referente à mim, por vezes em primeira pessoa do plural, ao ser incluído meu orientador, professor João Paulo. Isto porque

2005, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) regulou a organização em âmbito nacional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que reconheceu a política de Assistência social como política pública, dever do Estado e direito de cidadãs e cidadãos. O SUAS consiste em um sistema descentralizado, participativo, regulador e organizador de oferta de projetos, programas, serviços e benefícios socioassistenciais no território nacional, considerando as especificidades e diversidades das regiões (BRASÍLIA, 2011).

“Ora escrevemos no uníssono de nossa mesma abordagem do problema, ora guardamos a singularidade da experiência” (ALVAREZ; PASSOS, 2010, p.132), tendo em vista manter no texto tanto a especificidade de minha experiência na pesquisa quanto a nossa aposta comum durante esse processo.

Início este caminho contextualizando a problemática que me trouxe até aqui. É perceptível que, no debate sobre violência, têm se sobressaído a visibilização de ações violentas atribuídas a adolescentes e jovens e, raras vezes, a violência que os vitimiza. Assumindo tom naturalizado e individualizante, esse enfoque exclui aspectos históricos, econômicos, culturais, políticos e sociais que compõem o complexo plano coletivo das forças que agenciam práticas violentas (BARROS; ACIOLY; RIBEIRO, 2016, PAIVA; OLIVEIRA; COLAÇO, 2019, BARROS ET AL., 2019). Segundo Barros et al (2017), o recrudescimento de homicídios de jovens, que, em sua maioria, são negros, pobres e habitantes das margens urbanas, consiste em uma problemática colonial, que vem se atualizando e se recriando. Parcela significativa da sociedade associa certas juventudes à criminalidade e ao risco (LE MOS; SCHEINVAR & NASCIMENTO, 2012), naturalizando seu extermínio e até clamando por isso.

Sendo assim, a expressão “Humanos Indireitos”, que compõe o título do trabalho, busca tensionar modos de (des)subjetivação segundo os quais se produz esses sujeitos como indignos de serem contemplados pelo campo dos Direitos Humanos, visto que este campo tem sido disputado por forças reacionárias para as quais só “humanos direitos”, isto é, aqueles que contam como seres humanos, segundo a ordem colonial-capitalista dominante, devem ter seus direitos garantidos (CRUZ et al 2017). Se contrapontos democráticos são feitos a tal perspectiva que restringe Direitos Humanos a certos humanos (que seriam os ditos "cidadãos de bem") desqualifica-se prontamente quem os proferiu - afinal, “defensor de bandido não merece crédito, pois contribui com a violência, sempre atribuída ao outro” (CRUZ et al, 2017, p. 245). Se levarmos a cabo a perspectiva levantada por Diógenes (2012) de que as juventudes são uma vitrine das tensões sociais, as trajetórias e cenas do cotidiano de jovens tidos como "em conflito com a lei" podem ser tomadas, também, como vitrines da produção de "humanos indireitos" no contexto atual e das práticas de resistência a esse processo.

Destrinchando ainda mais a expressão “Humanos Indireitos”, outro ponto de tensionamento, intuito da utilização deste termo, diz respeito ao questionamento: É possível fazermos essa provocação com o termo “Indireitos” acompanhado de “Humanos” frente à tamanha desumanização desses sujeitos? As aspas e pontos de interrogação que compõem o título deste trabalho pretendem desestabilizar, além da noção de “Direitos”, a noção produzida de “Humanos”. Em tempos fascistas, para além de tomados como “Humanos Indireitos”, estes

sujeitos têm sido, antes disto, considerados Humanos?

Adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional, segundo Sales (2005), constituem-se como metáfora da violência. Isto é, o aumento das demandas punitivas, a produção do medo e o clamor por segurança frente a essa figura do adolescente e jovem dito “infrator” fazem com que tais segmentos sejam vistos como algozes da violência. Pesquisa realizada pelo Datafolha em dezembro de 2018 aponta que 84% dos brasileiros são a favor da redução da maioria penal (G1, 2019). Que plano coletivo de forças engendra tal engajamento subjetivo?

Para Budó e Cappi (2018), diversos discursos utilizam-se do medo como operador político e psicossocial⁴ para afirmar o sentimento de insegurança de uma população considerada assustada e indefesa, exigindo um Estado capaz de responder a essa demanda. O Estado securitário é fortalecido e voltado para o “combate” à insegurança, principalmente relacionada à integridade física e propriedade privada, fortificando discursos negativos sobre as periferias e seus habitantes e se sobrepondo ao Estado protetivo (PASSOS ; CARVALHO, 2015, BARROS; BENÍCIO; BICALHO, 2019).

A produção desses “humanos indireitos” tem ganhado novo fôlego em um contexto neoliberal, no qual predomina o clamor por recrudescimento punitivo penal frente à insegurança social, mesclando-se ao autoritarismo, ao conservadorismo e à lógica do rendimento/empreendedorismo de si atrelada ao discurso da meritocracia (ROLNIK, 2018; WACQUANT, 2012). Para Wacquant (2012), o recrudescimento do sistema penal, o gerenciamento do trabalho social e a alegoria da “responsabilidade individual” são constituintes do neoliberalismo. Nesse jogo de forças, ao mesmo tempo neoliberais e conservadoras, que assistimos no Brasil, marcada pela assunção de discursos de ódio (BICALHO, 2005), há um trabalho conjunto para a invisibilização de certas populações consideradas “problema”, “obrigando-as a sair da listas de ajuda pública, por um lado, e mantendo-as atrás das grades, por outro (...)” (WACQUANT, 2012, p. 14). Constata Wacquant (2012) que a maximização do Estado Penal é acompanhada de uma minimização do Estado Social.

⁴ Acerca de aspectos ou efeitos psicossociais que buscaremos enfatizar neste trabalho, partimos da compreensão de Guerra (2019, p.138) ao discutir princípios teóricos-políticos para intervenções com juventudes, os quais dizem respeito aos efeitos psicossociais da violência: “Sobre os efeitos psicossociais, desenvolvemos uma composição que carece ser entendida em sua lógica interior. Tomamos a subjetividade como estando em continuidade com a política, ainda que pelo seu avesso. Basta imaginarmos uma fita com dois lados: no superior, a subjetividade, no inferior, a cidadania. Não faz diferença qual dimensão se aloca em que banca da fita, pois, ao produzirmos nessa fita uma torção e colarmos suas pontas, o avesso se torna o direito e o direito se torna o avesso, conforme deslizemos seus dedos sobre ela. Dessa maneira, podemos entender o “psicossocial” como essa relação lógica de continuidade, na qual aquilo que afeta uma dimensão produz efeitos na outra, mesmo que de maneira não homóloga nem equivalente”.

Portanto, trata-se de "proteger a sociedade", que vive em situação de medo, através do direito penal. Meios de comunicação e outras forças populares endossam a redução da maioria penal como solução para a violência, visto que a população de adolescentes em conflito com a lei seria a que não é "punida", a que é "protegida pelo ECA". No entanto, reportagens e discursos que defendem a redução da maioria penal invisibilizam as violências e violações de direitos pelas quais esse segmento juvenil passa, corroborando a produção de adolescentes autores de ato infracional como humanos indireitos (SCISLESKI; CAETANO & GALEANO, 2015).

Assim, discutimos aqui, em articulação com elementos de campo, como a concepção de tais sujeitos como "humanos indireitos" está atrelada à fabricação de um personagem "anormal" e "infame", advindo de produções de subjetividades agenciadas por discursos jurídicos, médicos, midiáticos, além de formações discursivas ligadas ao campo psi, sendo os próprios modos de existência desses adolescentes e jovens o objeto das práticas punitivas que lhes são direcionadas (FOUCAULT, 2002a). Esse punitivismo tem se destinado a eles, que personificam a figura do "delinquente" discutida por Foucault em *Vigiar e Punir* (1975), *A Verdade e as Formas Jurídicas* (2002b), *A Sociedade Punitiva* (2015) e *Os Anormais* (2002a) ou, em nosso contexto, do "adolescente/jovem infrator" (SILVA, 2009). O dispositivo da delinquência se refere à existência do "criminoso antes do crime e, num raciocínio-limite, fora dele" (FOUCAULT, 1975, p. 211), de modo que é pressuposto que esses "humanos indireitos", a qualquer momento, podem vir a cometer crimes, como se guardassem um potencial criminoso dentro de si. Assim, diversos "especialismos" (saberes das áreas da medicina, psicologia, assistência social, sociologia e antropologia) produzem "perfis de criminosos", buscando encontrar desvios nas histórias de vida desses indivíduos e causas psicologizantes ou socialmente determinantes para a violência (PINHEIRO, 2018).

Tomados em sua perspectiva histórica, o "humano" e "os direitos" são construções das práticas sociais, as quais produzem subjetividades e saberes. Há de se salientar que, nesse processo, produz-se um determinado "rosto" para os direitos humanos. O artigo primeiro da Declaração de 1948 afirma "todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos", mas segmentos percebidos como "marginais" e "desviantes" sempre estiveram fora desses direitos. Efetivamente, os direitos e a dimensão humana permanecem sendo negados a estes, pois foram produzidos para serem vistos como "subalternos" e "desumanos", de modo que tais direitos construíram subjetividades que determinam para quais humanos devem se dirigir (COIMBRA; LOBO & NASCIMENTO, 2008).

Indago: que modos de vida são produzidos por esses adolescentes e jovens tidos

como “humanos indireitos”? Como, por vezes, incorporam e subvertem essa condição? O que tais sujeitos têm a dizer sobre suas trajetórias e seus cotidianos? Podemos complexificar nosso olhar sobre o fenômeno da violência e violação de direitos a partir de suas perspectivas?

Absorta nestes questionamentos, buscarei me ater aos modos de subjetivação de adolescentes e jovens ditos em conflito com a lei. Segundo Castro (2009), o sujeito é efeito de constituições, não se reduzindo a uma instância fundadora. Remetendo-se aos estudos foucaultianos, “ Os modos de subjetivação são, precisamente, as práticas de constituição do sujeito.” (CASTRO, 2009, p. 408). Em consonância com Guatarri; Rolnik (2013), pensamos modos de subjetivação como campo de produção, afastando-nos da noção de subjetividade como “natureza” e “essência”, e a compreendendo como produzida por agenciamentos coletivos. Estes, por sua vez, constituem-se como a criação de novas conexões, articulando diversos elementos que são tecidos em rede e engendrando processos, visto que a subjetividade não consiste em um “depósito” onde “aspectos exteriores” são armazenados e, logo após, interiorizados. Esses “aspectos” ou, como chamam os(as) autores(as) “componentes da subjetividade” (GUATTARI ; ROLNIK, 2013, p.43), correspondem, por exemplo, a formas dos sujeitos de usar a linguagem, de circular na cidade, a como são produzidos em relação à lei, às instâncias de gênero, a como se relacionam com grupos sociais, etc. No entanto, acerca disto, Soares (2016, p.119) nos sinaliza:

Não podemos incorrer numa leitura ingênua sobre a noção de subjetividade do autor, considerando-a, por exemplo, como algo que comporte de tudo um pouco, numa espécie de bricolagem de elementos gerais. Na verdade, Guattari chama a atenção para o fato de que a produção de subjetividades é indissociável de uma multiplicidade de vetores que se atravessam constante e incessantemente. Torna-se claro que ela se manifesta na própria constituição desses vetores, ao invés de simplesmente advir deles, não sendo, portanto, produto de uma instância individual. Não é a subjetividade que emerge de uma singularidade do sujeito e sim este, a própria vida e o mundo que se encontram nela mergulhados.

Guatarri e Rolnik (2013) frisam que a subjetividade é composta de entrecruzamentos coletivos de várias espécies, tais como econômicos, sociais, tecnológicos, de mídia, etc., referindo-se à essa produção de subjetividade, que é centralizada em torno de uma imagem de referência e propagada como produto de consumo, como *subjetividade capitalística*. A subjetividade capitalística se associa à produção de três funções de sujeição: a culpabilização, o silenciamento e a segregação. A *culpabilização* individualiza, aprisiona o sujeito à uma lógica de dominação, sendo concernente à proposição de imagens de referência que fazem com que ele questione seu valor perante à sociedade. Ao não corresponder à escala de valores da sociedade, é como se não o sujeito tivesse direito à existência. O *silenciamento* está associado

à infantilização. Tudo o que se faz, o que pode vir a fazer, a pensar ou o que se pensa deve ser mediado pelo Estado, que pode se expandir para equipamentos coletivos, culturais e mídia. Por fim, a *segregação* seria a função que se refere à noção de que sistemas de hierarquia, sistemas de escala de valor e de disciplinarização precisam existir para que a ordem social seja mantida, de modo que é produzido um campo de valorização social onde esses jovens “indireitos” precisam se situar. Essas formas de assujeitamento, por vezes, compõem os modos de subjetivação dos participantes da pesquisa.

Assim, modos de subjetivação são processos políticos e coletivos, que se compõem de vetores diversos (SOARES, 2016). Na trajetória da pesquisa, quatro vetores de subjetivação emergiram a partir das narrativas dos jovens, referentes a experiências e modos de subjetivação juvenis relacionadas à 1. *violência urbana*, às 2. *políticas públicas*, à 3. *cidade e* e à 4. *arte*.⁵

Esta pesquisa dialoga com a linha “Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais” por envolver estudos acerca de situações de vulnerabilidade social e processos psicossociais que lhes concernem, envolvendo grupos em condição de desigualdade social, com ênfase em modos de subjetivação e possibilidades de transformação social. Consideramos que poderá contribuir para o campo da psicologia social e políticas públicas, por tematizar relações entre violência, modos de subjetivação, exclusão social e modos de resistência envolvendo jovens e a problemática dos contextos periféricos, fornecendo elementos para uma práxis desnaturalizadora de violações de direitos e assujeitamentos juvenis.

Atentarei para a cartografia dos territórios existenciais desses adolescentes e jovens, tomando como referência suas narrativas sobre suas trajetórias de vida, destacando, especificamente, suas experiências juvenis na cidade e nos territórios em que vivem, as marcas da violência em suas cotidianos, suas trajetórias institucionais no campo das políticas públicas e suas relações com a arte. Assim sendo, podemos condensar nossas inquietações principais na forma da seguinte questão-problema: *Como trajetórias de adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional nas periferias de Fortaleza fornecem pistas sobre modos de subjetivação juvenis em contextos de violência?*

Diante do exposto, o objetivo geral desta pesquisa é *analisar modos de subjetivação juvenis em contexto de violências, a partir de narrativas de sujeitos a quem se atribui o cometimento de ato infracional sobre suas trajetórias*. Já seus objetivos específicos são: 1) *discutir narrativas de adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional sobre suas experiências juvenis em territorialidades periferizadas e seus atravessamentos com*

⁵ Este processo de análise será melhor explicitado adiante, na “Análise do corpus da pesquisa”.

a arte; 2) mapear efeitos das dinâmicas da violência no cotidiano desses adolescentes e jovens; 3) problematizar relações das políticas públicas com adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional, a partir de suas trajetórias institucionais.

Para tanto, adentro-me na análise de implicação, cuja aproximação com o campo, segundo Paulon (2005, p. 23), engloba a permanente análise do impacto que as cenas vividas/observadas têm sobre a história do pesquisador e sobre o sistema de poder que legitima o instituído incluindo aí o próprio lugar de saber e estatuto de poder do “perito-pesquisador (...).

Assim, além da pertinência social da problemática desta pesquisa, trago aqui experiências da minha trajetória acadêmica que me mobilizaram a este estudo, atravessando-o e o desenhando. O desejo de constituir este projeto de pesquisa surgiu em 2016, durante o meu estágio extracurricular em psicologia no Laboratório de Inclusão da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS). Na condição de estagiária, fui alocada no Centro Educacional São Miguel, umas das unidades de medida socioeducativa de privação de liberdade provisória em Fortaleza, na qual permaneci estagiando durante cinco meses.

As medidas socioeducativas são estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁶, que modifica a noção de “punição” para “responsabilização”, em relação ao ato infracional (BRASIL, 2017). O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) representa o conjunto de princípios, critérios e regras que envolvem a aplicação e execução das medidas socioeducativas, englobando os sistemas estaduais, distrital e municipais, assim como planos, políticas e programas voltados a adolescentes a quem se atribui o cometimento de ato infracional e suas famílias⁷ (DIGIÁCOMO, 2016; SINASE 2012).

⁶ O que atualmente conhecemos por Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) teve aprovação em 1990, aplicando-se a todas as crianças e todos os adolescentes do território nacional, sem distinção, por meio da lei Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (PINHEIRO, 2006). O ECA é um conjunto de leis nas quais se compreende que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, possuindo direito especial à proteção integral, aos direitos fundamentais e sociais e à condição de cidadania (CEDECA, 2017). Os cinco direitos fundamentais que constam no ECA são: I. Do Direito à Vida e à Saúde; II. Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade; III. Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária; IV. Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer e V. Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho (BRASIL, 2017). O ECA se divide em dois livros: O **Livro 1**, que explicita esses direitos fundamentais, e o **Livro 2**, que discorre a respeito das entidades de atendimento, medidas socioeducativas e Conselho tutelar. Acerca do ECA, Paiva; Oliveira; Colaço (2019) problematizam que os direitos fundamentais e universais, no entanto, não se encontram garantidos para certos segmentos de crianças e adolescentes. Há crianças e adolescentes que, a depender de condições de raça e classe, tem seus direitos assegurados sem necessitar reivindicá-los ao Estado, visto que é nesta parcela da população para quem ele investe. Crianças negras e moradoras da periferia, contudo, são invisibilizadas em relação à garantia de direitos e visibilizadas ao lhe serem atribuídos atos infracionais.”Ou seja, o que prevalece em relação à efetivação do ECA nos conduz à conclusão de que, na sua aplicação, os seus dois livros têm destinatários diferentes e bem delimitados na prática social, comprometendo a sua doutrina de universalização e de proteção integral para todas as crianças e adolescentes” (PAIVA; OLIVEIRA; COLAÇO, 2019, p.180).

⁷ Instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, o SINASE foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Propõe políticas públicas que

Há seis possibilidades de medidas socioeducativas a serem aplicadas gradualmente: Advertência, Obrigação de Reparar o dano, Prestação de Serviços à Comunidade, Liberdade Assistida, Inserção em regime de Semiliberdade e Internação em estabelecimento educacional. No caso da medida de Internação, esta deve ser aplicada como último recurso, apenas se tratando de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência. Pode ainda ser dividida em Internação Provisória, que estabelece 45 dias no centro socioeducativo; Sanção, referindo-se a 3 meses; e Internação definitiva, que corresponde de 6 meses a 3 anos no estabelecimento educacional (BRASIL, 2017).

Nos meus primeiros dias no São Miguel, notei ser presente no discurso dos socioeducadores e de alguns técnicos o quanto os jovens eram “perigosos” e a necessidade de que tivéssemos cuidado quando eles adentrassem as salas de atendimento. Realizando atendimentos e acompanhando o cotidiano da instituição, pude entrar em contato com facetas diferentes dos atributos de desumanidade que os dispositivos midiáticos hegemônicos e diversas pessoas endossavam em relação a esses sujeitos, inclusive eu, que, apesar de já me posicionar contra as condições degradantes desse sistema, entrei na unidade sem conseguir me desvencilhar de medos e receios. Lá dentro, vi jovens chorando ao falar com as famílias pelo telefone, sentindo medo, angústia, ansiedade, insônia, dando abraços apertados nas famílias nas visitas, sendo também divertidos, brincando entre eles e conosco e fazendo piadas. Percebe-se que há um processo de inscrição do ato infracional na subjetividade do jovem que supostamente o cometeu, como se ele fosse reduzido a isto (MISSE, 2014).

Após finalizar o estágio no São Miguel no início de 2017, aproximei-me do VIESES: Grupo de Pesquisa e Intervenção sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação, ligado ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Participei do projeto de extensão “Histórias Desmedidas, impulsionado pela pesquisa guarda-chuva do VIESES intitulada “Juventude e violência urbana: cartografia de processos de subjetivação na cidade de Fortaleza/CE” , realizado particularmente junto a adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Tal projeto possui duas frentes de ação: 1) Realização de grupos de discussão com jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto acerca de suas trajetórias de vida, por meio do debate de temas ligados à juventude e aos direitos humanos 2)

atendam adolescentes e suas famílias, oferecendo alternativas de abordagens e atendimento junto a equipamentos e órgãos públicos, e deve ser norteado pelo “princípio de proteção integral à criança e ao adolescente” presente no ECA (DIGIÁCOMO, 2016; SINASE 2012).

Colaboração no monitoramento do sistema socioeducativo local realizado pelo Fórum Permanente das ONGs de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente-Ceará (FÓRUM DCA). Ineri-me na primeira frente, em um dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCAS) de Fortaleza, especificamente no que se localiza no bairro Barra do Ceará, no qual o VIESES começou a realizar oficinas com adolescentes que ali cumpriam medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), nos anos de 2016 e 2017. A experiência no projeto de extensão me permitiu vislumbrar a possibilidade de tomar suas oficinas como dispositivo⁸ de pesquisa inter(in)venção para cartografar esses territórios existenciais juvenis marcados por violências e violações, assim como por táticas de (re)existência e singularização frente à elas.

No ano seguinte, ingressei no mestrado e iniciei esta pesquisa de dissertação, que constitui desdobramento da pesquisa guarda-chuva acima citada, estando também vinculada à primeira frente do projeto de extensão “Histórias Desmedidas”, realizado pelo VIESES. Em 2018, as oficinas com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio aberto se deu no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da Secretaria Executiva Regional V, que engloba a região do Grande Bom Jardim. Nos grupos acompanhados por nós em 2018.1, surgiram diversos relatos dos adolescentes e jovens a respeito de diferentes temas que atravessam seus cotidianos, tais como racismo, sujeição criminal, trajetórias institucionais marcadas por violações e estigmatizações, violências institucionais, a forma como jovens como eles e seus territórios figuram nas principais mídias jornalísticas, tais como jornais e programas televisivos, etc. Os diários de campo tiveram grande relevância na construção deste trabalho dissertativo, ressaltando tanto as narrativas desses sujeitos sobre seus cotidianos, a partir das entrevistas e grupos de discussão, quanto percursos que realizamos em conjunto nesses territórios.

A pesquisa se ancora teórico-metodologicamente nas discussões da psicologia social sobre juventude, modos de subjetivação e violência, em diálogo com estudos transdisciplinares sobre juventudes, tais como a sociologia e a criminologia crítica, sobre relações de poder e subjetivação, com Michel Foucault, Judith Butler, autores(as) que discutem a Esquizoanálise e sobre as marcas da colonialidade na atualidade, a partir de autoras(es) como

⁸ Foucault (1979) nomeia dispositivo como o conjunto de discursos, instituições, organizações, leis, decisões regulamentares, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Dispositivo é a rede que pode ser estabelecida entre todos esses elementos, que integram ditos e não ditos. Constitui-se, assim, em uma lógica que atua em sociedade em diversas organizações sociais, cumprindo diferentes papéis. Para Kastrup; Barros (2009), o dispositivo tensiona, movimenta e desloca para outro lugar, é feito de conexões e produz outras.

Achille Mbembe, Grada Kilomba e Albán Achinte.

Em Scisleski et al (2017), as autoras desconstruem o termo “Jovens em Conflito com a Lei”, problematizando um poder que objetiva corrigir o indivíduo, culpabilizando-o, e apontam que frequentemente *a lei está em conflito com tais adolescentes/jovens*, reformulando este termo e colocando a lei no lugar que se pretende problematizar. Desse modo, corroboramos com Coimbra; Bocco & Nascimento (2005, p.8) ao afirmarem que por meio de uma práxis sensível, crítica e política, constituída e atravessada por fluxos, devires, multiplicidades e diferenças, talvez possamos perceber não mais um adolescente infrator, mas sim um jovem no qual a linha da infração é apenas uma dentre tantas outras linhas que o compõem. Isso torna possível um trabalho de intervenção que produza um espaço no qual tanto os jovens com quem trabalhamos quanto nós, psicólogas(os), possamos descobrir e (re)inventar modos de se relacionar com a vida e com nós mesmos(as).

Tendo em vista essas problematizações, optamos por nos referir aos participantes deste estudo como adolescentes e jovens *a quem se atribui o cometimento de ato infracional*. Assim, não utilizaremos a expressão “autor de ato infracional”, pois ela ainda toma como verdade auto-evidente a autoria de infração, além de subsumir a agência desses sujeitos a um suposto cometimento de ato infracional. Segundo Moreira et. al (2019), o termo “autor” posiciona o(a) adolescente como “sujeito”, de modo que acoplar os termos “autor” e “ato infracional” é supôr que o ato infracional se encontra aderente a ele(a), como se esta autoria estivesse cristalizada no seu ser sujeito, endossando processos de sujeição criminal. Estar cumprindo medida socioeducativa não significa, necessariamente, que os(as) adolescentes realmente cometeram um ato para tal, não sendo papel desta pesquisa investigar a real autoria e/ou condená-la, tampouco naturalizar a condição de “autores de ato infracional” que lhes é atribuída.

A partir do levantamento de teses e dissertações da psicologia dos últimos 10 anos, que abordaram temáticas referentes ao Sistema Socioeducativo do Brasil, Cunha e Menezes (2019) analisaram cerca de 30 estudos. As autoras observaram que estes reconhecem a lógica punitiva desse sistema, que opera por meio de violências físicas, da subalternização e pelo não reconhecimento desses jovens como sujeito de direitos. Esses efeitos punitivos se estendem para outros agentes, tais como familiares dos(as) adolescentes e trabalhadores(as) do local. Propomos compor a discussão, buscando compreender como adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional são produzidos como humanos indígnos, de tal forma que violências, violações e o abandono de direitos que os acometem são naturalizados e legitimados, e como eles produzem modos de vida e re-existem em meio a isso.

Não obstante, torna-se imprescindível destacar que esse perfil de jovem (jovem, negro e morador da periferia) tido como um dos grandes responsáveis pela violência tem constituído um dos perfis de jovem que mais tem sofrido violências. De acordo com o Atlas da Violência de 2017, desde a década de 1980 há um processo gradativo de vitimização letal da juventude (CERQUEIRA ET AL, 2017). Os jovens do sexo masculino representam 94,6% dos 33.590 jovens assassinados no Brasil e o alto índice de letalidade da juventude negra, pobre e moradora da periferia tem persistido no decorrer dos anos (CERQUEIRA ET AL, 2018).

Segundo dados da Célula de Vigilância Epidemiológica do município de Fortaleza sobre a distribuição espacial dos homicídios de crianças e adolescentes, os homicídios se concentram principalmente em assentamentos precários. Um terço dessas mortes corresponde a 4% da área da cidade, onde vivem 13% da população (BENÍCIO et al, 2018). Além disso, de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil entre os anos de 2005 e 2017, 71 eram negras (CERQUEIRA ET AL, 2017). O Atlas da Violência de 2018 apresentou a discrepância entre homicídios para indivíduos negros de não negros: Enquanto houve uma diminuição de 6,8% na taxa de homicídios para não negros, verificou-se a elevação de 23,1% na taxa para pessoas de cor negra. Isto representa uma taxa de de risco de 40,2 para população negra, enquanto 16% de risco da não negra (CERQUEIRA ET AL., 2018). De acordo com o Programa de Redução da Violência Letal (PRVL) de 2014, tem havido um processo de “nordestinação” dos homicídios no Brasil, visto que oito dos dez estados com maior Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) são da região Nordeste, sendo o Ceará o que possui o maior índice, 8,71/mil (MELO E CANO, 2017). No que se refere à capital cearense, em 2014, Fortaleza apresentou o maior IHA entre as capitais do Brasil.

Torna-se ainda mais impactante quando aprofundamos o olhar sobre esses dados, assimilando-os devagar, e atentando para o fato de que cada um corresponde a uma pessoa. Após a finalização do grupo que ocorreu no CREAS do Conjunto Ceará em 2018.2, Alan, um dos jovens que participou dos encontros, foi vítima de homicídio, entrando para o hall desses números assombrosos. Parafraseando uma das falas da peça de teatro “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro”, do coletivo Nós de Teatro do Grande Bom Jardim, tais números, que são dados, que são pessoas, que são jovens, que são Alan, dizem respeito a *“todo uma vida que poderia ter sido... e não foi”*, pois foi abruptamente interrompida.

Contudo, como afirmam Coimbra & Nascimento (2005), tais segmentos “teimam em continuar existindo” (COIMBRA & NASCIMENTO, 2005, p.352), às vezes sobrevivendo, outras vezes criando e inventando modos de (re)existência, apontando caminhos e criações micropolíticas, apesar do “competente apagamento oficial” (COIMBRA & NASCIMENTO,

2005, p. 352). Espero que essas táticas de re-existência também possam ser realçadas nesta dissertação, e que esta possa instigar tensionamentos, problematizações e mobilizações a partir das narrativas de adolescentes e jovens que se fizeram presentes no percurso desta pesquisa e que tiveram seus relatos aqui registrados.

A metodologia trata-se de uma cartografia, entendida como método de pesquisa-inter(in)venção voltado ao acompanhamento de processos de produção de subjetividades e ao mapeamento do plano coletivo das forças implicadas na produção de territórios existências juvenis em contextos de violência. Como um percurso em um transporte coletivo, esta escrita perpassa avenidas, ruas, becos e vielas de modo rizomático (também permitindo atalhos!) sem que as oficinas temáticas, narrativas a partir delas e entrevistas realizadas sigam uma ordem temporal rígida ao serem registradas aqui, ainda que não percam de vista uma sequência lógica (PASSOS & KASTRUP, 2010). Divididas em trajetos que evocam narrativas, tal percurso é composto por Linhas, abordando temáticas que se entrelaçam, tais como as linhas de ônibus cruzam suas trajetórias. Ao ler, os(as) leitores(as) “descerão” de uma linha para entrar em outra, perfazendo viagens por essas cenas, discussões, relatos, experiências. Anunciando a entrada em cada “Linha”, há uma cena, em formato de epígrafe, de um percurso acompanhado. São estas:

A **“LINHA 002: Cartografia e Pesquisa Inter(in)venção com os Jovens Participantes-Passageiros** explora o processo desta pesquisa: as relações com o território Conjunto Ceará e CREAS, a apresentação dos participantes e como se produziram nossas relações eles, os aportes teóricos e as ferramentas metodológicas que atravessaram todo o meu percurso e escrita.

As Linhas seguintes serão guiadas pelas narrativas dos participantes da pesquisa, compondo com as ferramentas teóricas de autores e autoras das diversas áreas já citadas acima. A **“LINHA 003: De quais Adolescências e Juventudes estamos falando?: Adolescências, Juventudes e seus Modos de subjetivação** se relaciona com o primeiro objetivo específico e busca discutir adolescências/juventudes e seus modos de subjetivação.

A **LINHA 004: Dinâmicas da Violência em Fortaleza e suas Marcas no Cotidiano de Adolescentes e Jovens “Indireitos”** corresponde ao segundo objetivo específico e discutirá os efeitos psicossociais das dinâmicas da violência no cotidiano dos sujeitos da pesquisa, mapeando-os. Iniciarei-o com a morte de Alan e abordarei também as dinâmicas e conflitos territoriais.

A **LINHA 005: A Produção de Humanos Indireitos nas tramas dos dispositivos institucionais** se vincula ao terceiro objetivo específico. Abordarei condições de cidadania escassa (SALES, 2005) em um cenário necropolítico, discutindo a produção de “humanos

indireitos”, que não usufruem da condição de cidadania, a partir das trajetórias socioinstitucionais dos adolescentes e jovens dos participantes da pesquisa, repleta de violações, estigmatizações e violências institucionais.

A última **LINHA 006: Entre capturas e possibilidades de re-existências: Modos de Habitar a Cidade e Arte como Dispositivo de Reinvenção** se relaciona ao primeiro objetivo específico, abordando experiências juvenis relacionadas aos modos de habitar a cidade, destacando práticas de resistências e de reinvenção de si, também, por meio da arte, que subvertem a condição de humanos indireitos que lhe são atribuídas. Ainda que vinculado ao primeiro objetivo, optei que este capítulo viesse após todos os outros, finalizando o percurso com foco nas potências de vida e em outros possíveis.

Convido as (os) leitoras (os) a nos acompanharem nestes trajetos.

2. LINHA 002: CARTOGRAFIA COMO PESQUISA INTER(IN)VENÇÃO COM OS JOVENS PARTICIPANTES-PASSAGEIROS

Após a entrevista com Suarez, o momento com ele e Walter (que ficara esperando o irmão) prolongou-se para uma caminhada do CREAS até o terminal, onde continuamos a conversar. Habitados a ir ao terminal de ônibus, efetivamos essa “quebra” na nossa rotina de volta ao Benfica quando vimos que seria mais interessante fazermos um percurso em conjunto. Até então, não havíamos tido contato com eles fora da instituição e das atividades propostas, as quais obedeciam um horário e uma certa estrutura, acompanhadas das nossas representações de “facilitadores(as) das oficinas” e das representações deles de “jovens participantes do grupo”. Foi um momento breve que, para além da nossa proposta de pesquisa, a qual já vinha buscando desarranjar dicotomias tais como sujeito-objeto e teoria-intervenção (ROMAGNOLI, 2014), permitiu maior desestabilização desses “arranjos”, contribuindo, também, para o vínculo e fluidez entre nós, por estarmos compartilhando espaços outros. Te convidado a visualizar esta cena através da janelinha do ônibus, um dos tantos que preenchem as ruas no trânsito daquele fim de tarde! O caminho era feito de calçadas estreitas, Suarez e Walter iam nos guiando e percorríamos o trajeto sem pressa. Éramos quatro: Filipe andava mais próximo de Suarez, e eu de Walter, mas nossas conversas, por vezes, cruzavam-se

Com a imagem do transporte coletivo e de seus percursos, relembro trajetos que acompanhamos junto a adolescentes e jovens que participaram da pesquisa, como os que se fizeram no percurso a pé até o terminal após os grupos, em caminhos de carro e no lento itinerário de ida e volta numa kombi no nosso último encontro. Percursos não previstos (fora do “protocolo” de grupos de discussão e entrevistas que eu tentara prever como únicas estratégias metodológicas) e andanças em conjunto nos permitiram o compartilhamento de trajetórias e cotidianos no próprio ato de fazê-los, emergindo em mim a sensação de movimentos múltiplos e coletivos. Estes movimentos, obviamente, não se deram de modo retilíneo e permanente. Assim como em um ônibus, houve paradas, participantes-passageiros desceram nelas, outros subiram, percorremos variados espaços e paisagens.

Contextualizarei a metodologia desta pesquisa, qual o seu *lócus*, quem são os participantes-passageiros e quais/como foram as estratégias de produção e colheita⁹ de dados. Em meio a isto, trarei foto-imagens como outra linguagem (re)criadora de visualidades e cenas desses percursos.

2.1. Tipo de pesquisa:

A metodologia desta pesquisa se trata de uma cartografia, entendida como método de pesquisa-inter(in)venção voltado ao acompanhamento de processos de produção de

⁹ Utilizamos o termo “colheita” em vez do usual “coleta de dados” tendo em vista que o primeiro remete à “produção”. Segundo Passos & Kastrup (2013), “colheita de dados” afirma “o caráter mais de produção do que de representação do mundo conhecido. A pesquisa colhe dados porque não só descreve, mas sobretudo acompanha processos de produção da realidade investigada” (PASSOS; KASTRUP, 2013, p.395).

subjetividades e ao mapeamento do plano coletivo das forças implicadas nesse processo (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2010). Como modalidade de pesquisa-intervenção, a cartografia não se dá de modo prescritivo, por regras prontas, ela reverte o tradicional sentido de método, ainda que não abra mão da orientação no percurso da pesquisa (PASSOS; BARROS, 2010).

Para Benício et. al (2018), essa modalidade de pesquisa acompanha processos de produção de subjetividades, por meio da atenção à espreita e da imersão em um território existencial, pondo em análise um plano coletivo de forças que engendra a temática abordada. A intervenção na pesquisa cartográfica é inter(in)venção, isto é, invenção conjunta entre pesquisadora e participantes, e isso nos permite conectar à política do pesquisarCOM de Márcia Moraes (2014), tomando os jovens participantes desta pesquisa como ativos nesse processo (BENÍCIO ET AL, 2018).

A cartografia se baseia na noção de rizoma apresentado por Gilles Deleuze e Félix Guatarri (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2010). Podemos dizer que a própria discussão de Deleuze; Guatarri (1995) acerca do rizoma é rizomática, e, assim, que a escrita também se constitui como exercício cartográfico e produtor de multiplicidades. Segundo os autores, as características do rizoma se relacionam a alguns princípios. Em relação ao primeiro e segundo, *Princípios de conexão e de heterogeneidade*, o rizoma é composto por diversos pontos, que se conectam uns aos outros, diferentemente da árvore ou raiz, que fixam um único ponto de partida. Desse modo, compreendemos que os elementos trazidos pelos jovens nesta pesquisa, tais como racismo, violência, discriminação, dentre outros, não se encontram independentes e isolados entre si, eles se interconectam e se comunicam, retroalimentando-se.

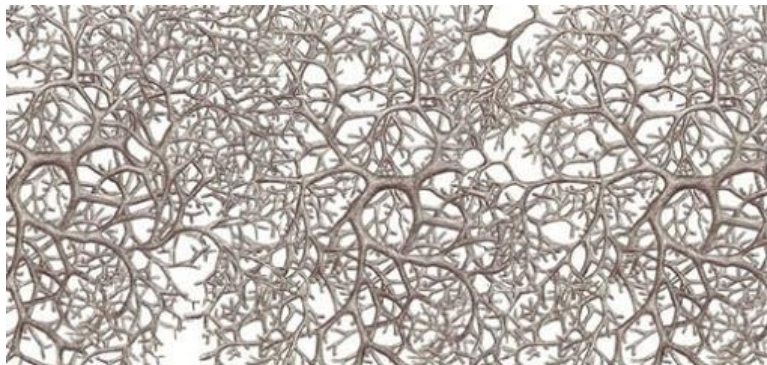


Figura 1: Uma das diversas ilustrações que poderia se assemelhar a um rizoma. Fonte: <<http://www.lupaprotestante.com/blog/haced-rizoma-y-no-raiz/>>

No terceiro, *Princípio de multiplicidade*, os autores afirmam que as multiplicidades são feitas de linhas abstratas, de fuga ou de desterritorialização, podendo mudar sua natureza após se conectarem às outras, o que demonstra que tais experiências não são rígidas,

endurecidas e cristalizadas. Em diversos momentos, esses jovens rompem com processos de estigmatização e de naturalização de violações em relação a eles, ressignificando e produzindo modos de ser no mundo. Estes processos se encontram alinhados ao quarto princípio, *Princípio de ruptura a-significante*, que afirma que rizoma pode ser rompido ou quebrado em qualquer ponto e ser retomado em outras linhas (não há cortes que separam ou atravessam estruturas, tal como numa perspectiva de dualismo e dicotomia!), podendo também compreender linhas de desterritorialização pelas quais pode fugir (DELEUZE; GUATARRI, 1995). Em meio à rupturas e traçados, “(...) corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito (...)” (DELEUZE; GUATARRI, 1995, p.18).

Por último, o 5º e 6º - *Princípio de cartografia e de decalcomania*: A lógica da árvore se baseia em decalque e reprodução, diferentemente do rizoma, que faz mapas (DELEUZE; GUATARRI, 1995). No percurso da pesquisa, buscamos nos afastar de representações e totalizações, compreendendo os caminharas de processos, suas borras e o que deles reverbera, visto que o mapa está voltado para a experimentação, é:

(...) aberto, conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social” (DELEUZE; GUATARRI, 1995, p.22).

Como fazer uma pesquisa-rizoma? Corroboramos com Romagnoli (2014), ao compreendermos que as relações entre nós, os participantes da pesquisa, e os territórios compartilhamos nesse processo são atravessadas por modelos, formas e formas, que consistem em planos simultâneos, por mais que em certos momentos haja o predomínio de um sobre o outro. Cartografamos a ligação entre esses planos, o que persiste e o que emerge de invenção.

Indagar e estar atento a como se dá a reprodução e a criação em determinada realidade, acerca do arranjo das formas e das forças em seu objeto de pesquisa, e em que circunstâncias e com quais cortes e conexões elas acontecem, são ferramentas úteis e fundamentais na cartografia (...) (ROMAGNOLI, 2014, p.49).

Produzir Pesquisa-Intervenção é aprofundar a ruptura com os enfoques tradicionais de pesquisa, questionando a neutralidade, objetividade, replicabilidade e totalização dos saberes, princípios das ciências tradicionais, e ampliar as bases teóricas-metodológicas das pesquisas participativas. Considerando que a intervenção na realidade não se refere a uma aplicação certa e sistemática de conhecimentos produzidos em hierarquias formalizadas, buscamos desestabilizá-las, ao considerarmos que a transformação social, perspectiva da pesquisa-intervenção, advém em conjunto com os saberes desses jovens participantes da

pesquisa e com o campo coletivo de forças em que nos encontramos (ROCHA; AGUIAR, 2003).

Compreendemos, assim, que a perspectiva da pesquisa-intervenção, que está relacionada a uma atitude de pesquisa, não é a de intervir em uma "realidade dada", mas sim a de (re)construí-la e (re)inventá-la, propondo transformações no campo do conhecimento e à nível institucional, por meio da desnaturalização de práticas institucionais (ROCHA; AGUIAR, 2003). Optamos pela Pesquisa-Intervenção, levando em conta que considerar as significações produzidas pelos jovens é reconhecê-los como agentes de suas histórias, que interferem no campo social, buscando, assim, a contraposição à visão hegemônica dessas juventudes como perigosas, irresponsáveis e despolitizadas (MENEZES; COLAÇO; ADRIÃO, 2018)

Ao narrar as diversas linhas e vetores que constituem o processo de pesquisa, este foi constantemente reinventado. A escrita desta dissertação não se tratou de um processo subsequente ao processo da pesquisa, não veio como uma etapa seguinte a ele, mas o constituiu. À medida que a escrevia, eu e a pesquisa nos reinventamos, visto que o que escrevo não se trata apenas de um relato, mas de uma relação que foi sendo produzida, (re)construída e ressignificada. Quem estiver lendo esta dissertação, ao dialogar com o texto, pode também pode apresentar palavras outras, transpondo-se em outro texto, engendrando outras leituras e outros textos (ZANELLA, 2012), o que nos remete às multiplicidades e conexões produzidas pelo rizoma.

Dito isto, considero que escrever sobre o acompanhamento desses processos implica em mim diversos atravessamentos, que perpassam a minha experiência de estágio em Psicologia no Centro Educacional São Miguel), minha chegada no VIESES, as leituras teóricas, as idas aos territórios através do projeto de extensão Histórias Desmedidas e, mais tarde, decorrentes da minha pesquisa, o contato com os jovens participantes e nosso processo de formação de vínculos. Enquanto escrevo, construo/ recrio esses processos e a mim como parte deles.

No início das vivências em campo, esta pesquisa tinha como objetivo analisar processos de sujeição criminal em trajetórias de vida de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de meio aberto. Sustentamos uma “atenção à espreita” ao nos aproximarmos do campo, na tentativa de não selecionar elementos aos quais deveríamos prestar atenção e nos restringir a eles. Não perdendo de vista a concentração, procuramos manter uma abertura dessa atenção, de forma a abrangermos a possibilidade da experimentação de estranhamentos e aguçamento de sensibilidades diante das surpresas nesse processo (KASTRUP, 2010). Em 2018.1, no final do mês de março, eu e Filipe, outro pesquisador do

VIESES, iniciamos o acompanhamento de um grupo de adolescentes e jovens em cumprimento de Liberdade Assistida (L.A)¹⁰, facilitado por profissionais do Estado, vinculados ao Programa Ceará Pacífico¹¹.

Em 2018.2, Carla Jéssica, da equipe de extensionistas do Histórias Desmedidas, juntou-se a nós, e firmamos parceria com o projeto de extensão Traficando Saberes, do Laboratório de Estudos da Violência (LEV), pactuando a realização de oficinas temáticas com outro grupo de adolescentes e jovens em cumprimento de L.A e, também, de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)¹². A atenção aberta engloba momentos como **rastreio**, onde entramos em campo visando um “alvo móvel”, que pode surgir de modo imprevisível e, assim, acompanhamos suas mudanças de posição, velocidade e ritmo. Diante do contato com esses sujeitos, de oficinas grupais e entrevistas com eles, este problema de pesquisa foi se delineando e sendo produzido de modos mais amplos, remodelando-se, visto que, ao acompanharmos um processo de produção de subjetividades, uma rede de forças conectada à problemática inicial foi se desenhando, o que nos fez atentar para as suas modulações e movimentos (KASTRUP,

¹⁰ Segundo o ECA (BRASIL, 2017), uma pessoa é designada para acompanhar o caso do(a) adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de meio aberto Liberdade Assistida (L.A), podendo ser indicada por entidade ou programa de atendimento. A L.A tem duração de mínima de seis meses, podendo haver prorrogação, revogação ou substituição desta, a depender das considerações do(a) orientador(a), Ministério Público e Defensor. De acordo com Art.119 do ECA, “**Art. 119.** Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros: **I** - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; **II** - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula; **III** - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho; **IV** - apresentar relatório do caso.” (BRASIL, 2017, p.60).

¹¹ O Programa Pacto pelo Ceará Pacífico foi implementado pelo Governo do Estado do Ceará em 2015, dentro das políticas de segurança pública para o Estado. Segundo Filho (2019, p.21-22), este programa “institucionalmente, tem uma linha de atuação plurissetorial com os órgãos e entidades públicas no âmbito local, regional e nacional em parceria com a sociedade civil. O Programa ocorre mediante realização de atividades interdisciplinares, articulando as áreas de Segurança Pública e Defesa Social, Justiça e Cidadania, Direitos Humanos, Educação, Ciência e Tecnologia, Saúde, Política sobre Drogas, Cultura, Esporte, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e Juventude”. No entanto, em pesquisas realizadas pelo VIESES-UFC, interlocutores têm apontado, sobretudo, o investimento na militarização da cidade e no policiamento ostensivo, que tem acarretado diversas violências. Um desses investimentos se deu em Células de Proteção Comunitárias (CPC) nas periferias da cidade, equipamentos que, por meio da vigilância eletrônica, têm buscado “prever” a ocorrência de delitos, aliando isto ao patrulhamento de guardas municipais e policiais militares em quarteirões próximos (FORTALEZA, 2017). Aldemar Costa (2018) teve como campo de pesquisa relações de poder e implicações psicossociais relacionadas à implantação de uma CPC na região do Jangurussu, área da periferia de Fortaleza, a partir de narrativas de jovens negros sobre seus cotidianos nesse contexto. Os relatos demonstraram que a CPC tem contribuído para a produção e manutenção do controle de sobre corpos racializados e territórios estigmatizados historicamente.

¹² De acordo com o ECA (BRASIL, 2017), a medida socioeducativa de meio aberto PSC consiste em “**Art. 117.** A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.”. As tarefas devem ser atribuídas considerando as aptidões do(a) adolescente, as jornadas devem ser de, no máximo, oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, não devendo prejudicar a frequência escolar ou a jornada normal de trabalho, caso o(a) adolescente trabalhe” (BRASIL, 2017, p.59).

2010, BARROS; KASTRUP, 2010).

Também passamos pelo **toque**, ao sermos tocados por um vislumbre, uma sensação que nos alerta, algo que destaca e que requer a renovação de nossa atenção. O gesto de **pouso** indica o momento em que a percepção efetiva uma parada e o campo se aproxima em uma espécie de “zoom”, reconfigurando um novo campo e território. Nas vivências em campo, surgiram diversos conteúdos que não se restringiam a processos de sujeição criminal. Atraindo-nos para esses diversos vetores de subjetivação, que consistiram em atravessamentos da violência nas trajetórias desses jovens, relações das políticas públicas com eles e seus modos de habitar a cidade, acompanhamos a reconfiguração do campo por meio do **reconhecimento atento**. Com o reconhecimento atento, retomamos mais uma vez o funcionamento da atenção para esse novo território, pois, devemos nos lembrar, cartografar é acompanhar processos e não representar um objeto. Assim, no ano seguinte, por meio das entrevistas com outros dois jovens, um novo vetor de subjetivação a ser debruçado por nós emergiu, que foi a arte como dispositivo de reinvenção (KASTRUP, 2010). Todos estes vetores, vale ressaltar, são atravessados por processos de sujeição criminal, contudo, optamos por nos dedicar a eles de um modo que nos deixasse mais livres para outras diversas conexões.

Por meio da cartografia como pesquisa-intervenção, a perspectiva da processualidade do conhecimento, que se constrói pela invenção e implicação, não é separável do movimento da vida e dos afetos. No processo de pesquisa, procuramos não manter uma postura rígida de “neutralidade” em relação à sua problemática, permitindo-nos à produção coletiva de valores, crenças, desejos, expectativas e interesses. A análise de implicação nos propicia o acesso à pesquisa, trabalhando a partir do que nos une a ela. Afinal, o nosso encontro com os jovens, com o CREAS e com o território coloca em jogo pluralidades de elementos, disjunções, conexões produzidas a partir da implicação, ligando-nos a diversos agenciamentos coletivos (ROMAGNOLI, 2014).

2.2. Local da Pesquisa:

Este percurso traçou caminho pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) da Secretaria Executiva Regional V, no qual já iniciamos inserção em 2018.1 e permanecemos em 2018.2. O artigo 88 do ECA (1990) dispõe sobre o princípio da municipalização da execução das medidas socioeducativas em meio aberto, possibilitando que a Política de Assistência Social incorpore a execução de medidas de LA e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) como um dos serviços ofertados nos CREAS (BRASIL, 2016).

Percorrendo a cidade, nos caminhos delineados por ruas, avenidas e trânsitos, adentramos no desenho realizado pela administração executiva da prefeitura da cidade. Segundo esta, a cidade se divide em Secretarias Executivas Regionais (SERs), totalizando sete (SER I, SER II, SER III, SER IV, SER V, SER VI e a Regional do Centro) (BARREIRA 2011).

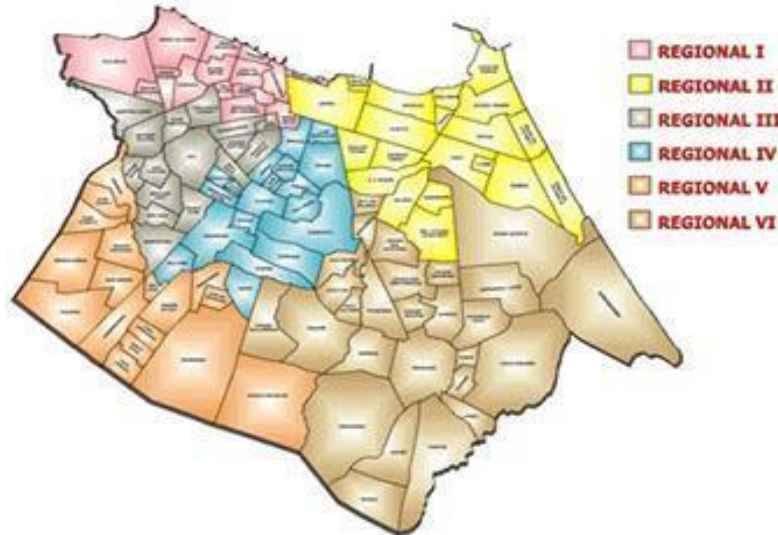


Figura 2: Secretarias Executivas Regionais de Fortaleza (Fonte: site do colégio J. Oliveira - <www.colegiojoliveira.com.br>)

A Regional V (SER V), por sua vez, engloba 18 bairros de Fortaleza. São estes: Conjunto Ceará I e II, Siqueira, Mondubim, Planalto Airton Senna, Prefeito José Valter, Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Genibaú, Canindezinho, Vila Manoel Sátiro, Parque São José, Parque Santa Rosa, Maraponga, Jardim Cearense, Conjunto Esperança e Presidente Vargas (BARREIRA et al, 2011). O CREAS da SER V atende, então, este território.

O CREAS frequentado se encontrava localizado provisoriamente na Granja Portugal, onde nos inserimos e acompanhamos o grupo de adolescentes por meio da observação participante. Terminados os encontros do grupo, este CREAS foi deslocado para o Conjunto Ceará, mudança que também esteve relacionada a conflitos territoriais no território. Na nova localidade, o CREAS SER V se encontra inserido no Centro Social Urbano (CSU) do Conjunto Ceará, equipamento que oferece atividades de lazer, esportes e cursos variados (tais como corte de cabelo, costura e dança) para moradores da comunidade. Novo território, novas paisagens, novos conjuntos habitacionais! Lá, passamos a acompanhar as acolhidas¹³ de adolescentes que

¹³ As acolhidas consistem em um momento de recepção que o CREAS realiza para com adolescentes responsabilizados com a medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (L.A) que são encaminhados ao equipamento. Neste momento, a equipe explicita ao adolescente, que geralmente está acompanhado por um parente responsável, como funciona o cumprimento da medida. O fluxo de atendimento do CREAS a adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa segue o seguinte percurso: **1.** No primeiro momento, a **acolhida**, **2.** No segundo momento, na semana seguinte à acolhida, dá-se o

receberam medida de L.A e PSC e, no semestre 2018.2, iniciamos o projeto “Histórias Desmedidas + Traficamos Saberes”.



Figura 3: Frente do Centro Social Urbano (CSU) do Conjunto Ceará (Fonte: Google Maps)

A escolha do local também se baseou no que temos acompanhado do contexto do sistema socioeducativo e do cenário de homicídios de jovens na cidade de Fortaleza. O CREAS SER V é a unidade da cidade que mais atende adolescentes a quem se atribui o cometimento de ato infracional. Em 2015, verificou-se 285 adolescentes atendidos (CEDECA, 2017), e em 2018, segundo dados 5ª vara de execução das medidas socioeducativas, 242 adolescentes. Ademais, dados do Comitê Cearense pela Prevenção Homicídios na Adolescência (CCPHA) indicaram 97 homicídios ocorridos no Bom Jardim no ano de 2017. Dentre essas pessoas, 28 mortes foram de jovens. Esse levantamento situou o Bom Jardim, integrante da Regional V, como um dos quatro territórios de Fortaleza com maior índice de homicídios no ano de 2017, juntamente com Jangurussu, Barra do Ceará e Mondubim, sendo este último também integrante da Regional V. (CEARÁ, 2018). Em 2018, o número de homicídios no Bom Jardim aumentou para 123 pessoas, dentre elas, 33 adolescentes, e, entre 2015 e 2018, o Bom Jardim foi o bairro com maior número de adolescentes vítimas de violência letal (CEARÁ, 2019).

Inicial Familiar (IF), atendimentos realizados com o(a) adolescente e seu responsável, individualmente. Geralmente, ocorria primeiro com o(a) adolescente, depois com o(a) responsável e, em seguida, conjuntamente com eles(as). **3.** No terceiro momento, há a construção do **Plano Individual de Atendimento (PIA)** do (a) adolescente em conjunto com o(a) técnico(a) de referência. O PIA consiste em um documento que prevê, registra e gerencia atividades dos(as) adolescentes durante o cumprimento da medida (BRASIL, 2012). Quanto a adolescentes em cumprimento de L.A, a medida é avaliada semestralmente, e o CREAS envia um relatório para o juiz. Próximo ao período de seis meses, que é quando se dá esse envio, realiza-se um atendimento individual com o(a) adolescente para um processo de avaliação da medida. Em relação ao cumprimento de PSC, o(a) adolescente é encaminhado(a) para a instituição em que irá cumprir, e o CREAS o acompanha mensalmente.

A partir das concepções de território de Deleuze e Guatarri, Alvarez e Passos (2010) consideram território não apenas como espaço físico, mas como modos de vida, de expressões e produções de sentido. Fala-se, assim, em território existencial, onde o “aprendiz-cartógrafo” (p.137) constrói o conhecimento *com* o campo, experienciando-o, e não *sobre* ele. Desse modo, tomo aqui o CREAS e a área em que ele se insere como construção, participando de suas composições e buscando experimentar sensações que se implicarem nesse processo.

Em março de 2018, nós da equipe do “Histórias Desmedidas” soubemos do grupo de adolescentes e jovens que ocorria semanalmente no CREAS através de um parceiro do VIESES, **J.**¹⁴, que facilitava alguns encontros juntamente com uma das profissionais do Ceará Pacífico. Combinou conosco que poderia nos dar carona do Terminal até a instituição, que até então estava localizada na Granja Portugal. Explicou que preferia que fôssemos para lá com alguma pessoa de referência, pelo menos durante um mês, tempo em que o grupo poderia nos “acolher”.

No caminho de carro, **J.**, falando sobre a equipe de profissionais do CREAS, disse-nos que quando um dos jovens perdeu a mãe, ninguém da equipe foi até ele dar os pêsames, “Os pêsames! é o mínimo!”, exclamou. Comentou também, indignado, que a equipe atendia os jovens no corredor, por medo de ficar na sala com eles.

A estrutura da instituição era antiga e precária, as paredes e portas das salas já se descascavam, e faltava sabão e papel higiênico nos banheiros. Equipamentos eletrônicos como notebook, projetor e caixa de som precisavam ser levados pela facilitadora. Em alguns dos dias que fomos, a equipe relatou roubos no local, dizendo que chegaram a levar o botijão de gás e o lanche dos adolescentes, e alguns funcionários se mostravam apreensivos e inseguros, apressando-nos, por exemplo, a entrar rapidamente no carro na saída da instituição, para fecharem logo o portão. Em outro momento, informando que, em breve, aquele CREAS seria deslocado para o Conjunto Ceará, uma das funcionárias, demonstrando alívio, comentou que a mudança seria melhor, pois a nova região era “mais tranquila” do que a da Granja Portugal.

Tal deslocamento se deu pouco mais de um mês depois de nossa inserção. No novo território, nós da equipe nos perdemos algumas vezes no percurso da parada de ônibus até o CREAS, chamando-nos atenção o fato de que, ao pedirmos informação sobre onde aquele se localizava, alguns moradores não sabiam o que era CREAS, indicando inacessibilidade a este

¹⁴ Ressalto que, além dos participantes-passageiros e da equipe do “Histórias Desmedidas + Traficando Saberes, surgirão aqui outras pessoas que se fizeram presentes nestes trajetos, seja por terem sido mencionados(os), seja por terem participado ativamente de certos momentos, compondo-os. Nomearei-as com uma letra (Como **J.** e **Dona E**, que será mencionada mais à frente no texto).

serviço.

Na nova instituição, passamos a acompanhar as acolhidas de adolescentes e, no semestre seguinte, iniciamos a realização das oficinas temáticas juntamente com a equipe do LEV. O novo local era maior, com área grande incluindo piscina e quadra de esportes, e contava com o funcionamento de diversos cursos e atividades. Contudo, o espaço também era precário. No primeiro dia de oficina, chegamos logo após o forro do teto de um dos corredores cair no chão, espalhando poeira e obstruindo a passagem.

Além disto, continuava faltando equipamentos eletrônicos, e precisávamos pegar os da universidade para facilitar as oficinas. A sala que nos foi disponibilizada, apesar de ter estrutura melhor do que a outra, quase se inviabilizou em alguns dias, como quando os esgotos foram abertos para a limpeza das fossas (espalhando forte odor) e quando a fiação elétrica apresentou instabilidade, não sendo possível ligar o ar condicionado e nem o projetor. Também não havia rede wifi, dificultando o uso da internet quando necessário. “Pra você ver como são nossas condições de trabalho...”, disse-me a coordenadora, em relação a isto. Esses aspectos, relacionados às trajetórias institucionais desses adolescentes e as relações que políticas públicas estabelecem com tais segmentos, são pistas que serão discutidas mais adiante, na Linha 005.

2.3. Participantes-Passageiros da pesquisa

Os participantes-passageiros da pesquisa foram adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional, do sexo masculino, negros (em sua maioria) e que participaram das oficinas temáticas facilitadas por nós do Histórias Desmedidas em conjunto com o projeto Traficando Saberes, no CREAS da SER V, já localizado no Conjunto Ceará. Participaram da pesquisa adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de L.A e PSC, que estavam sendo acompanhado pelo CREAS da SER V, na faixa etária de 15 a 18 anos. Também fizeram parte da pesquisa jovens egressos do sistema socioeducativo, um de 21 anos de idade e o outro de 25 anos, que participaram conosco de ações grupais (apresentações no encontro de abertura e no encontro de encerramento) nesse equipamento junto ao grupo que acompanhamos. Todos os nomes que constam neste trabalho são fictícios. Os nomes Emanuel, Pedro Bala, Suarez e Iel foram escolhidos pelos próprios jovens, no momento em que foram entrevistados. Entrevistamos Igor, mas ele não nos deu um nome, afirmando que poderíamos escolher qualquer um. O nome Marley, com quem não tivemos um momento de entrevista, foi escolhido por mim devido a uma narrativa sua no grupo, na qual se identificava com o cantor Bob Marley. Os demais nomes eu escolhi de forma

aleatória.

Apesar deste trabalho não focalizar no primeiro grupo acompanhado, que se deu na Granja Portugal, por meio de observação participante, e nas trajetórias de vida de adolescentes e jovens que participaram dele, não tenho como deixar de trazer esta experiência. O elo de conexão à esta será a participação de dois adolescentes neste grupo que também foram para alguns encontros do Grupo do Conjunto Ceará e o fato de todos(as) terem sido adolescentes e jovens acompanhados(as) pelo CREAS SER V. No grupo da Granja Portugal, havia apenas uma adolescente do sexo feminino, o que nos fez refletir sobre a predominância do gênero masculino no cumprimento da medida, se comparado ao feminino. Deste grupo, trarei algumas narrativas de adolescentes que chamarei de Bruno, Daniel, Heitor, Sandro e Lucas, nomes fictícios escolhidos por mim, aleatoriamente.

Concordamos com Moraes (2014) no que diz respeito a encarar o método de pesquisa como um modo de fazer política, pois pesquisar implica em lidar com modos de estar com outros(as) e de compor o mundo. A autora nos instiga a pesquisar COM os jovens participantes-passageiros e não SOBRE eles, o que nos requer atenção aos seguintes aspectos:

a) o outro que interpelamos é tomado como sujeito agente e expert e não como objeto passivo, como alvo de nossas ações; b) os mal-entendidos são pistas relevantes que podem anunciar novas e interessantes versões de mundo; c) pesquisar e intervir são inseparáveis, de sorte que a pesquisa, mais do que representar o mundo, é uma ação de produzi-lo, ou seja, pesquisar é performar certos mundos, é delinear fronteiras, fazer movê-las, alargá-las e problematizá-las (MORAES, 2014, p.132).

Adolescentes a quem se atribui o cometimento de ato infracional são, por diversas vezes, reduzidos à violência por processos de estigmatização, de modo que suas agências no mundo são associadas exclusivamente ao ato infracional. A potência de pesquisar COM eles sobre suas trajetórias e trajetos é buscar romper com essa visão, desnaturalizando esses pressupostos instituídos.

Ao lado de formas, sujeitos ou objetos (esses contornos estáveis e fixos) existe um plano coletivo de forças que os produzem. Acompanhar modos de subjetivação nas narrativas dos adolescentes e jovens participantes da pesquisa é atentar para não tomá-los como sujeitos representantes de uma identidade rígida. Desse modo, no lugar de realizar a investigação em torno da forma do “adolescente em cumprimento de medida socioeducativa”, buscarei atentar para as linhas e condições que pelas quais ela é produzida. Busco, com isso, desestabilizar essa figura, em vez de colocá-la como centro, atitude que acabaria, porventura, confirmando-a (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2010).

O desafio para a pesquisa da cartografia que se vale da estratégia de ouvir as

narrativas é acessar e traçar também um plano do comum, e não reiterar o modo-indivíduo, esse mesmo modo que subsidia, segundo aponta Foucault (2002a, 2002b, 2014), em seu debate sobre disciplina, a própria invenção da delinquência como aparato imanente aos regimes de verdade relacionados às formas jurídicas e aos dispositivos punitivos inventados na modernidade.

Considerando suas singularidades, olhar suas trajetórias é olhar também para em que elas se conectam, em que elas se divergem, é acompanhar implicações em processos, conexões de redes e rizomas, evocando em nós o acompanhar mais do que representar (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2010), compreendendo, assim, “vidas que emergem e criam uma prática coletiva” (BARROS; KASTRUP, 2010, p.74.). Eis os participantes-passageiros:

GRUPO CONJUNTO CEARÁ:

- *ALAN*

O primeiro dia de Alan no grupo foi na segunda oficina de vídeo. Devido minha viagem para um simpósio, eu não estive presente neste encontro, mas soube que ele chegou com a mãe e foram para a oficina por engano, achando que estariam no curso de corte de cabelo. Isto gerou indignação da mãe, que reclamou que o CREAS a informara errado, mas, de qualquer maneira, Alan foi para mais quatro encontros depois, incluindo o evento de encerramento.

Alan era mais fechado, não se manifestava verbalmente no grupo, mas se inseria nas atividades propostas. Quando eu tentava me aproximar, ele falava baixinho e me dava respostas curtas. Lembro que em dois momentos em que pedi ao grupo sugestões de música para tocar, enquanto eles realizam uma atividade ou lanchávamos, Alan sugeriu o grupo de reggae Dezarie. Pensei “poxa, ele gosta mesmo desse grupo”.

Para o evento de encerramento na UFC, em dezembro de 2018, combinamos com os jovens de nos encontrar no CREAS e os levaríamos. Após chegarmos, esperamos mais um tempo, e Alan, assim como outros, não apareceram. Fomos para a UFC e encontramos Alan lá! Ele havia atrasado chegando no CREAS, perdendo o horário de transporte conosco, mas um dos funcionários o levou até à UFC. No fim do evento, na entrega dos certificados, Alan sorria enquanto segurava o seu, e eu lembro de ter comentado especificamente sobre ele “Nossa, como o Alan parece estar orgulhoso de segurar esse certificado!”.

Em março de 2019, nós marcamos uma conversa com a equipe do CREAS, para sabermos mais sobre o acompanhamento dos jovens que participaram do grupo. A assistente social nos informou que Alan fora assassinado neste ano. Segundo o relato de sua mãe, em

decorrência de um assalto que fizera em outro território.

Alan havia finalizado a medida socioeducativa de Liberdade Assistida e completaria 19 anos em julho do ano em que se foi.

- *DAMIÃO*

Damião participou do Grupo da Granja Portugal e de dois encontros do Conjunto Ceará. Nos dois grupos, ele era o mais novo, tinha 15 anos quando participou dos encontros. Aparentava ter ainda menos de 15 anos, o que rendeu algumas brincadeiras com ele por parte dos participantes do Grupo da Granja Portugal.

Damião cumpriu PSC no Centro de Assistência Social (CRAS) do Bom Jardim e, segundo Vítor, que também participou dos dois grupos e era seu amigo, Damião não continuou indo para as oficinas do Conjunto Ceará por estudar à tarde.

- *MARLEY*

Marley tinha 16 anos quando participou do grupo do Conjunto Ceará. Participou de seis encontros. Era alegre e divertido, ficou bem amigo de Igor. Escolhi este nome, pois em uma das oficinas se apresentou dizendo “Sou (...), sou da família do Bob! [Marley]”, em alusão ao estilo de vida do cantor.

Na última oficina temática, foi perceptível a necessidade de Marley falar sobre suas experiências no centro socioeducativo de internação, ele nem respirava, era como um desabafo acumulado.

- *ÍTALO*

Participou apenas da primeira oficina do grupo do Conjunto Ceará e tinha 16 anos nesse período. Sobre a experiência de ser jovem, disse que costumava surfar, mas que atualmente não podia, em decorrência de conflitos territoriais. Também, devido a esses conflitos, não estava indo à escola.

Em reunião com a equipe do CREAS, a psicóloga nos informou que conseguiram matriculá-lo em outra instituição. Cumpriu medida de L.A

- *RUBENS*

Rubens tinha 18 quando participou do grupo do Conjunto Ceará. Foi para apenas três encontros, as três primeiras oficinas temáticas, mas nos marcou com sua postura contestadora e, ao mesmo tempo, amigável. No primeiro encontro, foi quem puxou a discussão

sobre violência policial, ao declarar que ia falar a “real” na escolha da imagem. Relatou diversas situações de suas trajetórias, como abordagens policiais e rejeição ao tentar se matricular em escola (pois “tinha passagem” no sistema socioeducativo), sempre de forma crítica e questionadora.

Na última oficina em que foi, levou a sua companheira, Eva (*nome fictício), e ao pedirmos seu contato para marcarmos uma entrevista, Rubens topou, mas pediu para gravarmos o whatsapp de Eva em vez do dele. Alguns dias depois, confirmamos com Eva a entrevista, mas Rubens não apareceu e não foi mais para os encontros. Segundo a equipe do CREAS, ele finalizou a medida de L.A depois da última oficina em que foi e não quis mais frequentar o equipamento.

- *VÍTOR*

Vítor participou do grupo da Granja Portugal e de quatro encontros do Conjunto Ceará, incluindo o evento de encerramento. Tinha 17 anos quando participou do último grupo. Demonstrava ser tímido e reservado, mas se mantinha atento quando os outros jovens faziam seus relatos. Perto de Damião, de quem era amigo, ficava mais descontraído. Cumpru PSC no CREAS do Bom Jardim junto com ele.

- *WALTER*

Walter não cumpria medida socioeducativa, mas passou a fazer parte do grupo do Conjunto Ceará quando Suarez começou a levá-lo. Tanto que também foi feito um certificado para ser entregue a ele. Participou de seis encontros, incluindo o dia em que os levamos para a VI Marcha da Periferia.

Walter era tímido, mas, como o irmão, bastante doce. Gostava muito do graffiti e me enviou pelo whatsapp (que era o mesmo do irmão) grandes desenhos que fez com lápis na parede do quarto. Nos trajetos nos quais fizemos, era comum que ele apontasse para graffiti que avistava nas ruas. Afirmou que as paredes do CREAS SER V (que já estão antigas e desgastadas!) ficariam bem melhor se fossem grafitadas.

*PARTICIPANTES-PASSAGEIROS DO GRUPO CONJUNTO CEARÁ QUE FORAM
ENTREVISTADOS:*

- *IGOR*

Igor participou de sete encontros do grupo do Conjunto Ceará. Tinha 17 anos

quando participou. Foi para os encontros mesmo já tendo finalizado a medida de L.A. Era tímido, mas foi ficando mais à vontade no decorrer dos encontros. Tornou-se bem amigo de Marley, apelidando-o de “gordim”.

Igor foi o nosso primeiro entrevistado, mas, diferentemente dos outros dois (Iel e Suarez) não sugeriu um nome, quando perguntamos, disse que poderíamos colocar qualquer um. No momento, isto não me pareceu uma atitude de indiferença, senti algo mais próximo de um ato de confiança, como quando ele dizia para nós que não precisávamos lhes consultar para tirarmos fotos das oficinas, nós podíamos. Após a entrevista, percebi que ficou mais afetivo conosco. Já cumpriu PSC no Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim e medida socioeducativa de internação.

- *IEL*

Iel tinha 17 anos quando começou a participar das oficinas e completou 18 anos dentro desse período. Foi o único jovem que foi do primeiro ao último encontro, incluindo o que fomos para a VI Marcha da Periferia. Era extrovertido e sorridente. Demonstrou uma incrível habilidade com desenho e estava sempre desenhando. Foi dele o desenho da capa do fanzine realizado na terceira oficina temática.

Foi o nosso segundo entrevistado. Na entrevista, disse que sua história “era uma loucura”. Definiu-se como brincalhão e um “um cara que não tem medo de nada”, “se for preciso pular de para-quedas”, ele pula. Afirmou que sempre foi “uma pessoa que ajudou várias pessoas“ (sic) [“Se eu via uma pessoa na rua com frio, eu ia lá em casa e pegava um cobertor, entendeu? Sempre ... Sempre não responder os mais velhos. Se tiver no ônibus e tiver uma pessoa idosa eu se alevanto, mesmo que eu seja cansado (...)”]

No final da entrevista, perguntamos por qual nome ele gostaria de ser chamado na pesquisa. Primeiro, Iel respondeu que “Roberto Carlos”, pois é fã do cantor (o que nos surpreendeu, devido à sua idade!). Depois, mudou de ideia e disse que preferia ser chamado de Iel, pois é o seu apelido desde a infância.

- *SUAREZ*

Suarez participou de sete encontros do grupo, incluindo o dia em que os levamos para a VI Marcha da Periferia, e finalizou a medida socioeducativa de L.A. Levava para as oficinas seu irmão mais novo, Walter, e era bastante cuidadoso com ele.

Suarez contou do período de sua vida que foi pixador e que era movido pela adrenalina de subir nos prédios altos. Contudo, passou por violências policiais e quase levou um tiro, o que o fez desistir. Suarez era comunicativo e doce. No final da entrevista, perguntamos-lhe como gostaria de ser chamado, e Suarez escolheu este nome por ter sido o

apelido dado a ele pelos moradores do bairro em que está morando. Disse que o acham parecido com o jogador Uruguaio “Suarez”, que atualmente joga no time Barcelona.

*PARTICIPANTES-PASSAGEIROS CONVIDADOS PARA APRESENTAÇÕES DOS
EVENTOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DO GRUPO (Entrevistados):*

- *EMANUEL:*

Emanuel tem 25 anos, é poeta e canta rap. É egresso do sistema socioeducativo e, como nosso convidado, participou dos eventos de abertura e encerramento do grupo. Nesses eventos, apresentou sua poesia e seu rap e narrou um pouco da sua experiência cumprindo medida socioeducativa em um dos centros de internação do estado, anos atrás. Emanuel denuncia o sistema capitalista, fala sobre a resistência e que ela não deve ser romantizada. Através de suas poesias, rap e apresentações, Emanuel, em diversos momentos, busca subverter o “estereótipo de bandido” (sic), como ele mesmo diz, que lhe é atribuído.

- *PEDRO BALA:*

Pedro Bala, 21 anos, tem um grupo de rap em dupla com seu amigo, que escolheu o nome João Grande para ser mencionado na pesquisa. Os nomes são de personagens do livro “Capitães da Areia” do escritor Jorge Amado e foram escolhidos por eles. Assim como Emanuel, o grupo dos dois foi convidado pelo História Desmedidas e Traficando Saberes para se apresentar nos eventos de encerramento do grupo de 2018 (o qual acompanhei) e, novamente, no evento de abertura do grupo que se formou em 2019. Pedro Bala é simpático, bem humorado e, após entrevistá-lo, disse-lhe que estou mais incentivada a terminar o livro “Capitães da Areia”, algo que há tempos adio.

2.4. Estratégias e Ferramentas Metodológicas:

As estratégias para a colheita dos dados da pesquisa envolveram: 1. Acompanhamento de atividades voltadas a esses jovens e conversas do cotidiano, 2. oficinas temáticas em grupo, 3. entrevistas narrativas com manejo cartográfico sobre suas trajetórias de vida, registradas por meio de audiogravação.

As duas primeiras estratégias foram, desde o princípio, acompanhadas de *diários de campo*. Estes aparecem de dois modos: ora como citações, ora diluídos no próprio texto, na

medida em que são matéria prima para este. Para Barros e Kastrup (2010), o diário de campo colabora na produção de dados da pesquisa, transformando as observações do campo em conhecimentos e modos de agir. Segundo as autoras, esses relatos “buscam, sobretudo, captar e descrever aquilo que se dá no plano intensivo das forças e dos afetos” (BARROS e KASTRUP, 2010, p. 70). Medrado; Spink e Melo (2014) propõem os diários de campo como participantes da pesquisa, e não apenas como instrumentos desta. Os diários de campo seriam, assim, “atuantes“, pois, com ele, o pesquisador dialoga, constrói relatos, expõe dúvidas e impressões, compondo a pesquisa e a potencializando. Os diários reconstituem histórias. Para Lourau (2013, p.) “O exercício cotidiano de escrever sobre o cotidiano constrói e se apropria de realidades, num movimento especular”.

2.4.1. Acompanhamento de Atividades e Conversas no Cotidiano

Utilizamos como estratégias as conversas e acompanhamento do cotidiano que, Segundo Pinheiro (2018), auxiliam na inserção territorial e vinculação com os jovens, possibilitando uma maior aproximação dos territórios existenciais dos participantes da pesquisa e explicitando uma “multiplicidade de vozes e conexões feitas pelos jovens” (p.80). Assim, o nosso contato com os adolescentes e jovens se estendeu para além de oficinas e entrevistas, quando os acompanhamos em alguns percursos e trajetos. Trago aqui prévias de algumas dessas cenas.

Começamos com o fechamento do grupo que ocorria na Granja Portugal, após acompanharmos cinco encontros, que consistiu em uma visita às exposições de arte do Centro Cultural Dragão do Mar e da Caixa Cultural e os acompanhamos. O trajeto até lá, em ônibus do governo do estado, deu-se acompanhado de café da manhã dentro do ônibus e risadas devido às voltas (aparentemente desnecessárias!) dadas pelo motorista até o nosso destino.



Figura 4: Adolescentes/jovens deitados sob instalação “Lágrimas de São Pedro” na exposição da Caixa Cultural (Encerramento do grupo da Granja Portugal)

Com participantes do grupo do Conjunto Ceará, foco desta pesquisa, acompanhamos outros momentos. Após entrevista com Suarez, o momento com ele e seu irmão Walter se prolongou para uma caminhada do CREAS até o terminal, onde continuamos a conversar. Também teve o dia que levamos Iel, Suarez e Walter para a VI Marcha da Periferia, cuja concentração se deu no campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE), trocamos passinhos de reggae, lanchamos juntos(as) e fizemos o percurso de volta com eles de uber. E, por fim, quando fomos para o encontro de encerramento das oficinas temáticas na UFC, com Alan, Iel, dois amigos convidados de Iel, e Vítor em uma kombi.

Buscamos uma *pesquisa peripatetiva*. Lancetti (2008) chama de “*peripatetismo*” “conversações e pensamentos que ocorrem durante um passeio, caminhando” (p.19). Tais ações se constituem como ferramentas para compreender experiências realizadas fora do “setting”, em movimento, sendo estratégias que transbordam os protocolos tradicionais. Procedimentos assim permitem um processo de vinculação com os jovens e um contato que não se dá apenas de modo pontual (PINHEIRO, 2018). Esses momentos contribuíram para a formação e fortalecimento de vínculos, deixando-nos mais à vontade com esses jovens e vice-versa.

Corroborando com Huning; Gomes (2019), caminhar por territórios urbanos se constitui em uma ferramenta metodológica que nos permite compor nossos corpos com o processo da pesquisa. Esses trajetos compartilhados produzem experiências de percursos espontâneos, não se restringindo a um “protocolo”, fazendo-nos acompanhar, de alguma maneira, modos de ser e agir nos espaços, por meio dos afetos mobilizados pela experiência dos encontros.

2.4.2. Traficando Histórias “Oficinas como dispositivo de inter(in)venção”.

Neste tópico, refletirei acerca da montagem de um dispositivo de pesquisa inter(in)venção, que foram as oficinas com os participantes-passageiros. Como será possível acompanhar, esse dispositivo grupal permitiu a construção de elementos importante acerca das trajetórias dos adolescentes. Rodrigues (2017) concebe a ideia do grupo-dispositivo, considerando o grupo como produtor de efeitos subjetivadores. A autora considera o recurso grupal como provocador de conexões entre pessoas diferentes, assim como de encontros de diversos modos de existência. Além do fluxo grupal e de seus processos subjetivos, podemos olhar para a instituição em que ele ocorre, para o território e para a sociedade em geral.(RODRIGUES, 2017).

Em 2018.2, o CREAS SER V já se encontrava no Conjunto Ceará. Firmamos parceria com o projeto de extensão “Traficando Saberes do Laboratório de Estudos sobre a Violência (LEV), ligado ao Departamento de Ciências Sociais da UFC para a construção e realização de 12 oficinas temáticas, além de um encontro de abertura dessas oficinas, no próprio CREAS SER V no Conjunto Ceará, e um encontro de encerramento, que se deu na UFC. Também contamos com ONG Visão Mundial, a qual disponibilizou lanches para o final de cada oficina e dois grafiteiros para as oficinas de graffiti, e com o Centro de Defesa dos Direitos de Criança e Adolescentes do Ceará (CEDECA-CE), que nos auxiliou com o transporte dos jovens de ida e volta a 6ª Marcha da Periferia. O grupo era optativo aos adolescentes e jovens, não se constituindo requisito para o cumprimento das medidas.

O encontro de abertura contou com 16 adolescentes e jovens e seus familiares. As 12 oficinas foram realizadas semanalmente, entre setembro e dezembro de 2018. Incluindo o evento de abertura e o evento de encerramento, o grupo incorporou socioeducandos em cumprimento de LA e PSC, familiares e egressos do sistema socioeducativo. As oficinas tiveram como pilares a abertura do espaço grupal para os jovens compartilharem suas histórias de vida, atentando para especificidades, semelhanças e divergências entre si, a partir da discussão de temas relacionados ao campo dos direitos humanos e juventude. Ocorreram todas as quintas-feiras, com um revezamento na facilitação, de modo que, nas seis primeiras oficinas, os parceiros do Traficando Saberes facilitava em uma semana e nós do Histórias Desmedidas na outra. Os temas dessas seis oficinas foram: i) Juventudes e cidadania (Facilitação: VIESES-UFC); ii) Direitos humanos, lutas e instituições (Facilitação: LEV-UFC); iii) Violência institucional e formas de enfrentamento (Facilitação: VIESES-UFC); iv) Discriminação e resistências populares (Facilitação: LEV-UFC); v) Educação, liberdade e convivialidade

(Facilitação: LEV-UFC) e vi) Responsabilização juvenil e projetos de futuro (Facilitação: VIESES-UFC). Os seis encontros restantes foram divididos entre três oficinas de produção de vídeo, facilitadas por um membro do LEV-UFC, e três oficinas de graffiti, realizada por grafiteiros vinculados à ONG Visão Mundial. Tivemos um encontro extra, para o qual propomos ir juntos(as) à VI Marcha da Periferia.

2.4.2.1. Oficinas Temáticas:

As oficinas de iniciaram após o encontro de abertura, que teve como intuito convidar adolescentes e jovens para participarem do projeto. Emanuel foi um deles e falou sobre sua experiência no sistema, cantando um rap de sua autoria. Um grupo de reggae e uma cantora de rap também se apresentaram. Logo após, fizemos uma rodada de apresentação envolvendo todos(as) e explicamos a proposta das oficinas.

Na semana seguinte, as oficinas tiveram início. A equipe era composta por mim, Filipe, Carla Jéssica e Professor João Paulo, do projeto Histórias Desmedidas, e Fernanda, Lilica, Olavo, Professor Luiz Fábio, do projeto Traficando Saberes, indo também, vez ou outra, alguns alunos da Ciências Sociais-UFC. Para que não ficassem muitos(as) facilitadores(as) por encontro, a equipe se dividia de modo que cada projeto se encarregava por preparar/facilitar oficinas específicas. Os/as membros do VIESES-UFC e LEV-UFC estiveram presentes em todos os encontros, mesmo revezando na facilitação.

Preparamos metodologias participativas a fim de que os participantes se sentissem à vontade para compartilhar suas trajetórias e seus cotidianos, problematizando situações de violações que pudessem surgir, compreendendo que a pesquisa na cartografia faz aparecer a coletividade e a experiência do comum, constituindo-se como pesquisa-intervenção, participativa e inclusiva. Tal grupo de adolescentes e jovens que se implicou nesta pesquisa não se reduzia a um conjunto de pessoas reunidas, mas em uma dimensão processual coletiva. O plano comum, no entanto, não é traçado como homogêneo e nem se constrói amenizando as diversidades dos participantes, sendo necessário ser pensado na diferença, no que diz respeito a partilhas, conexões e, também, a tensionamentos. As oficinas também não seguiam um plano ou estrutura rígida, sendo moldada no decorrer da intervenção junto aos participantes. (KASTRUP & PASSOS, 2014).

Ao final da maioria das oficinas, os participantes eram convidados a produzir algo na forma de desenhos, textos, cartazes ou fanzines, a depender da oficina, com o intuito de materializar e expressar efeitos gerados pelas discussões. Após o término de cada uma,

tínhamos o momento do lanche, no qual sugeríamos que os participantes escolhessem músicas e lanchávamos coletivamente ao som delas e conversando com eles. Consistiram em ocasiões também de vínculo e aproximação.

Segue abaixo como se deu cada oficina, junto ao seu processo de realização, com seus respectivos temas e adolescentes/jovens que participaram do encontro.

1ª Oficina Temática: Tema: Juventudes e Cidadania

Adolescentes e jovens participantes: Iel, Rubens, Marley, Igor, Damião, Ítalo, Vítor.

Nesta primeira oficina, espalhamos pelo chão imagens que continham jovens em diversas situações e, por meio do questionamento “O que é ser jovem?”, sugerimos que cada um escolhesse uma imagem ou mais de uma que, de acordo com suas vidas e cotidianos, pudessem contemplar suas experiências juvenis. Levamos tarjetas com os cinco direitos fundamentais do ECA (Direito à Vida e à Saúde; Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; Direito à convivência familiar e comunitária e Direito à cultura, ao esporte e ao lazer). Após a discussão, sugerimos que eles distribuíssem as imagens em uma grande folha de papel madeira, indicando quais representavam direitos do ECA que estavam sendo garantidos e quais não estavam. Eles distribuíram as imagens em “Tá tendo” (reunia tanto os direitos garantidos quanto as violações); “Não tá tendo” e criaram ainda outra categoria, a “Tá tendo mais ou menos”.

Este foi nosso primeiro contato mais próximo com os participantes do grupo. O processo de compartilhamento de territórios existenciais exige de nós uma receptividade afetiva, para que territórios que se avizinham possam nos adentrar. Tal receptividade afetiva consiste em uma abertura aos acontecimentos em nosso entorno, mantendo-nos disponíveis para aquilo que não conhecemos. Assim, o intuito foi contribuir para um espaço de escuta das narrativas, respeitando os jovens que não estavam se sentindo à vontade para falar e percebendo modos de expressão. No momento da atividade, aproximamos-nos uns dos(as) outros(as), decoramos juntos(as) o cartaz e perguntamos quais músicas eles gostavam para ouvirmos enquanto lanchávamos. Assim se deu o início do processo de nos conhecermos, de formação de vínculos e do cultivo do que estava por vir (ALVAREZ; PASSOS, 2010)



Figura 5: Uma das tarjetas do ECA, na roda com os adolescentes/jovens e as imagens expostas ao chão



Figura 6: Feitura do cartaz “Histórias Desmedidas + Traficando Saberes”

Antes de iniciar a oficina, ao entrar na instituição, deparamo-nos com o forro do teto caído no chão. Os funcionários informaram que havia caído pouco antes de chegarmos, em horário de almoço, e nos conduziram por outro caminho para chegarmos na área onde fica o CREAS. Assim, este primeiro dia de oficina marcou também, logo na entrada, nosso contato com a precarização da instituição, pista para o que depois emergiu como um dos vetores de subjetivação a ser trabalhado na pesquisa.

2a Oficina Temática: Direitos humanos, lutas e instituições

Adolescentes e jovens participantes: Iel, Rubens, Marley, Igor, Damião, Vítor, Suarez.

Foi utilizado o curta-metragem “A ilha” como disparador para a discussão sobre direitos humanos. Os participantes falaram sobre aspectos que faltam em seus bairros, tais como posto de saúde e praça para lazer. Isso nos forneceu pistas sobre a dimensão da precarização da vida e da condição de cidadania escassa (SALES, 2005), articuladas à (in)visibilização perversa, a que estão submetidos, que operam em seus modos de relação consigo e com os outros. A dimensão das políticas públicas passou a pulsar mais na pesquisa.

3ª Oficina Temática: Violência institucional e formas de enfrentamento

Adolescentes/jovens Participantes: Iel, Rubens, Eva (companheira de Rubens), Marley, Igor, Vítor.

Iniciamos a oficina com a música “O que vejo”, do grupo Ponto de Equilíbrio, a qual alguns deles já conhecia. Entregamos a letra impressa para cada adolescente e jovem, junto com o fanzine de “Violência Institucional” produzido pelo VIESES. Ouvimos a música, eles comentaram os trechos que mais lhes chamavam a atenção e iniciamos o tema da oficina, a partir da música e do fanzine sobre violência institucional. Os adolescentes/jovens relataram diversas vivências de violência institucional em suas trajetórias, principalmente em relação à polícia e à internação nos centros socioeducativos, chamando-nos a atenção para como essas violências, referentes às relações das políticas públicas com esses jovens, que deveriam contemplar seus direitos, marcam suas trajetórias e cotidianos.

Quando levantamos as possíveis formas de enfrentamentos, questionando-os sobre isso, falamos sobre os coletivos juvenis, os amparos que oferecem e comentamos acerca desses momentos de roda de conversa, de discussão, de conhecimento de direitos e debate, que também podem ser formas de enfrentamento e fortalecimento. Contudo, Rubens nos trouxe “É, mas não adianta eu conhecer os direitos, a gente pode conhecer, chegar pro policial “Ei, meu direito é esse” e o policial “sim, e aí? Tô nem aí pro seu direito”. Efetivamente, os direitos não valem para esses sujeitos, que habitam certos espaços. Tomados como não-cidadãos, seus direitos e locais de moradia podem ser violados.

A intervenção de Rubens nos desestabilizou, tensionou nossos olhares e nossas práticas, desafiando-nos a pensar em propostas concretas e acessíveis de enfrentamento, não as tomando tanto a longo prazo ou no campo do ideal. As estratégias de intervenção englobam a rede de poder e o jogo de interesses constituídos no campo, ampliando, por sua ação crítica e implicada, condições para trabalho compartilhado, espaços de problematização e desconstrução

de territórios, facilitando a construção de novas práticas (ROCHA; AGUIAR, 2003).

No final, entregamos uma folha de papel ofício para cada (incluindo facilitadores(as)), disponibilizamos canetinhas, giz de cera, revistas, tesouras e cola, e propomos que construíssem um fanzine coletivo sobre violência institucional a partir de nossas discussões. Nós do Vieses nos comprometeríamos a juntar as folhas de cada participante, fazer as xerox e entregar-lhes na oficina seguinte.



Figura 7: Processo de produção do fanzine na oficina “Violência Institucional e Formas de Enfrentamento”

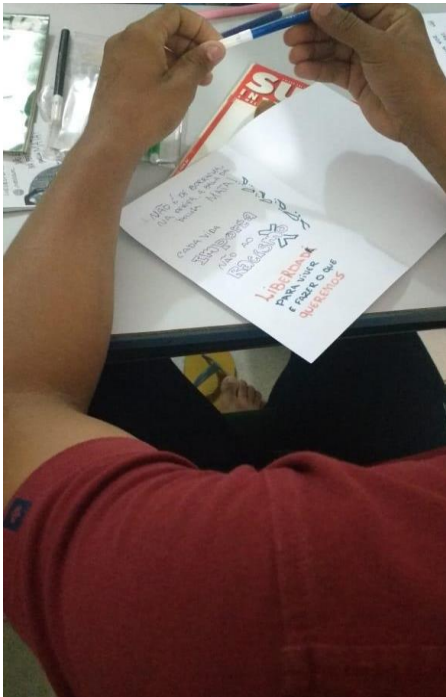


Figura 8: Produção de fanzine.
 “Não é de borracha, na perifa a bala da policia mata”
 “Cada vida importa”
 “Não ao Racismo”
 “Liberdade para viver e fazer o que queremos”

4ª Oficina Temática: “Discriminação e resistências populares”

Adolescentes/jovens participantes: Marley, Igor, Iel, Suarez, Walter.

A oficina se iniciou com a apresentação de uma compilação de vídeos de pessoas contando seus sonhos. Em seguida, cada um de nós (facilitadores(as) e adolescentes/jovens participantes) desenhamos e/ou escrevemos nossos sonhos em uma folha de papel ofício e compartilhamos na roda de conversa. A ideia foi discutir as diversas formas de sonhar e como os sonhos podem constituir modos de resistência, considerando a relevância de abordar essa temática com jovens que, muitas vezes, são colocados como descartáveis e sem perspectivas de um futuro longo. Sonhos sobre um mundo sem racismo e sem violência, com mais paz e tranquilidade foram relatados, indicando-nos a forte presença desses atravessamentos em suas trajetórias, que se constituíram em pistas para as temáticas abordadas nesta pesquisa.

5ª Oficina Temática: Educação, liberdade e convivialidade.

Adolescentes/jovens participantes : Vítor, Marley, Igor, Iel.

Após a exibição dos vídeos “Vida Maria” e “Meu amigo Nietzsche”, pedimos as adolescentes/jovens que comentassem elementos dos vídeos que lhes chamaram a atenção. Depois se iniciou uma discussão sobre leitura e educação. Jovens comentaram que o mais gostavam em suas escolas eram a quadra de esportes e o intervalo, afirmando que não tinham matéria favorita e que não gostavam de ler. Percebemos que os moldes de educação não tem lhes contemplado. Quando abordado o rap e a poesia que o compõe, eles se identificaram imediatamente, visto que se trata de algo que pertence aos seus territórios existenciais. Assim, percebemos a necessidade do compartilhamento de territórios para compreendermos a amplitude e diversificação de fenômenos, que, na produção de políticas públicas, podem nos apontar possibilidades e propostas de construções conjuntas (ALVAREZ; PASSOS, 2010).

6ª Oficina Temática: Responsabilização Juvenil e Projetos Futuros

Adolescentes/Jovens participantes: Marley, Iel, Igor.

Para elaboração da metodologia e facilitação desta oficina tivemos Lívia, também do mestrado em psicologia, como parceira. Fizemos um círculo de cultura espalhando pelo chão tarjetas com palavras disparadoras relacionadas ao tema, como “Juiz”, “ECA”, “Dificuldade”, “Mudar de Vida”, “PSC”, “LA”, “Responsabilização”, “Punição”, “Apoio ao Adolescente”, “Medida Socioeducativa”, “Oportunidade”, “Futuro”. Cada um de nós escolheu uma palavra e explicamos o porquê da escolha. Os adolescentes/jovens compartilharam experiências

principalmente advindas do período em que passaram nos centros socioeducativos de internação. O Círculo de Cultura implica a premissa de que cada um pode dizer sua palavra e fazer a leitura do próprio mundo, sendo o diálogo um dispositivo mediador, que pressupõe nos relacionarmos com esses jovens, considerando-os sujeitos Simbólico quando o assunto é socioeducação, em que a lógica sancionatória e punitiva ainda se sobressai sobre o viés educativo e ressignificador da medida.

O produto da oficina seria uma esquete de teatro, porém, o compartilhamento de experiências durou bastante tempo e deixamos que ela fluísse.

O deixa “fluir” em contraponto à seguir o previsto, compreendendo a necessidade daquelas narrativas, demonstra o “acompanhar processos” da cartografia, que se deve estar em curso em todos os momentos. Exploramos o território por olhares, escutas e sensibilidade ao que está sendo mais convocado naquele contexto, abrindo-nos para seu movimento (BARROS;KASTRUP, 2010).

Ao final, enquanto eles colocavam no papel projetos futuros, propomos a eles uma avaliação das oficinas temáticas (perguntamos o que acharam, o que gostaram, o que não gostaram, o que sugeririam), já que esta era a última e na semana seguinte iniciariamos as oficinas de vídeo. Os projetos futuros se referiram à paz e tranquilidade na família e na escola (mais uma vez, a paz e tranquilidade como desejos para o cotidiano) e ao trabalho. Insistir nas temáticas de sonho e futuro é propôr a constituição de novos territórios existenciais, buscando desestabilizar a condição de não humano.



Figura 9: Círculo de cultura com as tarjetas de palavras no chão

2.4.2.2. Oficinas de Vídeo:

As oficinas de vídeo objetivaram engendrar processos de produção de vídeos, curtas e documentários. Pretendia-se que, terminadas as oficinas, os adolescentes/jovens preparassem um vídeo/documentário sobre o tema que escolhessem, com o intuito de produzir o vídeo como dispositivo, máquina de fazer ver e falar. Para isto, era incentivado que eles filmassem cenas do que gostariam que estivesse no documentário e/ou tirassem fotos. Após o compilado e edição de todas as fotos e filmagens, o vídeo seria apresentado no evento de encerramento das oficinas na UFC. Algumas fotos e filmagens ficaram no celular de Iel que, depois, disse-nos que ficara sem o celular, e não tivemos mais acesso a elas.

O tempo e alguns imprevistos com o facilitador dificultaram o andamento da proposta inicial e de seu processo, que era a produção de um vídeo mais protagonizada pelos jovens. No fim, o vídeo se transformou na apresentação do projeto Histórias Desmedidas + Traficando Saberes, contendo algumas fotos tiradas pelos adolescentes/jovens, facilitadores(as) e depoimentos dos professores coordenadores do projeto.

A 1ª Oficina de vídeo: Introdução ao vídeo e à fotografia teve oicineiro de vídeo, membro do LEV-UFC, Mário, como responsável, e os participantes foram Iel, Igor, Suarez, Walter. Neste encontro, Mário deu dicas sobre filmagens, exibindo vídeos explicativos sobre enquadramento e produção de vídeos, e, a partir delas, os(as) participantes testaram a câmera. A proposta do vídeo era favorecer um campo de criação, a partir do agenciamento de novas formas de construção, tais como palavras, sons e imagens, produzindo outras visibilidades e dizibilidades sobre e com essas juventudes e sobre outros possíveis no campo da socioeducação em termos de responsabilização juvenil e sua dimensão pedagógica (MIRANDA et al, 2017).

A 2ª Oficina de vídeo: Introdução ao vídeo e à fotografia teve como responsáveis o icineiro de vídeo do LEV, Mário, o Roteirista, o Diretor e a Fotógrafa do curta “Grilhões”. Os Participantes: Iel, Suarez, Walter, Alan e sua mãe. Neste encontro, foi exibido o curta-metragem “Grilhões”, que foca em um jovem estigmatizado pelo uso de tornozeleira. O produtor, a fotógrafa e o roteirista desse curta compartilharam experiência de produção e elaboração deste trabalho.

Um dos jovens compartilhou que um amigo já tinha tirado a tornozeleira de si e colocado no próprio gato. Todos riram e ele explicou que, dessa forma, o gato ficava em casa e se mexia por ele. Comentaram sobre a problemática da tornozeleira, a vergonha do personagem do vídeo de tê-la, enterrando o pé na areia para que as pessoas não a vejam, e, por fim, sobre o olhar de uma criança que aparece no vídeo, não julgando o rapaz. Pensamos sobre os

sentimentos de vergonha em relação ao ato infracional e a necessidade de não serem julgados, o que lhes silencia e estigmatiza. A intervenção se conecta com a pesquisa ao pensarmos sobre processos de sujeição criminal que permeiam as relações desses jovens com a medida socioeducativa.



Figura 10: registro da 2ª Oficina de vídeo

Na 3ª Oficina de vídeo, oicineiro de vídeo não pôde ir para este encontro, que teve a participação de *Alan, Suarez, Walter e Iel*. Assim, nossa equipe assumiu a facilitação, propondo que o grupo pensasse o que gostariam de filmar e desenhasse ou escrevesse sobre. As ideias que surgiram eram relacionadas ao reggae e ao graffiti, expressões que estão incorporadas em seus cotidianos, demonstrando que esses momentos de criação, para além da técnica, produz também formas de estar no mundo, reconhecer-se e compor relações sociais (MIRANDA et. al, 2017). Enquanto faziam a atividade, colocamos músicas escolhidas por eles.

Neste dia, foi nos avisado que a sala estava com energia fraca e o ar condicionado não poderia ser ligado. Deram-nos as opções de realizar a oficina com ventiladores ou no pátio da instituição. Contudo, afirmaram que o forro do teto do pátio estava prestes a “cair”, o que fez com que optássemos por ficar na sala. Os ventiladores faziam muito barulho e havia um escorpião perto de um deles. As luzes da sala piscavam e os adolescentes/jovens tinham dificuldade de nos ouvir devido aos ventiladores. A coordenadora disse que a sala estava naquele estado desde cedo. Avisaram à prefeitura, mas nada fora feito até aquele momento. Essas processualidades envolvidas na inserção em campo estavam sendo acompanhadas por meio do **reconhecimento atento**, incorporando-as nos objetivos da pesquisa (KASTRUP,

2010).



Figura 11: Grupo durante a atividade proposta na 3a Oficina de vídeo.



Figura 12: Forro do teto do pátio do CREAS SER V, prestes a cair como o que caíra na entrada.

2.4.2.3.VI Marcha da Periferia: *"E se fosse seu filho? E se fosse sua filha? Todas as vidas importam!"*

Adolescentes/jovens que participaram: Iel, Suarez e Walter

Fernanda, integrante do LEV-UFC, teve a ideia de convidarmos o grupo para ir conosco à VI Marcha da Periferia. Seria um encontro extra, condizente com o que vínhamos discutindo nas oficinas, e uma oportunidade para fazerem filmagens e fotos para o vídeo.

A Marcha da Periferia é uma manifestação que tem como pauta a violência contra adolescentes e jovens da periferia no Estado. Em Fortaleza, ocorre anualmente desde 2012 e é organizada por coletivos juvenis, movimentos sociais e organizações da sociedade civil da cidade. Também realizada em outras cidades do país, a primeira marcha foi uma iniciativa do movimento de hip-hop Quilombo Urbano, em São Luís do Maranhão, em 2005. Em memória ao Dia da Consciência Negra, efetua-se sempre no mês de novembro.

Em 2018, o tema da VI Marcha da Periferia em Fortaleza foi "E se fosse seu filho? E se fosse sua filha? Todas as vidas importam!", com concentração na Universidade Estadual do Ceará (UECE) no campus Itaperi. Na praça da Universidade, houve manifestações artísticas e culturais, como apresentações de rap e de dança, além de depoimentos de pessoas que perderam amigos e familiares para a violência do Estado. Infelizmente, não pudemos ficar para a caminhada, mas soubemos que logo após foi realizado um sarau na Praça da Cruz Grande, na qual o grupo "Mães e familiares do Socioeducativo"¹⁵ apresentou uma peça satirizando a política do Estado. Nesta, foi entregue um troféu simbólico de "Ceará Pacífico" a um ator que fazia o papel do governador do Ceará.

Neste dia, foram Iel, Suarez e Walter. Para irmos até à VI Marcha, encontramos com eles no CREAS e fomos de uber até a UECE. Chegando na praça da UECE, recebemos lencinhos vermelhos que continham a frase "ninguém solta a mão de ninguém" e os jovens ficaram brincando com eles, amarrando no rosto ou no pescoço. A proposta era de que filmassem o que lhes chamassem a atenção, podendo também gravar depoimentos de quem estivesse lá, para incorporarmos ao vídeo final.

Após este momento, vimos as manifestações artísticas na praça e ouvimos os depoimentos de mães que perderam os(as) filhos(a) em decorrência da violência na cidade. Suarez, Walter e Iel aparentavam estar bem atentos nessa hora e comentaram conosco sobre terem se sensibilizado com os depoimentos. Lembraram de suas mães e da apreensão que

¹⁵ O grupo "Mães e familiares dos socioeducativo" de Fortaleza-CE se consolidou em 2015 e é composto por mulheres que tem seus filhos e familiares em situação de privação de liberdade nos centros socioeducativos. Elas reivindicam a garantia de direitos desses adolescentes, lutam por melhores condições no sistema socioeducativo e contra a violação de direitos, bem como se movimentam pelo fim do genocídio da juventude negra e pobre (LEITE, 2018). - LEITE, I.L. **"É meu direito de ser mãe": Narrativas de mulheres integrantes do grupo de mães do sistema socioeducativo de Fortaleza.** 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

passam por verem seus filhos em um fogo cruzado, entre conflitos territoriais e violência do Estado (BENÍCIO; BARROS; BICALHO, 2018), o que nos fez pensar sobre seus modos de vida em meio a isso. Em seguida, lanchamos no campus da Universidade e, conforme o combinado, voltamos com eles de uber até o terminal.

2.4.2.4. Oficinas de Graffiti

Estavam previstas que as três oficinas de graffiti seriam facilitadas por dois oficinairos, que também são grafiteiros, da ONG Visão Mundial. Devido um mal entendido, em que os oficinairos acreditaram que não fora liberada a verba para ONG Visão Mundial comprar o material de graffiti, mas havia sido, aqueles não puderam estar presentes no primeiro dia de oficina. As duas oficinas restantes foram facilitadas pelos oficinairos e tiveram como produto principal a produção de uma parede grafitada pelos adolescentes/ jovens participantes do grupo e por nós.

As oficinas tinham como objetivo não apenas o manuseio dos sprays de tinta para desenho, mas também discutir sobre os diferentes tipos de graffiti, sua história e relação com a cultura hip hop. Considerando o graffiti como via de expressão e reinvenção de juventudes, que possibilita apropriações, registros, deslocamentos nas malhas da cidade (DIÓGENES, 2013), consistiram em um posicionamento ético-estético-político atrelado à intervenção.

Na 1ª Oficina de graffiti: Introdução às oficinas de graffiti, os participantes foram Igor, Iel, Suarez, Walter e Alan. Os dois oficinairos não puderam ir, então, resolvemos passar o documentário “A Cidade Cinza” no encontro. Antes, abrimos uma roda de conversa sobre a ida à Marcha e os jovens que foram contaram suas impressões e sensações, sobretudo em relação aos depoimentos das mães. Também conversamos sobre o dia da consciência negra, que fora no dia anterior, e os jovens trouxeram relatos sobre racismo e discriminação.

O documentário que assistimos apresenta diversos depoimentos de grafiteiros de São Paulo sobre graffiti e suas significações, em meio à política da prefeitura de “apagar” algumas intervenções. A arte urbana se constitui como marcas diferenciais no espaço e, sendo não oficial, é objeto de tensionamento entre grafiteiros e o poder público (DIÓGENES, 2013), “provavelmente por fazer parte da esfera das escrituras urbanas inventadas para serem desinventadas e raspadas continuamente da paisagem oficial das cidades” (DIÓGENES, 2013, p. 57).

Na 2ª Oficina de graffiti, com os participantes Iel e Marley, os facilitadores apresentaram os traços do grafitti e desenhamos em folhas de papel ofício. Na 3ª e última

Oficina de graffiti, na qual participaram Iel e Alan, os oficinairos mostraram diversos graffiti por meio do projetor, seus estilos e os muros grafitados e pixados da cidade. Após vermos as imagens, fomos para fora da sala treinar o uso dos sprays e, em seguida, grafitamos o muro. Colorimos as palavras “paz e amor” no muro. Para além do clichê, paz e amor diz dos sonhos e anseios demonstrados pelos jovens no decorrer do grupo.



Figura 13: Muro grafitado durante a última oficina de graffiti

2.4.2.5. Encontro de Encerramento das oficinas e entrega de certificados aos participantes

Local: UFC

Participantes: Vítor, Alan, Iel, M.e I.. (dois amigos convidados de Iel)

O objetivo do encontro era o fechamento das oficinas, apresentando o vídeo produzido e entregando de certificados a todos que participaram. Fomos de kombi com J., parceiro do VIESES, buscar os adolescentes e jovens no CREAS e deixá-los de volta após o evento, rendendo-nos mais um itinerário de uma proposta de pesquisa peripatética.

Para a realização da cerimônia, contamos com a fala de convidados ligados a área dos direitos humanos e de egressos do sistema socioeducativo, os quais trouxeram suas experiências e fizeram apresentações de rap. As letras das músicas retratavam conflitos territoriais, infantilização dos homicídios, a dificuldade de acesso à educação e ao trabalho e a necropolítica em seus cotidianos, bem como modos de resistência por meio da arte. No ano seguinte, entrevistei esses convidados, que foram Emanuel e Pedro Bala, o que fez surgir outro vetor de subjetivação: a arte como dispositivo de reinvenção.

2.4.3. Entrevistas Narrativas

Em relação aos participantes do grupo do Conjunto Ceará, entrevistei três jovens, cada um em um dia diferente, entre os meses de setembro e novembro de 2018: Igor, Iel e, por último Suarez. Para isto, pegamos seus números de whatsapp e combinamos a entrevista entre uma oficina e outra. Propomos-lhe que a entrevista fosse gravada, para podermos acessar os detalhes de suas narrativas, após transcritas. Tentamos também entrevistar Rubens, mas ele não apareceu no dia combinado, e Marley, que também não pôde nos encontrar. Em junho de 2019, entrevistei Emanuel, em conjunto com extensionistas do VIESES, que estavam realizando outro trabalho, e, em setembro do mesmo ano, entrevistei, sozinha, Pedro Bala, que estava acompanhado de João Grande.

A Pesquisa-Intervenção não se dá apenas dentro de um grupo. Por meio da entrevista com manejo cartográfico, buscamos acompanhar processos, movimentos, instantes de ruptura, momentos de mudanças presentes nas falas, considerando experiência como principal característica da pesquisa. (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013). Na maioria das entrevistas, propomos aos entrevistados que falassem sobre suas histórias (“Me fala um pouco sobre sua história de vida?”) e, a partir do que narravam, fazíamos questionamentos relacionados ao que nos chamava a atenção e ao que se conectava com a pesquisa. No caso de Emanuel, sua narrativa de história de vida não ocorreu a partir de um ponto de partida inicial lançado, pois, nas circunstâncias em que a entrevista aconteceu, em conjunto com pesquisadoras que estavam voltadas para outras temáticas, o momento se desenvolveu a partir de perguntas e trocas ao longo de sua fala.

Ressalto que esse processo não tinha como objetivo se reduzir ao conteúdo da experiência e à representação que os entrevistados faziam do que contavam. A troca de informações e o acesso à experiência vivida não são a única direção (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2014). Há três diretrizes que auxiliam esse momento da entrevista: ‘1. A entrevista visa não à fala “sobre” a experiência, e sim à experiência “na” fala; 2. a entrevista intervém na abertura à experiência do processo do dizer; 3. A entrevista busca a pluralidade de vozes” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2014, p. 99-100).

Assim, quando os jovens faziam seus relatos, nossa atenção se voltava também para a experiência produzida na própria fala, com suas variações de entonação, de ritmo e de velocidade, junto a expressões faciais e corporais. Compreendemos que a entrevista não é apenas um meio de acesso à experiência, ela própria se constitui como experiência, e buscávamos nos manter atento em sua escuta, percebendo se os jovens hesitavam em tocar em certos assuntos, se certas histórias eram carregadas de emoção durante as narrativas, se estavam confortáveis ou não, etc.

Nossa fala, ao entrevistarmos, também produz e modula o processo de dizer de quem entrevistamos, de modo que a entrevista é produtora de realidades. A construção da experiência ao longo da entrevista deve estar aberta para variações e multiplicidades, devendo-se evitar seu fechamento em formas totalizantes. A segunda diretriz nos fala sobre “os efeitos das intervenções do entrevistador sobre a experiência do dizer em curso” (p.106), que podem abrir questões e movimentá-las, ou, ao contrário, contribuir para seu fechamento. A tentativa era de que meu manejo se desse na direção de criação de novas perspectivas, acolhendo opiniões e palavras, mas sem se fixar nelas, procurando fazer intervenções e desvios.

A entrevista também se constitui na mobilização de um campo coletivo, colocado em movimento pelas narrativas. A terceira diretriz enfatiza a importância das múltiplas vozes, que, consistindo em um conjunto de interferências e agenciamentos coletivos de enunciação, produzem novos sentidos, apostando na invenção (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2014). Seguem abaixo descrições das entrevistas com os participantes, a serem analisadas nas Linhas que se seguem:

2.4.3.1. Entrevista com Igor

Durante a entrevista, Igor era sucinto em suas respostas e demonstrava timidez. Iniciamos a entrevista lhe pedindo para falar sobre sua história de vida. Igor nos contou sobre o tempo em que morava no interior e como veio para a capital. Segundo ele, sua cidade no interior era menos violenta e podia andar mais “sossegado” pelas ruas, apesar de, hoje, as facções já estarem lá.

Igor relatou a influência dos conflitos territoriais no seu dia a dia, o medo de transitar pelos espaços, os casos de homicídio de moradores do bairro, e o receio também de policiais. Falou sobre as abordagens policiais, a criminalização, as mortes causadas por facções e as motivações dos jovens para entrarem nelas, que se devem a um “status”, um modo de impôr respeito. Em relação às formas de enfrentamento à violência, Igor afirmou ser o diálogo, disse que as pessoas deveriam conversar mais e que o mundo seria melhor se todos tivessem liberdade para ir e vir.

2.4.3.2. Entrevista com Iel

No término de uma das oficinas, perguntei a Iel se ele toparia fazer a entrevista naquele dia e ele respondeu que sim. Já havíamos conversado com ele em outro momento sobre

esta proposta.

Realizamos a entrevista sentados sobre os altos degraus entre a piscina e a quadra de esportes. Estávamos mais à vontade e tranquilos em relação ao tempo, o ar estava fresco e ventilado, o que, juntamente com a personalidade de Iel, contribuiu para um momento agradável e descontraído.

Iel é extrovertido e comunicativo. A partir do disparador “fale sobre sua história”, Iel iniciou a entrevista falando que sua história “era uma loucura”, disse que não tem medo de nada. Sobre as facções e conflitos territoriais, Iel contou sobre as dificuldades de transitar pelo bairro, amigos que foram mortos, pessoas que tiveram que sair de casa, etc. No entanto, afirma também a relação de afeto que os membros das facções tem com moradores do bairro.

No discurso de Iel, esteve bastante presente a violência policial, criminalização por parte da polícia e de pessoas na rua e as situações de preconceito que já passou por ter cumprido e ainda cumprir medida socioeducativa, como a dificuldade de conseguir emprego. Contudo, demonstra força ao falar disto, ressaltando que não se deve “abaixar a cabeça” para ninguém. Afirma que a violência poderá diminuir através de mais opções de lazer, como praças, e ressalta a importância dos jovens conversarem e terem suas vozes escutadas.

2.4.3.3. Entrevista com Suarez

Entrevistamos Suarez após o término de uma das oficinas, na mesma área que havíamos entrevistado Iel algumas semanas antes. Seu irmão, W., que sempre o acompanhava no grupo, ficou esperando a entrevista terminar, conversando com Iel.

Relata que o que mais lhe marcou foi o assalto que realizou em um ônibus junto com um colega. Este colega foi baleado pelo motorista durante o assalto, morrendo poucos dias depois. Suarez fala do linchamento que sofreu no ônibus, da chegada do Raio e dos policiais da Força Tática e da sua foto que estes últimos expuseram no facebook. Conta sobre sua chegada na Delegacia da Criança e do Adolescentes (DCA), do encontro com sua mãe e irmã, do tratamento dos policiais da delegacia e da sua entrada no centro socioeducativo de internação. Suarez falava praticamente sem pausas, de modo que pouco intervínhamos, buscando acompanhar o que ele ia nos relatando. Tinha o discurso elaborado e nos envolvia com a sua história, que nos foi contada com detalhes e emoção. Disse que, atualmente, é acompanhado pelo Ceará Pacífico e pela Rede Acolhe, adora futebol e acompanha a torcida organizada no dia a dia e ações da comunidade, como dia das mães, dias dos pais e dia das crianças.

2.4.3.4. Entrevista com Emanuel

Entrevistei Emanuel junto a duas integrantes do VIESES que estavam preparando outro trabalho do VIESES. Emanuel se dispôs a ir até a UFC e o entrevistamos em um dos pátios, a céu aberto, sentados(as) em roda, próximos(as) a outros(as) alunos(as). Emanuel segurava uma história em quadrinhos (HQ) chamada “Maus”, que aborda o holocausto nazista, ao longo da Segunda Guerra Mundial.

Durante toda a entrevista, Emanuel ressaltou sua relação com a *poesia* e a *palavra*. Conta que seu contato com a leitura, a escrita e poesia se deu através do rap e da descoberta de escritores e artistas da favela. Contou sobre a passagem no centro socioeducativo, seus projetos após sua saída, sua ligação com esta problemática e enfatiza diversas formas de subverter estereótipos por meio da arte. A entrevista foi longa, Emanuel parecia estar à vontade, expunha bastante suas opiniões e indignações.

Desligado o gravador, conversamos mais um pouco. Comentei sobre a HQ que ele estava segurando, da qual eu estava me lembrando dias atrás. Falamos sobre o atual governo e eu comentei algo do tipo “poisé, parece que o passado se repete, né?”. Emanuel pontua que, na verdade, como diz um amigo dele, “O passado não se repete, ele *rima*”. Desde então, essa frase tem ressoado em mim a cada associação histórica que me deparo.

2.4.3.5. Entrevista com Pedro Bala

Pedro Bala é egresso do sistema socioeducativo e meu objetivo inicial era entrevistar apenas ele. Fui ao encontro de abertura do grupo de 2019 e assisti a apresentação do dois, que cumprimentaram os jovens participantes do grupo, cantaram rap e contaram sua história. Pedro Bala estava com o livro “Capitães da Areia” debaixo do braço e, na entrevista, trouxe sua relação com este livro.

Após a apresentação, me apresentei a Pedro Bala e o convidei para uma entrevista. Falei sobre minha pesquisa e o que ela abordava e, ele, de forma simpática, alertou-me que já fizera entrevistas para a Universidade e que só não gostaria que fosse mais uma focada no “crime” e no “ato infracional”. Disse-lhe que seria sobre elementos de sua história de vida sobre os quais ele se sentisse à vontade para compartilhar, e Pedro topou.

Meu objetivo inicial era entrevistar apenas Pedro Bala, por ser egresso do

socioeducativo, porém João Grande, que estava próximo, foi junto conosco. Acabou participando do momento da entrevista e, assim, também a compôs, contribuindo para fluidez desta. Sentamos juntos no pátio, estando o ambiente fresco e ventilado. Com o alerta de Pedro, que me fez pensar sobre como práticas de pesquisa podem estigmatizar e objetificar, preocupei-me em deixá-los bastante à vontade. Senti que, até mais até do que nas outras entrevistas, tenha sido isto devido ao alerta e/ou ao amadurecimento no processo, guiei minhas intervenções pelo que eles iam me trazendo. A observação de Pedro provocou efeitos em mim e na produção coletiva da entrevista.

Pedro Bala, ainda assim, falou bastante sobre o sistema socioeducativo, a discriminação e a violência policial, demonstrando como certas violações marcam suas trajetórias. No entanto, sobretudo, e de modo significativo, emergiu também sua relação com a poesia, com o rap e como essas expressões ressignificaram (e ressignificam) diversas experiências. A entrevista se deu de forma leve e agradável, com vários risos.

2.5. Análise do corpus da pesquisa

A análise do corpus da pesquisa se deu por meio de uma análise cartográfica. Na cartografia, a realidade não é captada como representação e totalização, ela é tomada como algo a ser posto em análise. Assim, desde os primeiros delineamentos da investigação e primeiras vivências em campo, a análise permeou todo o processo desta pesquisa, não se constituindo como etapa realizada apenas no fim, como se viesse à parte de todos os momentos (BARROS E BARROS, 2014).

Tendo em vista que as relações com os jovens, as narrativas e momentos do cotidiano produzidos(as) se constituíram numa dimensão participativa, o procedimento da pesquisa foi desenhado e modelado por experiências e experimentações. Ainda que o processo de análise tenha partido de um “objeto”, que, inicialmente, consistia em processos de sujeição criminal dos adolescentes e jovens da pesquisa, ela se deu atentando para múltiplas relações que permitiriam a emergência deste, trazendo à tona outros aspectos, de modo que o próprio problema de pesquisa foi se delineando de outra maneira, como já pontuado. Esta postura desnaturaliza o objeto, tomando-o em sua dimensão processual (BARROS E BARROS, 2014, KASTRUP & BARROS, 2014).

Desse processo de análise, quatro vetores de subjetivação emergiram na trajetória da pesquisa, constituindo quatro grandes **analísadores**: **1. Atravessamentos da violência nas trajetórias desses jovens**, **2. Relações das políticas públicas com esses jovens**, **3. Capturas e re-**

existências em relações desses jovens com a cidade e 4. Arte como dispositivo de reinvenção.

Analísadores podem ser acontecimentos, indivíduos, cenas, práticas ou dispositivo que evidenciam o inusitado de uma estrutura social, aquilo que “chacoalha” o instituído (RODRIGUES; SOUSA, 1997), eles analisam, explicitam, quebram elementos de uma realidade institucional (ROSSI; PASSOS, 2014). Segundo Aguiar e Rocha (2007), os analisadores “funcionam como catalisadores de sentido” (AGUIAR; ROCHA, 2007, p.256), desnaturalizando o que está posto e suas condições e desestabilizando “a cena natural de um cotidiano que nos parece estático” (AGUIAR; ROCHA, 2007, p.256). Analísadores evocam acontecimentos, sujeitos e práticas que produzem análise (MIRANDA et, al, 2018).

Atravessando os quatro analisadores mais amplos elencados, deparamo-nos com analisadores como *racismo, silenciamentos, conflitos territoriais, homicídios, sujeição criminal, hipermasculinidades*. Blocos com narrativas desses adolescentes que se relacionam a eles foram formados, para uma melhor visualização daquilo que emerge e se conecta, tendo em vista que esses analisadores operam de forma transversal (ROSSI; PASSOS, 2014, p.173).

2.6. Compromisso Ético da pesquisa

Considerando que modos de produção da experiência subjetiva estão em constante transformação, e que se referem a como conjuntos de práticas sociais produzem formas de se relacionar consigo e com os outros, nossas estratégias de conhecimento e intervenções devem estar pautadas pela reinvenção. A dimensão política fundamenta essas intervenções, visto que é necessária atenção para modos de ser e estar no mundo, identificando capturas da subjetividade por modos de subjetivação dominantes (SILVA, 2008).

Desse modo, nosso papel ético não se restringe ao Comitê de Ética, promovido pelas resoluções do Conselho Nacional da Saúde, e a documentações formuladas. Nosso compromisso com esta pesquisa é ético-estético-político. A Ética aqui se associa não a uma “moral”, mas a um ethos, a modos de ser e compartilhar mundos. Estética se relaciona a campos de experimentação da subjetividade que expressam formas de resistência e criação, reinventando modos de produzir vida, postura que convida possibilidades de transformação e movimentação advindas do processo de pesquisar. Assim,

Esta dimensão ético-estética refere-se, portanto, aos valores que constituem nossas ações no mundo (o modo de conduzir-se e de habitar o mundo) e à recriação permanente de nossa própria existência como uma obra de arte (SILVA, 2008, p. 45)

Atentando para não endossarmos dicotomias, tais como sujeitos direitos x sujeitos

indireitos, buscamos propor processos de experimentação que provoquem fissuras em pressupostos cristalizados e estabelecidos, desnaturalizando imposições dicotômicas e práticas sociais dominantes. Dessa maneira, visamos uma atuação crítica a formas de captura e assujeitamento juvenis, cuidando para, também, não reforçarmos lógicas instituídas, silenciando e objetificando os participantes. Com esses jovens, a busca é de experimentar processos com eles, que ampliem territórios existenciais (SILVA, 2008).

Foram respeitados os preceitos éticos e legais definidos para pesquisas com seres humanos, conforme Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012), com a aprovação desta pesquisa no Comitê de Ética. Para o Comitê, foi encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) dos entrevistados e o Termo de fiel depositário com a autorização responsável legal do jovem. Os participantes-passageiros foram convidados a participar da pesquisa, a partir da explicação de seus objetivos e justificativa, tendo sido assegurados o anonimato, o sigilo das informações, a privacidade dos sujeitos, o respeito aos valores culturais, sociais, morais e espirituais. Levamos em conta a aproximação com eles e a formação de vínculo durante todo o processo.

3. LINHA 003: DE QUAIS ADOLESCÊNCIAS E JUVENTUDES ESTAMOS FALANDO?: ADOLESCÊNCIAS, JUVENTUDES E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO

No percurso de kombi, passamos por uma rua que fez com que Iel lembrasse “Olha, eu vendia jujuba aqui nesse sinal!”. Perguntei mais sobre, e ele contou que vendia jujuba e água com os amigos da rua, vestido de palhaço, quando tinha 14 ou 15 anos. Neste mesmo trajeto, pude observar também reações dos jovens ao passarmos por uma rua em que a polícia realizava uma abordagem. Atentos, querendo olhar, e soltando interjeições que demonstravam familiaridade com o que estavam vendo (DIÁRIO DE CAMPO, 07.12.2018)

O trecho acima remete a uma época da vida de Iel, lembrada por ele ao passarmos por uma rua conhecida, e a identificações dele e dos outros jovens que estavam na kombi de situações de seus próprios cotidianos, no caso, abordagens policiais. Que experiências permeiam as trajetórias desses adolescentes e jovens? Esta Linha pretende discutir as categorias adolescências e juventudes como territórios existenciais e plurais, enfatizando a produção de adolescências e juventudes desiguais, e abordar como a “Sujeição Criminal” constitui processos de subjetivação de adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional. Terá dois trajetos: O trajeto 3.1. “Tá faltando voz”: A Produção de Territórios Existenciais em Territorialidades Desiguais e o trajeto 3.2. “Presidiário na boca das populações”: Sujeição Criminal de adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional.

3.1. “Tá faltando voz”: A Produção de Territórios Existenciais em Territorialidades Desiguais

O intuito da oficina sobre o tema “Juventudes e Cidadania” que realizamos no CREAS do Conjunto Ceará foi o de conhecer as diversas experiências juvenis dos jovens participantes do grupo e discuti-las, também, com base nos direitos fundamentais do ECA, atentando para os modos em que se fazem presentes (ou não) em seus dia-a-dia. Espalhamos pelo chão imagens que continham jovens em diversas situações e, por meio do questionamento “O que é ser jovem?”, sugerimos que cada participante escolhesse uma imagem ou mais de uma que, de acordo com suas vidas e cotidianos, remetesse às suas experiências juvenis.

Coimbra; Rocco e Nascimento (2005) problematizam as noções de “adolescência” por não se referirem a uma faixa etária estritamente específica e nem a uma série de comportamentos muitas vezes reconhecidos como sendo universais da categoria “adolescente”. As autoras consideram que, ainda que essa troca de palavras não seja garantia da quebra de naturalizações, torna-se relevante apostar nas multiplicidades e diferenças que o termo

“juventude” evoca e no questionamento da definição de adolescência.

Baseado em teorias científicas desenvolvimentistas, o termo “adolescência” surgiu no século XX, delimitando uma etapa da vida pela qual todas as pessoas passariam de forma similar. Substituir a nomenclatura “adolescência” por “juventude” “não desfaz a utilização instituída já marcada pelo conceito de adolescência” (NASCIMENTO & COIMBRA, 2015, p. 183) e podemos cair “na armadilha de uma identidade juvenil” (NASCIMENTO & COIMBRA, 2015, p. 181), ao encarar “juventude” como definição universal e identitária do ser humano, ainda que de modo mais ampliado (NASCIMENTO; COIMBRA, 2015).

Tendo em vista que “adolescência” é o termo legal que consta nas legislações do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA) e da Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) destinadas a esse segmento, utilizo-me aqui das duas nomenclaturas (adolescências e juventudes), compartilhando da perspectiva de Rocha (2009, p. 3) de que “não há razão em diferenciar ou identificar completamente cada termo, pois cada um funciona como um equipamento coletivo de enunciação que nos coloca mais intensamente em contato com certas territorializações existenciais.”.

Segundo França (2014), no âmbito das medidas socioeducativas, há um campo de luta no qual termos e enunciados relacionados à juventude e adolescência estão em disputa, de modo a haver “uma interessante confusão, uma mistura de definições e pulsações dos discursos que argumentam em prol da menoridade, do adolecer, da juventude etc.” (FRANÇA, 2014, p. 33). Dessa forma, a autora faz uma opção que considero interessante e aqui me inspiro: Ela utiliza os dois termos, juventude e adolescência, de forma fluida, visto que assim aparecem nas falas dos adolescentes, técnicos, gestores, mídia e instrumentos normativos.

Em diálogo com Guatarri (1992, 1993, 1995), ensejamos a discussão acerca de juventudes e adolescências como territórios existenciais. Para o autor (1992), a subjetividade é produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais, sem relações hierárquicas e/ou fixadas no seu engendramento. A subjetividade é plural e não provém de uma instância dominante que implique em outras instâncias, de acordo com uma causalidade. Destarte, juventude e adolescência correspondem a processos de produção de subjetividades que são múltiplos, plurais e diversos, não se encerram, mas atualizam-se (ROCHA, 2009) e estão, dessa maneira, em incessante processo de reinvenção.

Na oficina, após o questionamento disparador (“*O que é ser jovem?*”), Marley escolheu duas imagens: a de uma manifestação na qual as pessoas seguravam uma faixa com o dado “93% dos jovens assassinados no ES [Espírito Santo] são negros” e a de um rapaz surfando. Falou primeiro sobre a imagem da manifestação e questionou a frase, alegando que

dizer que negros são os que mais morrem é uma forma de racismo, pois, segundo ele, “quem morre é o “envolvido¹⁶”, independentemente da cor de pele. Contudo, ao mesmo tempo que declarava que só “o envolvido” morre, Marley dizia que jovens em geral estão morrendo muito cedo. “Quase ninguém passa dos 18. Você não vê mais ninguém ficando velho, idoso”



Figura 14: Imagem escolhida ““93% dos jovens assassinados no ES [Espírito Santo] são negros”

Sobre a imagem de surf, Marley disse que era bom surfar, porém “agora não tava mais dando”. Ítalo, que pegara a mesma imagem (imprimimos várias repetidas), relatou o mesmo.

¹⁶ Expressão cearense referente a adolescentes e jovens habitantes das margens urbanas, a quem se atribui a inscrição no mercado de drogas ilícitas. Mesmo aqueles que não se encontram de fato inseridos são julgados pelas suas vestimentas, por serem negros e morarem na periferia (BARROS, 2019).



Figura 15: Imagem escolhida - Surf

Iel escolheu a imagem de jovens andando de skate, dizendo que costumava praticar. Quando lhe perguntamos se ainda tinha esse costume, Iel apenas negou e não comentou mais. No decorrer dos compartilhamentos, os jovens falaram sobre as dificuldades de transitar pelos espaços da comunidade devido a conflitos territoriais, por isso deixaram de praticar algumas atividades e tiveram seus momentos e espaços de lazer mais restritos.



Figura 16: Imagem escolhida - Skate

Já Igor pegara a imagem de uma família reunida no sofá assistindo TV e declarou “Eu quero dar gosto à minha família agora”.

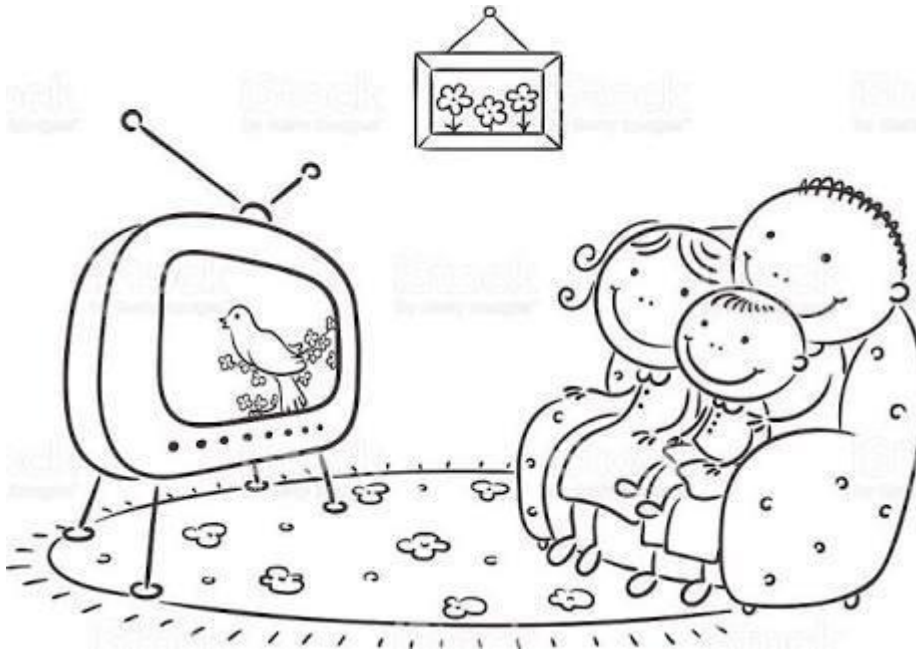


Figura 17: Imagem escolhida - Família

Rubens disse que ia falar “a real” e escolheu a imagem de um policial apontando a arma para um jovem. Explicou que optou por esta porque “mostra a realidade de todo dia (...) todo dia é polícia chegando, gritando, acordando com tapa na cara”.



Figura 18: Imagem escolhida - Abordagem Policial

Afinal, pode ser unívoca a resposta para o questionamento “O que é ser jovem?”
Dentro desta discussão, Novaes (2006) questiona quem são eles. Ela argumenta:

São aqueles nascidos há 14 ou 24 anos - seria uma resposta. No entanto, esses limites

de idade também não são fixos. Para os que não têm direito à infância, a juventude começa mais cedo. E, no outro extremo - com o aumento de expectativas de vida e as mudanças no mercado de trabalho -, uma parte "deles" acaba por alargar o chamado "tempo da juventude" até a casa dos 30 anos. Com efeito, qualquer que seja a faixa etária estabelecida, jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais (NOVAES, 2006, p.105)

Sendo a condição juvenil marcada por diversas desigualdades, faz-se necessário romper com a ideia de homogeneidade e a visão estática e totalizante que perpassam a categoria "juventude", para que se considere suas diversidades, campos de interação, trajetórias e experiências (MARINHO, 2019). De acordo com Castro (2019), as teorias da juventudes focam na constituição da juventude como categoria social, incidindo sobre os jovens e buscando percebê-los e representá-los como sujeitos. Contudo, nem sempre discutem bem como se dá a produção das subjetividades juvenis, "quem é" o sujeito jovem e como esses produzem subjetividades nas circunstâncias em que vivem. Classe social, gênero, raça, orientação sexual, local de origem e/ou de moradia são marcadores que interferem nesta problemática (NOVAES, 2006; DIÓGENES, 1998).

As experiências juvenis expressas pelos jovens do grupo se mostram atreladas a experiências de violações de direitos. Partindo da pergunta disparadora, Marley demonstrou que sua experiência juvenil está intimamente ligada à condição de matabilidade, mostrando como certas juventudes estão submetidas ao que Butler (2016) entende como condições maximizadas de precarização da vida. Para a autora, o ser da vida é constituído por meios seletivos, dentro de operações de poder que produzem enquadramentos e molduras através das quais determinadas vidas não são apreendidas como perdidas ou lesadas. Normas e organizações sociais e políticas historicamente se desenvolveram no sentido de minimizar a precariedade para uns e maximizar a precariedade para outros, de modo que a capacidade epistemológica de apreender uma vida depende em parte de que essa vida seja produzida de acordo com normas que a caracterizam como tal. Há uma naturalização dessas juventudes, por parte dos próprios jovens, como existências supérfluas, sem perspectivas de longevidade. Modos de existência se produzem consonantes à morte "a espreita" (BARROS, 2019).

A produção de adolescentes e jovens como morríveis e matáveis é um emblema de maquinarias necropolíticas operantes no Brasil (BARROS, 2019). Em diálogo com Foucault (1999) e suas considerações acerca da Biopolítica¹⁷, bem como Agamben (2004) e Arendt

¹⁷ Biopolítica se refere à tecnologia de poder que gerencia e regulamenta a vida, pautada pelo "fazer viver e deixar morrer" e incidindo sobre as populações. A biopolítica se exerce por meio de biopoderes, que consistem em mecanismos que regulamentam, vigiando, investindo sobre o corpo e as maneiras de se viver, qualificando, medindo, avaliando, hierarquizando e controlando modos de vida das populações. Um dos efeitos da biopolítica é a produção de uma sociedade cada vez mais normalizada (FOUCAULT, 1999).

(1999), Achille Mbembe (2017), autor camaronês, apresenta a noção de Necropolítica, potencializando a crítica social, que não está circunscrita ao centro europeu e aos Estados Unidos, e a exercendo a partir das periferias do capitalismo (HILÁRIO, 2016). A Necropolítica é uma tecnologia de poder que produz e gerencia a morte, com o poder, que não se restringe ao estatal, apelando à exceção, à emergência e à produção da figura de um inimigo ficcional, que deve ser combatido. Adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional, ou mesmo que apenas possuem os marcadores já citados aqui, tem sido uma das encarnações desse inimigo ficcional e, assim, suas mortes são justificadas e legitimadas.

Por meio dos relatos de restrições de circulação territorial devido à violência e seus impactos no acesso a lazer e nos modos de habitar o bairro e a cidade, manifesta-se uma espécie de “viver acuado”, tal como Passos & Carvalho (2015) ouviram em uma pesquisa que realizaram no território Grande Bom Jardim acerca de sensações de medo e insegurança em margens urbanas. Pelo que foi relatado por moradoras, qualquer um pode se tornar alvo em espaços estigmatizados pela violência, mesmo quem não possui relação com a criminalidade. A circulação pelas ruas é rápida e cuidadosa, e diversos costumes que remetem às imagens da periferia, tais como sentar na calçada para conversar e brincar na rua, tornaram-se menos usuais, restritos a certos horários e sob tensão e vigilância constante (PASSOS & CARVALHO, 2015)

Em pesquisa realizada pelo VIESES, que objetivou analisar discursos de jovens e trabalhadores sociais sobre o pacto entre grupos criminosos em Fortaleza conhecido como “pacificação”, ocorrido entre o final de 2015 e meados de 2016, emergiram diversas narrativas acerca das implicações das dinâmicas da violência urbana no cotidiano de adolescentes e jovens habitantes de territórios estigmatizados e mais afetados pela violência. Limitações de trânsito “implicam em um menor acesso às políticas públicas e uma menor vivência da cidade, corroborando para segregação social dessas juventudes” (BARROS ET AL, 2018, p.). Em praticamente todos os bairros da periferia de Fortaleza há processos de territorialização atravessados pela violência, fazendo com que adolescentes e jovens apresentem dificuldades de circular dentro do próprio bairro e de territórios próximos (BARROS et al, 2018).

A experiência relatada por Rubens acerca da violência policial demonstra que a problemática não diz respeito apenas a jovens “morrendo cedo”, mas a de serem posicionados e constituídos numa condição de não cidadania, uma cidadania escassa (SALES, 2005). Desde a história moderna, há a constituição de um modelo de cidadania e defesa de determinados direitos. O Estado existe para proteger a propriedade e os proprietários, sendo, portanto, fundamentado no capital e aparatado por ele, protegendo-o e, também, vigiando e controlando “os indivíduos insubmissos e transgressores da ordem” (SALES, 2005, p.29). O acesso da

cidadania plena, ainda hoje, se dá somente por meio da propriedade, característica intrínseca aos modos de produção capitalista (SALES, 2005), o que faz com que jovens que apresentam certos marcadores e não se encaixam nos padrões produzidos pelo capital sejam tidos como indignos dessa condição de cidadania. Se, para Sales (2005), eles são metáforas da violência, e, para Diógenes (2013), vitrines das tensões sociais, também o consideramos emblema de uma necropolítica à brasileira (BARROS, 2019).

Igor, ao escolher sua imagem, remeteu ao ato infracional atravessando a sua experiência juvenil e o efeito no âmbito familiar, que seria o de “desgosto”. A internalização dessa condição de humanos indiretos, que causa desgosto da família, produz o desejo de reversão dessa condição. Cometer um ato infracional parece infringir também um ideal de cidadão, um “modelo ideal de jovem”. Iel, na entrevista, relatou uma mudança de percepção por parte de conhecidos sobre ele, quando, após sua saída do centro socioeducativo de internação e chegada em sua comunidade, viram que ele “mudou de vida”.

E várias pessoas, e quando eu cheguei, eu tava com meu objetivo de fazer isso, mas agora as pessoas não confiaram, entendeu? Falaram que eu não prestava, a menina que eu tava namorando me deixou porque o pai dela disse que eu não prestava e ela mesmo disse: “ah, eu nunca ia saber que tu ia fazer isso não”; “então beleza”. E hoje em dia ela olha e fala: “eita, mudou de vida, né? Quer uma coisa na vida, né, tá estudando, tá trabalhando, tá fazendo curso, tá assinando direitim”. É isso. (IEL, 2018)

Devido ao ato infracional, Iel foi tido como alguém que “não prestava”. A ex namorada se surpreendeu positivamente ao ver que Iel estava trabalhando, estudando e “assinando direitim”, referindo-se a esses fatores como “Quer uma coisa da vida”, o que seria motivo de dignidade. Impera-se uma distinção entre cidadão de bem X vagabundo, sendo esta última atribuição tendentemente direcionada a jovens pobres. Além do medo da morte, Novaes (2006) afirma que em suas pesquisas com juventudes aparece o “medo de sobrar”, sinônimo próximo de um “medo do futuro”, frequentemente relacionado ao mundo do estudo e do trabalho. O medo de sobrar e o medo de morrer correspondem à incorporação desses jovens da condição de descartáveis ou supérfluos, política de subjetivação que constitui matéria prima das tecnologias necropolíticas e que tem um forte viés de racialização.

Coimbra; Nascimento (2005) discutem que uma grande preocupação com as juventudes emerge a partir do mapeamento de pobres como “pobres dignos” e “pobres viciosos”. “Pobres dignos” seriam aqueles que trabalham, que buscam manter a “família unida”, estão atentos aos “costumes religiosos. Já os pobres “viciosos” seriam indivíduos que não trabalham e, por isso, são portadores da delinquência, “vadios” e libertinos”, representando um perigo social que deve ser “exterminado”. As medidas coercitivas são assim justificadas sob a

égide de que essas pessoas se constituem criminosas em potencial. Nos pobres “dignos”, essa periculosidade também se encontra presente, pois, devido à sua natureza de pobreza, também correm os riscos dessa “doença” (COIMBRA, 2001). Devem eles ter seus valores morais fortalecidos, pois pertencem a uma classe social mais vulnerável aos “vícios” e ao corrompimento.

Os signos do indireito, correspondentes aquilo que não tem valor, e endireitamento (como “assinar direitim” (sic) e “mudar de vida” (sic)) demonstram o “virtuoso” e o “vicioso”, o “normal” e “anormal” (FOUCAULT, 2002a), permeando a vida desses adolescentes. Para que crianças e jovens pobres não corram o risco de, no futuro, compor “classes perigosas”, busca-se manter suas virtualidades sob permanente controle (COIMBRA & NASCIMENTO, 2005). Conforme Abramo (1997), a juventude “acabou sendo sempre depositária de um certo medo, categoria social frequente à qual se pode (ou deve) tomar atitudes de contenção, intervenção ou salvação (...)” (ABRAMO, 1997, p. 30).

Para Abramo (1997), a juventude tem estado presente na opinião pública e no mundo acadêmico como símbolo de dilemas da contemporaneidade. Aparecendo como projeção da sociedade, reúne angústias, medos, esperanças em relação a tendências presentes e rumos futuros. A juventude é tematizada sob a ótica de “problema social” e se torna objeto de atenção quando representa uma ameaça para si e para a sociedade (ABRAMO, 1997). Dessa forma, as narrativas dos participantes sobre suas experiências juvenis nessa atividade mostram podem ser conectadas à discussão de Diógenes (1998) segundo a qual a juventude se enuncia como vitrine das tensões sociais.

No final dessa primeira oficina, enquanto as imagens eram distribuídas pelos jovens em uma grande folha de papel madeira, indicando quais representavam direitos do ECA que estavam sendo garantidos e quais não estavam: *Tá Tendo*: Localizava-se na parte superior do cartaz. A proposta inicial era de que reunissem os direitos garantidos, mas os jovens também interpretaram o “tá tendo” como estando associado a violações, que pareceu, de fato, ser referência quando se tratava desses direitos/ *Tá tendo mais ou menos*: esta categoria sugerida por eles durante o processo, o que aparentou vir da pouca convicção do “tá tendo [direitos garantidos]”, localizou-se no meio da folha/ *Não tá tendo ou Tá Faltando*: parte inferior da folha, reunia os direitos violados. Alguns pediam para colocarmos legendas ao lado dessas imagens. Interessante que, quando sugeriam legendas, estas eram somente em relação ao “*tá faltando*”: “Tá faltando brincadeira”, “Tá faltando respeito”, “Tá faltando Alegria e Paz” e “Tá faltando voz”.



Figura 19: Legenda sugerida: “Tá faltando brincadeira”



Figura 20: Legenda sugerida: “Tá faltando respeito”



Figura 21: Legenda sugerida: “Tá faltando voz”



Figura 22: Cartaz Completo realizado na oficina “Juventudes e Cidadania”

A demanda por “voz”, “respeito” e “alegria e paz”, bem como de todo o processo da construção do cartaz, deu-nos pistas para pensarmos acerca da produção desses jovens como sujeitos para quem o Estado não investe. Constitui-se em formas de precarizar vidas e torná-las descartáveis, manifestando o apagamento, por meio do não reconhecimento, e o silenciamento como expressão da colonialidade, correlatos simbólicos das operações necropolíticas (MBEMBE, 2018a, KILOMBA, 2019).

Diante da ação do Estado sobre determinados grupos e da distinta distribuição de direito à vida, Berenice Bento (2018) apresenta a noção de Necrobiopolítica para compreender o que inviabiliza o reconhecimento do Outro como vida humana, partindo da noção da Necropolítica (Mbembe, 2017) e da Biopolítica (Foucault, 1999) como tecnologias de poder relacionadas e articuladas. Ela nomeia de Necrobiopoder um conjunto de técnicas que promovem a vida e a morte, qualificando e distribuindo corpos em uma hierarquia, a qual retira deles a possibilidade de serem reconhecidos como humanos. As políticas de morte se sustentam através da fabricação de corpos abjetos (matáveis) e daqueles que devem viver (BENTO, 2018), sendo a violação e o abandono de direitos também formas de matabilidade.

Na oficina em que cada um expressou seu sonho através de frases e desenhos em uma folha de papel ofício, Suarez disse que queria um mundo sem tanta violência, “um mundo

mais de paz” e sem feminicídio. Iel mostrou seu desenho (uma praia, uma ponte e a palavra “sonhar” escrita no estilo de grafitti). Havia desenhado uma praia, pois gostaria que todos vivessem em paz, assim como o mar, que lhe traz tranquilidade. Desejava que todos pudessem ir ao reggae tranquilamente, ouvir músicas, etc. Marley colocou queria viver em um mundo sem racismo, sem violência e sem tantas mortes, assim como Igor, que também expressou sonhar com um mundo sem racismo e violência. Percebe-se que o desejo de viver sem violência e com mais tranquilidade perpassa todas essas narrativas.

Racismo, ressaltado pelos participantes, é integrante da organização econômica e política da sociedade, sendo esta fundada, estruturada nele, e permeia as trajetórias e cotidianos dessas juventudes. As diversas formas de desigualdade e violência que atravessam a vida social são engendradas pelo racismo, que lhes fornece um aparato de sentido, tecnologia e logicidade (ALMEIDA, 2019). Almeida (209, p.32) conceitua o racismo da seguinte forma

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam

Segundo Abdias Nascimento (2017), o fator racial interfere em posições sociais e econômicas na sociedade brasileira. Até 1950, por exemplo, anúncios de emprego continham a advertência “não se aceitam pessoas de cor” e, mesmo em 1951, com a lei Afonso Arinos, fruto de luta dos movimentos negros, que proibia a discriminação racial, a prática continuou ocorrendo de maneiras mais sofisticadas. Anúncios exigiam então “pessoas de boa aparência”, que, para a nossa sociedade estruturalmente racista, significa “pessoas brancas”.

Por que trago o argumento de Abdias (2017) como exemplo? De acordo com Almeida (2019), a noção de Racismo Institucional foi um avanço em relação à concepção de racismo individualista. Este último tem o racismo como uma “patologia”, um fenômeno isolado, uma irracionalidade que acomete indivíduos ou grupos, isolada da sociedade e das instituições.

Hirsch (2007, p.26) conceitua as instituições da seguinte maneira: “(...) modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais”. As instituições e regras institucionais subjetivam os indivíduos, que têm seus modos de agir correspondentes a uma estrutura social. O racismo institucional estabelece parâmetros discriminatórios embasados na raça, que mantêm o grupo hegemônico no poder. Assim, cultura, padrões estéticos, o domínio de homens brancos na área jurídica, médica, universidades e

instituições privadas se relaciona a padrões que dificultam a ascensão de negras e negros, assim como à escassez de discussão acerca da desigualdade de gênero (ALMEIDA, 2019).

Como as instituições atuam de acordo com uma estrutura social em que se inserem, com todas suas tensões e conflitos, o racismo expressado por uma instituição é parte dessa estrutura, sendo uma materialização desta. O racismo advém de uma estrutura social, do modo como se produzem relações políticas, jurídicas, econômicas, familiares, não consistindo em um “desarranjo”. Ele estrutura e fundamenta a sociedade, de modo que podemos dizer que todo racismo é estrutural, o que explica porque a lei Afonso Rinos não foi o suficiente para pôr fim à discriminação racial (ALMEIDA, 2019).

Dialogando o exemplo de Abdias (2017) com Almeida (2019), podemos pensar sobre a naturalização da ausência de pessoas negras em certos espaços e da presença em outros. O autor questiona “O que nos leva - ainda que negros e brancos não racistas - a “normalizar” que pessoas negras sejam a grande maioria em trabalhos precários e insalubres, presídios e morando sob marquises e em calçadas?” (ALMEIDA, 2019, p.63), assim como naturalizamos a maior presença de brancos(as) em parlamentos, consultórios médicos, universidades e televisão. Desse modo, a sociedade em geral tende a naturalizar os elevados índices de homicídios de juventudes negras e seu hiperencarceramento, seja em presídios, seja em centros socioeducativos.

Sales (2005) argumenta que, de um lado, emerge a visibilidade sobre esses sujeitos, intensificada pelo preconceito, racismo e medo da violência, baseados em suas características físicas, sociais e geográficas, e de outro há invisibilização de violências e violações pelas quais esses jovens passam em suas áreas de moradia e socialização. Trata-se de uma condição de (in)visibilidade perversa, que, no caso dos jovens desta pesquisa, visibiliza esses sujeitos pelo signo da infração, invisibilizando, por sua vez, suas experiências singulares de vida.

Compreende-se que, assim, nas palavras de Almeida (2019, p.63) que “o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais”. Contudo, Almeida (2019) alerta para que não vejamos “estrutura” como algo que não possa ser modificado, que inutiliza ações políticas antirracistas ou que indivíduos que cometam atos racistas não precisem ser responsabilizados. Compreender que o racismo é parte da estrutura social nos torna mais responsáveis pelo seu combate. Escutar esses jovens, aliada à compreensão da estrutura racista em que vivemos e a um posicionamento (auto)crítico diante disto, é um caminho para descolonizarmos nossos olhares sobre eles.

Igor aparenta remeter à necessidade de ser visto, escutado, ao declarar “Ninguém

acredita na gente” quando questionando como ele se sentia ao ver pessoas na rua com medo dele

É chato, né? Que todo mundo é igual, todo mundo foi feito igual. Quer julgar a gente por causa do passado, já passou. Quero ver o nosso presente, o nosso futuro que a gente pode mudar, né? Ser diferente. Tem que ver isso, né? Acredita na gente. Muitos deles não acredita em si mesmo, né, aí vão acreditar na gente? (IGOR, 2018)

Igor usa “A Gente” para se referir a jovens que, como ele, cometeram ato infracional, parecendo supôr que esta constitui uma outra categoria de pessoas/juventude. Logo depois, ao ser indagado se ele acreditava que as mortes de adolescentes se relacionam a discriminações do dia a dia, Igor fala sobre revolta e raiva, pois tais atitudes “Deixa a gente sem saber o que fazer e acaba fazendo besteira, né”. Novamente traz “Mudar pra quê, né? Ninguém acredita na gente”.

Afetos como ressentimento, ódio e indiferença são aspectos psicossociais producentes à construção desses jovens como humanos indiretos e a como eles a incorporam (BARROS et al, 2019a; BARROS; BENÍCIO; BICALHO, 2019). Para Sá (2010), a figura do “bichão da favela”, que corresponde ao jovem que incorpora a “atitude guerreira”, englobando dimensões convergentes de autodestrutividade e heroísmo, pode aparecer como aquele que afronta, que age violentamente como revanche à deslegitimação por parte do poder do Estado e diante da figura de alteridade do “playboy”, que se encontra associado às classes médias e altas da vida urbana. O “Deixa a gente sem saber o que fazer e acaba fazendo besteira, né” e o “Mudar pra quê, né? Ninguém acredita na gente” nos fazem refletir sobre a não-aceitação desses jovens de processos de estigma, rejeição, violência sobre eles, que pode ter implicações em desestabilizações de fronteiras entre protesto e violência. (VICENTIN, 2005).

Iel, no fim de sua entrevista, fala sobre a necessidade dos jovens conversarem e o desejo de escuta de formas que os contemplem e gerem identificação. Coloca isso como uma possível forma de enfrentamento da problemática da violência

Tipo, cara, tem vários jovens que não tem essa conversa, né? Não tem uma conversa dialogada, jovem pra jovem, né, não tem. Tem aquela conversa de que... aquela conversa de: “cara, bó roubar ali”; “ei bó assaltar”; “ei bó matar”, né? E os jovens só tem aquele negócio ali pra escutar, então ele vai o quê? Vai crer naquele negócio ali, né? Mas se ele se sentar com vários jovens, com um vinho do outro lado, com a maconha que ele gosta, conversando, pegando viaje, ele vai se enturmar, vai se alegrar, vai ficar... vai querer se ajeitar, vai querer trabalhar pra ficar, pra ter aquele negócio sempre, entendeu? Vai tentar unir a população pra ser a merma coisa, geral de conversar, bater um papo, entendeu? (IEL, 2018)

A proposta de Iel é um contraponto a medidas imediatistas e simplistas que são propostas para o problema da violência, como a repressão, o encarceramento e a eliminação

desses “humanos indireitos”. Em meio à pluralidade de juventudes, há uma cultura de descrença, como bem relataram ao afirmarem processos de silenciamento e (in)visibilização, e de desqualificação de jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional, que são produzidos como inimigos da sociedade, sendo, assim, elimináveis (PAIVA; OLIVEIRA & COLAÇO, 2019).

3.2. “Presidiário na boca das populações”: Sujeição Criminal de adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional.

No primeiro dia que acompanhamos o grupo da Granja Portugal, Bruno, um dos adolescentes, contou que no caminho até o CREAS, ele, Daniel e outro jovem do grupo, Heitor, foram parados dentro do ônibus e obrigados a descer, pois, diante das tensões decorrentes de incêndios nos transportes coletivos nos dias anteriores, pressupuseram que eles poderiam incendiá-lo¹⁸. Bruno contou ainda que já foi abordado saindo da escola e numa festa da comunidade. Nessa festa, sentiu-se constrangido e perdeu a vontade de ir outras vezes.

Na semana seguinte, Sandro relatou que certa vez estava andando na rua e uma mulher saiu correndo quando o viu. Daniel se identificou com o relato e, com indignação, exclamou “Aí é que dá vontade de roubar”.

No quinto encontro com esse mesmo grupo, ao chegarmos no Centro Cultural Dragão do Mar, Lucas comentou “Pronto, já começou! tudo segurando as bolsas!”, referindo-se a pessoas que o olhavam com desconfiança.

Estes relatos remetem ao processo de Sujeição Criminal, discussão apresentada por Michel Misse (2008, 2010, 2010b, 2014, 2015). De acordo com o autor, a partir dos estudos foucaultianos, a sujeição criminal consiste em um processo psicossocial por meio do qual há a disseminação de uma expectativa negativa sobre indivíduos e grupos, considerando-os propensos a cometerem violências. Isto é “antes que haja crime, há um criminoso potencial desse crime a ser incriminado” (MISSE, 2008, p. 379). Essa expectativa vem a se repercutir nos próprios processos de subjetivação dos indivíduos assujeitados, havendo uma incorporação

¹⁸ No início de 2018, Luís Mauro Albuquerque, secretário da Secretaria de Administração Penitenciária do Governo do Estado, declarou não reconhecer facções dentro dos presídios. Vários integrantes de facções foram unidos involuntariamente dentro do sistema prisional, o que gerou um acordo entre esses grupos: as facções se uniram contra o Estado, exigindo a saída do secretário Mauro Albuquerque e protagonizando ataques a ônibus e órgãos públicos. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/01/ataques-no-ceara-denuncias-dia-181-chegam-275-faccoes-criminosas-sexta.html>>. Acesso em 15 de jan. 2020.

dessa “acusação” por parte do indivíduo, de modo a se reverberar em seus modos de ser e estar no mundo (MISSE, 2010).

Barbosa; Bicalho (2016) afirmam a distinção entre processos de *incriminação* e processos de *criminalização*. “Incriminar” diz respeito a processos de distinção de indivíduos que se dão por meio das leis oficiais, enquanto “criminalizar” se refere a processos de separação que não se ancoram em procedimentos formais, mas em preceitos normalizadores sobre o que seriam maneiras corretas de ser e estar no mundo. Tais processos se constituem como mecanismos que regulam existências, seja através dos meios legais (incriminação), seja mediante normas que prescrevem maneiras de ser e de existir, veiculadas por meios sociais, políticos, históricos, culturais e econômicos (criminalização). No campo da incriminação operam formas de criminalização de modos de existência, demonstrando “um enfoque prioritário de análise e explicação da conduta desviante centrado no sujeito e não no desvio por ele cometido ou mesmo nas punições para que esse desvio são aplicadas” (BARBOSA; BICALHO, 2016, p.). Desse modo, diferentemente da incriminação, a criminalização envolve uma política de subjetivação.

Antes de iniciar a pós-graduação, ainda no processo de escrita do projeto para submeter na seleção do mestrado, eu estava atenta para este conceito devido à imersão no campo de extensão das atividades do VIESES e às leituras que eu vinha fazendo a respeito. Com os ouvidos mais aguçados, atentei certa vez para uma conversa entre um passageiro e a cobradora do ônibus em que eu estava. Eles falavam sobre um jovem que acabara de descer do ônibus. Tinha cabelos descoloridos e usava camisa de algum time de futebol. Na conversa, reclamavam de assaltos e furtos recorrentes dentro dos transportes coletivos e se remetiam àquele jovem como “suspeito”. A cobradora, então, soltou uma frase que eu não pude deixar de registrar. Era mais ou menos assim: “Eu uso celular dentro ônibus... mas só depois que eu olho os passageiros e vejo *quem é* os passageiro!”. Ela supunha reconhecer quem cometeria um crime e, assim, antever esse crime. A partir de que se daria esse suposto “reconhecimento”?

Bruno, Daniel, Heitor, Sandro e Lucas são, assim como os jovens do grupo Conjunto Ceará, moradores de bairros da periferia da cidade de Fortaleza, estigmatizados pela violência. O local em que moram, as características físicas desses jovens e suas vestimentas correspondiam ao que Batista afirma ser o “estereótipo de bandido”, o qual se consuma como jovem, em sua maioria negro, “morador de favela, próximo do tráfico de drogas, vestido com tênis, boné, cordões (...)” (BATISTA, 2003, p.36). O simples fato desses jovens pertencerem a um grupo social os tornam portadores de “atitude suspeita” (BATISTA, 2003).

Há de se salientar, assim, que processos de sujeição criminal possuem marcadores

de raça, gênero, classe interseccionados. Atravessam, principalmente, jovens do sexo masculino, negros e moradores da periferia (MISSE, 2008, 2010, 2010b, 2014, 2015). Mas como foi/é produzido esse sujeito considerado perigoso?

A partir do século XVIII, há a formulação da ideia de que o crime não se constitui simplesmente em uma culpa que causa dano ao outro, mas sim em algo que prejudica a sociedade, onde o indivíduo, rompendo um pacto social, pratica um gesto que o faz entrar em guerra com a sociedade (FOUCAULT, 2015). No início do século XIX, surge a prisão se propondo a definir de forma abstrata e geral o que é nocivo à sociedade, afastando os indivíduos considerados nocivos e impedindo-os de recomeçar. A noção da criminologia e penalidade se tornou, assim, a noção da periculosidade. Esta noção se refere a ideia de que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade em relação às suas virtualidades e não ao nível de infrações e leis (FOUCAULT, 2002).

Toda a penalidade do século XIX passa a ser um controle, não tanto sobre se o que fizeram os indivíduos está em conformidade ou não com a lei, mas ao nível do que podem fazer, do que são capazes de fazer, do que estão sujeitos a fazer, do que estão na iminência de fazer. (FOUCAULT, 2002, p.85).

De acordo com Coimbra (2001), no final do século XIX e início do século XX ocorreu o grande avanço da urbanização através da industrialização. As cidades grandes se transformaram nos espaços com mais força para atrair e manter pessoas pobres, mesmo que com condições degradantes. À medida que certos territórios eram valorizados economicamente, populações passaram a ser empurradas para as periferias da cidade, vivendo com baixas condições de saneamento, moradia e transporte. Após a abolição da escravatura, negros e negras, sem auxílio ou política governamental, foram expulsos das zonas rurais e excluídos das zonas urbanas (GÓES, 2017).

O movimento higienista no Brasil estava em vigor neste período, sendo baseado na eugenia, no darwinismo social e nas teorias científicas racistas européias de que as misturas raciais seriam causas de enfermidades, indolências, doenças físicas e morais e origem dos perigos sociais. Esse movimento extrapola o meio médico e perpassa toda sociedade brasileira, sendo endossado por “especialistas” como arquitetos/urbanistas, pedagogos, juristas, etc. (COIMBRA E NASCIMENTO, 2005). Segundo Coimbra e Nascimento (2005, p.343), a elite científica brasileira

está convencida de sua “missão patriótica” na construção de uma “Nação moderna” e suas propostas baseiam-se em medidas que devem promover o “saneamento moral” do país. A “degradação moral” é especialmente associada à pobreza e percebida como uma epidemia que se deve tentar evitar. Portanto, para erigir uma Nação, os higienistas

afirmam que toda a sociedade deve participar dessa “cruzada saneadora e civilizatória” contra o mal que se encontra no seio da pobreza.

Pregava-se a o aperfeiçoamento da raça, a superioridade branca e um posicionamento contra os negros e mestiços, que constituíam a maior parte da população pobre brasileira. O discurso hegemônico, reforçado pela mídia, era o de que nas “periferias pobres” residia a violência, banditismo e criminalidade, sendo produzida uma associação entre pobreza e periculosidade (COIMBRA, 2001).

No início do século XIX, a Antropometria havia se popularizado entre os cientistas, referindo-se à medição de ossos, crânio e cérebro que buscam provar a inferioridade de determinados segmentos sociais através de comparações. Nas década finais do século, surgem na Europa o desenvolvimento da escola positivista em criminologia, a “antropologia criminal” e teorizações acerca do comportamento criminoso relacionado a fatores biológicos, tendo Cesare Lombroso, Enrico Ferri e Raffaele Garofalo como autores principais. Características fenotípicas de pessoas negras eram atreladas ao comportamento criminoso, sendo-lhes atribuídas uma natureza delinquente (ANDRADE E ANDRADE, 2014).

A teoria de Lombroso adiantava uma hipótese para a delinquência, o *atavismo*, que indicava o reaparecimento de características ancestrais desaparecidas na espécie humana, que se manifestavam no crânio, em aspectos anatômicos, fisiológicos e mentais, fazendo do Criminoso um “selvagem” e atrasado, enquanto o belo e digno de humanidade só poderia ser o branco (DUARTE, 2016).

De acordo com Góes (2015), o perigo e os riscos desse gene atrasado e selvagem seriam restrito aos(as) negros(as), visto que “o gene primitivo, transmitido pelo atavismo ao homo primate ficaria exposto com a impulsividade e imprevidência do homem negro, ação repentina sem qualquer tipo de controle de breves, mas perigosos, rompantes de raiva e rancor” (GOÉS, 2015, p.87). O homem branco, pelo seu elevado grau de “civilidade”, superaria esses instintos, em contraposição ao homem negro, detentor de uma “primitividade” forte, diante do qual tais genes primitivos não encontrariam obstáculos, manifestando-se em suas ações. Assim,

Lombroso constrói uma teoria de transmissão do determinismo delinquencial complexa, uma vez que esta lhe possibilita responder sobre as causas do crime já praticado por um indivíduo ou que ainda será praticado por ele com base em sua ancestralidade, de modo direto, pela hereditariedade ou indiretamente por força do atavismo que lhe permite procurar em toda a árvore genealógica daquele indivíduo motivos para o delito, nem que seja em sua descendência primata (GÓES, 2015, p.92).

Góes (2017) afirma que as ideias de Lombroso foram traduzidas no Brasil no contexto pós-abolição, visto que um mundo estruturado pelo racismo necessitava de uma nova

legitimação que mantivesse a ordem racial . O processo de tradução teve como orientação a ideia de evolução a partir dos primatas, que considerava que negros(as) ficavam entre os primatas, e o branco europeu seria o “ápice evolutivo”. Assim, negros(as) carregavam a inferioridade, a impulsividade e a degeneração associada ao criminoso. A junção do saber médico, encarado como saber salvacionista e único confiável/verdadeiro, com o direito penal, estando ambos norteados pelas políticas higienistas e sanitaristas da época, marcaram o processo de “tradução” do lombrosianismo.

Como bem frisou Iel em uma das oficinas “hoje a escravidão acontece por outras formas”. Salientou que a escravidão de negros não é como antes, mas existe e “hoje é pior” (sic), pois “o racismo é pelo o olhar” (sic). Iel citou um trecho de uma música dos Racionais que diz que ser negro vale por dois, pois é uma dupla dificuldade, mas ele acredita “que vale é por quatro”. O Racismo engendra modos de subjetivação desses jovens em seus cotidianos, "pelo olhar" (sic) e por atitudes diversas sob o manto da democracia (ALMEIDA, 2018), indicando também "o acúmulo de eventos violentos que, ao mesmo tempo, revelam um padrão histórico de abuso racial que envolve não apenas os horrores da violência racista, mas também as memórias coletivas do trauma colonial" (KILOMBA, 2019, p.215).

No primeiro dia em que observamos o grupo da Granja Portugal, J. , que estava na facilitação, incitou um debate sobre *racismo* a partir de sua experiência como homem negro. Comentou sobre a falta de representatividade negra em diversos setores, como o jurídico, e de como isto prejudica a compreensão da vivência do outro. Perguntou “Qual a cor do juiz que atendeu vocês?”. Os(as) jovens responderam que os juízes que os(as) atenderam eram brancos. Alguns relataram discriminações sofridas dentro do ônibus e em festas do bairro, as quais os tomaram como sujeitos “suspeitos”, o que demonstra como o marcador raça está imbricado com processos de sujeição criminal.

O extermínio, a criminalização e o hiperencarceramento se vinculam ao que o Mbembe denomina de “devir-negro do mundo” (BARROS; BENÍCIO; BICALHO, 2019). Mbembe (2017b) parte da concepção de que o Negro não se reduz à cor da pele, à aparência e ao biológico. A raça funciona simultaneamente como uma categoria material e fantasmagórica que se encontra na base de diversas catástrofes, devastações, crimes e carnificinas. “A este novo carácter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização no mundo inteiro, chamamos o devir-negro do mundo” (MBEMBE, 2017b, p.18). Pelbárt (2018), discutindo a obra de Mbembe, afirma que, para o autor, a condição de negritude está gradualmente se estendendo para além de negros e negras, “é o devir-negro do mundo, que abarca desempregados, descartáveis, favelados, imigrantes” (PELBÁRT, 2018,

p.21). Há uma tendência à universalização da condição negra.

Contudo, conforme, inclusive, debatemos em grupo de estudos do VIESES, não devemos confundir e tomar a cor da pele, a ancestralidade, o estatuto biológico e o fenótipo de reconhecimento negro como fatores que se apagam diante da concepção de “devir-negro do mundo”, não sendo levados em conta quanto a suas especificidades e implicações. Ao, contrário, essas condições coexistem e se relacionam. Pedro Bala, por exemplo, afirma que vivemos em uma estrutura racista e exemplifica:

dentro da Febem, uma das coisas que a menina falou lá, quando eu entrei, Psicóloga e tal, ela falou assim, ó: “tu de novo? Mas você, Pedro Bala, tão bem aparecido e tal”. Então, tipo, o bem aparecido “Você, branco, Pedro Bala e tal, não é pra tá aqui”, entendeu? Aqui é lugar de preto, eu não entendi isso no momento, mas quando eu saí, eu comecei a...(PEDRO BALA, 2019)

João Grande complementa “Refletir, né, man” e Pedro Bala concorda. Pedro Bala se reconhece como branco, mas é atravessado pelo devir-negro do mundo, pelo local em que mora, pela suas vestimentas, pela linguagem que faz uso, pelo seu gestual, pelo modo de andar, história de vida, etc, sofrendo diversas estigmatizações e violações, também sendo produzido como “humano indireito”. No entanto, há outras formas de violação que se dirigem à ancestralidade e à cor de pele negra, a ponto da Psicóloga do Socioeducativo sugerir a Pedro Bala que essas unidades correspondem a lugares direcionados às pessoas que as possuem.

Igor, em entrevista, traz-no outra faceta da sujeição criminal. Ao perguntarmos sobre a entrada de jovens em facções, Igor responde:

Dinheiro, fama também, né? (...) Gente que mata muita gente, ou é traficante, alguma coisa assim, mas é uma coisa medonha. Onde você chegar, ser falado. “Esse aí matou num sei quem”, “Esse aí é traficante” (IGOR, 2018).

A sujeição criminal não apenas antecipa ações de contravenção e criminalidade, como cria dispositivos que facilitam a autopercepção desses jovens como violentos e perigosos (DIÓGENES, 2012). Há também uma busca por reconhecimento e de se tornar visível pela performatividade de um tipo de masculinidade assentada na violência.

Sayak Valencia (2012) apresenta o termo “Capitalismo Gore” como expressão do crime organizado, do militarismo e dos poucos investimentos em políticas sociais em localidades periféricas. Este termo conectaria “necropolítica, dinâmicas da violência no México e o neoliberalismo, a globalização e a performance política da construção binária de gênero” (BARROS, 2019, p.212), referindo-se às inúmeras mortes e violências explícitas e espetacularizadas que ocorrem no México, mas que nos fazem lembrar também do contexto

brasileiro. O hiperconsumo implantado pelo neoliberalismo e a submissão à ordem hegemônica masculinista a fim de atingir auto-afirmação e empoderamento constituem o capitalismo gore (VALENCIA, 2012).

Valencia (2012) relaciona o capitalismo gore com uma política de gênero que potencializa a produção de masculinidades hegemônicas e chama de “endriargos” sujeitos inseridos no narcotráfico do México e que experimentam um necroempoderamento. De acordo com a autora,

Os “endriargos” incorporam o conceito de ingovernabilidade, embora estejam ao poder na medida em que internalizam as demandas de hiperconsumo demandadas pelo capitalismo global, ao mesmo tempo em que sentem como próprios o discurso heteropatriarcal baseado na posse do poder como fator de legitimação, identidade e pertença social (VALENCIA, 2012, p.98).

Quando Suarez relatou o assalto que realizou no ônibus, demonstrou ter se surpreendido com a performance do amigo que o acompanhava “vish, então ele já deve ter praticado mesmo”, porque ele teve atitude, foi audacioso e tudo...”, disse. Sá (2014) discute dinâmicas identitárias do que seria o “bichão da favela”, que revela, por meio de um processo de objetivação das relações de poder, uma modalidade de assalto e de seu agente. Este seria um jovem do sexo masculino, armado com revólver ou pistola, agindo sozinho ou em grupo, fazendo saques às vítimas mediante ameaça de morte. “Por serem assaltantes, quase sempre são apresentados socialmente como portadores de algum tipo de incongruência moral grave” (SÁ, 2014, p.340), mas que, também, pode obter reconhecimento e legitimação ao serem temidos.

A noção de sujeição criminal se encontra inserida em um amplo debate sobre sujeição, envolvendo desdobramentos dos estudos foucaultianos sobre o tema do sujeito e dos processos de subjetivação. Ao dialogar com Foucault (1995a), Butler (2017) aborda a sujeição como um processo que consiste em, ao mesmo tempo, tornar-se subordinado pelo poder e se tornar sujeito. Assim, o poder não é somente aquilo ao qual o indivíduo se opõe, mas, também, o que constitui como sujeito. Para Misse (2010b), a sujeição criminal constitui o sujeito “ não apenas como criminoso, (...) mas como aquele que porta o crime, como aquele que vai carregar o crime aonde ele for, e, portanto, é como se o crime fosse a essência desse portador” (MISSE, 2010b, 16min:02s - 16min:18s). Difere do conceito de estigma (GOFFMAN, 1980), pois tal conceito não parecem ter a “aderência” que a sujeição criminal confere ao indivíduo (MISSE, 2010b).

O fato de Bruno se sentir constrangido em ir a festas de sua comunidade por já ter sido abordado por policiais, de Lucas ter demonstrado repulsa ao ser olhado com desconfiança quando chegou no Centro Cultural, e Daniel declarar sentir vontade de roubar quando alguém

lhe atribui essa possibilidade (o que faz com que ele deseje incorporá-la!) se relaciona a processos de subjetivação ligados à sujeição criminal.

No grupo do Conjunto Ceará, os participantes relataram situações e condições semelhantes aos do grupo anterior. Suarez contou que percebe quando entra numa loja e lhe olham sob pressuposto de que ele irá roubar o estabelecimento. Seu movimento é o de se virar para o amigo e dizer “nã, vamo embora”. Afirmou ser diferente quando entra um “filho de papaizim”.

Segundo Moreira (2013), no Brasil, a suspeita é determinada por fatores como a cor do indivíduo aliada ao modo de falar, gesticulação, indumentária e localização geográfica. De acordo com o autor, o estereótipo do "bandido" passa a se constituir como aquele que usa certos modelos e marcas de roupa e determinados modos de locomoção. Geralmente, é associado a bermudas de veludo, bonés, marcas como Granishi e Smolder e se locomovem por meio de motonetas, mototáxis e bicicletas. Adicione a isto padrões étnicos-raciais e territoriais. No Ceará, adolescentes e jovens que apresentam características como essas são pejorativamente chamados de “Piranguieiros”, supondo-se um modo próprio de ser e existir que corresponderia a essa “categoria”. A imagem a seguir assinala quais seriam tais atributos:



Figura 23: Atributos do “Piranguieiro”. Imagem disponível em <http://iconarede.blogspot.com/2012/04/piranguieiro-reconheca-um-e-faca.html>

Segundo Misse (2010), há tipos sociais, tal como o que se conhece como “Piranguieiro”, que são “demarcados (e acusados) socialmente pela pobreza, pela cor e pelo

estilo de vida” (MISSE, 2010a, p.18). Cometem-se crimes ou atos infracionais, “Seus crimes os diferenciam de todos os outros autores de crime, não são apenas criminosos; são “marginais”, “violentos”, “bandidos” (MISSE, 2010a, 18).

No Ceará, processos de sujeição criminal também se atualizam por meio da produção psicossocial da figura do “envolvido”. Nomeia-se de "envolvidos" adolescentes e jovens os quais se pressupõem que estejam inseridos no mercado de drogas ilícitas. Esse enquadramento, por conseguinte, expande-se a um amplo espectro de adolescente e jovens negros, pobres e moradores da periferia (BARROS, 2019), corroborando para a produção do inimigo. Rubens, em relação às suspeitas por parte da polícia, expôs com indignação no grupo “Eu não sou perigoso não, sou só um jovem!” e em outro momento “Só porque o cara tem tatuagem, anda com cordão, com blusa de marca... Basta o cara ter um risquinho na sobrancelha, sobrancelha raspada ou cabelo, e já acham que é de facção”. Igor, na entrevista, também falou sobre abordagens policiais. Mencionou um modo de se vestir que é considerado de “vagabundo” e o caracterizou como “Eles acha que é vagabundo quando pega um cordão, pergunta de onde o cordão vem, eles às vezes até levam. Manda tirar o cordão do pescoço, ou uma pulseira, um relógio...”. Iel, quando entrevistado, afirmou que os policiais não abordam qualquer pessoa. Ressaltou tanto a cor da pele quanto o território como fatores preponderantes:

Com todo mundo não porque a favela, como diz a menina, né, a favela é o cantinho da casa, entendeu? O pessoal quando chega num jovem, um jovem moreno, como diz, negro, ele já pensa que é bandido. Já quer chegar batendo, já quer chegar criticando “vai vagabundo, pra ali” e o jovem num tá nem com nada, entendeu? Só porque ele é negro, a polícia chega hoje em dia já batendo nele, entendeu? (IEL)

Em ambas as instituições, percebemos que havia medos e desconfiças por parte, também, dos funcionários. Na Granja Portugal, após o término de um dos encontros, a facilitadora comentou comigo e com um colega do VIESES que ficara receosa ao sair na hora do lanche, pois lembrou que havia deixado a faca do bolo na sala. No Conjunto Ceará, uma funcionária que nos fornecia suporte nas oficinas (para nos encaminhar até a sala, tirar dúvidas quanto a materiais e guardar os lanches) demonstrava receio recorrentemente. No primeiro dia de oficina, perguntei à ela se os jovens costumavam ficar em algum local esperando a atividade, para podermos chamá-los. Ela esboçou uma expressão de lamento e respondeu “não... eles ficam tudo dispersos por aqui, um problema isso”, manifestando uma certa preocupação em relação à segurança do local, que poderia ser ameaçada pela “dispersão” dos jovens. O adolescente que cumpre medida socioeducativa é tomado como prova de uma lógica fundada na generalização indevida, e o rótulo de "perigoso" passa a consistir expressão de tudo que é capaz para compreendê-lo, não havendo espaço para a diferença. A passagem pelas instituições

consiste, assim, em uma espécie de marco que confirma uma trajetória. (GONÇALVEZ; FRANÇA, 2013).

A genealogia de Foucault sobre a produção de uma sociedade punitiva aponta que o criminoso, no contexto atual, figura com o adolescente que comete ato infracional, que passa, assim, a ser visto como “inimigo social”. Foucault (2002) explicita que a partir do início do século XIX, passa a haver um controle sobre o que os indivíduos seriam “capazes”, do que estariam “sujeitos” e na “iminência” de fazer e, assim, o sujeito passa a ser considerado pela sociedade em relação às suas virtualidades (FOUCAULT, 2002). Além das abordagens policiais, Igor relatou na entrevista que há discriminação também por parte das outras pessoas: “Tem gente na rua que vê a gente assim, já quer segurar a bolsa, segurar o celular, é chato, né? Constrangimento da gente”. Menciona o centro da cidade como um local em que esse movimento ocorre bastante “A gente vai sair, pegar um ônibus, quando chega na parada do ônibus, se escora ali, o pessoal já fica recuando, né? Olha a gente dos pés à cabeça...”.

O medo em relação a um inimigo suposto é constantemente reestruturado, de modo que “(...) somos assombrados por espectros difusos. O suspeito, o bandido pode ser qualquer jovem que ande de camisa aberta, use boné, bermuda, chinelos e, principalmente, que seja negro (...) E, para conter essa turba, técnicas de vigilâncias são implementadas e desejadas” (Bento, 2018, p. 14). A sensação de medo opera nas produções de subjetividade implicadas em processos de sujeição criminal, garantindo a eficácia das técnicas de fazer morrer (BENTO, 2018).

A sujeição criminal se torna um dos operadores de uma necropolítica à brasileira, naturalizando inclusive a morte desses adolescentes e jovens (BARROS, 2019). Em entrevista, Suarez nos relata a forma como ficou sabendo que seu colega morreu. Durante o assalto que fizeram no ônibus, seu amigo foi baleado pelo motorista que se encontrava armado e Suarez, após ser atendido pela ambulância, foi levado à DCA. Algum tempo depois, Suarez foi chamado pelo policial para dar seu nome completo. Após Suarez informá-lo, o policial lhe avisa que seu amigo morreu, o que deixou abalado. Suarez nos conta que o policial lhe diz “é, agora não adianta mais lamentar não, agora ele tá no céu dos vetin¹⁹”. Falou desse jeito, o policial.” (SUAREZ, 2018).

Em meio à perplexidade e lamento de Suarez, o policial brinca com a morte de seu

¹⁹ Expressão nativa, que remete às expressões “pivete” ou “vete”, referentes a adolescentes do sexo masculino e negros que habitam territorialidades periféricas. Há aqueles que se apropriam dela de forma pejorativa, mas também se constitui como gíria usual entre esses jovens. De tão popular, alguns criaram uma série no youtube: La Casa du'z Vetin. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=-t1e7f-XYAc>>

amigo, localizando-o no “céu dos vetin”, como se houvesse um reduto para onde iriam certos sujeitos. No que Mbembe (2017) chama de “sociedade da inimizade”, há a produção de uma política que distingue os seus cidadãos entre semelhantes e não-semelhantes, baseada na separação e na luta contra um inimigo. Mbembe enfatiza o fator racial para este fenômeno, que consiste hoje em uma continuidade (e recriação!) das relações colonialistas, coisificando seres humanos e os tornando cada vez mais descartáveis e aniquiláveis. (MBEMBE, 2017). A produção do inimigo desumaniza corpos considerados “desimportantes”, de modo que seu extermínio é banalizado e mesmo justificado (MBEMBE, 2017). Prevalece a expectativa social de que esses indivíduos estão prontos para fazer mal aos “cidadãos de bem” e, por isso, podem ser mortos ou terem suas mortes amplamente justificadas e desejadas (MISSE, 2015).

Sobre esse assalto e a morte de seu amigo, Suarez relata em entrevista o momento que terminaram de recolher os pertences dos passageiros e iam sair do ônibus

aí quando eu pedi pro motorista parar o ônibus e abrir a porta, ele se levantou com uma pistola na mão, aí ele “bota no chão, bota no chão” mandando soltar a réplica. Aí eu peguei e coloquei a réplica no chão e botei a mão na cabeça, quando eu botei a mão na cabeça, ele começou a apontar a pistola pra mim, tremia muito ele, sabe (...) tremendo e olhando assim pra mim e eu olhando pra ele... aí a pistola acabou disparando. No que a pistola disparou, foi o susto, o impulso, eu não sei. Na hora que a pistola disparou na minha direção eu se abaixei, eu caí no banco do ônibus, aí eu vi aquele grito longe, sabe, aquele grito longe de adrenalina muito alto, de adrenalina pelo que tava acontecendo, na hora do disparo eu ouvi um grito, aí eles começaram a bater em mim e no meu parceiro. Nisso o tiro tinha pegado nele, que ele tava nas minhas costas, só que eu não percebi que o tiro tinha pegado nele, não sangrou. Aí nisso a gente começou a apanhar no coletivo, a população batendo... aí o segurança chegou perto de mim e colocou a pistola na minha cabeça. Aí ele olhou pra mim e disse “tu vai morrer” aí eu só fiz fechar o olho, aí ele deu um golpe na pistola... tipo, naquele momento, tudo pra mim parou, entendeu? Eu só tava ouvindo ele e o som da arma, só, o resto tudo ficou mudo, eu não tava ouvindo mais ninguém falar, eu não tava ouvindo mais ninguém gritar, no momento tava muita mulher gritando, gente chorando, entendeu? Gente batendo e naquele momento pra mim só tinha audição pra ele e pra arma. Na hora que ele olhou pra mim e disse “tu vai morrer” eu fechei o olho, eu ouvi a hora que ele deu o golpe na pistola, destravou a pistola e apertou, na hora que ele apertou a pistola ele errou 3 vezes na minha cabeça, aí engasgou, não saiu, quando ela engasgou eu abri o olho, aí quando eu fui se levantar, ele me deu um chute e me derrubou, aí começaram a me bater de novo. Aí ele pegou, tirou o pente da pistola, fez aquela abertura, começou a me golpear na cabeça (SUAREZ)

Suarez sofreu ainda violência policial por parte da Força Tática de Apoio (FTA), após o Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas (RAIO) ter chegado e verificado a situação. Depois, foi algemado e levado para a DCA. Suarez relata uma marca do “humano indireito”, um sujeito violentável, sem direitos, cuja responsabilização por ato infracional deve se dar por meio de castigo e punição. O disparo do motorista que matou seu amigo e o “linchamento” da população demonstram um “fazer justiça com as próprias mãos”, que se ancoram na descrença do sistema de justiça, assim como na depreciação dos direitos humanos e do Estado Democrático, não se constituindo em fenômenos espontâneos, direcionados a quaisquer pessoas. (BARROS ET AL, 2017). Batista associa essas manifestações à “adesão subjetiva à

barbárie”, que consiste na “crescente demanda coletiva por castigo e punição” (BATISTA 2012, p.308).

É comum que adolescentes e jovens a quem se atribui cometimento de ato infracional sejam tidos como a própria “personificação” do ato, sendo tomados como sujeitos irrecuperáveis, devendo ser isolados da sociedade (MISSE, 2015). Na entrevista, Iel relata as dificuldades e rejeição pelas quais passou em sua comunidade por ser um jovem que já cumpriu/cumprir medida socioeducativa, que remete a um “aprisionamento do lado de fora” (BOYER, 2015). Iel expressa essa forma de aprisionamento colocando essa condição como “Presidiário na boca das populações” (sic). Ele afirma

Quando a pessoa sai pra fora tem o objetivo de trabalhar, estudar e viver bem. Mas se a população conheceu você, sabe que você já foi preso, num quer. Não quer andar contigo, não quer te dar emprego, entendeu? Não quer ser teu amigo porque tu foi preso, entendeu? Naquele exato momento tu é o presidiário, sendo que tu não tá lá dentro, mas tu é o presidiário na boca das populações (IEL).

Contudo, Iel demonstra que este “aprisionamento” não é completo. Ressalta que se antes chegava em casa triste e chateado, hoje não está “nem aí”, acreditando ser preciso “combater” discriminações e não “abaixar a cabeça” . Declara ainda

Cara... foda-se, foda-se, cara, foda-se porque eu sou ser humano, ela também, ele também é ser humano, todo mundo erra, mas na vida tem solução de... se ajeitar, né, e... eu tento me ajeitar o que eu posso, entendeu? Eu tento conhecer as coisas que eu posso e a que eu não posso pra conhecer mais, né, é isso daí... é... vete (IEL, 2018)

Em um contexto necropolítico, a produção de juventudes desiguais, a partir da operação de marcadores raciais, de classe, de gênero, socioespaciais e geracionais, engendra processos de subjetivação que tornam adolescentes e jovens negros e moradores da periferia alvos de uma lógica punitiva, de violação de direitos e violência. Ressalto, no entanto, a força que contêm as narrativas dos participantes desta pesquisa, seja nos momentos em que denunciam violações e se indignam com elas, não as naturalizando, seja no modo como demonstram reinvenções em seus cotidianos. “Não baixar a cabeça” (sic) é produzir desvios e linhas de fuga aos estigmas e estabelecer uma relação consigo e com os outros a partir de parâmetros outros que não esses enquadramentos correlatos à necropolítica. A resistência não se constitui apenas como reação a algo, mas também como a “uma nova ação, com curso próprio e possibilidade de afetar a ação de outros” (PEREIRA, 2017, p.24), com a criação de formas outras de vida e pensamento (PEREIRA, 2017). Como afirma Coimbra (2001b, p?), “Há, portanto, vida pulsando entre os considerados perigosos” .

4. LINHA 004: DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA EM FORTALEZA E SUAS MARCAS NO COTIDIANO DE ADOLESCENTES E JOVENS “INDIREITOS”

No percurso dentro do uber, Iel, Suarez e Walter falavam sobre festinhas (Iel ia para uma festa mais tarde) e garotas. Em algum momento, Iel comentou que não poderia chegar muito tarde da noite em casa. Suarez disse, um tanto sério e um tanto reflexivo “Minha mãe só fecha a porta quando eu entro”. Iel riu “Pois, se eu não entro, minha mãe fecha a porta!”. Lembrei que Dona E²⁰., em seu depoimento na Marcha, lamentou ter de fechar a porta de casa todas as noites sabendo que seu filho não iria mais entrar. Na oficina da semana seguinte ao questionarmos o que lhes chamou a atenção no dia da Marcha, Suarez relatou ter sido o depoimento de Dona E. Disse que fica receoso ao pensar que há a possibilidade de sua mãe passar por isso, pois, “no mundo de hoje, não se sabe o que pode acontecer”. Contou que ficou pensando nas noites em que chega tarde em casa e a mãe fica preocupada. Há de se pensar no reconhecimento desses jovens como sujeitos “matáveis”

No caminho, ao verem policiais da cavalaria, reclamaram que agora eles estavam presentes na Praça Santa Cecília. Riam dos policiais sobre os cavalos, dizendo que aquilo “não tinha sentido”. Era curioso estarmos dentro de um uber enquanto os policiais cavalgavam, vulneráveis, no meio de um trânsito de carros! Avistando um ônibus na rua, Suarez também comentou sobre ter pego um ônibus errado e se assustado ao ver “GDE” no muro, pedindo “Pare aqui, motorista, pelo amor de deus” para poder descer e ir embora. Os percursos são feitos com cautela, atentando-se para os muros (DIÁRIO DE CAMPO, 14.11.2018).

Nesta Linha, mapearei as dinâmicas da violência e seus efeitos nos cotidianos dos sujeitos da pesquisa, iniciando-a a partir de Alan e a notícia sobre seu homicídio.

A partir das narrativas dos participantes da pesquisa, discutirei as dinâmicas de Homicídios e Conflitos Territoriais, principalmente no estado do Ceará, através de conceitos como necropolítica, capitalismo gore e ethos da masculinidades. Utilizarei-me de autores e autoras como Benício; Barros; Silva (2019), Barros (2019), Paiva (2019), Zaluar (2004), Achille Mbembe (2017), Sayak Valência (2012) e Judith Butler (2016). Terá três trajetos: 4.1. “No mundo de hoje não se sabe o que pode acontecer”: Juventudes (sobre)viventes, cenário dos homicídios juvenis e suas relações com conflitos territoriais; 4.2. “Era tanto sangue, mas tanto sangue, até a lua ficou vermelha”: Capitalismo Gore e Hipermasculinidades e 4.3. “A gente sai e não sabe se volta”: Conflitos territoriais nos cotidianos de juventudes periféricas e a produção de sujeitos “matáveis” operada pela mídia.

²⁰ Dona E. faz parte do coletivo “Mães do Curió”, formado após a Chacina do Curió, sobre a qual as investigações e testemunhas apontam que policiais encapuzados assassinaram 11 adolescentes entre a noite do dia 11 e a madrugada do dia 12 de novembro de 2015 no bairros Curió, Alagadiço Novo, São Miguel e Messejana da periferia de Fortaleza, como vingança pela morte do Policial Militar Valtermberg Chaves Serpa no bairro Lagoa Redonda. As Mães do Curió, sob o lema “Transformei meu luto em luta”, reivindicam a responsabilização desses sujeitos e participam de manifestações e movimentos, como a anual Marcha da Periferia, pelo fim dos homicídios das juventudes.

4.1. “No mundo de hoje não se sabe o que pode acontecer”: Juventudes (sobre)viventes, cenário dos homicídios juvenis e suas relações com conflitos territoriais.

Em março de 2019, nós da equipe do Histórias Desmedidas combinamos com as profissionais do CREAS uma visita à instituição para conversarmos sobre o acompanhamento dos jovens que participaram do grupo. O objetivo era que compartilhássemos impressões e alguns dados mais técnicos (como idade, data de nascimento e o ingresso na medida socioeducativa), uma ponte com a equipe técnica que, no decorrer do grupo, acabou defasada.

Conversando sobre cada jovem, a Assistente social nos pergunta “Vocês lembram do Alan?” e nos conta que ele havia sido assassinado. Disse-nos que ele finalizara a medida, ia começar o curso de cabeleireiro, mas foi vítima de homicídio por ter roubado em um território, segundo o relato de sua mãe.

Ficamos em choque e, no meio da dinâmica da instituição, com pessoas entrando na sala e as técnicas, apesar de bastante atenciosas conosco, precisando dar continuidade às suas rotinas, acabamos por não conversar mais tranquilamente sobre este ocorrido. A coordenadora da instituição parecia receosa com nossos questionamentos, o que também nos intimidou.

Ao sairmos do CREAS, compartilhamos o que aconteceu com o VIESES e o LEV. Queríamos marcar outro dia para conversarmos melhor, fazer algo pela família ou publicar uma nota sobre Alan. No entanto, encontramos diversos entraves na instituição para que isso ocorresse, estavam receosos quanto a burocracias e autorizações para entrarem em detalhes sobre “o homicídio de um adolescente” e nos deram a entender que eram um trabalho reservado a este equipamento. Apesar de compreendermos que estes e estas profissionais estavam receosas quanto a procedimentos burocráticos, possíveis “puxões de orelhas” da Secretaria ou mesmo enfrentando dilemas éticos, estávamos apenas propondo uma conversa sobre um jovem que acompanhamos junto(a)s e estranhamos que isso pudesse ser tão difícil.

Alan era bastante reservado, não falava durante as discussões no grupo, mas as ouvia atento. Tentei me aproximar e propôr a ele uma entrevista, mas ele não topou. Após saber de sua morte, fiquei dias lembrando de Alan, de seus momentos no grupo, das músicas que ele propunha no momento do lanche, da sua presença grafitando o muro, da minha ida ao seu lado na kombi para o encontro de encerramento na UFC e dele segurando orgulhoso para a foto o certificado de participação no grupo²¹. Lembrei-me também dos outros jovens do grupo, com a sensação de que (sobre)vivem em um contexto que torna o homicídio próximo e possível, como

²¹ Vide descrição dos participantes no trajeto “2.3. Participantes-passageiros da pesquisa”, p.31

disse Suarez na epígrafe acima, narrativa que deu título a este trajeto “no mundo de hoje, não se sabe o que pode acontecer” .

No Brasil, no ano de 2017, dos 35.783 jovens de 15 a 29 anos assassinados em 2017, 94,4% (33.772) eram do sexo masculino. No período de uma década (2007-2017), a taxa de negros vítimas de homicídio no Brasil cresceu 33,1%, enquanto a de não negros teve um crescimento de 3,3%. Em 2017, 75,5% das vítimas eram negras (CERQUEIRA et al, 2019). Em relação ao estado do Ceará, de 2005 a 2015, houve aumento de 122,8% na taxa geral de homicídios. Em 2018, 4.518 pessoas foram assassinadas, entre elas 829 adolescentes, de modo que a cada semana do ano, 16 famílias cearenses enterraram um adolescente (CEARÁ, 2019)²².

Abdias Nascimento (2017), ao iniciar a obra “o genocídio do negro brasileiro”, expõe os conceitos de *genocídio* expresso em dicionários, sendo este um deles:

GENOCÍDIO - geno-cídio

Genocídio s.m. (neol.). Recusa do direito de existência a grupos humanos inteiros, pela exterminação de seus indivíduos, desintegração de suas instituições políticas, sociais, culturais, linguísticas e de seus sentimentos nacionais e religiosos.

Ex: perseguição hitlerista aos judeus, segregação racial, etc. (BUENO, 1963, p.580).

Nascimento (2017) argumenta que no Brasil vivemos “o mito da democracia racial” sob a disseminação da falsa ideia de que o país é amistoso e convive harmoniosamente com as diversas raças, religiões e nacionalidades. Contudo, do período colonial até os dias de hoje, há um genocídio em curso de negros e negras, de forma institucionalizada e sistemática (FERNANDES, 2017, FLORES, 2017). Esse genocídio se expressa pela perseguição a religiões de matriz africana, pelo “branqueamento”²³ da raça e cultura negras, pela negação do racismo (e seu conseqüente silenciamento) e, em última instância, pelo extermínio físico (NASCIMENTO, 2017).

Góes (2017a) afirma que a raça é um fator criminógeno e genocida, que se consolida

²² Lembrando que o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), o qual disponibilizou estes dados, adota a faixa etária de 10-19 anos para se referir a categoria de adolescente, diferente do Estatuto da Juventude, que considera o segmento juvenil correspondente à faixa de 15-29 anos. Como problematizado na Linha 003, serão utilizados os dois termos.

²³ Segundo Nascimento (2017, p.84) “O processo de miscigenação, fundamentado na exploração sexual da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O “problema” seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país (...)”. Góes (2014, p.474) endossa que “Este processo determinou a negação da identidade negra, interiorizando o modo de vida e modo de ser branco inclusive com a criminalização das manifestações artísticas, religiosas e culturais, proibindo o negro de ser negro (...)”. Ainda para Góes (2017b), visto que a raça branca é hegemonia em espaços de saber/poder, o processo de branqueamento ocorre com o indivíduo se “enquadrando” no modo de vida branco para poder ascender socialmente, apesar disso não imunizá-lo quanto ao racismo. O reconhecimento como pardo e moreno, segundo o autor, faz parte desse processo, correspondendo a uma “assimilação facilitada” da negritude. O processo brasileiro repete que “racismo não existe”, refletindo em uma política que atinge negros e brancos.

pela banalização e (in)visibilidade do extermínio de negros(as). Critica o descaso e a “desatenção” existentes com a realidade racial, em contraponto à imediata identificação de que negros e negras constituem a “clientela penal”. O racismo continua sendo ignorado como fonte de conflitos, tensões e violências.

Em nossa margem, é sobre uma das maiores populações negras do mundo (a maioria dominada, apontada erroneamente como “minoría”), que toda violência, naturalizada e autorizada, recai como instrumento de controle racial, estando ainda a serviço dos sinhões em estamentos solidificados, subjugada, sobrevivendo em subempregos e “desfrutando” de sua subcidadania. (GÓES, 2017a, p.)

Seja através do mito da democracia racial, da eliminação de documentos²⁴, da violência física ou dos crescentes homicídios, podemos pensar a violência (por omissão, invisibilização ou não) contra negros e negras como manifestações da percepção do grupo dominante de que essa população representa uma ameaça simbólica, uma ameaça aos valores e à cultura da hegemonia branca (NUNES, 2006). Segundo Nunes (2006, p.404) “Os negros são percebidos como violadores dos valores que mantêm o status quo das relações inter-raciais.” Dessa forma, o genocídio do povo negro não tem ocorrido por mero acaso. Constitui-se como projeto necropolítico, que, imbricado à política de raça, opera pela via da desumanização e descartabilidade da figura do “inimigo”, que tem seu aniquilamento naturalizado, aceito e/ou legitimado (MBEMBE, 2017).

Enfatiza-se raça e classe nos números exorbitantes de homicídios no Estado. O Ceará possui o segundo maior índice de violência e desigualdade social do Brasil, correspondendo a 0,487, atrás somente de Alagoas, que possui índice de 0,489. Contribuindo para essa posição, há o indicador de frequência à escola e situação de emprego de 0,778, e indicador de pobreza de 0,610 (BARROS, 2019).

Ainda que, em números absolutos, jovens do sexo masculino negros constitua a população que mais morre, ressalta-se que, em 2018, houve uma queda de 32,5% das mortes desse segmento análogo a um aumento de 32,5% do assassinato de adolescentes do sexo feminino em Fortaleza (sobretudo negras e periféricas), comparado a 2017. Evidencia-se um

²⁴ Abdias Nascimento (2017) relata que em 1899 o ministro das Finanças Rui Barbosa ordenou a incineração de todos os documentos (estatísticos, financeiros, demográficos, etc.) referentes à escravidão e ao tráfico negro. O objetivo era o de que a “mancha negra” do Brasil fosse apagada e, assim, não temos hoje esses registros fundamentais para analisarmos e compreendermos de forma mais aprofundada experiências de negros e negras escravizadas nesse período do país. Para Nascimento (2017), esse ato se realizou sob a justificativa de “justiça social”, sob a égide de que “todos somos brasileiro(as)”, independentemente da questão racial. O autor argumenta que, na realidade, a camada dominante considera ameaçadora movimentos de conscientização afro-brasileira, tendo como objetivo negar ao negro autodefinição e autoreconhecimento.

fenômeno crescente da morte de mulheres, que, entre 2016 e 2018, atingiu quase 900% (CEARÁ, 2019).

Em 2018, foram noticiadas nove chacinas durante o ano, que totalizaram 53 pessoas mortas: Chacina de Maranguape, que deixou 4 mortos, Chacina de Cajazeiras, a maior já ocorrida no Ceará, com 14 pessoas mortas (mulheres, em sua maioria), a Chacina no presídio de Itapajé, que matou 10 homens, a Chacina do Benfica, que matou sete pessoas, a Chacina de Quixerambim, que deixou 4 pessoas mortas, a Chacina na zona rural de Palmácia, que matou 5 pessoas, a Chacina em Quiterianópolis, deixou 4 pessoas mortas, a Chacina na Vila Manoel Sátiro, que matou 3 policiais e, por último, a Chacina no bairro Manoel Dias Branco, que deixou 2 pessoas mortas e 3 feridas (O POVO, 2018b).

Na oficina sobre Violência Institucional, levamos a música “O que vejo” do grupo Ponto de Equilíbrio e perguntamos aos participantes o que mais havia lhes chamado a atenção na letra. Marley mencionou a frase “irmão mata irmão”²⁵ como sendo algo presente na realidade em que vivem. Homicídios ocorrem de forma corriqueira, cotidianamente em suas localidades. Com base em pesquisa realizada com profissionais de um dos equipamentos culturais localizado na periferia de Fortaleza, Benício; Barros; Silva (2019) apontaram que juventudes periféricas tem sido subjetivadas como matáveis, descartáveis, havendo uma banalização da morte em seus cotidianos.

Volto agora ao momento em que Suarez nos conta como recebeu a notícia da morte do seu amigo (ocasionada pelo motorista de ônibus e linchamento por parte dos passageiros), após informar seus dados na DCA:

quando eu cheguei lá na DCA, era umas 15h30 por aí, aí eles, o policial chegou pra mim e me chamou, né, me chamou e pediu pra completar o nome, eu falei e ele “ei, man, tenho uma péssima notícia pra ti” aí eu até brinquei na hora “manda pra cá essa engorda de 45 dias” aí ele “é, tu tira onda, né, ei man, eu tenho uma péssima notícia pra ti, teu parceiro acabou de morrer” aí, tipo, naquela hora, sei lá, é como se o mundo tivesse caído em cima de mim, sabe, aí eu pensei “agora eu vou carregar a culpa sozinho, agora eu vou carregar a culpa todinha” porque querendo ou não, eu tinha uma parte da culpa, porque eu fui até a casa dele, entendeu, eu dei a corda, quando ele puxou, eu dei mais corda, entendeu? (...)Aí eu “olha aí, né, man, o que foi acontecer” porque quem era pra ter morrido era eu. Se era pra ter morrido alguém, era eu, mas... sei não, Deus sabe todas as coisas (SUAREZ, 2018)

²⁵ “Eu vejo na televisão
A tropa invadindo o complexo do alemão
eu leio nos jornais, novas notícias de guerras
mortais
Eu vejo muita corrupção
Enquanto *irmão mata irmão*
O bonde dos amigos invadindo
o bonde dos irmãos não (...)”
(Trecho da música “O que vejo” - Ponto de Equilíbrio)

O sentimento de culpa de Suarez, de que poderia ter sido ele, diz-nos da condição de descartabilidade que é incorporada pelos próprios jovens. Na VI Marcha da Periferia, as mães do curió expuseram cartazes no chão com as fotos dos jovens assassinados na Chacina do Curió. Suarez sentou no banco que estava em frente às fotos e passou um tempo olhando-as, com a mão apoiada no queixo. Pensamos se ele não estaria sensibilizado, lembrando do amigo que morreu. A proximidade da morte faz dela uma possibilidade tanto para esses jovens quanto para as pessoas que estão ao seu redor.

Devido à recorrência da morte em seu cotidiano, Emanuel nos relata que acreditava que morreria com 16 anos:

tanto que quando eu fiz 17 eu comemorei, assim “caralho, eu fiz 17 ano! Caralho, eu tô vivão”. Porque a maioria da galera que eu tinha contato e tal, vínculo, ou a galera morria ou a galera matava aos 16 ano, aí quando eu fiz 17 ano, man, tipo, eu me escondia pra fazer 17 ano, se liga? E... só que assim que eu fiz 17 ano eu fui preso, se liga? Aí eu “caralho, man” (...) (EMANUEL).

Engendram-se modos de subjetivação relacionados à brevidade da vida, que é pensada a curto prazo e com possibilidades restritas, ressaltando sua descartabilidade: Ou mata, ou morre ou é preso. Segundo Benício; Barros; Silva (2019), jovens da periferia tem encarnado a atualização da figura do “homo sacer” debatida por Agamben (BENÍCIO; BARROS; SILVA, 2019). Agamben (2007) chama de “vida nua” ou “zoé”, sendo este último um termo empregado por Aristóteles, o que seria a vida natural, referente a todos os seres vivos. Contudo, esta vida, exemplificada por mulheres, crianças, escravos, etc., não se enquadra nos requisitos da “bios”, isto é, na vida qualificada dos cidadãos gregos que participam das decisões da pólis. A zoé seria a vida humana destituída de significado, para a qual não se tem adjetivo, uma vida nua por ser reconhecida apenas pela anatomia humana (AGAMBEN, 2007).

Já o homo sacer é uma figura originária da Roma antiga referente a vidas que não podem ser oferecidas em sacrifício aos deuses. Quem as matar não terá cometido crime de homicídio, o que demonstra a desvalorização do homo sacer, desprotegido até mesmo juridicamente (AGAMBEN, 2007).

Sobre a música, Iel ressalta sua impressão “Essa música, esse reggae, é como uma história. É a história da favela”, afirmando que ela narra o que acontece com os jovens na favela. Benício; Barros; Silva (2019), em diálogo com Agamben, compreendem as favelas, assentamentos precários, prisões e instituições de privação de liberdade como campos de concentração contemporâneos habitados por sujeitos semelhantes ao homo sacer, considerados descartáveis, não merecedores da vida. As frequentes chacinas nas periferia urbanas e

estranhadores índices de homicídios que se fazem nesses lugares nos levam a refletir que “Ser preto, associado a outras variáveis, como ser jovem, do sexo masculino, ser pobre e residir em periferias faz aumentar a probabilidade de ser vitimizado por homicídio” (BENÍCIO; BARROS, SILVA, 2019, p.520).

Acerca do cenário atual de homicídios no Ceará, Barros (2019) destaca dois aspectos que contribuem para seu agravamento: 1) O fortalecimento de grupos armados conhecido como “facções” (produzidas e fortificadas pela política de “guerra às drogas”), suas disputas territoriais e implicações no cotidiano das periferias, 2) O recrudescimento de políticas de segurança pública pautadas na “guerra às drogas”, voltada para o combate da figura do “inimigo interno”, a qual, como discutido na Linha 003 no trajeto sobre Sujeição Criminal, associa-se principalmente a jovens negros, pobres e do sexo masculino, e 3) A precarização das políticas públicas e redes de apoio psicossocial a essas vidas periféricas, acompanhada de uma aceitabilidade social de suas mortes.

Alerto que o intuito ao fazer essa discussão não é o de demonizar integrantes de facções, policiais e/ou profissionais das políticas públicas, sob uma perspectiva individualizante, mas o de problematizar a maquinaria necropolítica em que essas forças são produzidas e atuam. Nesta Linha, discutirei principalmente o primeiro aspecto, abordando os outros dois na Linha que se segue.

Ainda que os dados de homicídios de 2018 tenham sido assustadores, foram bem reduzidos em relação ao ano de 2017. No país, 65.602 homicídios ocorreram em 2017, tendo sido o maior nível de violência letal intencional do Brasil (CERQUEIRA et. al, 2019). Foi também o ano mais violento do Estado, com 5.134 mortes. No Ceará, 2018 foi o segundo ano mais violento, com 4.518 pessoas assassinadas, 616 a menos que 2017, que teve 981 vítimas (CEARÁ, 2019).

Para Cerqueira et al (2019), é possível que o crescimento da letalidade nas regiões Norte e Nordeste em 2016 e 2017 esteja associado à guerra de facções entre junho e julho de 2016. Vale lembrar que no final de 2015, em Fortaleza, surgiram notícias sobre um pacto entre facções rivais ligadas ao tráfico de drogas e armas na cidade, que durou até meados de 2016. Este pacto, que ficou conhecido como “pacificação”, consistiu em uma reorganização de grupos que disputam o mercado de drogas ilícitas, que passaram a proibir ciclos de vinganças e homicídios entre eles (BARROS et al., 2018). Na ausência do governo nesses espaços, “as comunidades das periferias de Fortaleza assistiram à “paz” ser feita por quem produzia a “guerra” e, a partir de um dado momento, resolveu fazê-la em outra escala.” (BARROS et al., 2018, p.119).

Nesse período, os homicídios reduziram significativamente em Fortaleza, com os moradores das periferias reconhecendo que essa redução se deu devido à repactuação das facções (BARROS et al., 2018). Na época, o Ceará foi o segundo estado que mais teve seus homicídios reduzidos, atrás apenas do Amazonas, segundo os dados do 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2017). Acerca da taxa de Mortes Violentas Intencionais (MVI), houve 46,6 mortes para cada 100 mil habitantes em 2015 enquanto em 2016 essa taxa caiu para 39,8/100 mil, representando uma redução de 14,2%. Em relação a isto, Barros et al. (2018) salientam “Algo importante concernente a esses dados precisa ser problematizado: nenhuma política de segurança pública conseguiu esse feito em um espaço tão curto de tempo.” (BARROS et al., 2018, p.118).

Refletimos aqui sobre o poder de vida e de morte dessas facções nas periferia, que, em curtos espaços de tempo, interferem na redução e aumento de homicídios de modo significativo. Desse modo, o que é tido como “paz” “mais parece adquirir a face de uma guerra sem fim” (MBEMBE, 2017, p.126). Como disse Igor em entrevista sobre a lógica das facções “Que é que nem aquela frase, né? “Guerra só traz guerra”. O pessoal mata aí quer vingança, aí vai e mata. Aí o outro quer vingança, aí vai lá e mata. Aí assim vai morrendo todo mundo.”

Frente à esse cenário, Barros (2019) considera que as favelas brasileiras são espécies de “colônias contemporâneas”, trazendo à tona a continuidade das relações colonialistas que fundamentam a Necropolítica de Mbembe. Para Mbembe (2017) colônia representa o lugar onde se exerce um poder à margem da lei, não estando organizadas em um modelo estatal e não consistindo em um “mundo humano”. Em um Estado de Exceção intensificado, com suspensão de direitos e garantias de vida (MBEMBE, 2017), Igor, assim como Suarez, afirma a morte como possibilidade presente e real no seu cotidiano, dizendo que os homicídios “Deixa a gente triste,”(sic), assim como lhe faz pensar “vixe, má, se eu tivesse lá eu taria morto uma hora dessa” (sic) quando recebe uma notícia. Relata ser parte do dia a dia

Isso acontece muito no dia a dia, né? De a pessoa tá ali trabalhando, vai tipo fazer uma entrega ou uma coisa assim, aí quando volta... Segunda-feira mesmo, um entregador lá foi fazer uma entrega, chegaram pra matar um cara na mesma casa que ele entregou, segunda-feira agora, chegaram pra matar o cara. Assim que eu ia saindo ele tava contando. Chegou no mercantil branquim de medo. “Ei, macho, eu ia morrendo”. Tipo assim, como acontece, né, um carro parou lá e matou quem tava na calçada (IGOR, 2018).

O autor Mbembe (2017) reflete sobre a escravatura, considerando que a figura do escravo seria advinda das seguintes perdas: a perda de um lar, a perda de direitos do próprio corpo e a perda de um estatuto político. O escravo é mantido vivo, mas em uma condição

violenta, em estado de lesão, “A vida de escravidão é, em larga medida, uma forma de morte-na-vida” (MBEMBE, 2017, p.124). Barros (2019) propõe os jovens da periferia como “escravos contemporâneos”, que, pelas facções ou pela polícia, podem ser mortos em suas colônias, gerando pouca comoção social.

Em meados de 2016, com o fim do “acordo”, os homicídios voltaram a aumentar, colocando o ano de 2017 como recorde de homicídios. Já em 2018, houve uma queda significativa dessas mortes, como mencionado anteriormente, e em 2019 a redução foi ainda maior.

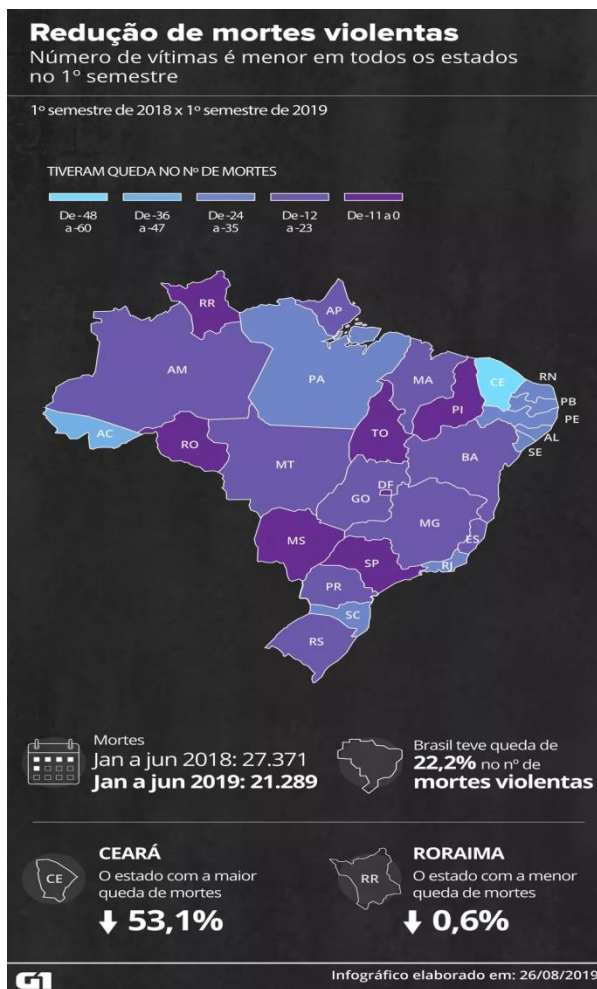


Figura 24: “Redução de mortes violentas”. Fonte: Monitor da Violência - do G1 com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/09/01/brasil-tem-queda-de-22percent-no-numero-de-mortes-violentas-no-1o-semester-revela-monitor-da-violencia.ghtml>>

Diante da drástica redução de mortes em 2019, o presidente e o Ministro da Justiça em vigor comemoraram publicamente, atribuindo essa queda aos feitos e propostas do governo de endurecer a política de guerra às drogas, da ostensiva militarização/armamento e intensificação de combates, que mais violentam e prejudicam do que apontam soluções. O

governo do Estado também destacou essas reduções, tomando este cenário como efeitos da política de segurança pública no Ceará:

Esse é o nosso melhor resultado nos últimos dez anos. É um esforço permanente que o Ceará tem enfrentado, seja pelas tomadas de decisão no sistema prisional, seja com o reforço operacional das nossas polícias, no investimento em inteligência, tecnologia, aeronaves, armamentos (ESSE...PORTAL DO GOVERNO, 08/01/2020).

No entanto, ressaltamos que, segundo o 13 anuário brasileiro de segurança pública (2019), as mortes violentas intencionais em 2018 de fato diminuíram no Brasil, mas os homicídios causados por policiais aumentaram 19,6% em relação a 2017. Dentre essas mortes, 99,3% das vítimas foram homens, com 77,9% na faixa etária entre 15 e 29 anos e 75,4% negros. Em 2019, ainda que não tenha sido uma tendência nacional (visto que a maioria dos estados apresentou uma redução), o país teve 2.866 homicídios cometidos por policiais nos primeiros seis meses do ano, comparado a 2.766 mortes no mesmo período em 2018, segundo o Monitor da Violência (VELASCO et al., 2019). Com base nisto, podemos refletir se uma política de segurança focada na militarização ostensiva (e na criminalização de um certo segmento da população) provoca mais mortes do que as evita.

Além disto, como afirma Luiz Fábio Paiva em entrevista dada ao jornal O Globo em junho de 2019 “(...) A redução de homicídios hoje não significa que tratamos dos problemas geradores da violência. Todos os fatores que influenciaram essa marca de homicídios em 2017 seguem aí” (A REDUÇÃO...O GLOBO, 05/06/2019). No relatório do CCPHA do segundo semestre de 2018, o mesmo pesquisador afirmou algo que devemos atentar para compreendermos essa redução: o “cansaço” das facções, que necessitam se reacomodar após a intensidade de dois anos de conflitos e disputas, indicando um movimento natural das próprias dinâmicas territoriais. Para ele, a redução dos homicídios não é o suficiente para sinalizar que esses grupos enfraqueceram (CEARÁ, 2019). Cerqueira et al. (2019) consideram que a redução de homicídios, junto ao cansaço das facções, deve-se também aos custos desses conflitos, afirmando que é economicamente inviável para esses grupos anos e anos de guerra.

Na década de 1990, havia nas periferias de Fortaleza as chamadas “gangues”. Composta por jovens, em sua maioria homens, que criavam uma linguagem própria e modos particulares de estabelecer suas relações, as gangues se encontravam em ruas e bailes funks, praticando atos de violência, brigas e troca de socos, na busca de registrar suas existências, as de seus bairros e território, opondo-se, diferenciando-se e rompendo os limites da homogeneização que lhes eram atribuídos na condição de moradores da periferia (DIÓGENES, 1998).

Paiva (2019), a partir de entrevistas que realizou, afirma que as chegadas das drogas e armas nas periferias se deu para alimentar as disputas entre as gangues e não para constituir um mercado ilegal, a princípio. Quando os encontros em campo passaram a envolver tiros, tornaram-se menos comuns e começaram a usar abrigos, “tocaiais”, para “acerto de contas”. As drogas e armas foram adquiridas para manutenção e aumento da letalidade do conflito e “O tempo demonstrou que as drogas, efetivamente, rendem dinheiro, e os conflitos começaram a ocorrer dentro da própria gangue”. (PAIVA, 2019, p.171).

Aos poucos, pessoas em posição de liderança se tornaram traficantes. Estabeleceram-se em comunidades com demarcações, visto que um grupo não frequenta a área de outro grupo, mortes foram geradas e as inimizades advindas disto atenderam à lógica territorial. Em Fortaleza, os traficantes podiam ser antigos líderes de gangue que usaram as drogas ilícitas como meio de continuar disputas de gangues ou homens e mulheres que se tornaram pequenos empreendedores, tornando suas casas bocas de fumo. A posição de traficante algumas vezes era passada para “pessoas de confiança” e diversos deles, mesmo os que não pertenciam anteriormente às gangues, herdaram rivalidades antigas. As bocas de fumo também eram locais visados por inimigos com o intuito de realizar vinganças por conflitos antigos (PAIVA, 2019).

Assim, traficantes morriam não só porque queriam tomar sua “boca”, mas também porque pertenciam a um território rival (PAIVA, 2019). Paiva (2019, p.172) explica como se davam essas mortes

As mortes são feitas por meio de crimes de pistolagem, em uma motocicleta com duas pessoas: um motorista e o outro armado na garupa. Chegam rapidamente e realizam disparos contra a vítima. Há situações em que duas ou três pessoas chegam a pé, armadas, e atiram contra a vítima. Em poucas situações, existem narrativas sobre a morte de duas ou três pessoas em ação única. Em seguida, os envolvidos do território do morto preparam e planejam a vingança, que ocorre seguindo o mesmo ritual, buscando evitar o confronto e pegando a vítima de surpresa

Hoje, diferentemente das gangues e quadrilhas de traficantes que usavam motos e motocicletas com revólveres calibre 38, para cometer homicídios, as facções se utilizam, em grande parte das vezes, de carros e armas de grosso calibre (PAIVA; BARROS; CAVALCANTE, 2019). Os conflitos também se dão de outra forma, como nos explica Iel

No Ceará, há a presença de quatro facções principais: *O Primeiro Comando da Capital (PCC)*, que surgiu possivelmente em 1993 nos presídios paulistas, em consequência do massacre de 111 presos pela polícia em Carandiru no ano de 1992, a *Família do Norte (FDN)*, originária do Norte do País a partir do Primeiro Comando do Norte (PCN), que, por sua vez,

originou-se de alianças entre traficantes locais em 2008 (SOUSA, 2019), o *Comando Vermelho* (CV), que surgiu no Rio de Janeiro no presídio de Ilha Grande e foi inicialmente nomeado de “Falange da LSN” (referindo-se à Lei de Segurança Nacional, que fez presos políticos no presídio de Ilha Grande no período da ditadura), passando a se chamar “Falange Vermelha” em 1976 e, mais tarde, em 1979, a imprensa passou a se referir ao grupo como “Comando Vermelho” (HIRATA; GRILLO, 2017, MARTÍN, 2017) e, finalmente, a Guardiões do Estado (GDE), nascida no Ceará, provavelmente em 2015, segundo os vídeos e funks que esta facção divulga (SOUSA, 2019). O GDE é em grande parte composto por menores de idade e, semelhante ao que faz a FDN, apela para o discurso regional (SÁ; AQUINO, 2018).

O fortalecimento do mercado de drogas ilícitas no Nordeste e, conseqüentemente, dos grupos ligados a ele, deu-se também em razão das rotas estratégicas para o comércio pela região. Devido a repressão ter aumentado na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina, a entrada de droga pelo sul do país no território nacional foi dificultada. Foi preciso, assim, buscar pontos novos de fronteira para a cocaína entrar e ser distribuída no Brasil. Bolívia e Colômbia passaram a ser fornecedores de drogas que entram no país por meio de estados da região Norte, passando em seguida pelo Nordeste em direção aos países do Atlântico. A FDN é pioneira nesta rota, articulando-se localmente. A FDN e o CV atuam em oposição ao PCC no Ceará, visto que o PCC, que também passou a utilizar esta rota, assassinou o traficante brasileiro Jorge Raafat, que morava no Paraguai e fornecia armas para a FDN e CV (SÁ; AQUINO, 2018, SOUSA, 2019).

Assim, sistematizando: FDN e CV são aliadas e rivais ao GDE e PCC, que também possuem aliança. A união dessas duas últimas permitiu que o GDE tivesse força para disputar os espaços com CV e FDN, além de melhores condições para obtenção de drogas e armas. Já o PCC se beneficiou com o número maior de integrantes para enfrentar CV e FDN no Ceará (SOUSA, 2019, PAIVA, 2019).

Em meio a essas disputas de território e tomada de controle sobre eles, Iel traz outro ponto de vista: o de se sentir mais protegido pelas facções do que pela polícia, indicando que elas são mais atuantes na comunidade do que instituições do Estado. Relata uma relação similar a uma relação familiar, como um “pai número 2” (sic). Conta que quando precisou de uma casa para morar, por exemplo,

eu não precisei andar com uma arma na cintura ou precisei se batizar ou precisei matar pra ganhar uma casa, não... eu só precisava falar “ei, cara, me ajuda, tô precisando de uma casa pra morar” “ei cara eu tenho só aquela casinha pequenininha” ei, pô, mas serve, man, se for pra dormir e trabalhar, serve, do mesmo jeito, entendeu? Porque eles são, eles são tipo pai número 2 hoje em dia, entendeu? (IEL, 2018)

Reafirma a comparação com família e a “proteção” maior que lhe é dada, comparada à polícia “Porque a facção tá mais presente, hoje em dia o traficante pode fazer teu aniversário de 15 ano do que a polícia te proteger de um ladrão, entendeu? O traficante pode te proteger mais do que a polícia, pode ser um pai que eu nunca tive, entendeu?”. Demonstrando as multiplicidades de linhas que compõem as relações, as relações com integrantes de facções são atravessadas por afetos, visto que eles também são moradores da comunidade e a compõem.

Iel explica que, se lhe roubam, ele não chama mais a polícia, recorre à facção, pois “eles já vão no cara certo, entendeu? eles já sabem qual o cara certo pra chegar,”. Exemplifica com uma música “pegamo o cara mais safado porque na pista ele não anda mais, damo pau e ele ficou aleijado e na rua não anda mais” e prossegue “Pegou o cara na certa, entendeu? Me roubou, eu não liguei pra polícia, eu falei com eles, eles foram atrás, pegaram os celular e devolveram, e deram a lição mesmo, entendeu?” (sic). Na falta de um Estado que realize seu papel fazendo a gestão da segurança e garantindo direitos de moradores da periferia (BARROS et al., 2018), as facções se encarregam de “fazer justiça”.

O “fazer justiça” e o modo como organizam o território, sob regras e leis, pode, contudo, custar vidas. “Abaixe os vidros”, “Tire o capacete” e ligar os faróis são avisos avisos presentes nos muros de diversas comunidades, devido a desconfianças de quem pode estar adentrando nesses espaços (SOUSA, 2019). Como nos diz Emanuel em entrevista, “os muro fala, tá ligado, né? a galera fala que parede escuta, mas muro fala também, e tá lá, man, tudo três, tudo dois, abaixa o vidro, se liga?²⁶” (EMANUEL, 2019).

Em 2017, o Motorista de UBER Matheus Vieira Paulino foi morto por não cumprir estas ordens, assim como Francisco Nascimento Canuto, conhecido “Xico Canuto”, que também foi morto, mas por, segundo vizinhos, ter se recusado a vender drogas em seu bar. Também há narrativas de punições a moradores suspeitos de colaborarem com a polícia ou facções rivais. (PAIVA, 2019). Portanto, as facções garantem “proteção”, mas julgam e penalizam segundo suas leis, constituindo figuras de soberania “cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas, antes, a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2017, p.111).

Homicídios e chacinas se tornaram meios de as facções efetivarem o controle social dos territórios urbanos (BARROS et al, 2018, PAIVA, 2019). No início de 2018, alguns meses

²⁶ “Dois” é a numeração referente ao CV e “Três” se refere ao PCC. O “três” pode também se associar ao GDE (SOUSA, 2019). Essas numerações nos muros também se constituem formas de demarcar o domínio sobre os espaços em que se localizam.

anteriores ao grupo que acompanhamos, Fortaleza foi palco da maior chacina noticiada até então: A Chacina de Cajazeiras, a qual abordarei no trajeto que se segue.

4.2. “Era tanto sangue, mas tanto sangue, até a lua ficou vermelha”: Capitalismo Gore e Hipermasculinidades

Conversando conosco no final de uma das oficinas, Marley falou sobre o Forró do Gago, onde ocorreu a Chacina de Cajazeiras. Disse que ia com uns amigos no dia que ocorreu, foi até lá, mas acabou não entrando na festa. Perguntei-lhe sobre seus amigos que entraram e Marley respondeu pensativo “Morreu uns e outros, ó...”. Disse ainda “O livramento foi maior pra quem ficou na esquina”, pois essas pessoas por pouco não entraram na festa. Afirmou “Era tanto sangue, mas tanto sangue, até a lua ficou vermelha...”. O termo “livramento”, expresso por Marley, se refere ao fato de escapar da morte por pouco. A possibilidade de ser morto e ter seus amigos mortos por estarem em uma festa diz de como esses conflitos invadem (literalmente) momentos de lazer e celebração. A morte está sempre à espreita, podendo ocorrer a qualquer momento.

Em coletiva para a imprensa, o Secretário de Segurança falou que se tratava de “um caso isolado”, não necessitando de pânico. Segundo ele, estava “tudo sob controle”, com as devidas providências sendo tomadas. As prisões dos mandantes, de fato, foram realizadas alguns meses depois, mas o que se problematiza aqui é a insistência do Estado em afirmar que estão fazendo o seu trabalho e que casos como esses são “isolados”. (PAIVA; BARROS; CAVALCANTE, 2019).

A Chacina de Cajazeiras foi operacionalizada pela facção GDE. Na madrugada do dia 27 de janeiro de 2018, quatro veículos com homens armados e vestidos de preto chegaram na casa de forró “Forró do Gago” e, segundo testemunhas, atiraram a esmo, sem alvo específico. O território era marcado por diversas pichações do CV e FDN, o que evidencia o comando dessas facções no local. Pelas redes sociais, surgiram rumores de que o Forró do Gago era um espaço de celebração desses dois grupos, com vídeos de uma suposta festa dessas facções sendo circulados (PAIVA; BARROS; CAVALCANTE, 2019)..

Até o início de 2010, narrativas dos moradores indicavam que apenas “o envolvidos” eram atingidos, o que fazia com que pessoas “sem envolvimento” se sentissem protegidas por não se verem alvos de certas violências. Nota-se, no entanto, que as facções tem atuado principalmente contra comunidades inimigas, não apenas contra “envolvidos”, de modo

que qualquer moradora e morador que habitem nelas pode se tornar alvo. Na Chacina de Cajazeiras, as primeiras vítimas de assassinatos foram um motorista de Uber, que havia acabado de deixar um passageiro no local, e um vendedor ambulante que estava trabalhando na entrada da casa de forró. O filho do vendedor foi baleado na perna e sobreviveu depois de cirurgia. Há narrativas de que três mulheres se esconderam atrás do balcão, foram encontradas abraçadas e, em seguida, executadas. Muitas pessoas conseguiram fugir pelos fundos da festa, mas, além das quatorze que foram mortas, dezoito ficaram feridas (PAIVA; BARROS; CAVALCANTE, 2019). A ilustração de Marley “Era tanto sangue, mas tanto sangue, até a lua ficou vermelha...” gera a visualidade do sangue tomando todo o local, chegando a ser refletido pela lua.

Retomo aqui o termo “capitalismo gore” ao qual me referi na Linha 003 (trajeto “Sujeição Criminal”) debatido por Sayak Valencia (2012). A autora entende o capitalismo gore como derramamento de sangue explícito e exposição de vísceras e desmembramentos entrelaçados à precarização econômica, ao crime organizado, à construção binária de gênero e ao uso dos corpos de forma predatória, pelo exercício de poderes autoritários, tudo por intermédio da violência e pela ferramenta do “necroempoderamento”. Este, por sua vez, trata-se de processos que transformam contextos, situações de vulnerabilidade e subalternidade em possibilidades de ação do poder afirmadas por meio de práticas violentas rentáveis dentro da lógica capitalista (VALENCIA, 2012).

A chacina de cajazeiras e outras diversas consequências de conflitos territoriais podem ser consideradas expressões do capitalismo gore (BARROS, 2019). Sob a lógica capitalista e de consumo produzidas pelo neoliberalismo, facções disputam mercados ilegais de drogas, alimentam-se do proibicionismo e afirmam práticas violentas e autoritárias, realizando uma gestão da vida e da morte nas periferias. O uso da força pelas facções se dá de modo espetacularizado, pessoas são assassinadas tendo seus corpos torturados expostos, passando a mensagem de “quem é que manda”, se regras impostas não forem obedecidas (BARROS et al., 2018). Corpos mutilados e sangue derramado se constituem ferramentas do capital, sendo considerados rentáveis justamente por serem descartáveis. De acordo com Sousa (2019), a vida se torna moeda no mercado das drogas, sendo usada como “acerto de contas” ou como garantia de fidelidade.

Barros et al (2018) afirmam que jovens são tidos como descartáveis tanto pela lógica militarizada da segurança quanto pelas facções, que os inscrevem em seus empreendimentos de modo subalternizado. O capitalismo gore concebe corpos como mercadorias por meio do necroempoderamento, que produz práticas de extrema violência e os rentabiliza (VALENCIA, 2012). Uma vez filiado a uma facção, torna-se difícil sair dela, como

afirma Igor “Muitas vezes entra e num pode sair. Se sair, morre. Muitos deles entra até na igreja, né? Só pode sair se for pra igreja. Muitos querem sair, né? Num tem como sair, né? É um caminho só de ida”. E, assim, jovens vão sendo consumidos por esse sistema, que, expressão do capitalismo gore, fortalece as condições de precarização de certas populações, vistas como sujeitos sobrantes e rentabilizadas pela morte, alimentando o mercado. (VALÊNCIA, 2012). Igor ilustrou bem esse contexto quando falou sobre o ciclo de mortes decorrentes de vinganças que nunca cessam²⁷.

Suarez relaciona o “se envolver”(sic) à vontade de obter itens de consumo,

conheci algumas pessoas e tal, comecei fazer algumas amizades, aí comecei a se envolver. Aí nisso fui conhecendo o crime, fui vendo que o que a galera tinha era fácil, vi que conseguia fácil, ia assaltar, voltava com dinheiro, voltava com celular, muitas vezes voltava com coisas grandes, entendeu? E isso aquela ganância foi tomando de conta, tipo, porque eles podem ter e eu não? Porque eles tem fácil e eu não posso ter também? Se eles conseguem eu também consigo (...) (SUAREZ, 2018)

A cultura do hiperconsumo, um dos sustentáculos do capitalismo gore, constitui nossos modos de subjetivação no contexto neoliberal em que vivemos. Não é diferente com Suarez, que relata à necessidade de consumir e a comparação com os amigos que obtinham itens desejados como algo que lhe levou a cometer atos infracionais. Um dos participantes do grupo comentou conosco, no final de uma das oficinas, que integrava uma facção atuante em Fortaleza. O momento não possibilitou que pudéssemos aprofundar esse assunto e, como não conseguimos entrevistá-lo, não foi possível sabermos como se deu seu ingresso, como era o seu dia a dia e como ele se sentia. Trago, assim, a narrativa dos outros participantes sobre o que eles consideram que motiva a entrada de jovens em facções. Para Iel, muito jovens entram nesses grupos para conseguirem consumir “Por exemplo, ele quer uma moto... não sabe como pagar a moto, o traficante ganha 10 mil por dia, ele vai achar uma maneira mais fácil, né? (IEL, 2018)”.

Em sua tese de doutorado, García-Reyes (2018) focou no estudo da violência do narcotráfico, a partir da análise de histórias de vida. A autora entrevistou 33 homens que trabalharam no tráfico do México, abordando temas como infância, adolescência, entrada e papel no tráfico, entre outros. García-Reyes (2018) salienta a necessidade de reconhecermos que os traficantes fazem parte da mesma sociedade que nós, para que não caiamos nos binarismos “nós e eles”, os “bons” e os “maus”, que tanto fomentam o racismo de estado

²⁷ Vide trajeto 4.1. Narrativa de Igor: “Que é que nem aquela frase, né? “Guerra só traz guerra”. O pessoal mata aí quer vingança, aí vai e mata. Aí o outro quer vingança, aí vai lá e mata. Aí assim vai morrendo todo mundo. (...)” (IGOR, 2018).

discutido por Foucault e Agamben.

Os participantes da pesquisa de García-Reyes (2018), corroborando com o que Iel declara a respeito da entrada de jovens nas facções, não justificam a entrada no tráfico como a única opção de sobrevivência. Afirmam que mesmo conseguindo sustentar a si e suas famílias, queriam mais, dentro da lógica do hiperconsumo. O consumo de produtos de luxo seria uma das poucas maneiras de aproveitar a vida, que deve ser vivida intensamente e ao máximo, visto que a qualquer momento pode ter um fim. A felicidade pelo dinheiro é vista como efêmera, mas que vale a pena, pois é o dinheiro que lhes tornam “alguém” (GARCÍA-REYES, 2018).

Novamente, trago a narrativa de Igor, a qual comentei no trajeto sobre sujeição criminal. Bem como Suarez e Iel, Igor nos fala sobre o consumo atravessando a existência e as relações dos jovens. Igor associa a entrada de jovens nas facções ao dinheiro, à fama e ao status, de ser conhecido e comentado aonde quer que chegue, impondo “moral” e respeito através do medo. Viver intensamente se torna “uma forma de driblar a morte como uma metáfora de não se deixar minguar em vida” (OLIVEIRA, 2011, p.114), e a perspectiva de longevidade, diante da intensidade, é tomada como frágil frente à iminência da morte. Territórios existenciais de jovens são produzidos sob o signo da intensidade-aventura, e a condição de (in)visibilidade perversa é subjetivada como aquela a partir da qual vêm possibilidades de reconhecimento e, assim, de “tornar-se alguém”.

Esse “tornar-se alguém” remete a outro elemento que compõe o capitalismo gore: a construção binária de gênero subserviente à ordem hegemônica masculina para atingir autoafirmação e empoderamento (VALENCIA, 2012). García-Reyes (2018) acredita que há dois eixos transversais da violência na América Latina: a pobreza e as masculinidades tóxicas, marcadas também pela violência estrutural do Estado. Saffioti (1994) associa a violência no Brasil à ordem de gênero reproduzida no país. Os homens seriam mais autorizados à agressividade e violência como ferramentas de controle e domínio social, expondo-se, desde cedo, a padrões de masculinidades baseados na virilidade.

Zaluar (2014), dialogando com o sociólogo Norbert Elias, relaciona a hipermasculinidade com um Ethos guerreiro. Este modo de agir remete às guerras nas quais seres humanos se matam e se agridem em diversos graus de crueldade, importando mais o modo como a luta é efetuada pela violência e supressão física do rival do que o empenho para atingir um objetivo pessoal ou coletivo. Produz-se um ciclo de vingança sem fim, característico do ethos guerreiro (ZALUAR, 2012).

A partir do ethos guerreiro, Zaluar (2004) propõe o ethos da hipermasculinidade, pelo qual esses jovens buscam o poder e o domínio sobre o outro (ZALUAR, 2012). Consonante

ao que Valencia (2012) afirma sobre hiperconsumo e construção binária de gênero, Zaluar (2012, p.349) pontua

(...) o consumo conspícuo define as novas identidades masculinas bem-sucedidas e obriga a ter dinheiro para ajudar amigos, vizinhos e parentes, impressionando-os com a exibição de joias e roupas dispendiosas no próprio corpo, com festas e pagamento de bebidas em locais públicos, estratégias dos que buscam dominar pelo poder das armas e de muito dinheiro no bolso. Esses estilos de masculinidade exacerbada ou de exibição espetacular de protesto masculino criaram o contexto social do conflito armado localizado, mas sem fim, que alguns chamam "guerra molecular" (Zaluar, 1997; 2004), que opera pela desumanização do inimigo, o que justificaria as atrocidades cometidas contra eles.

O Ethos da hipermasculinidade está associado às exigências da sociedade de consumo, ao poder aquisitivo, à performance em torno da disposição de matar. A admiração e o respeito são requeridos impondo medo ao outro, através da exibição de armas e da crueldade diante do inimigo, o qual é desumanizado (ZALUAR, 2004). Benício; Barros; Silva (2019) endossam as considerações de Zaluar (2004), salientando que a relação entre situações de violência e uso das armas de fogo são formas de obtenção de status e prestígio social. A inserção de alguns jovens do sexo masculino nas malhas da violência está, em associação à pobreza e à desigualdade, ligada “a modos de sociabilização masculina que exacerbam a violência e a virilidade como eixos de identificação e afirmação do gênero” (BENÍCIO; BARROS; SILVA, 2019, p.521-522).

Para Sá; Aquino (2019), a “virilidade”, com sua disposição de matar e morrer, constitui-se como importante dimensão em meio a essas rivalidades, que se dão sob a lógica da guerra. Sousa (2019) levanta a hipótese de que as facções, para garantirem liderança, devem se assegurar de que são temidas, demonstrando ao máximo sua periculosidade em relação às rivais, visto que a disposição para matar já é comum a todas elas. Assim,

as configurações modernas do “suplício”, adotadas pelas facções criminosas, têm caráter eminentemente instrumental, cumprindo o papel de propaganda retumbante da periculosidade e letalidade dos grupos que as adotam, funcionando como peça para dissuasão frente aos inimigos, mas, também, como elemento de estímulo à adesão pelo fascínio ou pelo medo que tais pavores despertam nos corações e mentes de jovens aspirantes ao mundo do crime. Instalando-se, em decorrência disto, um “concurso de horrores”, uma competição, aberta e pública, de qual facção “barbariza” mais (SOUSA, 2019, p.116).

Ressalto que o ethos da masculinidade, e sua associação com a violência, não é exclusivo de jovens integrantes de facções. Policiais, por exemplo, também encarnam performances machistas, heteronormativas e violentas pela imposição do medo e aniquilação do inimigo.

Para Bourdieu (2002), por meio da lógica da economia de trocas simbólicas, que se

dá pela construção social de relações de parentesco e casamento, é determinado às mulheres um estatuto social de objetos de troca, segundo interesses masculinos, a fim de contribuir para o capital simbólico dos homens, que tem “a honra” como um exemplo deste. Em reportagem para a Folha de S.Paulo, Luiz Fábio Paiva relata que o aumento do número de morte de mulheres nos últimos anos tem como uma das hipóteses a possibilidade de terem se tornado objeto de vingança das facções, em nome da “honra”. Suas mortes ocorrem por motivos mais irrelevantes do que as do jovem do sexo masculino (pintar o cabelo de vermelho, cor associada ao CV, pode ser motivo de decretação), havendo um controle moral sobre jovens do sexo feminino (FOLHA DE S. PAULO, 2020).

Segundo Iel, as mulheres possuem um papel em armadilhas realizadas por facções. Relata que, por meio das redes sociais, as jovens podem seduzir, iludir, marcar um encontro que, na verdade, constitui uma armação. Iel diz “e o cara encantado, porque mulher é bixo ruim, né, também, mulher é bixo ruim mesmo, seduz o cara mesmo, entendeu? Por isso que hoje morre muita gente, por causa de amor e por causa de curiosidade, entendeu?”. Na construção binária de gênero, enquanto para o sexo masculino são atribuídas características de agressividade, virilidade e imposição de violência (SAFFIOTI, 1994), para as mulheres se aplica o papel de “sedução”, de objeto de desejo.

De acordo com Bourdieu (2014), contudo, os homens são também aprisionados à reprodução desse padrão dominante, implicando-se em um “dever-ser”, um ethos inquestionável, o qual só resta ser mantido e perpetuado. Para compreendermos as dinâmicas da violência, que atinge homens, mulheres, pessoas que subvertem essas fronteiras demarcadas pelo sexo biológico e ainda aquelas que não se reconhecem pertencente a nenhuma delas, é preciso considerar o marcador de gênero como um elemento crucial a ser discutido.

4.3. “A gente sai e não sabe se volta”: Conflitos territoriais nos cotidianos de juventudes periféricas e a produção de sujeitos “matáveis” operada pela mídia

Conflitos territoriais tem significativas implicações nos cotidianos das periferias. Durante as oficinas, surgiram narrativas como “A gente não consegue mais nem se divertir, ir pra festas, com medo de matarem a gente”, “Não dá pra ir pra festas fora do seu lugar, do seu espaço. Se você for, eles matam. A gente não pode nem mais se divertir”. Marley comentou que já estava ficando chato ir sempre para as mesmas festas, que “sair do meu espaço” era perigoso. Um dos jovens, que só foi no primeiro dia de oficina, comentou que não estava mais

indo à escola devido a esses conflitos²⁸. Perto do fim das oficinas, Marley também comentou conosco que estivera ausente devido a conflitos territoriais.

As limitações de trânsito que são impostas acarretam em menor acesso às políticas públicas e restrição de vivências dos espaços da cidade, contribuindo para a segregação socioespacial desses jovens (BARROS et al., 2018). Em entrevista com Igor, ele nos diz “A gente sai e não sabe se volta”, narrativa que deu título a este tópico por dizer de como os trajetos se tornam limitados e podem ser fatais. Sobre os jovens do seu bairro, relata “Uns têm medo de ir na rua. Uns têm medo de ir no mercado, numa farmácia, num hospital, num posto de saúde... Eles têm medo... De ir à escola, ir pra escola, voltar da escola.”. Iel afirma que as tensões nos territórios atrapalham seus percursos. Já trabalhou em um local “que não podia” (sic), por ser comandado por facção rival à de seu território, “pra ir pro trabalho eu tinha que arruviar, passar por uma, duas, pra arruviar, entendeu?”. Além da segregação socioespacial e a consequente estigmatização desses jovens em territórios da cidade, outro efeito psicossocial que essa violência vai produzindo e intensificando é a violação de seus direitos devido à dificuldade de acessar as políticas públicas, que decorre dessas novas geografias produzidas pelos conflitos territoriais.

Sobre a relação com os espaços da comunidade, Igor conta que não há mais “aquela coisa de ficar na calçada até tarde, de tardezinha tá na calçada...Muitas vezes o pessoal entra cedo, num quer ficar de tarde, fica de manhã com medo de chegar gente e haver conflito, né? Ou medo de uma bala perdida”. Relata que um amigo seu foi morto, mas não sabe o motivo. Esse amigo estava em casa, chegou um conhecido dele e lhe disse

que tinha um cara no prego, tava pedindo pra ir tirar ele do prego, porque aí ele ia dar o dinheiro a ele, né. Aí chegou lá já tinha um cara esperando pra matar os dois. Aí um levou dezessete tiro e o outro foi três. Às vezes é só por conhecer, né? Falar... Possuir, tipo assim, uma amizade, né? (IGOR, 2018).

Segundo Barros et al. (2018, p.121), “jovens da periferia sofrem com processos de classificação em relação ao seu envolvimento, possível envolvimento ou suspeita de envolvimento”. Há aqueles que de fato se inserem em facções e em seus sistemas de vingança, sabendo que em algum momento irão matar ou possivelmente morrer devido a disputas entre esses grupos, e também aqueles que não estão inseridos diretamente, mas são conhecidos, compõem a comunidade e consideram que em algum momento podem vir a defendê-la, cumprindo um papel secundário. Contudo, a maioria dos jovens não possui qualquer tipo de

²⁸ Este jovem não permaneceu no grupo, mas, em reunião, equipe do CREAS nos informou que conseguiu matriculá-lo em outra escola.

envolvimento, mas podem ser mortos por morarem em meio a esses conflitos (BARROS et al., 2018).

Igor supõe que a morte de seu amigo pode ter se dado por ele apenas conhecer ou ter algum nível de amizade com alguém integrante de uma facção rival ao seu território. “Às vezes é só por conhecer, né? Falar... Possuir tipo assim, uma amizade, né?”(sic) se torna um motivo de retaliação. Igor, mais para frente da entrevista, afirma que há pessoas que falam que não tem medo por não terem envolvimento. No entanto, complementa “esse negócio num é nem porque num fez nada, mas vai que tá no canto errado na hora errada, ou então confundem, né? Só porque tá de costa “é ele aí mesmo”, num vê o rosto e atira, passa por cima”.

Como reflete Barros et al (2018, p.121),

É importante destacar que os assassinatos dessas pessoas não ocorrem simplesmente porque elas atravessam os limites estabelecidos, mas também em razão de estarem “no local errado e na hora errada”. Alguns morreram porque estavam na rua no dia em que o grupo rival entrou no território inimigo para praticar uma vingança (...) Obviamente, matar alguém de destaque do grupo rival é um objetivo almejado, mas, na sua ausência e considerando o sucesso da empreitada, poderá ser alguém apenas “suspeito” ou alguém do território rival”

Outro espaço que tem forte atuação das facções, e que permeou trajetórias desses jovens, é o centro socioeducativo de internação. Pedro Bala nos conta que iniciou o cumprimento da medida de internação logo após o fim da pacificação, “foi quando começou a guerra das facção” (PEDRO BALA, 2019)” entre 2016 e 2017. Relata

No dia 1, a gente acordou com as foto²⁹ e tal, e todo mundo... então dentro dos pavilhão tinha gente neutra, tinha gente que já tinha vestido camisa³⁰, essas parada toda e tal, mas era tudo misturado, man, então começou a ficar todo mundo, todo mundo pivete, ainda, man, ninguém sem nem saber o que tava acontecendo ainda, mas já... “caralho, guerra de facção”, então o bagulho ficou mais doido, assim, eu tava numa cela que, que... assim, infelizmente... cê tem que ir pra galera que mora perto de você, né, man, na suas área e tal, então eu tava numa cela que era muito interior, muita pessoa de bairro distante, então eles ficava, “ei, man, esse bixo aqui e tal, num sei o quê”, ficava receoso pra mim, aí tive que sair, fui pra outro pavilhão que tava mais conhecido e tal, foi bem tenso, man, foi...no terceiro mês estourou a guerra, os 4 mês, assim, foi bem tenso, foi todo mundo se armando, foi tudo, então... foi polícia entrando, mexendo na gente direto, daquele jeito [...], todo mundo sem água, se intera? com spray de pimenta, foi bem doido, man (PEDRO BALA, 2019).

De acordo com Scisleski et al (2017), o sistema socioeducativo tem funcionado sob a lógica do sistema prisional adulto, tendo como um dos elementos desses moldes a separação

²⁹ A *decretação* se refere ao anúncio dado pelas facções de pessoas que estão, por elas, condenadas à morte. Dá-se, principalmente, pela circulação de fotos através de redes sociais (FOLHA DE S. PAULO, 2020)

³⁰ Segundo Sousa (2019, p.87), ““Vestir a camisa” corresponde a aderir à facção, como “rasgar a camisa” significa romper, deixar a organização criminosa.”

de dormitórios por facção, devido a conflitos e represálias entre adolescentes associados a grupos rivais. O hiperencarceramento, tanto dos presídios quanto dos centros socioeducativos, fortalece esses grupos, em vez de desmobiliza-los, visto que esses monopolizam esses espaços e filiam novos integrantes (SOUSA, 2019, MARINHO, 2019).

Assim, o acirramento desses conflitos nesse período ocasionou significativas tensões dentro dos centros socioeducativos, como Pedro Bala nos conta, decorrentes do receio de ser associado a algum grupo, da tensão de ser vítima desses conflitos e das intervenções da polícia nesse cenário. Refletimos que esses jovens (sobre)vivem em meio a um fogo cruzado (BICALHO; BARBOSA; MEZA, 2015, BARROS, 2019) entre a sociedade, que os coloca como desimportantes, às lógicas punitivas de um estado repressor e aos conflitos territoriais desencadeados por disputas entre facções.

Sobre as tensões cotidianas, Iel relata que há pessoas que tem medo dos conflitos, mas preferem continuar na comunidade com risco de morrer do que morar nas ruas. Ele próprio já deixou de andar em diversos lugares devido à possibilidade, pontuada por Barros et al. (2018), de lhe considerarem “suspeito”. Amigos seus já morreram e Iel teme a suposição de que, por terem sido seus amigos, ele possa estar querendo vingança, “armando”, “monitorando”, caso continuem frequentando esses locais, em que parecem viver sob uma espécie de vigilância constante.

eu deixei de andar em vários canto, por causa de facção, gente morta, amigo meu morrendo, entendeu? Dois amigo meu já morreu, eu já deixei de andar ali, porque os caras souberam que eu era amigo deles, entendeu? E podia pensar que eu tava armando pra eles, monitorando, na pracinha, pra pegar eles no flagra. (IEL, 2018)

Também em meio a receios acerca das percepções de facções acerca de suas atitudes, Igor diz que nunca deixa de falar e cumprimentar pessoas que as integram, buscando uma convivência harmoniosa.

Sou mais na minha hoje, num saio muito de casa, trabalho, chego em casa cansado, quero dormir, quero descansar, porque no outro dia eu tenho que ir pra escola de manhã cedo. Mas nunca deixo de falar não. Eu sempre falo “oi, tudo bem, como tá? beleza?”, assim, né, pra num ficar aquela coisa chata, de isolar total, porque fica chato, né, tanto pra ele quanto pra mim, né? Pode até pensar besteira de mim eles, né? (IGOR, 2018).

De acordo com Dias (2015, p. 37), a disciplina imposta pelas facções “visa regular o comportamento das pessoas, suas palavras, gestos e atitudes (...)”. Igor convive com integrantes de facções em sua comunidade, mas sob um código de condutas regulado pela sensação de medo, visto que “Pode até pensar besteira de mim eles, né?” (sic). Paiva (2018), assim como Barros et al. (2018), destaca a elasticidade da noção de “inimigo” nos discursos

das facções, visto que vidas podem ser eliminadas pela suposição de “simpatizarem” com alguém de outro grupo. Assim, relações de inimizade e a ficcionalização da figura do inimigo também são operadas nas disputas entre facções, e o medo (de transitar nas ruas, de ser morto e de ter alguém próximo assassinado) se constitui como um afeto cotidiano.

O medo, segundo Pedro Bala, também é implantado pela mídia, que opera na produção desses jovens como sujeitos descartáveis e desimportantes, outro elemento que compõe o fogo cruzado em que muitas vezes se encontram e engendra seus modos de subjetivação, ao incorporarem essa condição. A mídia

Planta o medo, planta o medo. E... pronto, o medo tá plantado, então vai fazer o favelado ter medo do próprio favelado, entendeu.. E achar que “bandido bom é bandido morto e eu vou votar no Bolsonaro”, e aí a gente tá do jeito que tá. Muito favelado votou nele, man.Por conta da mídia, man. Os algoritmos e tal. E aí... ditadura... eu nunca imaginei que eu fosse viver assim...(PEDRO BALA, 2019)

E a mídia “Planta o medo, planta o medo” (sic). Barros (2019) propõe que o medo, assim como o ódio, constitui um importante operador político e psicossocial que sustenta simbolicamente a máquina necropolítica no Brasil. Programas policiais, bem como os jornalísticos em geral, tem contribuído para a produção de modos de subjetivação em torno do medo e da insegurança (BARROS; BENÍCIO, 2017). Fundamentadas na sensação de medo, que faz “o favelado ter medo do próprio favelado” (sic), pessoas restringem sua circulação nos lugares, erguem muros, demandam aniquilação dos indesejáveis e depositam sua confiança em políticos que prometem uma “limpeza étnica e social” de segmentos “descartáveis” (BARROS, 2019, p.233).

Um modo da mídia, na forma de notícias sobre chacinas e mortes na periferia, e manifestações públicas de autoridades de segurança, operarem na produção de segmentos “descartáveis” é dando destaque para a possibilidade das vítimas possuírem ou não antecedentes criminais, buscando justificar o ocorrido. Este ato (que não aplica a vítimas que não são nem pretas e nem pobres) demonstra a procura das razões das mortes nas próprias vítimas, assujeitadas criminalmente, e não na dinâmica da violência urbana, composta por um plano coletivo de forças (PAIVA; BARROS; CAVALCANTE, 2019). Em jornais, manchetes e detalhamentos como “Apenas três vítimas da Chacina das Cajazeiras possuíam antecedentes criminais” (APENAS...DIÁRIO DO NORDESTE, 29/01/2018a), “Três das cinco vítimas identificadas pela Secretaria de Segurança tinham passagens pela polícia” (TRÊS...DIÁRIO DO NORDESTE, 10/03/2018b), “50% dos 5 mil mortos em 2017 faziam parte de facções, aponta secretário de segurança” (50%...TRIBUNA DO CEARÁ, 20/01/2018) e “Quatro dos seis mortos na chacina do Porto das Dunas não tinham antecedentes criminais” (QUATRO...O

POVO, 05/06/2017) demonstram que os meios de comunicação realizam uma comoção seletiva diante desses homicídios (TORRES, 2017).

Quando se atesta a presença de antecedentes criminais, comentários de pessoas aplaudindo as mortes, afirmando que “bandido bom é bandido morto”, ou mesmo relevando o ocorrido, considerando que se tratou de “acerto de contas entre bandidos” e endossando o binarismo “cidadão de bem x vagabundos”, fazem-se presentes em portais jornalísticos (BARROS; BENÍCIO, 2017). Em certas ocasiões, o Estado atribui o fenômeno da violência à “guerra de facções”, desresponsabilizando-se sob a lógica das colônias de Mbembe (2017) e da cidade do colonizado de Fanon (2010), legitimando a ideia de que este cenário se encontra “isolado” do Estado. A culpa é sempre do morto, desumanizado, “jamais da maquinaria de guerra que diariamente ceifa tais vidas tidas como "desimportantes"”. (BARROS; BENÍCIO, 2017, p. 39). Caso as vítimas não possuam antecedentes criminais, aí sim se tornam passíveis de luto (BUTLER, 2016) e merecem comoção.

Remetendo-se às discriminações pelas quais passam, Suarez aborda o olhar da mídia acerca dos homicídios, criticando apresentadores de programas policiais, os quais, segundo ele, “já falam acusando” (sic). Conta sobre a mãe de um jovem que foi morto e, quando ela estava tentando colocar seu filho para dentro de casa, uma bala passou de raspão por ela. Suarez relata que o apresentador do programa a culpou pela bala que a atingiu. Então, complementa, indignado “Ora, e se fosse o filho dele?” (SUAREZ, 2018).

Programas policiais jornalísticos sensacionalizam notícias, fazem chacota com os entrevistados e violam direitos, com repórteres se referindo a adolescentes, por exemplo, de forma pejorativa, como “menino bandido”, “criatura”, “garoto boca quente” e expõem seus rostos e corpos, identificando-os (FIGUEIRÓ; MINCHONI; FIGUEIRÓ, 2013). Como afirma Coimbra (2001c, p.3), a lógica da mídia (e não apenas em programas policiais) é de “homogeneização, do espetáculo, obedecendo ao valor da excepcionalidade, do ser extraordinário, da dramaticidade, da encenação voltada também para a produção de emoções.”.

Conforme discute Torres (2017), as mortes e as vidas de “sujeitos matáveis” são consideradas irrelevantes, não sendo passíveis de comoção e de luto (BUTLER, 2016). Encaradas como consequências de seus atos, são transformadas em entretenimento para telespectadores, podendo ser expostas a milhares deles (TORRES, 2017). O questionamento de Suarez “Ora, e se fosse o filho dele?” (sic) parece reivindicar a relevância da morte daquele jovem que poderia ser ele próprio, sugerindo que se o apresentador estivesse no lugar daquela mãe, ele apreenderia aquela vida como tal (BUTLER, 2015). Se esta vida não é considerada viva, “não será enlutada quando perdida” (BUTLER, 2015, p.33), sendo ela banalizada,

desvalorizada, desqualificada.

De acordo com Torres (2017), os veículos de comunicação fortalecem associações entre pobreza e periculosidade na medida que estigmatizam juventudes das periferias urbanas. Produz-se um “perfil criminoso” por intersecções de gênero, raça e classe, homogeneizando formas de sentir, viver e agir, as quais são tidas como inferiores e desqualificadas. Torna-se preocupante quando a mídia, atuante nos modos de interpretar e perceber o mundo, dissemina a ideia de que as periferias são espaços da desordem, do crime e da marginalidade. (Coimbra, 1998).

Pedro Bala, em entrevista, por exemplo, afirma que a mídia insiste em mostrar as paredes dos territórios quando vai noticiar algo, exacerbando a região como violenta

É o que acontece hoje, tipo, rola o bagui numa área, vai passar no 190³¹, ele faz questão de mostrar as paredes, se intera? Na televisão, man, todo mundo vai assistir, então eles faz questão de mostrar as parede, faz questão de... mostrar a violência daquela forma, assim (...) (PEDRO BALA, 2019).

Essa divisão da cidade entre territórios violentos e não violentos, que corresponderia também ao grau de periculosidade de seus respectivos habitantes, expressa, novamente, o racismo de estado e as colônias de Mbembe (2017). Iel afirma que se as favelas tivessem o que o centro (onde moram os “cidadãos de bem”) da cidade tem, não seriam chamadas de favelas, mas sim “bairros”

Se a favela fosse no mei da cidade, os negro, os branco que também vive na favela tinha muita oportunidade, muito, muito, entendeu? Se tivesse vários curso, várias escolas, brincadeiras dentro da favela, aquilo dali num se chamava favela não, se chamava bairro (IEL,2018)

É o outro como “assalto à minha vida, como uma ameaça mortal ou um perigo absoluto, cuja eliminação biofísica pudesse fortalecer a minha possibilidade de vida e de segurança (...)” (MBEMBE, 2017, p.117), e, assim, as favelas são relegadas pelo Estado (BENÍCIO; BARROS; BICALHO, 2019).

Esses jovens, contudo, não deixam de propor soluções para o cenário de violência, assim como permanecem habitando e encontrando estratégias de vivenciarem a cidade e se manterem, não apenas fisicamente, vivos. Iel diz que as comunidades deveriam ter

cursos, natações, quadra, areninhas, entendeu? Professores de futebol, né? Aqueles negócio de academia na pracinha entendeu? Vários sorteios... Entendeu? E várias viagens pra alguns cantos. Por exemplo, pode ser dez, vinte reais, mas ter aquele negócio, ter um ônibus que leva pra viagens, entendeu? Ter um dia de lazer, de uma população sair das suas casas e tipo, varrer o campim, tirar os matos, chegar num sábado à noite e se divertir, levar seu filho pra brincar...(Iel)

³¹ “Cidade 190” é um programa policial jornalístico cearense.

García-Reyes (2018) ressalta a importância de políticas públicas que não vejam esses jovens como descartáveis e que possibilitem que eles não se enxerguem dessa forma. Assim, podemos trabalhar na direção de uma realidade em que jovens não tenham suas vidas tiradas como Alan e amigos desses jovens tiveram. Iniciei esta linha com a narrativa “no mundo de hoje não se sabe o que pode acontecer” de Suarez na epígrafe. Finalizo-a agora com sua reflexão após ter dito isso na oficina, quando relatou que se sentiu afetado pelos depoimentos das mães do curió. Suarez, parafrasea um trecho da música “A vida é um desafio” do grupo de rap Racionais, que expressa o “se fazer vivo” e perspectiva de futuro: “Sempre fui um sonhador, é isso que me mantém vivo”.

5. LINHA 005: A PRODUÇÃO DE HUMANOS INDIREITOS NAS TRAMAS DOS DISPOSITIVOS INSTITUCIONAIS: TRAJETÓRIAS SOCIOINSTITUCIONAIS DE ADOLESCENTES E JOVENS A QUEM SE ATRIBUI O COMETIMENTO DE ATO INFRACIONAL

Após comprarmos os lanches, sentamos nos distribuindo em banquinhos do campus. Eu, Carla Jéssica, Iel e Walter ríamos dos cachorros em torno de Suarez e Filipe, pois tentavam pegar o lanche deles. Enquanto comíamos, Suarez, Iel e Walter chamavam a atenção para os soins (macaco sagui) que apareciam nas árvores por perto. A tarde estava leve e agradável. Diante de uma movimentação, Iel se virou, disse que o barulho parecia o de uma rebelião no socioeducativo, e começamos a conversar sobre sua experiência nos centros, com Suarez também falando sobre. Iel comentou que passou pelo São Francisco³², CECAL³³ e depois foi para o Dom Bosco³⁴, “Fiquei foi conhecido”, disse. Fomos surpreendidos(as) com essas narrativas, pois, em um ambiente aberto, onde estávamos comendo pastéis e rindo, elas foram evocadas por ruídos e barulhos costumeiros do espaço. Faz-me pensar sobre a incidência e marcas dessas experiências em suas trajetórias, cotidianos e lembranças (DIÁRIO DE CAMPO, 14.11.2018).

Nesta linha, debatarei narrativas de adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional sobre suas trajetórias socioinstitucionais, destacando como a produção de "humanos indireitos" é um dos efeitos de (des)subjetivação das malhas de poder acionada pela relação de políticas públicas com esse segmento social. A desumanização é um dos aspectos correlatos à violência operada pelo Estado em seu modo de governamentalização neoliberal e punitivo-penal e, assim, também discutirei a violência policial, outro tema que predominou nas narrativas dos jovens. Terá três trajetórias 5.1. “Teu corpo tá trancado, tua mente tá trancada”: Aprisionamentos operados pelas Políticas Públicas, 5.2. “Um silêncio autoritário: Narrativas sobre Violência Institucional no Sistema Socioeducativo” e 5.3. “Aí ele colocou o fuzil na minha cara”: Narrativas sobre Violência Policial.

5.1. “Teu corpo tá trancado, tua mente tá trancada”: Aprisionamentos operados pelas Políticas Públicas

A epígrafe acima nos remete à medida socioeducativa como produtora de sentidos, marcando trajetórias de vida dos jovens. Iel, Suarez, Marley, Igor, antes de cumprirem a medida socioeducativa em meio aberto durante o grupo, passaram pelos centros socioeducativos de

³² Centro Socioeducativo São Francisco

³³ Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider (CECAL)

³⁴ Centro Socioeducativo Dom Bosco

internação. Na oficina que realizamos sobre Responsabilização Juvenil e Projetos Futuros³⁵, na qual espalhamos palavras no chão, dentre elas, cada uma das cinco medidas socioeducativas, incitamos o debate acerca do ECA e das medidas e se eles as conheciam. A maioria conhecia apenas a L.A, a que estavam cumprindo, e a de internação. Suas narrativas se relacionavam, principalmente, ao período em que estiveram cumprindo medida de internação. A noção de medida socioeducativa era automaticamente associado à medida de privação de liberdade, e havia uma grande demanda de fala acerca dela, demonstrando como marcara suas trajetórias.

As narrativas de Pedro Bala e Emanuel acerca do sistema socioeducativo também se referiram à época em que estiveram nessas instituições, que também lhe marcaram de modo significativo. Tanto que Emanuel relata que, na primeira vez que tentou escrever uma letra de rap, já após o cumprimento da medida, “FEBEM” foi a primeira palavra que lhe veio

e eu me lembro da primeira vez que eu fui escrever uma letra de rap, foi a primeira palavra que saiu, foi a palavra FEBEM e eu não consegui, tipo, eu não consegui produzir mais nada, não consegui escrever mais nada, eu meio que fiquei bloqueado depois daquela... daquela palavra porque meio que desencadeou uma série de lembranças e tal, consegui acessar os dados da minha memória, eu fiquei bloqueado e fiquei só olhando pra folha e tal, aí “não consigo rimar” e tal (...) (EMANUEL)

As FEBEMs correspondem às antigas unidades de internação para crianças e adolescentes abandonadas (os) ou para aqueles(as) as quais lhes eram atribuído o ato infracional. A palavra “FEBEM” parecia não permitir desencadeamento narrativo para Emanuel, devido à carga de lembranças que evocava e a sua paralisação diante delas.

A paralisação e “bloqueio” de Emanuel parecem demonstrar como esses espaços podem constranger potências de vida e criação, “bloqueando” a ampliação de territórios existenciais. Notemos também que Emanuel utiliza o termo “FEBEM” para se referir ao centro socioeducativo de internação, assim como Pedro Bala, que relata “Com 16 ano eu caí a primeira vez, puxei *FEBEM*”(sic).

Uma breve contextualização histórica nos ajudará a compreender a constituição do menorismo e como ele se perpetua nos atuais contextos institucionais, mesmo após a demarcação de que crianças e adolescentes são “sujeitos de direitos”. Essa concepção é tensionada quando se trata de um certo segmento juvenil.

Em 1927, foi criado o primeiro Código de Menores (ou Código de Mello Matos) e, em 1979, o segundo Código de Menores, que regulamentaram formas de proteção e correção para indivíduos considerados abandonados, delinquentes e menores de 18 anos, e tinham como

³⁵ Vide descrição na Linha 002

base a Doutrina da Situação Irregular (PINHEIRO, 2006, MARAFON, 2014). Estes instrumentos eram atravessados por uma lógica policial e normativa que distinguia quem era “menor” (“abandonados(as) e delinquentes”) de quem era “criança”, que foi endossada pelo pensamento higienista e pela antropologia criminal (NETA ET. AL, 2015). A construção de uma política menorista, bem como da figura do(a) menor, deu-se historicamente, com a contribuição de práticas policiais e saberes da psicologia, assistência social e medicina, associando pobreza, menoridade e periculosidade (MARAFON, 2014). Havia uma ideia correcional e de “cura” do(a) “menor” para regular e normalizar crianças, adolescentes e famílias (consideradas economicamente ou moralmente incapacitadas de cuidar desses(as) jovens) que não se adequavam aos padrões hegemônicos (SCISLESKI ET AL, 2017, NETA ET. AL, 2015).

Crianças e adolescentes nas ruas eram vistos(as) futuros(as) criminosos(as), constituindo um risco para o progresso da nação e desenvolvimento do país. Em 1942, foi fundado o Serviço de Assistência do Menor (SAM) como uma política de intervenção para “recuperação” desses jovens, centralizando a assistência, pois no Código de 1927 as ações se distribuíam entre instituições filantrópicas, privadas e algumas públicas (NETA ET AL., 2015). Com o SAM, surgiram os reformatórios, com estrutura similar ao sistema presidiário, que impunham a disciplina e trabalho a fim de corrigir crianças e adolescentes “moralmente”(RIZZINI, 2011). Controlar e disciplinar essas crianças e adolescentes se relacionavam, também, à transformá-las em mão-de-obra para o país, com o intuito de ascender a economia (VASCONCELOS, 2003, PINHEIRO, 2006).

Em 1964, ano do golpe militar que instituiu a Ditadura Militar no Brasil, o SAM foi extinto. Foi criada a Política do Bem-Estar do Menor (PNBem) e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem). Esta tinha um cunho “corretivo” e considerava o “menor” um indivíduo doente, o qual era preciso tratar através de métodos terapêuticos e pedagógicos, evitando que ele voltasse à “marginalidade”, visto que isto significava um risco para o país (NETA ET. AL, 2015). A partir da FUNABEM, surge a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM), que, assim, como a FUNABEM e os antigos reformatórios, foi permeada por castigos físicos e confinamento (PINHEIRO, 2006).

O ano de 1979 e a década de 1980 marcaram o início da redemocratização do país, com a luta pelos direitos civis, políticos e sociais e a repercussão da luta nacional contra o regime militar, estendendo-se para reivindicações de que crianças e adolescentes não fossem mais objetos de repressão do Estado (PINHEIRO, 2006). Em 1988, um novo texto acerca de crianças e adolescentes foi promulgado na Constituição de 1988 e, em 1990, foi instituído o

ECA, que, como já vimos, considera crianças e adolescentes, sem distinção, como sujeitos de direitos, aplicando medidas protetivas a crianças e adolescentes que estejam sob ameaça ou tenham tido seus direitos violados, e medidas socioeducativas a adolescentes a quem se atribui o ato infracional. Além do processo judicial, as medidas socioeducativas prevêm que o adolescente esteja inserido em uma ampla rede de atendimento (BISINOTO, 2015) e participe do processo pedagógico, desenvolvendo atividades (PINHEIRO, 2006). O ECA se baseia na Doutrina de Proteção Integral, em contraponto à Doutrina da Situação Irregular que embasava os Códigos de Menores, inaugurando, em tese, o fim do cunho de suspeição sobre crianças e adolescentes pobres, apesar de ainda manter resquícios de uma perspectiva assistencialista (NETA ET AL., 2015). Sobre a criação do ECA neste contexto, pontua Neta et. al (2015, p.296), “não se trata de uma concessão de um Estado benevolente, mas do produto de um conjunto de ações e pressões políticas de movimentos sociais, instituições e organismos internacionais”.

Participantes desta pesquisa, mesmo após 30 anos da criação do ECA, quando não eram nem nascidos, referem-se aos centros socioeducativos como “FEBEM” e aos adolescentes internos como “os de menor”. Pedro Bala, sobre o livro *Capitães da Areia* que segurava enquanto eu o entrevistava, e que se passa na época do Código de Menores de 1927, encontra similaridades entre o romance e o período em que esteve no centro socioeducativo “Man, ele é sensacional, vet, ó, sensacional, man, e aí eu, tipo, as coisas que eu passei lá dentro eu ficava vendo no livro (...)” (PEDRO BALA, 2019). Escrito em 1937 por Jorge Amado, *Capitães da Areia* conta a história de um grupo de garotos e uma garota (Pedro Bala, João Grande, Sem Pernas, Professor e Dora) que cresceram nas ruas de Salvador e viviam em um trapiche abandonado em uma das praias da cidade. Praticavam roubos e furtos e eram conhecidos(as) (e demonizados(as)) na capital baiana e na mídia como “os(as) perigosos(as) Capitães da Areia”. O livro é dividido em três partes e, na terceira, alguns deles são levados para o reformatório, sofrendo torturas, castigos físicos e participando de rebeliões (AMADO, 2008). Pedro Bala se identifica com o personagem Sem-Pernas

Sem Pernas, que é um que caxinga assim e tal, que ele apanhava muito na Febem, ele tem muito ódio, man, assim, ele apanhava muito na Febem, os cana³⁶ mandava ele correr e tal, e aí eu, tipo, tem muita fala do Jorge Amado no livro que eu ficava, que eu fiquei muito... “caralho” (...) Me identifiquei muito (...). (PEDRO BALA, 2019).

Com a demanda por punitivismo, redução da maioria penal, discursos criminalizantes acerca da pobreza e as condições em que se encontra o sistema socioeducativo, vemos que a lógica menorista permanece, estigmatizando-os e restringindo territórios

³⁶ Policiais

existenciais. A lógica menorista aparece nas próprias narrativas dos participantes da pesquisa, que relatam torturas, confinamento, castigos e rebeliões dentro dos centros socioeducativos, e os sentimentos de sofrimento e isolamento emergem como efeitos psicossociais das práticas institucionais. Pedro Bala relata

tá todo mundo ansioso, ninguém consegue olhar onde tá ninguém porque dentro da cadeia é isso, man, dentro da Febem é isso, você não tem.. tipo, você não vai se ressocializar porque não existe ressocialização, não existe educação... do jeito que teu corpo tá trancado, tua mente tá trancada também, então como é que tu vai conseguir pensar, como é que tu vai conseguir pelo menos... tentar estudar, “eu tô aqui, eu vou tentar ao meno estudar” não tem como, man, não tem como, e aí... é coisa que a gente também não vai mudar tanto, né, man, por isso que eu acredito muito no conselho de conscientização, man, se intera? (PEDRO BALA, 2019).

A “conscientização” a qual Pedro Bala se refere durante a entrevista diz respeito ao conceito de Paulo Freire (2018), que tem a conscientização como a liberdade, a libertação por meio da educação dialógica. Pedro Bala afirma que ela vem através da poesia, dos livros e do rap (como veremos na Linha 006), um acesso à educação que não tem composto as medidas socioeducativas como deveria. Como ele afirma, “do jeito que teu corpo tá trancado, tua mente tá trancada”, há um duplo aprisionamento: fisicamente e em termos de território existencial e reinvenção de si.

Segundo o Relatório do quarto Monitoramento das Medidas Socioeducativas de Meio Fechado do Ceará realizado pelo Fórum DCA Ceará, as unidades de internação masculinas do Estado têm consistido um dos contextos mais graves de violações de direitos humanos do sistema socioeducativo do Brasil (FÓRUM DCA, 2017). O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) informa que em 2015 cerca de 60 rebeliões, motins e conflitos envolvendo todas as unidades de atendimento socioeducativo destinadas a adolescentes do sexo masculino de Fortaleza foram registradas. Em 2016, mais de 80 episódios conflituosos foram contabilizados nessas unidades, incluindo rebeliões, motins, além de mais 400 fugas, de acordo com o Relatório da Defensoria Pública do Estado e do Fórum DCA. Em 2017, até o fechamento do Relatório do Fórum do DCA, este órgão contabilizou 25 episódios de rebeliões, motins e conflitos englobando todas unidades de internação de Fortaleza. Inúmeras violações de direitos humanos foram denunciadas, como agressões, torturas, maus tratos, restrição à visita, falta de insumos básicos, ausência de escolarização, de atividades culturais, esportivas, de lazer e políticas para egressos (FÓRUM DCA, 2017).

Aliado a tudo isso, ressalta-se que ainda que o ECA e SINASE prevejam a medida socioeducativa de internação apenas para atos infracionais considerados graves, o que se tem observado é o uso reiterado desta modalidade de medida. Segundo o levantamento anual do

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) de 2016, houve 27.799 atos infracionais para 26.450 adolescentes em restrição e privação de liberdade no Brasil, sendo 3,38% (942 atos) atribuídos a adolescentes e jovens do sexo feminino. Contudo, dos atos infracionais, 47% (12.960) foram classificados como análogo a roubo e 22% (6.254) registrados como análogo ao tráfico de drogas. O ato infracional análogo ao homicídio foi registrado apenas em 10% (2.730), acrescido de 3% de tentativa de homicídio. Ao olhar para o perfil desses adolescentes e jovens, constata-se que 96% eram do sexo masculino, com 59,08% considerados pretos/pardos (BRASIL, 2018).

Borges (2018), tendo em vista o encarceramento prioritário da população negra, considera o racismo o pilar das desigualdades do país, encontrando-se entranhado na constituição da sociedade brasileira, ainda que persista o mito da democracia racial e as negações racistas. Os dados que demonstram o predomínio da população negra, a “considerada criminosa” (p.17), dentro de socioeducativos e prisões revela o mascaramento de um preconceito racial, que se remodela desde o período da escravidão, fomentando “um sistema racializado de controle social” (ALEXANDER, 2010, p.7). O sistema de justiça tem se constituído como instituição que alimenta vigilância, insegurança e repressão, compondo um aparato que reproduz e mantém desigualdades amparadas em hierarquias raciais (BORGES, 2018).

Centros socioeducativos se constituem como veículos que violam direitos para a manutenção da “ordem” que estrutura o Estado racista, que agrega certas populações e as gerencia. A racionalidade que atravessa as políticas públicas brasileiras demandam ordem, em defesa da sociedade, sendo pautada pela lógica racista (LISBOA; BICALHO, 2020). A racionalidade do aprisionamento não é a ressocialização, mas a produção da figura do delinquente, de tal forma que certas políticas públicas operam reiterando a figura do sujeito infrator e confinando esses jovens nesse estigma (FOUCAULT, 2015, COSTA, 2018).

Dialogando com Foucault, França (2014) pontua que, nas medidas de meio aberto, o corpo também se insere em um sistema de coerção, obrigações e privações. Durante o cumprimento de LA ou PSC, o adolescente deve cumprir condições, como frequentar a escola, ir aos atendimentos da instituição, além de ser estimulado a participar de cursos que ela oferece. Mudanças de endereços devem ser comunicadas e ocasionais viagens só podem ser feitas mediante autorização. Os adolescentes também não podem estar fora de casa após 20h sem os responsáveis, a não ser que estudem à noite, quando o prazo se estende para 22h. Assim, “O socioeducando não se encontra em uma situação de privação de liberdade, como o nome da medida já esclarece, “em meio aberto”, contudo, há uma restrição da liberdade” (FRANÇA,

2014, p. 68).

Raniere (2014) considera que a medida socioeducativa de internação tem sido ampliada nas cinco medidas em meio aberto. Nessa perspectiva, a medida de internação funcionaria como uma espécie de modelo, que se atualiza pelo agenciamento com o meio aberto, “multiplicando-o, produzindo simulacros” (RANIERE, 2014, p.45) em um confinamento generalizado, que também tem englobado, principalmente, jovens negros e moradores da periferia.

No grupo do CREAS da Granja Portugal, no momento em que observávamos a facilitação do grupo, uma senhora que trabalha no CREAS abriu a porta da sala e advertiu aos jovens que não era bom usar boné na sala, “tem que tirar o boné para mostrar os cabelos bonitos! Olha, aquele ali tá sempre boné” e saiu. Sob a justificativa dos “cabelos bonitos”, o intuito pareceu, na verdade, o de reiterar a medida normalizadora de não usar o boné, descaracterizando os jovens, com base em um modelo do que seria mais adequado de vestimenta e postura durante o cumprimento da medida. Era comum nos depararmos também com discursos meritocráticos advindos dos profissionais. Nos momentos da acolhida no CREAS do Conjunto Ceará, as educadoras sociais ressaltavam a persistência, a vontade de mudar de vida, de estudar e citavam ditados motivadores, voltando-se para o âmbito individual. Ora se lida com esses jovens como sendo irrecuperáveis, ora se investe neles tentando produzi-los como "humanos direitos", dentro dos parâmetros morais de “virtuosidade”.

Na Linha 002, apresentei na descrição do CREAS e das oficinas que lá fizemos as condições da instituição e os percalços quanto a isto. Desde o forro do teto caindo, com Iel comentando que por pouco não caíra em cima dele, e outras pontas do teto suspensas, penduradas, prestes a caírem, até escorpiões aparecendo na sala de oficinas, ausência de rede wi-fi e materiais (fita engomada, lápis e giz) para atividades, fossa de esgoto aberta e instabilidade na fiação elétrica. A equipe também relatou dificuldades no atendimento devido aos conflitos territoriais, de modo que nem sempre a presença de adolescentes e familiares era garantida nos atendimentos, e à pouca quantidade de profissionais.

Em reunião com a equipe, as técnicas nos disseram que, normalmente, quando os jovens finalizavam a medida, não tinham mais interesse em frequentar o CREAS, salvo algumas exceções. Durante o grupo, a evasão de adolescentes foi grande. Iel, Marley, Suarez, Walter e Igor foram os que mais se presentificaram. Articulada à precarização do equipamento, há as precariedades que permeiam a vida desses jovens, tais como conflitos territoriais, que dificultou a ida de Marley ao grupo nos últimos encontros, como ele nos relatou, e a necessidade de emprego, como nos relatou Suarez, que também não apareceu em alguns encontros. Quanto aos

outros que deixaram de ir, não soubemos exatamente os motivos, mas a necessidade de fortalecimento da relação com a equipe técnica para compreendermos melhor essas evasões, e de atenção maior para esse fator durante as oficinas, procurando o refinamento de possibilidades de atuação, foram pautadas em reuniões para a segunda edição do projeto.

Segundo o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA - CE), em relação ao orçamento público³⁷ do Estado, os recursos destinados às crianças e adolescentes em Fortaleza foram de R\$ 1,70 para cada criança e adolescente em 2017, corrigidos pela inflação, colocando a capital na quarta posição (atrás de Campo Grande, Goiânia e Teresina) de menor investimento. Em 2013, investiu-se R\$ 21,2, a preços de 2018, de modo que o investimento por criança e adolescente reduziu, preocupantemente, 92,2%. Esta redução em investimentos contribuiu de forma decisiva para a deterioração dos equipamentos sociais e do trabalho da equipe de profissionais, tornando-se empecilho para o funcionamento das políticas de assistência social e agravando as violações de direitos (CEDECA, 2019).

Esta situação contraria as orientações do Serviço de Medidas Socioeducativas (MSE) em Meio Aberto, que tem como referência o ECA e SINASE. Segundo este documento, as entidades selecionadas para o cumprimento da MSE de Meio Aberto, as quais incluem o CREAS, devem ser adequadas ao cumprimento das atividades comunitárias vinculadas à medida, tendo em vista à atuação em interlocução com o Serviço de MSE em Meio Aberto e o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos adolescentes em suas dependências (BRASIL, 2016). Neoliberalismo, cidadania escassa e invisibilidade perversa se conectam como aspectos relacionados à precarização da vida (SALES, 2005, WACQUANT, 2012, ROLNIK, 2018).

Ressalta-se que, em detrimento da redução de investimentos nas políticas sociais, houve um vertiginoso investimento nas políticas de segurança pública. Enquanto no período de 2011 a 2018, o investimento em políticas de assistência social passou de R\$ 300 milhões em 2001 para R\$280 milhões em 2018, praticamente sem variação, o gasto com segurança pública no mesmo período teve elevação de 230,8%, com parte expressiva desse recurso aplicado ao policiamento ostensivo (CEDECA, 2019). O Estado abandona do ponto de vista de garantia de direitos e reprime pela via das forças de segurança e outros aparatos punitivos, fazendo, nesse jogo de ausência e presença, a própria figura do sujeito infrator e humano indireito, vida não

³⁷ Orçamento público corresponde a um instrumento por meio do qual o Poder Público prevê a arrecadação de receitas e estabelece despesas para o período de um ano. Dessa forma, as políticas públicas são viabilizadas por este instrumento, que também chamado de “Lei dos Meios”, constitui uma via para garantir recursos financeiros para diversas políticas, como educação, cultura, saúde, saneamento, esporte, segurança e lazer (CEDECA, 2019).

passível de proteção e luto.

O recrudescimento de dispositivos punitivos está relacionado à produção pelo Estado desses humanos indiretos, endossado pela produção de subjetividades punitivos penais³⁸ (COIMBRA; SCHEINVAR, 2012) e pela produção de modos de subjetivação de anormalização do outro (FOUCAULT, 2002a). Esse recrudescimento de dispositivos punitivos tem uma forte matriz colonial (KILOMBA, 2019): marginaliza existências, produz o outro, negro e pobre, como desviante, militariza a vida, tudo articulado a uma política do medo (BARROS, 2019).

Tais “humanos indiretos”, além de posicionados como matáveis e extermináveis, são posicionados ao mesmo tempo como “morríveis”, por serem abandonados de modo a terem suas vidas inviabilizadas pela precarização. Essa condição de não sujeitos ou existências supérfluas muitas vezes é endossada pelo modo como as políticas públicas (não) funcionam. Reforça-se, assim, a construção de estigmatizações que fixam esses adolescentes e jovens na pecha de humanos indiretos (BARROS, 2019).

Diante de todo este cenário, tem sido comum os meios de comunicação, relatórios e trabalhadores(as) desses locais se referirem a este contexto como uma “crise do sistema socioeducativo”. No entanto, será mesmo uma “crise”? Aqui, refletimos que o direcionamento dessas medidas socioeducativas a um certo segmento juvenil, a precarização destas, as violações de direitos e a falta de investimento no sistema socioeducativo (FÓRUM DCA, 2017) constituem uma das formas pela qual a necropolítica opera.

Bicalho (2005) problematiza que direitos humanos são ensinados e propagados como se fossem destituídos de um contexto histórico e político. Tais direitos são, na verdade, atravessados pelos movimentos sociais, pela economia e pelo desejo. A violação de direitos humanos não se reduz ao “desconhecimento da lei”. Processos de subjetivação são produtores e violadores desses direitos, que são concebidos como um objeto natural, tendo como referência a essência de um certo modelo de homem.

Quando rachamos a expressão “direitos humanos”, podemos refletir acerca do que é direito e do que é humano. Assim como o direito é construído como possuindo condição universal, há a produção de uma determinada concepção de homem constituída historicamente,

³⁸ “Subjetividades punitivo-penais” se referem a processos de subjetivação que demandam cada vez mais fiscalização e punição, “em nome da segurança”, e se encontram atreladas à produção de “classes perigosas” (COIMBRA, 2001). De acordo com Coimbra e Scheinvar (2012, p. 66), “as subjetividades punitivo-penais fertilizadas globalmente operam nas relações cotidianas estruturando-as por meio de normas, regimentos, códigos, declarações, em espaços tais como salas de aula, condomínios, empresas, serviços públicos, foros da chamada sociedade civil, tribunais, etc., tendo como aliada a produção científica e tecnológica que maciçamente passa a dedicar-se a prever desvios e a definir castigos, em nome da segurança”

em meio às revoluções burguesas e suas declarações. Essa concepção do humano e da universalização dos direitos surgiu também vinculada à produção do chamado “indivíduo perigoso”, através do saber médico e das reformas das práticas de punição, com o intuito de manter uma nova ordenação social e uma normalização das populações (COIMBRA; LOBO & NASCIMENTO, 2008).

Este modelo de homem está distante do jovem negro, morador da periferia e a quem se atribui o cometimento de ato infracional. Scisleski et. al (2016) associa o homo sacer de Agamben (2007), sobre o qual já discutimos se referir a uma vida desvalorizada e desprotegida até mesmo juridicamente, a jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional. Afirmam que, diferentemente do homo sacer, esses(as) jovens são, em termos jurídicos, sujeitos de direitos, com políticas públicas voltadas especialmente para eles(as). Contudo, vemos que a lei não tem cumprido esses princípios, abandonando esses sujeitos em vez de garantir os seus direitos, vendo-os(as) como vidas nuas e fazendo da exceção uma lógica de governo. As autoras endossam

Essa exceção, que por vezes entendemos como “falha da norma” ou como burocracia – como é o caso da dificuldade de abertura de concursos para contratação de profissionais, acesso à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, melhorias das instalações locais e mesmo a não-implementação do próprio ECA, que teoricamente está em vigor há mais de vinte anos, torna-se frequente no cotidiano do tratamento dos jovens em conflito com a lei. Nessa relação, pode-se dizer que os direitos dos jovens estão garantidos em lei, mas é exatamente a negação de tais direitos que configura a exceção (SCISLESKI et al., 2016, p.89).

Corroborando com Bicalho (2005), Scisleski et. al (2016) atentam para que este contexto não seja pensado simplesmente como decorrente do descaso e ineficiência das autoridades e do Estado em cumprirem a lei (SCISLESKI ET AL, 2016). Pelo contrário, o “Estado tem interesse em que esses jovens em conflito com a lei, bem como outras parcelas marginalizadas da sociedade, se configurem como vida nua e permaneçam em situação de abandono, expostos à morte.” (SCISLESKI et al, 2016, p.89). Trata-se, mais uma vez, de um projeto necropolítico (BARROS, 2019).

Desse modo, a precarização das medidas socioeducativas, tanto das de meio aberto quanto das de meio fechado, revela como esses jovens são encarados como descartáveis, consistindo naquela parcela da população “que não tem jeito” e que está fadada a permanecer no ciclo de violência. Segundo Butler (2016, p.43), “(...) toda vida é precária, o que equivale a dizer que a vida sempre surge e é sustentada dentro de determinadas condições de vida”. Afirmar uma vida como precária implica que ela necessita de condições sociais e políticas para viver, não dependendo apenas de um “impulso interno” do indivíduo (BUTLER, 2016), de

modo que a produção de morte começa no abandono e na precarização sistemática de vidas pelas condições de cidadania escassa e invisibilidade perversa (SALES, 2005).

De acordo com Saflate (2019), o Estado Brasileiro é um NecroEstado, que violenta não apenas pela aniquilação e segregação física, mas, também, através de uma rede de operações simbólicas. A produção desses sujeitos é atravessada por uma série de vetores, tais como a política do esquecimento, expressa pela homogeneização de jovens que se amontoam em internações, apagamento e invisibilização de suas histórias, silenciamento e estigmatização, a indiferença, o medo e o ódio, afetos por meio dos quais a sociedade se relaciona com eles (KILOMBA, 2019).

Assim, segundo Diógenes (2012, p.109), ““É como se houvesse um extensivo abismo entre as linguagens e práticas juvenis instituintes e os campos disciplinadores, repressores e de natureza compensatória promovidos pelas políticas públicas”. Corroborando com a autora, pensamos que as políticas públicas devem escutar mais esses sujeitos, para compreender seus modos de vida, seus códigos, suas lógicas e os significados da violência em seus cotidianos, ampliando estratégias de intervenção para aquelas que levem em consideração os territórios existenciais dessas juventudes, tensione e provoque fissuras em estruturas hegemônicas (DIÓGENES, 2012).

5.2. “Um silêncio autoritário”: Narrativas sobre Violência Socioinstitucional no Sistema Socioeducativo

Sob a construção de um enquadramento de vida como humanos indireitos (BUTLER, 2016), as narrativas dos adolescentes e jovens da pesquisa em relação ao sistema socioeducativo eram permeadas pela Violência Institucional. Esta, de acordo com o CEDECA (2017, p.10), consiste na

violência cometida por órgãos e agentes públicos que têm o dever de garantir e respeitar os direitos humanos. Podem ser diversas as situações, os tipos de violência, as vítimas, mas o que define a violência institucional é que ela seja realizada por órgão público ou um agente público, isto é, servidores, funcionários públicos ou até mesmo pessoas terceirizadas, mas que estejam a serviço de algum órgão público.

Esta violência se inicia na apreensão, por meio da qual muitos jovens sofrem violência policial (assim como Suarez sofreu, fato mencionado no trajeto 3.2 da Linha 003 e que será retomado no trajeto 5.3), e acompanha o percurso institucional de jovens, passando pela entrada na Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), prosseguindo na aplicação da medida e em seu cumprimento. Em entrevista, Suarez nos conta como se deu sua chegada na

DCA,

aí eu vi a minha mãe, na hora que eu tava entrando na DCA, na hora que eu tava entrando na DCA eu vi ela e a minha irmã, aí tipo, sabe, ali foi o momento mais doloroso mesmo. Pisa nenhuma ali se comparava a dor que eu senti naquela hora que eu vi ela, entendeu? Porque no momento eu só pensava assim “quando chegar aqui minha mãe vai me bater na frente de todo mundo” eu preferia que ela tivesse feito isso, eu preferia que ela tivesse levantado, tivesse me batido, dado uns tapa em mim... mas não, ela só olhou pra mim, virou o rosto e a lágrima desceu (...) Ela tava sentada, ela olhou assim pra mim, eu entrando, a minha irmã se levantou e correu pra me abraçar... ela não. Ela só fez virar o rosto, a lágrima desceu e ela virou. Aí os policiais passaram me empurrando, aí eu só fiz botar minha cabeça na cabeça dela, encaixei testa com testa, pedi desculpas e eles continuaram me empurrando, me colocando pra dentro, lá no passatempo, que é um local assim que fica um monte de *menor* esperando ser chamado (SUAREZ, 2018).

A violência institucional age de forma seletiva, incidindo sobre corpos de jovens negros e pobres (BARROS, 2019). Borges (2018) salienta que, em contrapartida à negação do racismo e à necessidade de se negar racista, não é preciso esconder aversão e preconceito a criminosos, “a figura do criminoso abre espaço para todo tipo de discriminação e reprovação com total respaldo social para isso” (BORGES, 2018, p.17). Assim, o tratamento de agressividade a adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional, como Suarez, empurrando-lhe e ignorando uma situação delicada em família, “justifica-se”, pois essas vidas são tomadas como destituídas de significado (AGAMBEN, 2007).

Contudo, vemos que a figura de monstruosidade e de violência inata, atribuída a jovens como Suarez, desestabiliza-se quando ele narra o encontro com a irmã e a mãe, o afeto pela mãe, a dor ao ver que ela “virou o rosto e a lágrima desceu” (sic) ao encontrá-lo e o pedido de desculpas resistente aos empurrões dos agentes da polícia.

A violência institucional também opera pelo silenciamento. Emanuel lembra de uma vez em que fez uma apresentação no centro socioeducativo, e um dos jovens lhe perguntou “ei, man, como que faz pra escrever? como que faz tipo pra escolher as palavras certas? Tipo, pra falar que é isso que tu tá pensando, tu tá sentindo...” . Emanuel disse que quando começou a conversar com esses jovens sobre as “estruturas do sistema”, a partir de livros e música, esses jovens começaram a se diziam “ei man, eu gosto de rap, eu gosto de conversar, eu gosto de escrever e eu gosto de desenhar, só que aqui dentro não deixam isso”. Em vez de outras paisagens subjetivas serem potencializadas, a figura do sujeito infrator é reiterada. Alguns lhe disseram que a “Febem” “é um depósito pra se acumular ódio” (sic), demonstrando que, durante essas trajetórias, afetos como ressentimento vão sendo produzidos, acionados pelo confinamento da FEBEM, “depósito” onde se amontoam corpos. Comentaram que sentem vontade de escrever uma carta, mas não dão caneta e papel, e relataram “A gente sempre tem

que ficar em silêncio, né“. Sobre o período em que esteve no socioeducativo, identificando-se com esses silenciamentos, Emanuel conta

uma vezada que eu tava lá, eu senti um espírito, man, que me emudecia (...) era um silêncio, man, que era um silêncio tipo um silêncio autoritário, se liga? Não era aquele silêncio espontâneo, aquele silêncio que tá em harmonia com a tua respiração, se liga? É um silêncio muito pesado”.

Grada Kilomba (2019) discute o silenciamento a partir da máscara que africanas(os) escravizadas(os) eram obrigadas(os) a usar no período colonial no Brasil

Quero falar sobre a *máscara do silenciamento*. Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do *sujeito negro*, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores *brancos* para evitar que africanas/os escravizadas(os) comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura. Neste sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza política sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os “Outras/os”: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? (KILOMBA, 2019, p.33).

A máscara, para Kilomba (2019), revela um medo apreensivo da fala do sujeito colonizado, que, ao falar, fará com a(o) colonizadora(o) ouça. A máscara vedando a boca do sujeito negra(o) impede de dizer aquilo que o senhor branco quer manter distância, protegendo-se de “reconhecer o conhecimento da/o Outra/o” (KILOMBA, 2019, 42). O “silêncio autoritário”(sic), descrito por Emanuel, e a constatação dos jovens que conversaram com ele, “*a gente tem sempre que ficar em silêncio, né?*” (sic). parecem revelar a imposição desse silêncio, afinal, este não é “espontâneo” (EMANUEL, 2019). O que implica a quebra de silêncio?

Emanuel conta que certo dia ele e outros jovens estavam em um banho de sol e um deles apareceu com um papel escrito

na verdade, não era uma carta, ele tinha escrito sintomas, o que ele sentia lá, na cela, aí o quê é que tinha lá? um silêncio perturbador, não fora, mas dentro dele, se liga? (...) e quando a gente foi ler, todo mundo sentia essa mesma parada, só que esse silêncio não deixava a gente se comunicar, e a partir dessa carta, né, que a gente começou a ler, a gente começou a se aproximar mais, a cuidar um do outro, a não deixar o outro preso na paranoia (EMANUEL, 2019)

Para Butler (2018), quando corpos se unem, estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, afirmando e instaurando o corpo no campo político, o qual “transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e

políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária” (BUTLER, 2018, p.17)”. A quebra de silêncio e o compartilhamento do que ele ocultava permitiram a aproximação desses jovens, que eles se reconhecessem e cuidassem uns dos outros, um aliançamento de corpos (BUTLER, 2018) diante dos aprisionamentos da “paranóia”(EMANUEL, 2019) do confinamento e do silenciamento que produzia isolamento e sofrimento psicossocial³⁹ (RODRIGUES, 2019).

Outro movimento que “quebra”o silêncio da violência institucional, e expressa corpos em aliança (BUTLER, 2018), é a rebelião, que surgiu nos relatos dos participantes do grupo acerca do período em que estiveram no meio fechado. Suas narrativas em relação à instituição, seu funcionamento e o modo como eram tratados eram permeadas por violações de direitos.

Marley relatou que, durante o horário de visita com familiares, os socioeducadores⁴⁰ simulavam cuidado com os adolescentes, mas, quando as visitas iam embora, eles lhes batiam e xingavam. Marley disse que eram chamados de “presos imundos”.

Sobre as condições da unidade, segundo os relatos do grupo: mal tinham cobertor e os que lhes ofereciam não os protegiam das muriçocas. Os dormitórios eram quentes, o acesso ao banheiro era limitado, e os ratos, enormes, passavam por cima dos jovens, arranhando-os. Reclamavam do pouco tempo de lazer, que se resumia a jogar bola, não havendo tempo suficiente para todos jogarem.

Marley diz que, lá dentro, você chega a prometer que não fará mais nada para voltar. Contudo, revelou um conflitos de emoções quando saiu: ficou pensando nos amigos que deixou “Quando você sai, fica pensando nos amigo que continua lá dentro, quer voltar pra ajudar”, o que novamente nos remete ao senso de coletivo e a um aliançamento de corpos (BUTLER, 2018), mas, também, lembrou da mãe chorando e não queria que ela sofresse mais. Igor

³⁹ Segundo Rodrigues (2019), o sofrimento psicossocial é característico do contexto de produção de subjetividades capitalísticas, que produz subjetividades “marcadas pelo sentimento de desagregação e levando sujeitos e coletivos a vivenciarem de modo intenso e individualista a sensação de desamparo” (RODRIGUES, 2019, 82). Em diálogo com Guatarri; Rolnik (2013), Rodrigues (2019, p.82) afirma que o sofrimento psicossocial se relaciona a “silenciamentos e invisibilizações do sofrimento de certos sujeitos, em concomitância à perpetuação de exclusões sociais e intensificação das violências que corroboram com a manutenção de determinadas vidas sob condições desiguais de precarização. Nesse contexto, os sujeitos vivenciam constantemente experiências de desterritorializações que geram sentimentos de desagregação ancorados em máximas individualizantes e homogeneizantes que constroem possibilidades de singularização”

⁴⁰ Os Socioeducadores, Educadores Sociais ou Agentes Socioeducativos são profissionais dos centros socioeducativos que têm a função de acompanhar rotinas diárias do adolescente e realizar seu monitoramento. Realizam ações de vigília, revistas físicas dos adolescentes e das visitas, rondas periódicas e inspeção das instalações físicas da unidade. Devem também manter diálogo com a equipe técnica da unidade, compor relatórios, estudos de caso, auxiliar em práticas recreativas, educativas e de lazer dos adolescentes (CEARÁ, 2015). Nas condições em que se tem produzido o sistema socioeducativo, é comum os adolescentes relatarem que grande parte dos socioeducadores tem exercido práticas similares às de Agentes Penitenciários do sistema prisional.

discordava desse sentimento, “é tão ruim que você não quer voltar pra lá”, afirmando que nada era melhor do que estar em casa com a família.

Diante de tudo, as rebeliões se tornam comuns. Segundo Igor, estas eram “um inferno”(sic). Para Vicentin (2011), as rebeliões nas unidades de internação encarnam uma multiplicidade de sentidos para os jovens. Rebeliões podem vir como ações às violações de direitos por parte dos agentes socioeducadores, estratégias de sobrevivência e de comunicação, extrapolamento diante de isolamento e solidão, contrapartida de adrenalina e insurgência corporal devido a constrangimentos.

Com base em um contrassentido da ideia de “obediência devida” (argumento que levou à anistia de integrantes das forças armadas que, “cumprindo ordens”, praticaram torturas e extermínios na Argentina“), Vicentin (2011) afirma que as rebeliões constituem “desobediências devidas”, visto à necessidade de reação e devido às próprias desobediências de vida, a qual se coloca em rebelião frente ao que lhe ameaça e constrange. Os corpos em rebelião são estratégias comunicativas e coletivas, são insurgências através do corpo, que cria memórias e testemunhas. Segundo a autora, sobre os adolescentes, “Eles não se iludem: percebem que a rebelião compõe a própria lógica institucional e formulam um paradoxo: “Estamos condenados à rebelião” (VICENTIN, 2011, p.100).

Marley relatou que ele e outros adolescentes se protegiam e se ajudavam durante as rebeliões, rasgando roupas para limparem ferimentos e usando colchões para bloquearem as balas de borracha. Iel falou sobre como doía uma bala daquelas e Marley disse que os ferimentos causados por bala não eram tratados. Eles relatavam “pegam a gente, coloca no saco” . Perguntamos “Os policiais?”. Responderam “os agente, policial, tudo!”. Marley contou que os intimidavam até descobrirem quem havia iniciado a rebelião. Quando descobriam, torturavam o adolescente com um saco na cabeça, mostrando aos outros. Questionamos “Por que vocês acham que tem rebelião?” e Marley respondeu com convicção “É o espírito maligno que toma conta da gente!”

Vicentin (2011) nomeia de hiper-realismo um modo de existir, forjado por esses corpos-rebelião, que se refere a uma existência concreta, dramática e corpórea da realidade. A princípio, parece próxima da morte, mas, na realidade, demonstra uma capacidade de levar a vida ao máximo, cruzar os limites da radicalidade (VICENTIN, 2011). Segundo a autora

não é um empreendimento niilista ou mortífero, mas uma paradoxal combinação de vida e morte, de utopia e limite, de projeto e finitude, uma forma vital de recomposição do sentido da existência (...) trata-se de uma situação-limite ou extrema, quando a necessidade de estabelecer um novo sistema de valores, de atitudes e de forma de vida é vital, e dessa capacidade resultará o êxito em salvar a própria vida e a de

outros. (VICENTIN, 2011, p.102).

Marley contou que um dos adolescentes teve seu rosto atingido por uma bala e desmaiou. Quando acordou, queria bater em todos, não parecendo estar em sã-consciência. Os policiais atiravam balas de borracha em sua direção, mas ele não parecia senti-las, até que pararam. Havia a explicação do “espírito maligno”(sic), algo que se apossa, que os possui. A despeito de interpretações espirituais e religiosas, as quais, neste trabalho, não há o intuito de discuti-las, estes relatos parecem expressar algo que, diante dessas “situações-limites ou extremas”(VICENTIN, 2011, p.102), vai além do corpo, nessa capacidade de cruzar os limites da vida, insurgindo (VICENTIN, 2011).

As narrativas aqui explicitadas demonstram que as relações das políticas públicas com esses desses adolescentes e jovens, em especial com o sistema socioeducativo, realçam uma série de violações de direitos, apontando um projeto necropolítico. Há esgarçamento dessa rede de proteção e uma (in)visibilidade perversa atrelada à condição de não cidadania, que os fazem aparecer pelo ato infracional e desaparecerem como sujeito de direito. Contudo, vimos que eles também operam com subversão dessa produção de morte (VICENTIN, 2011), constituindo aliançamentos, “quebrando silêncios” e se impondo diante de riscos. Afinal, “para aqueles apagados ou rebaixados pela norma que se espera que incorporem, a luta se torna uma batalha corpórea por condição de reconhecimento, uma insistência pública em existir e ter importância” (BUTLER, 2018, p.44).

5.3. “Aí ele colocou o fuzil na minha cara”: Narrativas sobre Violência Policial

Outra violência institucional que predominou nas narrativas dos jovens foi a violência policial. Como discutido anteriormente, em entrevista, Suarez nos conta que ele e seu amigo sofreram linchamento dos passageiros do ônibus, após anunciarem assalto, com o amigo sendo atingido por uma bala disparada pelo motorista, o que, tragicamente, deu fim à sua vida. A equipe do RAIIO chegou no ônibus e, segundo Suarez

aí a equipe do RAIIO chegou no ônibus, mandou os passageiros descer. Os passageiro desceu e ficou só eu e o outro. Aí a equipe do raio veio, pediu pra mim sentar, perguntou se tinha alguém armado, se houve algum disparo e eu disse que sim. Aí ele perguntou se tinha sido da minha parte ou da parte do meu parceiro, aí eu disse: “não, foi do passageiro”. “De um passageiro?”. Aí eu: “foi, eu não sei se ele é um segurança, algum policial à paisana, não sei, só sei que ele tava armado e acabou atirando”; “mas ele desceu?”; “ele saiu calmamente, na hora que a equipe do raio chegou ele colocou a pistola na cintura e desceu no meio da população (...). Aí nisso a gente ficou dentro do ônibus e o meu parceiro caiu, de bruços, com as costas pra cima e respirando muito rápido, com a respiração bem ofegante mesmo, com a respiração rápida. E nisso eu

chamando ele, chamando ele, e ele não respondia, não olhava pra mim... aí o policial chegou nele e perguntou “ele tá desmaiado?”; “não sei”, aí o policial perguntou se o tiro tinha pegado nele, e eu não sabia porque eu não olhei, né, a direção, na hora que ele atirou eu só se abaixei. Aí nisso o policial levantou a blusa dele “eu acho que ele não levou tiro não, porque a bala não atravessou. E se tu disse que ele tava com a pistola, acho que ele não levou tiro não, acho que ele deve é ter desmaiado de tanta pancada”. Aí a equipe do RAIO foi bem calma com a gente mesmo, sabe? Tipo, conversou e tal: “porra, man, vocês tão novo, ó a merda que vocês faz aí, vocês dois de menó, pô, com simulado”, a gente podendo tá atrás de algo grande, algo maior realmente (SUAREZ, 2018).

Contudo, logo após

Já aí chegou uma viatura do FTA, que subiu os policiais bem agressivos e tal, mandando eu deitar no chão e eu disse que não ia deitar no chão porque a equipe do raio já tinha acalmado a situação, aí ele colocou o fuzil na minha cara. “Bó, man, deita no chão” eu perguntei: “tu vai me matar? A situação já gerou mesmo, e aí, tu vai me matar agora?”. Aí o policial do raio pediu pra eles descerem, eles já tinham chegado primeiro no local, aí ele pediu apoio de uma ambulância, a ambulância chegou rapidamente, aí lavou minha cabeça com soro, meu rosto, eu fiquei com meu rosto todo ensanguentado... Os policiais do FTA tiraram foto minha, postaram minha foto numa página policial do Facebook. Aí foi assim que minha mãe ficou sabendo. (...) Postou na página policial, no Facebook “Força Tática do Ceará”. Aí nisso, uma vizinha minha viu a postagem, aí foi avisar o que aconteceu (...) (SUAREZ, 2018).

Em contraponto à equipe do RAIO, a equipe de policiais da FTA chegaram no local sob a lógica de aniquilação do inimigo, com a agressividade e o fuzil apontado para Suarez, apontando-lhe também a pecha de humano indireito. A foto que tiraram de Suarez, ensanguentado, e a divulgação de sua imagem numa página de facebook, modo como sua mãe ficou sabendo, diz-nos da espetacularização da violência que caracteriza o capitalismo gore (VALENCIA, 2012) e da pacificidade de que este ato não seria responsabilizado. Valencia (2012, p.96) discute como as políticas de segurança pública pautada na guerra às drogas produzem, também, masculinidades hegemônicas

A luta contra o crime organizado empreendida pelo governo parece mais um acerto de contas entre machos poderosos e feridos que buscam limpar sua honra e recuperar seus territórios, o que não leva em conta os efeitos reais e devastadores que essa “limpeza” está tendo no país, criando um medo endêmico na sociedade civil que pode se manifestar - como já está fazendo em quase todo o território - no cercamento de civis em suas casas, vítimas de um sentimento de vulnerabilidade.

A política de segurança pública tem permissividade para o uso da força, prática que, atravessada por produções de subjetividades, é cada vez mais naturalizada, pela “necessidade” de atender um grupo e aniquilar outro. Extermínios, torturas, agressões são, assim, legalizadas (NASCIMENTO; ZAMORA, 2011). Como já apontado, o dispositivo necropolítico de “guerra às drogas” tem pautado essa política que militariza a vida nas cidades (BARROS, 2019). Na primeira oficina que realizamos, sobre Juventudes e Cidadania, Rubens

relata que “Só sabe quem passa”, em relação à apanhar da polícia. Complementa, “Não é fácil ver a sua mãe chorando porque estão te batendo”. Marley, atestando processos de sujeição criminal que os atravessam, pontua “Ninguém sabe como é ter a polícia batendo na sua porta, entrando sem pedir e te batendo porque tu tem tatuagem ou tem cabelo loiro”.

O “Ninguém sabe como é (...)” e o “Só sabe quem passa” (sic) dizem bem a quem, de fato, esta “guerra”, responsável pelo massacre de jovens pobres e negros, direciona-se (BARROS, 2019). Segundo Souza (2014), “As drogas se tornaram um novo eixo de normalização, de esquadramento, de subdivisões que permite estabelecer distinções estratégicas sobre o conjunto da população” (SOUZA, 2014, p.995), constituindo-se como estratégias de controle e gestão das populações. Para Mbembe, a democracia liberal sustenta e oferece condições para a necropolítica. Segundo o autor, “a história da democracia moderna é, no fundo, uma história com duas faces e, até, com dois corpos - o corpo solar, por um lado, e o corpo noturno, por outro” (MBEMBE, 2017, p.42), realçando que violências ocorrem e são toleradas nas colônias, enquanto seguem abafadas nas metrópoles (BARROS; BENÍCIO; BICALHO, 2019). No bojo do Estado Democrático, parcelas da população que não são rentáveis para a economia do capitalismo são geridas, controladas e descartadas (NASCIMENTO; ZAMORA, 2011). Assim, uma operação importante é convertê-las como não humanos, humanos indesejados, desviantes, anormais, infames.

Na oficina sobre Violência Institucional, Marley conta que quando jovens estão fumando maconha, os policiais aparecem e os obrigam a engolirem a seda e a erva. Iel acrescenta que os policiais pegam a maconha para eles. Segundo Batista (2003), o tratamento diferenciado a jovens de classe média brancos, considerados usuários ou dependentes químicos, e a jovens pobres negros, tidos como traficantes perigosos ou em vias de se tornarem, demonstra que “o problema do sistema não é a droga em si, mas o controle específico daquela parcela de juventude considerada perigosa” (BATISTA, 2003, p.135).

Como consequência desse paradigma, temos o encarceramento em massa, endossado pela produção de medo e pela volúpia punitiva, com a perspectiva de que a penalização apresente soluções para as tensões sociais. Além disso, perpetua o racismo e descartabiliza “indesejáveis”, instalando um estado de exceção que se torna regra nas favelas (BARROS, 2019).

Na oficina sobre Violência Institucional, Marley relata que, nas abordagens, policiais exigem a nota fiscal do celular para que provem que foi realmente comprado e não roubado, senão tomam e ficam para si. Em entrevista, Iel fala sobre os policiais que invadem casas, procurando droga “Ou então aborda um rapaz de menor e bota droga na bolsa dele, se

ele não acusar quem tava com aquela droga ele apanha” (...). Rubens também reclamou de policiais invadindo casas e xingando moradoras(es), e os outros jovens confirmaram, complementando-se. Em entrevista, Iel nos relata

Tem um lugar que eu trabalhava na praia, eu trabalhava de vender cocada na praia do Futuro, tu sabe que a praia do Futuro é cheia de gringo, né? Eu cheguei uma vez a apanhar lá porque eu deixei a minha cocada em cima da mesa e fui me sentar, tava muito cansado, os policial começaram a bater, entendeu? Já dizendo que eu era vagabundo, já dizendo que eu tinha pegado aquelas cocada, de alguma pessoa, mas não, eu tava trabalhando, eu tava procurando sustento pra minha casa, entendeu? É difícil, muito, a pessoa fazer a cocada de noite, pra de manhã vender, pra sair do Bom Jardim, pra ir pra uma praia que é longe que só, como essa, 3 horas, pra chegar e a pessoa apanhar, só porque a pessoa mora numa favela, só porque a pessoa tem uma aparência de favelado, entendeu? (IEL, 2018).

Para que isto ocorra, além da criação de inimigos internos, produz-se a necessidade de *ordem*, para que ações como segregar, banir, abordar, torturar, matar não sejam tidas como crimes, mas sim como necessárias para a ordem e o bem-estar, em defesa da sociedade. A criação da imagem de guerra incita à sociedade a clamar por repressão (NASCIMENTO; ZAMORA, 2011).

O terror não se dá diante de uma ameaça concreta ou de uma guerra declarada, a qual até possui suas regras. Dá-se justamente na “ameaça” da guerra, na permanente situação de emergência, exigindo, como dever, atacar em nome de salvar a vida dos “semelhantes”, pois, como nos disse Iel, “quando a pessoa fala o nome favela, cara, é bandidagem, pra polícia, pra gente classe alta, é bandidagem, é gente que não presta, é gente que não... dá mais pra vida”. A noção de desvalor de certas vidas e a ideia de que a guerra está próxima e que o inimigo pode vir a qualquer momento legitima as atitudes “preventivas” de cerceamento de territórios, abordagens violentas, prisões, invasão de domicílio, etc. (ALMEIDA, 2019).

Segundo Coimbra (2001a), há três mitos que fomentam operações como a que ocorreu entre 1994 e 1995, quando Forças Armadas, policiais militares e civis ocuparam áreas de comunidades fluminenses consideradas perigosas, discutida em seu livro "Operação Rio: O mito das classes perigosas". Temos 1) o mito da guerra civil, 2) o mito de que as forças armadas são incorruptíveis e 3) banalização da tortura. Esses mitos produzem a noção de classes perigosas, validando a presença de policiais nas favelas, mortes e abordagens abusivas aos jovens moradores.

Igor, sobre as abordagens, diz-nos como se dão e a quem, principalmente, são direcionadas

Só tem uns que é moreno, mas tem uns que num é... Já vê na maldade, só porque ta vendo ali, indo pra escola "tá fazendo alguma coisa, tá traficando, uma hora dessa no mei da rua". Para, abre a porta, desce logo chamando de vagabundo "mão na cabeça, vagabundo", e tal. Isso é chato, né? (...) Às vezes dá vontade de achar graça, né?

Porque ave maria... "Calma, cidadão, precisa ser assim não" e tal, né. A gente fala alguma coisa aí quer bater, segura nossa mão com força assim, cabeça na parede... (IGOR, 2018).

Ramos; Musumeci (2004) realizaram uma pesquisa quantitativa e qualitativa no Rio de Janeiro acerca das abordagens policiais em segmentos diversos da população, buscando compreender os critérios utilizados pelas(o) policiais para considerarem alguém suspeita(o) e como isto afetava a percepção do trabalho do policial. As pesquisadoras entrevistaram moradoras(es) e policiais e tiveram como resultado a seleção do suspeito relacionado à figura do jovem, do sexo masculino, pobre e negro, como discutido no trajeto sobre Sujeição Criminal. Ressaltam que, nas comunicações em rádio, um termo comumente utilizado era o “elemento suspeito cor padrão”, que afirma de forma explícita a associação de negros à figura suspeita, demonstrando quem são os alvos prioritários da criminalização. Esses jovens se reconhecem como alvos, como vidas que, por morarem na favela, terem “aparência de favelado” (sic) e serem negros, estão sob essa mira. Contudo, Iel contrapõe de forma contundente a noção de desvalor de sua vida, afirmando “mas eles tão muito enganado, a pessoa que mora em favela presta mais do que eles, entendeu? (IEL, 2018).”

Na Linha 004, mostramos índices crescentes de mortes causadas pela polícia. Contudo, a guerra às drogas é mortífera também para policiais. Segundo os dados do 13 Anuário de Segurança Pública do Brasil (2019), 343 policiais civis e militares foram assassinados em 2018 e 104 foram vítimas de suicídio. As taxas de suicídios desses profissionais são quatro vezes maior do que as da população brasileira em geral (BARROS, 2019). Torna-se, assim, urgente a desmilitarização da polícia, causa que tem, inclusive, diversos policiais adeptos⁴¹, como um caminho para o fim de uma instituição semelhante às forças de repressão da ditadura militar. As políticas de segurança pública não devem estar em oposição aos direitos humanos. Em vez de policiais preparados para a guerra e aniquilação do inimigo, que tenham profissionais que tenham uma atuação voltada para a preservação da vida e que sejam valorizados (DUARTE, 2018, ZACCONE, 2016, FREIXO, 2015).

Assim como a guerra às drogas propicia o surgimento e fortalecimento de facções, é a partir dela que, sob o discurso de salvar as comunidades “do domínio do tráfico”, uma “luta contra o mal”, formam-se também organizações criminosas, compostas por agentes do Estado, denominadas de *milícias* (CANO; DUARTE, 2014). Em entrevista, Igor menciona as milícias,

⁴¹ Como exemplo, verificar esta página criada por policiais, que reúne discussões sobre polícia, política e segurança pública, a favor da desmilitarização e do fim da política de guerra às drogas: <<http://www.policialpensador.com/>>

falando dos policiais, que compõem esses grupos. Afirma, “Porque muitos dele sabe, são corrupto, né, vão buscar o dinheiro que eles pede todo mês, toda semana, né?” (IGOR, 2018)

As milícias são formadas por agentes armados, tais como policiais, bombeiros, fuzileiros, agente penitenciários, etc., que controlam espaços populares, oferecendo “proteção”. Em troca, coagem moradores e comerciantes a lhes pagarem taxas. Apesar do discurso de “libertação do tráfico”, pesquisas demonstram que milícias participam ou se beneficiam dele em seus territórios, além de constatarem que diversas áreas que passam a ser controladas por esses grupos não se encontravam sob domínio de facções. As milícias também dominam diversos setores econômicos geradores de lucros, como água, gás, TV a cabo pirata, transações imobiliárias, internet, transporte, etc., e, além das taxas, moradores também são forçados a pagarem ágio, uma espécie de valor adicional, sobre esses serviços e produtos (CANO; DUARTE, 2014).

Pedro Bala comentou comigo sobre as milícias de Fortaleza. Disse que falaria só para mim, pedindo para eu não colocar no trabalho, ele e João explicam que é só “troca de ideia entre nós mesmo”. Pedro diz “é bem mais difícil, né, man, a gente falar de milícia e tal... é meio complicado a gente morar na favela né, man, então a gente não pode tá falando coisa assim...(PEDRO BALA, 2019). Pedro diz que as milícias são “algo muito forte que em Fortaleza tá cada vez mais cruel, né, man...Que sempre teve, também, mas tá cada vez mais cruel.”.

Aceito prontamente, mas, depois, quando pergunto por quais nomes fictícios eles gostariam que eu lhes chamasse na pesquisa, eles voltam atrás e, lembrando por conta própria desse momento anterior, Pedro Bala afirma que, já que nem o nome do grupo de rap deles aparecerá na pesquisa, posso abordar esse assunto, a depender se me sinto segura ou não “Já que tu não vai identificar, depende de tu se tu quiser escrever o bagulho da milícia que a gente falou. Depende de tu, se tu se sentir segura, você sabe.”, diz-me Pedro Bala. Respondo que gostaria, se eles topassem! Pedro diz “De rocha!”.

Não é à toa que Pedro Bala e João Grande, ao pressuporem que a entrevista exporia seus nomes, ficaram receosos de falarem sobre esse assunto. Quando compreenderam que não seriam identificados, sentiram a necessidade de também me alertarem, mesmo que eu não estivesse sob o olhar vigilante das milícias em meu local de moradia, como eles.

Menciono aqui, como exemplo, um caso que ganhou bastante repercussão em 2008, envolvendo milícias. Em maio do referido ano, um grupo de jornalistas do jornal “O Dia”, que fazia uma matéria sigilosa a respeito das milícias, foi torturado na comunidade do Batan, no Rio de Janeiro, por milicianos. A imprensa se posicionou contra esses grupos e o Poder

Legislativo aprovou uma Comissão Parlamentar do Inquérito que indiciou 218 indivíduos e diversas autoridades envolvidas, dentre as quais, políticos em cargos eletivos, que foram condenados e presos. No entanto, as milícias, ainda hoje, continuam articuladas em diversos Estados, pois, assim como ocorre com as facções, a prisão de seus líderes não é o suficiente para desmontar suas estruturas, estas rapidamente se reformulam em novos grupos (CANO; DUARTE, 2014). Em 2018, Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, e seu motorista, Anderson Gomes, foram executadas(os) no dia 14 de março, um caso que ainda se encontra sem fechamento. Marielle criticava diversos abusos por parte da polícia, e as investigações, que têm sido lentas e dificultosas, apontam para o envolvimento da milícia Escritório do Crime, do Rio de Janeiro, nestes assassinatos.

Prosseguindo a entrevista, comento com Pedro Bala e João Grande que muitas pessoas ouvem falar das milícias no Rio de Janeiro e acreditam que é só lá que existem. Pergunto se eles aceitam, então, falar mais um pouco sobre esse assunto. Pedro diz que aqui em Fortaleza existe milícia sim .

Bem disfarçada, bem maquiada, mas existe (...) Cada vez... inclusive a gente tava até trocando uma idéia sobre isso, né, man [dirigindo-se a João Grande]... e é isso, né, man, ninguém é herói, a gente num pode tá falando muita coisa, só sente, sente que é difícil, é um sistema bem maior que a gente num vai mudar muita coisa, a gente sabe que num vai mudar muita coisa... (PEDRO BALA, 2019).

Relata, ainda

Man, a questão da milícia é mais... da troca de dinheiro e acerto e arrego, mesma coisa de sempre, né? Que é como funciona o sistema. É como funciona o sistema, o policial ele quer ter acesso àquela favela também, se intera? Então um morador que virou traficante, é... (...) O morador que virou traficante, que é morador que todo mundo conhece, é mais fácil de a galera respeitar, man, se intera? Todo mundo conhece. Então a polícia chega dentro da favela, é... se ocupa lá e às vezes rouba droga do próprio traficante pra ele, entendeu, aí fica um ganho de dinheiro, maquiagem, essa maquiagem que eu falei, entendeu, eles têm esse poder, então como eles é pra tá mostrando a lei, então eles consegue se maquiar... é... quebrando ela, entendeu? Funciona dessa forma, man. Dinheiro, droga, e [...]. Favelado sabe fazer arma não, favelado num consegue fazer arma não, a gente num tem educação pra fazer essas arma não. Elas chega e a forma que elas chega... (PEDRO BALA, 2019)

Complemento “Por essas vias também, né?”. Pedro responde “É por essas vias. Tu acha que um pivete de 15 anos ele consegue um oitão? Como é que ele teve acesso àquele revólver, véi?”.

O morador que virou traficante continua sendo morador e compondo as teias de relações da comunidade. As polícias que compõem as milícias, pelo relato de Pedro, aparentam ser “os de fora”, que invadem a comunidade e se ocupam dela, revestindo-se de Estado (corrupto), sendo também responsáveis pelo tráfico e entrada de armas nas favelas. Pedro

ressalta que os policiais, sob o respaldo de “agentes da lei”, violam leis, protegidos pela armadura de representantes do Estado. Na entrevista com Igor, ele salienta o mesmo ponto

na semana eles vão buscar dinheiro, né, se não tiver dinheiro a casa cai pra ele, né, aí eles fala que chegaram na hora e pegaram, né? Como se antes eles não chegasse lá e pegasse dinheiro e ia embora, como se nada tivesse acontecido. Aí como nem sempre tem o dinheiro, né... (IGOR, 2018).

Pelo relato de Igor, a movimentação do tráfico e de dinheiro roubado permanece, desde que beneficie estes grupos, mantendo-os parte disso, caso contrário, a vingança vem na forma de denúncia por parte dos “agentes da lei”. Estes casos demonstram o poder que as milícias, assim como as facções, têm sobre o cotidiano de certas populações, habitantes das colônias contemporâneas, e os receios de Pedro Bala e João Grande de falarem sobre denotam a atenção e os cuidados tomados em relação a isto. Contudo, o fato de Pedro Bala e João Grande terem a iniciativa de retomar este assunto, assim que se sentiram protegidos pelo sigilo da pesquisa, e a atitude de Igor de narrar esses casos indica a necessidade de fala e denúncia sobre esta realidade.

Na oficina de Violência Institucional, após nosso debate sobre o tema, por meio do qual os jovens expressaram diversas narrativas registradas neste Trajeto, propusemos a criação de um fanzine coletivo para a materialização desse momento. Cada jovem recebeu uma folha de papel, foram distribuídas revistas, tesouras, giz de cera, cola e os fanzines sobre Violência Institucional do VIESES. Registros sobre abordagens, violências, posicionamento sobre porte de arma, críticas, manifestações e reivindicações pelo fim da violência surgiram⁴²:

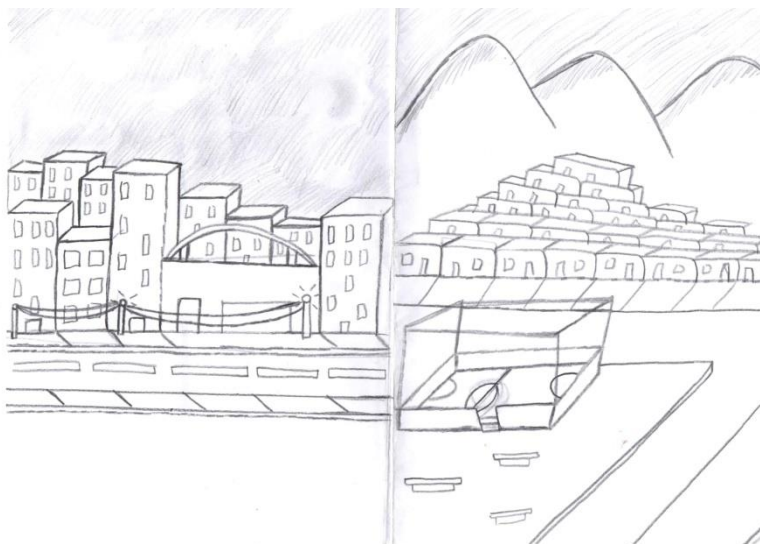


Figura 25: Fanzine - Capa do fanzine

⁴² Na transcrição para legendas, a grafia das palavras e os sinais de pontuação permaneceram fiéis aos textos das imagens.

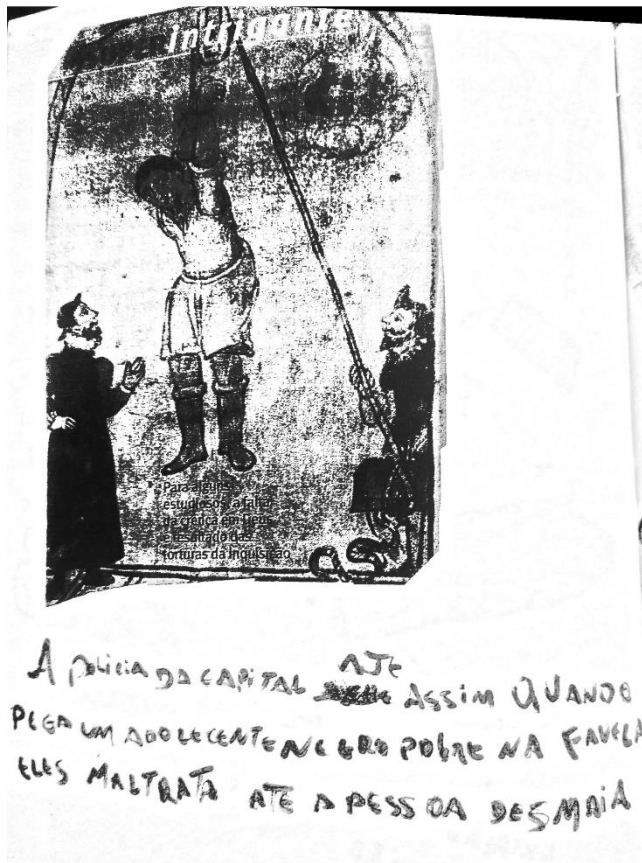


Figura 26: Fanzine: A polícia da capital aje assim quando pega um adolescente negro pobre na favela eles maltrata até a pessoa desmaia

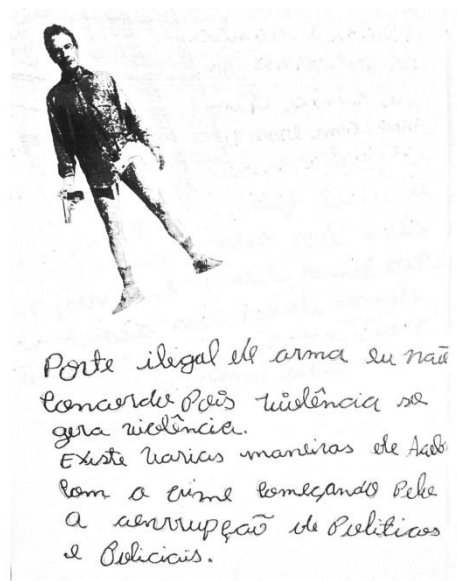


Figura 27: Fanzine: Porte ilegal de arma eu não concordo pois violência só gera violência Existe varias maneiras de acabar com o crime começando pela a corrupção de políticos e policiais

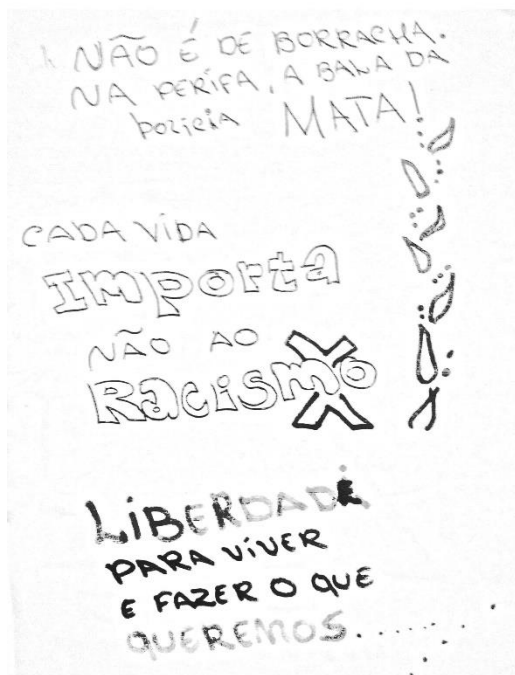


Figura 28: Fanzine - Não é de borracha. Na perifa, a bala da polícia mata!
Cada vida importa
Não ao racismo
Liberdade para viver e fazer o que queremos

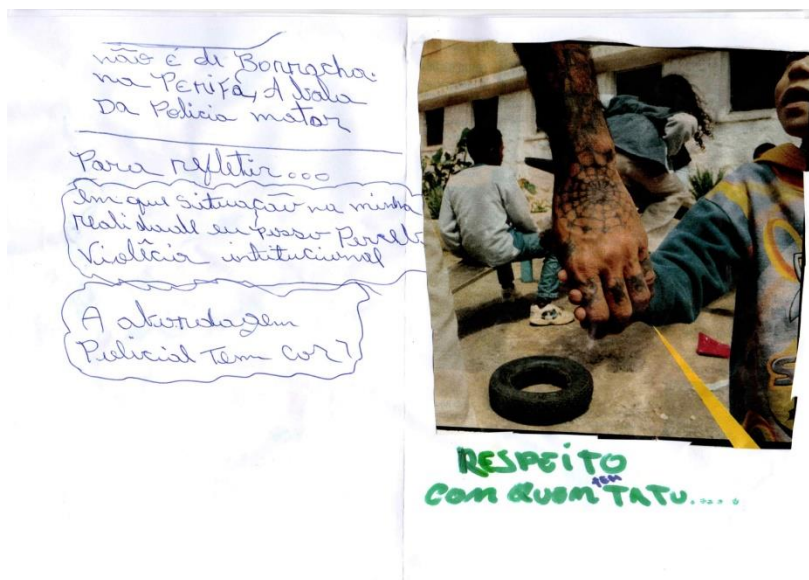


Figura 29: Fanzine - não é de borracha. na perifa, a bala da polícia matar
Para refletir... em que situação na minha realidade eu posso perceber violência institucional
A abordagem policial tem cor/ Respeito com quem tem tatu

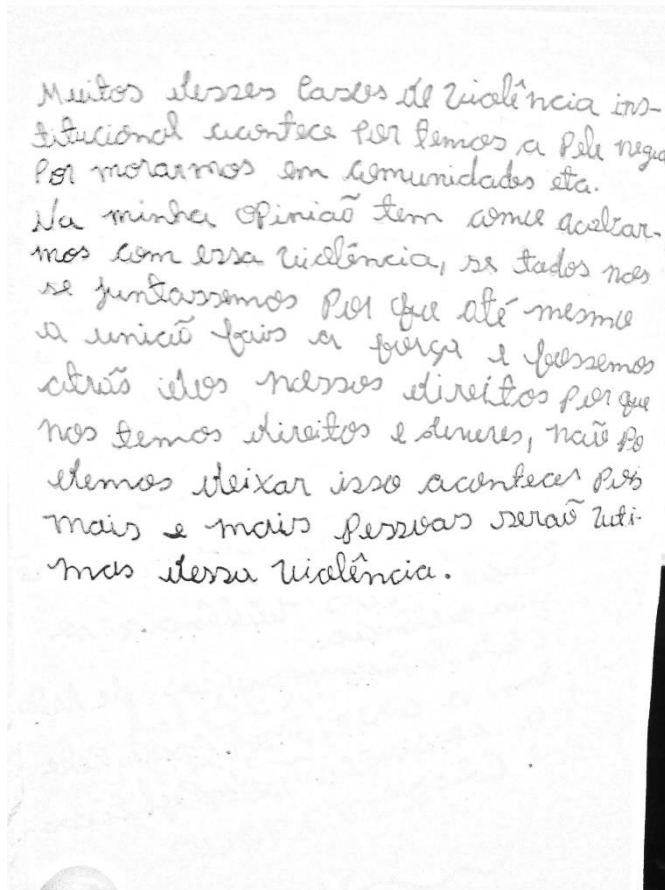


Figura 30: Fanzine - Muitos desses casos de violência institucional acontece por termos a pele negra por morarmos em comunidade etc

Na minha opinião tem como acabarmos com essa violência, se todos nos se juntássemos porque até mesmo a união faz a força e fossemos atrás dos nossos direitos e deveres, não podemos deixar pois mais e mais pessoas serão vítimas dessa violência

Estes jovens, cientes desse cenário, criticam-no e o tem como injusto, tensionando, em meio à ameaça e às violências concretizadas, a noção de que são indignos de vida (ZACCONE, 2015). As páginas do fanzine expõem a cidade desenhada, as indignações, as denúncias, o “não podemos deixar” (sic), o desejo potente por liberdade e, ainda, direções para o enfrentamento destes empreendimentos necropolíticos: A união, a aliança entre corpos (BUTLER, 2018) e a reivindicação de direitos, pelo fim dessas violações.

6. LINHA 006: ENTRE CAPTURAS E POSSIBILIDADES DE RE-EXISTÊNCIAS: MODOS DE HABITAR A CIDADE E ARTE COMO DISPOSITIVO DE REINVENÇÃO.

Chegando no terminal de uber após a VI Marcha da Periferia, os jovens passaram seus passcards na entrada do terminal, e eu e Filipe íamos pagar as nossas passagens. Eles não deixaram, fizeram questão de passar o passcard para nós "Bé isso, Clara e Filipe querendo pagar, ó!". Iel passou seu passcard, abraçamos todos nos despedindo, agradecemos, e Walter, apertando nossas mãos, disse-nos "Aqui é nós por nós!". (DIÁRIO DE CAMPO, 14.11.2018).

A cena descrita na epígrafe que dá entrada a esta linha me tocou, pois, após uma tarde inteira juntos(as) na VI Marcha da Periferia, na qual trocamos passinhos de reggae, caminhamos pelo campus da UECE, lanchamos e fizemos o percurso de volta de uber, Iel, Suarez e Walter garantiram, com veemência, nossa entrada gratuita no terminal e nos inseriram, naquele momento, em um “nós”. Para além disso, indica deslocamentos que fizemos durante a tarde com eles, fora do CREAS, caminhando pelo campus, dentro do uber e chegando no terminal. Comos esses jovens e outros que acompanhamos se inserem na cidade? Como resistem à segregação socioespacial e aos estigmas que envolvem a si e seus territórios, vinculando-se, inclusive a expressões artísticas na cidade, como graffiti e pixo? Como a arte expressa em literatura e rap pode reinventar e produzir resistências e re-existências frente à pecha de “humanos indireitos”?

Esta Linha discutirá resistências ou re-existências em modos de habitar a cidade e arte como dispositivo de reinvenção, por meio de autores como Achinte (2017, 2015), Lacaz; Lima; Heckert (2015) e Foucault (1979, 2010). É composta pelos trajetos 6.1. “Marcas” na cidade: “Corpos - Território” e Modos de Habitar a Cidade e 6.2. Arte “para a gente existir” e “Bug na Matrix”: Arte como dispositivo de Re-existências e Singularizações juvenis. Este último trajeto se refere, especificamente, às experiências de Emanuel e Pedro Bala. Ressaltamos, no entanto, que o fato de haver um trajeto dedicado aos dois não significa dizer que eles “praticaram” mais resistência do que os outros jovens participantes da pesquisa. A proposta foi a de conectar as vivências de ambos em relação à arte, elemento em comum trazido por eles, que se mostrou potente prática de resistir.

6.1. “Marcas”⁴³ na cidade: “Corpos - Território” e Modos de Habitar a Cidade

⁴³ Remetendo a narrativas de Suarez, que se referia à pixação como “marcas” que deixava na cidade.



Figura 31: VI Marcha da Periferia

A imagem acima ilustra um dos momentos do nosso percurso na VI Marcha da Periferia, logo antes da epígrafe que abre esta linha. Na foto, um dos jovens grava um vídeo do outro entrevistando pessoas que também compunham a marcha, com o lenço “Ninguém solta a mão de Ninguém”, que fora distribuído, amarrado no rosto. O jovem que aparece de frente para a câmera do celular havia nos dito que queria perguntar às pessoas o que achavam da cultura reggae e da homofobia, e fomos com ele procurar alguém. Alguns estudantes estavam sentados no banco e ele foi na direção deles, com um dos jovens que estava conosco se encarregando de filmá-lo. Ele era desvolto interagindo com o pessoal, e nós ríamos, pois realmente parecia um apresentador de tv.

Descrevo essa cena na busca de gerar visualidades de um dos percursos que fizemos juntos a alguns dos jovens que acompanhamos, além de querer ressaltar a existência de momentos leves e divertidos. Proponho aqui que percursos por diferentes espaços, bem como as narrativas deles em relação aos modos de habitar a cidade e suas vivências nela, podem vir a constituir táticas de resistência e re-existências.

Resistir comumente esteve associado à oposição, defesa, negação. Trago aqui autores que tem pensado a resistência, principalmente, como *invenção* (ZANELLA; FURTADO, 2012, FOUCAULT, 1979, ACHINTE, 2017, LACAZ; LIMA; HECKERT, 2015).

Resistir que se objetiva em rupturas sutis, pequenas fissuras a provocar deslizos de sentidos e a produção de novos, metamorfoses para que, indo além dos nomes e das formas, seja possível desafiar o entendimento. Resistência como afirmação da vida em sua plenitude e possíveis, que torna dizível, visível, audível aquilo que, silenciado, grita. Resistir que se apresenta no investimento e insistência em uma estética da existência, pautada em uma ética da diversidade da vida (ZANELLA; FURTADO, 2012, p.208).

Já Achinte (2015, 2017) trabalha com a noção de *re-existência*. Achinte (2015) concebe a re-existência como modos dos sujeitos de reelaborarem a vida, reconhecendo-se como ativos na história, a qual passa a ser questionada em sua perspectiva colonial. A práxis decolonial de re-existência aponta para transformações das relações de poder, da humanidade e do ser no próprio ato de conhecer a si e o que está ao seu redor. Ela possibilita a reconstituição do ser em sua integralidade como sujeito singular e coletivo, constituindo-se em uma ação cotidiana de libertação e enfrentamento da colonialidade (ACHINTE, 2017). Neste capítulo, assim como com as noções de “adolescências” e “juventudes”, transitarei entre os termos “re-existência” e “resistência”, na medida em que se tensionam e se complementam.

Lacaz; Lima e Heckert (2015) pensam a noção de resistências como criação em vez de oposição a um poder. Em relação ao termo "periférico", as autoras se referem à invenção de outros modos de existências que uma condição periférica pode constituir diante de modos de vidas dominante. Assim, a ideia não é tratar a periferia como "exclusão", opondo periferia e centro, mas afirmar que "o capital opera, de forma fluida e temporária, processos de "periféricização" concomitantes à produção dos centros" (LACAZ; LIMA E HECKERT, 2015, p.59). A periferia se encontraria não marginalizada, mas à margem do centro, sem estar alheia ou exterior à ele. O que há é uma condição de distanciamento do centro (LACAZ; LIMA; HECKERT, 2015).

Quando finalizamos o acompanhamento do grupo da Granja Portugal indo ao Centro Cultural Dragão do Mar, percebemos desconforto de alguns jovens na chegada, com um deles comentando os olhares desconfiados de outros visitantes. Outro jovem, contemplando a exposição da Caixa Cultural e aparentando gostar bastante, contou-nos que não costumava entrar naqueles espaços, em decorrência, também, de perceber certos “olhares”.

Compartilhando esta situação, em grupo, com o VIESES, problematizamos “Até que ponto instituições abertas ao público estão, de fato, *abertas ao público*?”

Para a cidade, além da ordenação urbana, como delimitação de equipamentos e serviços a serem implantados e utilizados, foram criadas normas e intervenções para a produção de corpos tidos como adequados, adaptados e saudáveis (DIÓGENES, 2019), regulamentados e gerenciados pelos biopoderes (FOUCAULT, 1999).

Assim, vem os *estranhamentos*, os *olhares*, as *suspeitas* quando os espaços da cidade se deparam com “corpos” que não seriam condizentes a eles. As cidades parecem possuir demarcações correspondentes a práticas, discursos, mentais e simbólicas que desembocariam em espaços apropriados para inúmeros atores sociais, com fronteiras invisíveis, permeadas por códigos de conduta e ética (ADAD, 2011). Fazer-se presente em tais lugares, deslocar-se neles, pareceu para nós, em si, uma forma de subvertê-los, reinventá-los e resistir. Adad (2011) ressalta que a cidade se estremece e empalidece diante desses corpos-território-movimento, que levanta seus muros reais e simbólicos, endossando a segregação e a distância social.

O encontro de encerramento do grupo do Conjunto Ceará se deu na UFC. **J.**, mais uma vez, disponibilizou-se a fazer parceria conosco, pegando os jovens no CREAS de kombi e os deixando de volta, após o encontro. A kombi era antiga e chacoalhava bastante no caminho. Estava quente, o sol era escaldante e suávamos durante o percurso. **J.** ia interagindo com os jovens “Vocês querem com emoção ou sem emoção?!”, em relação à velocidade do carro ou “ei! todo mundo com a mão assim [mão para fora da janela balançando] para a gente passar” ao entrarmos em uma rua. Iel ria e brincava junto.

Ao chegarmos na UFC, estacionamos a kombi e, no caminho do auditório, encontramos **A.**, uma de nossas convidadas para o encontro, que faz parte do grupo “Mães e familiares do Socioeducativo”. Juntos(as), estranhamos quando vimos um carro do “Barra Pesada” estacionado no Centro de Humanidades, não entendendo o que poderia estar fazendo ali. “Barra Pesada” é um programa jornalístico policial de Fortaleza conhecido por apresentar a violência na periferia de forma dramática, sensacionalista, performática, estigmatizando territórios e moradores e não economizando em cenas de violência explícita.

Por que a imagem de um carro do Barra Pesada em uma Universidade nos deslocou? Não é o que se *espera* para aquele espaço, para aquele bairro! Não soubemos porque o carro estava lá, mas sua presença tida como “desajustada” continuou ressoando no ambiente. Mais tarde, Pedro Bala e João Grande chegaram para se apresentar no encontro, foi nosso primeiro contato. Lilica, que é amiga deles, apresentou-nos e eles comentaram terem ouvido alunos falando, em tom de deboche, que o carro do Barra Pesada estava na UFC devido ao encontro. A presença do carro do Barra Pesada, vinculado a territórios periféricos e estigmatizados pela violência, foi associada aos jovens do grupo, tendo sido ambos considerados destoantes do

espaço universitário.

Achinte (2017) afirma que o público de um espaço é permeado por imaginários e representações construídas, compondo-se de negações, afirmações e legitimações de acordo com lutas sociais e culturais. Ressalta que o público não é homogêneo, é composto por artistas múltiplos, que produzem territórios polifônicos, possibilitando uma variada gama de leituras e interpretações a depender de pontos de vista diversos. Essa pluralidade nos exigiria falar de “públicos”. No entanto, questiona: será que a cidade abarca esses “públicos”? Quem organiza, e sob que interesses, esses espaços para os “públicos”?

Na entrevista com Pedro Bala, ele diz que até fazer trabalho nos coletivos está difícil. Pergunto se é devido ao pessoal do coletivo e Pedro explica que são várias coisas, que, por exemplo, (Flávio) Bolsonaro, havia movido uma lei no Rio de Janeiro que proíbe artistas de rua de ganharem dinheiro nos metrô e ônibus, alegando que atrapalhava os passageiros. Pedro coloca “ele não anda nem de ônibus primeiramente, como é que uma pessoa que não anda de ônibus vai... entendeu?”.

Em seguida, ressalta as diferenças entre os bairros em Fortaleza. Diz que trabalha em um shopping de um bairro de classe média alta na cidade. Comenta que é “Outra cidade, outro país, é muito diferente, fi” (PEDRO BALA, 2019). Pedro Bala dá um exemplo: “os pivete lá das área, tipo...os pivete mesma idade, entendeu? Ainda sem muita perspectiva de, sei lá, às vezes sem nem o que ter pra levar pro colégio, se intera? Tem gente que vai comer numa garrafinha e tal” , enquanto no shopping em que trabalha “entrou um de 8 e um de 11, eles pediram lá os hambúrguer deles, comida lá e tal, num sei o quê e pa, terminou, o pivete levantou e... “ai, man, vou passar aqui no cartão e tal” . Pedro Bala se impressionou com ele já ter cartão e ter pago 100,00 de comida “Mermão o cara passou no cartão cento e pouco de comida, man, tendeu? E aí você vê essa desigualdade toda, man, você vê essa desigualdade toda.”

Sobre sua relação com a cidade, Pedro diz

Ei, é doido observar a cidade, mah... é doido observar a cidade assim... se intera?⁴⁴
O Centro da cidade é desigual pra caralho, véi, tal hora tu vê o pivete passando com a farda do 7 de Setembro ali e um do mesmo tamanho vendendo jujuba, se intera, dentro do cambão⁴⁵... então é bem desigual, man. A gente... pra mim é mei embaçado, se intera? Às vezes eu pego viagem, quero sair fora, quero ficar trancado, às vezes não saio de casa...(PEDRO BALA, 2019)

O espaço, além de físico, é uma construção histórica e social, em movimento e dinâmico, bem como as culturas, tradições e subjetividades. O público de um espaço não é

⁴⁴ “Se intera” é um gíria que corresponde a “entende?”, “entendeu?”

⁴⁵ Ônibus

constituído apenas por regulamentações do Estado, mas também por práticas sociais, encontros e experiências que se desenvolvem com ele. São lugares de comunicação, disputas, tensões, conflitos, negociações e conciliações de uma coletividade (ACHINTE, 2017).

Através do movimento hip hop e do coletivo juvenil que atua em seu bairro, Pedro Bala percebe hoje outras nuances da cidade, reinventando sua relação com ela.

(...) man, eu nunca fui bom na escola, em geografia, história, em nada, eu não conseguia entender. E hoje eu consigo entender tanta coisa, man, eu consigo entender a geografia do meu bairro, a geografia da minha cidade, onde tá, onde fica o quê, se intera? Consigo entender a história, consigo entender português, se intera? É bem... foi bem melhor, o rap foi um incentivo... o rap não, o hip hop, o coletivo... foi um incentivo, assim, pra mim, aprender a... como eu estudar o meu próprio território, educação popular e tal (PEDRO BALA, 2019).

Sobre o processo criativo de suas poesias, para Emanuel, também engloba suas vivências na cidade. Ele considera que não as escreve sozinho, produzindo a partir de seu cotidiano e no seu cotidiano

Porque eu ficava na minha e ficava prestando atenção no que o pessoal tava falando, e eu tentava guardar aquele diálogo pra depois colocar no papel e dar... fazer de uma forma diferente, e (...) tipo, a maioria das letras foi disso, a partir de conversas de 5 minutos ou conversa de calçada, trocando ideia com o trocador... ou [...] que tá na fila e tal... (...) (EMANUEL, 2019).

Para Achinte (2017), os espaços públicos são espaços de criatividade não somente em relação à produção artística. Referem-se, também, a práticas criativas que compõem as relações sociais, o emaranhado de relações propiciadas pela cidade em lugares de encontro, socialização, em seus conflitos e negociações. Para o autor, a cultura da vida social tem nos espaços públicos a possibilidade de recriação e ressignificação constantes, de integrar uma dinâmica de movimento e transformação.

Emanuel e Pedro Bala, em parceria com João Grande, apresentam suas poesias e músicas em espaços diversos da cidade, incluindo escolas, equipamentos culturais e transportes coletivos. A arte em espaços públicos, que pegam transeuntes desprevenidos, faz-nos perceber o espaço de outras maneiras, dando conotações diferentes para a cidade. Cria uma relação mais próxima da obra com os expectadores, desmistifica o processo de criação da arte e o coloca no cotidiano das pessoas (ACHINTE, 2017).

Diógenes (2019), observando corpos de juventudes e suas extensões com as cidades e lugares, considera que alguns corpos se manifestam como territórios em movimento. Tais corpos levam consigo seus bairros e ruas para onde vão. São corpos que transitam carregando signos do bairro, de gostos e preferências (DIÓGENES, 2011), que rompem os limites físico-geográfico dos bairros de periferia (DIÓGENES, 2008). “O território se institui como marca

que cada um carrega para onde vá, marca que cada um carrega dentro de si, cujo terreno cartográfico é, fundamentalmente, o corpo” (DIÓGENES, 2008, p.145).

Os deslocamentos que os jovens fizeram pela cidade descritos nas epígrafes desse trabalho e os que se deram na universidade e centro cultural Dragão do Mar, constituem-se formas de resistência por meio desse corpo-território. A ação de ocupar e se deslocar por diferentes espaços da cidade representam desmontes de “cálculos de dominação histórica e sócio espacial” (SILVA, 2019, p.105) . Por vezes, limitações como questões de ordem financeira e mobilidade urbana, bem como o racismo institucionalizado e as não raras abordagens da Polícia Militar ou Guarda Municipal, dificultam o acesso à vivência dos diversos espaços (SILVA, 2019), contudo, esses jovens subvertem a segregação socioespacial, ao se fazerem presentes com suas marcas e “corpos-territórios”.

Em movimento, corpo e território se entrelaçam (ADAD, 2011). Adad (2011) questiona se a concepção de cidade como território fixo e estabelecido não poderia, também, dizer respeito a um território que se locomove e se desloca, na medida que tais deslocamentos, vivências, andanças e experiências ocorrem nela. Em um contexto de territorialidade e movimento, as andanças atualizam os espaços da cidade com o próprio corpo. Como a cidade, o corpo se constitui de fragmentos, significados, tempos e memórias diversas (ADAD, 2011).

Para Guattari e Rolnik (1996), o território pode se referir tanto a um espaço vivido quanto a um sistema ao qual o sujeito se sente pertencido. É o conjunto de projetos e representações relativas a comportamentos, investimentos, tempos, espaços sociais, estéticos e culturais. O território pode se desterritorializar, conectar-se a outras linhas, modificar seu curso e até se destruir. A espécie humana está constantemente em movimento de desterritorialização, com os territórios originais se desfazendo.

Desterritorializar se relaciona à noção de “devir”. Segundo Deleuze (1992), todo mundo está tomado por um *devir minoritário*. Ele chama de *maioria* os modelos hegemônicos, balizadores da existência, enquanto a minoria se refere ao devir, à criação, ao processo. Vividas em diferentes planos, minoria e maioria coexistem. Tomando o minoritário como aquilo que se difere das hegemonias impostas, pode-se dizer que o devir é sempre minoritário e somos potencialmente minoritários, pois somos também constituídos por suas forças.

Pelbart (2017), ao questionar o que seria devir, coloca-o como dessubjetivação, visto que o devir levaria os indivíduos para além de suas identidades constituídas, produzindo devires imperceptíveis dos quais nasceriam multiplicidades de eus e subjetivações outras. (PELBART, 2017).

Em diálogo com Hardt e Negri (2005), que apontam a constituição de um devir

periférico, Lacaz; Lima e Heckert (2015) consideram os devires como pontos de passagem, como desvios que abalam a ordem hegemônica. Os diversos devires (devir-mulher, devir-criança, devir-periferia...) seriam potencializadores de processos de singularização da vida, atuando no deslocamento de estratos representativos da sociedade, que podem ou não compor esses jovens (LACAZ; LIMA; HECKERT, 2005).

Corpos de juventudes que buscam escapar ou desviar do que é considerado apropriado produzem, muitas vezes, modos de recriar, subverter e inventar o que se considera cidade. Tais segmentos juvenis.

pulam muros, rasuram aquilo que é avaliado como patrimônio público, sobem alto, gritam, crepitam, arranham, fazem estalar ruídos na paisagem sonora das cidades. Ocupam o que parece ser público e sinalizam que nem sempre o nome coincide com as coisas (DIÓGENES, 1999, p.266).

Segundo Diógenes (2019), mostrar-se e alardear presença implica em fazer ver o corpo, vitrinizá-lo na esfera pública. Em alguns momentos do grupo, Iel, Suarez e seu irmão Walter demonstraram expressar isto por meio da pixação e do graffiti.

Naquele percurso que fizemos até o terminal com Suarez e Walter, Walter me falava de como começou a se interessar pelo graffiti, explicando que era diferente de pixação, apesar de muitas pessoas ainda confundirem. Contou que a praça Santa Cecília é toda “dividida” pelos graffitis e pixações, não se intervém no espaço do outro, ficam demarcados e isso deve ser respeitado por quem vai grafitar e pixar. Enquanto andávamos, ele apontava para graffitis nas paredes e falava de grafiteiros que conhecia.

Para Diógenes e Chagas (2016), pensar na cidade contemporânea é visualizar também suas superfícies de escrita e apropriação simbólica. Com o graffiti compondo muros, o espaço atua como produtor de sentidos, quebrando a rotina "visual" da cidade, relacionada ao trabalho e produção. Já aquilo que foge ao domínio da leitura, signos que se desenham de modo reverso do alfabeto, são nomeados, no Brasil, de *pixação* (DIÓGENES E CHAGAS, 2016).

Ser visível, tornar-se visível, multiplicar infinitas vezes a mesma marca, efetuando um singular jogo de se mostrar e, concomitantemente, esconder-se; de comunicar-se e ao mesmo tempo embaralhar os códigos de decifração da escrita; tornar alto o grito das letras acoplado à ação um vazio de entendimento povoado de silêncio: eis o mote da pixação (DIÓGENES E CHAGAS, 2016, p.306).

Após a primeira oficina de vídeo, no momento do lanche, fiquei conversando com Suarez. Ele me contou que costumava pixar, mas que depois dos perigos que passou, deixou a pixação. Uma vez, quase levou tiros junto com os amigos. Contou que o que o motivava era a adrenalina, subir em lugares altos e pixar neles, o que nos remete às insurgências com o corpo,

expressões do hiper-realismo (VICENTIN, 2011, 2005) discutido alhures . Era interessante quando passava pelos lugares e via pixos que ele e os amigos fizeram. Perguntei “Como se vocês deixassem marcas, né?” e Suarez confirmou de forma enfática “Isso!”.

Na pesquisa feita por Diógenes e Chagas (2016), as narrativas dos pixadores demonstravam que a pixação girava mais em torno do ato de pixar, dos encontros promovidos por esta atividade, dos conflitos instaurados, da adrenalina mobilizada, não se centrando na necessidade de comunicar ou construir uma logicidade de sentidos. Elas alertam que isso não quer dizer que não haja significados nessa linguagem ou a instauração de códigos que se comunicam com leitores inscritos nesse campo (DIÓGENES E CHAGAS, 2016)..

Ao contrário, aqui se identifica um campo de letras emboladas que mais tentam rasgar, esgarçar e desconstruir um tipo de linguagem, do que mesmo tentar construí-la com os parâmetros da vontade de significação que perpassam as narrativas oficiais já pactuadas da língua. (DIÓGENES E CHAGAS, 2016, p. 309).

Na primeira oficina de graffiti, passamos o documentário “A Cidade Cinza”, que apresenta diversos depoimentos de grafiteiros de São Paulo sobre graffiti e suas significações, em meio à política da prefeitura de “apagar” algumas intervenções.



Figura 32: Brincadeiras com sombras no projetor antes de iniciarmos o documentário

Quando abrimos uma roda de conversa sobre o documentário, Suarez disse que lhe chamou a atenção os agentes da prefeitura apagando os muros que consideravam “feios” e deixando intactos o que para eles era “bonito”. Suarez afirmou “O feio pode simbolizar algo pra alguém”. Novamente trouxe que os pixos que fazia com os amigos eram marcas, assinaturas que deixavam nos lugares. Quanto mais alto o local pixado, maior o “status” do pixo. Contou também de quando foi pixar um triplex com os amigos. Os donos acordaram e eles correram, descendo o triplex pelos cobogós, para não “apanharem”.

Pixar pode se associar à conquista, vitória, desafio, superar obstáculos, uma

"emoção estética" (SOUZA, 2007, p.40). Buscar partilhar e eternizar o nome parece garantir que o corpo do pixador também não seja apagado. A ousadia, adrenalina e a sensação de perigo insere na cidade como convocação, não deixando se esvaír também a lembrança da aventura (DIÓGENES E CHAGAS, 2016). O pixo, como afirma Diógenes e Chagas (2016, p.309) “ emerge como um grito insistente que parece nada pretender dizer, como um tipo de agressão visual que se constitui entre brechas, entre espaços, entre paisagens”, é tido como “feio”, como algo que deprecia a cidade, devendo ser apagado, pois não se enquadra em uma estética “aceitável”.

Os termos grafitti e pixação surgiram oficialmente a partir da Lei dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural 9.605 no Artigo 65º, em 1998. Pixar, grafitar ou, de outras maneiras, interferir em monumentos urbanos era crime. Nessa época, juridicamente, não havia diferença entre esses termos e uma visão negativa atravessava ambas as expressões (CHAGAS, 2015).

Segundo Chagas (2015), com o passar das décadas, houve uma aproximação do grafitti com as artes plásticas, incorporando-lhe uma leitura estética que considerava variedades e qualidades no uso de cores e traços. Produziu-se todo um discurso que vinculava o grafitti a uma manifestação artística, considerada embelezadora da cidade, e a pixação a uma transgressão, algo que suja a imagem urbana. Ao longo dos anos, houve mudanças na legalidade do grafitti, tornando-o possível em um contexto artístico, enquanto a pixação continuou sendo condenada por lei (Lei 9.605 dada pela Lei 12.40874, de 2011).

A violência policial se faz comum nesse contexto. Iel e Suarez relataram que é comum a polícia pintá-los com spray de tinta e/ou bater neles com a caixa do spray. Relataram também que costumam tirar a peça do spray da caixa de tinta e colocar na boca para os policiais não pintá-los. Suarez contou que chegou a engolir uma vez, acidentalmente.

Sobre Walter, Suarez, que era bastante cuidadoso com o irmão, comentou “Dou graças a deus que ele [Walter] se interessou pelo grafitti [em vez da pixação]. Porque ainda vejo nele uma inocência, uma ingenuidade”. Afirmou que não dava para o irmão passar pelos perigos que ele passava. Assim, Suarez também diferenciava essas duas expressões, ressaltando uma (grafitti) como mais aceitável, mais adequada às normas sociais, e a outra (pixação) como sinônimo de perigo, de risco. Nas oficinas de grafitti que se seguiram, facilitadas pelos oficineiros, estes sempre enfatizavam o grafitti como prática e, além disso, que deveria sempre ser feito com autorização.

Silva (2013, p.21) endossa

Outrora visto como instrumento de protesto ou atividade marginal e ligado historicamente a populações de periferia, o graffiti é contemporaneamente incentivado por políticas públicas, vendido em galerias de arte, encomendado por comerciantes, empresários etc. Não apenas em Fortaleza como em outras cidades “grafitadas” tais como São Paulo, Nova York e Berlim. (SILVA, 2013, p.21).

Vista como poluição visual e algo indesejável para a cidade, a pixação parece ser atrelada exclusivamente a um certo segmento social, especificamente aos tais “humanos indireitos”, que, por vezes, parecem provocar esses mesmos sentimentos ao se inserirem no espaço urbano.

No entanto, disse Suarez no fim desta oficina

Como eu tava falando com Filipe, ele dizendo que não dava pra identificar quem pixa... E não dá mesmo! A gente numa reunião, o cara doutor da Unimed e disse que pixava. Tanto que assinou uma doação pra gente. Disse que não queria isso pro filho dele, mas, se ele gostasse, não ia proibir. O cara era doutor da Unimed! (SUAREZ, 2018).

Suarez demonstrava espanto por ter se deparado com alguém de outra idade e de classe média alta compartilhando o mesmo universo da pixação, aparentando uma desterritorialização quanto à condição de humano indireito vinculada ao ato de pixar .

Para além de linhas e assinaturas, "os pixos são espelhos extensivos do corpo" (DIÓGENES E CHAGAS, 2016, p.312). Ação corporal, assinatura do nome e desejo de eternizar o pixo demonstram a presença e importância do corporal no ato de pixar. Assim como o nome pixado, o ato de pixá-lo também é conservado (DIÓGENES E CHAGAS, 2016). "Quem "taca a marca" é o corpo, numa fusão de adrenalina, tinta e linguagem" (DIÓGENES; CHAGAS, 2016, p. 313).

Contudo, não pretendo buscar mensurar aqui o grau de re-existência/resistência (se é que é possível) e subversão dessas expressões (pixação e graffiti) e nem apontar uma como sendo mais subversiva que a outra. Tampouco afirmar que o graffiti não sofre mais repressão, preconceito e que esses dois primeiros fatores não estejam relacionados a questões de gênero, raça e classe.

Segundo Pereira (2010), há momentos em que essas duas manifestações se assemelham e outros em que se diferenciam. Ainda que em diversas ocasiões o graffiti tenha migrado para espaço institucionais, é na rua que um grafiteiro recebe reconhecimento como tal, sendo comum que continue saindo para grafitar nas ruas mesmo que já tenha alcançado destaque na mídia e em trabalhos comerciais (SILVA, 2013). Esta interação com a cidade proporciona ainda ressignificações e novas relações com o espaço, inclusive em relação às tensões do cotidiano, efeitos do fogo cruzado dos conflitos territoriais e com a polícia, como

trouxe Suarez

Eu conheço alguns grafiteiros. A gente pixava juntos. Éramos uma turma, e a maioria foi para o grafite depois. Fica até mais bonito, eles colorem tudo. Eles fizeram num muro na entrada da favela com “Sejam bem-vindos”. É muito bonito, deixa até o clima melhor, não fica aquele clima...(SUAREZ, 2018)

A pixação, graffiti e, aqui, insiro também os deslocamentos pela cidade, entre diferentes bairros e instituições (tais como bairro Benfica, Universidade e Centro Cultural Dragão do mar) podem ser vistos como dispositivos de resistência a poderes que sujeitam à “ordem urbana” (CHAGAS, 2015). O território se produz a partir do espaço, e essa produção se dá em meio a relações de poder. Ao se apropriar de um lugar, um grupo social cria fronteiras, sinais e marcas, de modo que o espaço seja visto e vivido (ADAD, 2011). Assim, ao passo que esses jovens produzem tais marcas de suas existências na cidade, “desmarcam”, desterritorializam limites geográficos e sociais que lhes são impostos.

6.2. Arte “para a gente existir” e “Bug na Matrix”: Arte como dispositivo de Re-existências e Singularizações juvenis

Meu coração é cheio de pássaros, por isso nunca me dei bem com gaiolas
Sérgio Vaz

Convidamos Emanuel e Pedro Bala para os eventos de abertura e encerramento do grupo. Os dois cumpriram medida de internação anos atrás e, durante o período da medida e após cumprirem, aproximaram-se da literatura e da música, incorporando-as em seus cotidianos de trabalho, de vida e de re-existência.

Até mesmo a escolha de nomes fictícios para a pesquisa, de ambos, relaciona-se à literatura. Emanuel escolheu este nome porque, segundo ele, “Emanuel “significa Deus entre nós e Deus é poesia. Quando a poesia transborda, ela transforma as pessoas. Assim como Deus, a poesia tá em todo lugar”.

Já Pedro escolheu o nome “Pedro Bala”, um dos capitães da areia do livro de Jorge Amado. Quando o entrevistei, Pedro segurava o livro “Capitães da Areia” e o exaltava, identificando-se com a história que leu. Como já mencionado na apresentação dos participantes da pesquisa na Linha 002, entrevistei Pedro Bala juntamente com seu parceiro musical João Grande.

Foucault (2010) propôs a noção de “estética da existência” para falar de um modo

de viver análogo a um modo de criação artística. O sujeito pode, assim, desenvolver uma estilística da existência, uma “vida artista”, que se constitui resistência ao poder. Segundo Branco (2008), Foucault faz questão de afirmar que a estética da existência não se trata de uma vocação pessoal de certos artistas. A estética da existência é um estilo de vida de alcance comunitário, consiste em uma afirmação de liberdade e criação, que se opõe a poderes hegemônicos. Em relação à arte, Foucault (1995b) indaga

o que me surpreende é que em nossa sociedade a arte esteja relacionada apenas aos objetos e nunca aos indivíduos e à vida; e, também, que a arte esteja num domínio especializado, o dos experts que são artistas. Mas a vida de todo indivíduo não é uma obra de arte? Por que uma mesa ou uma casa são objetos de arte, mas não as nossas vidas? (FOUCAULT, 1995b, p. 261).

A concepção de poder para Foucault (1979) é a de que este circula, funciona em cadeia, não sendo localizável e nem apropriado por algo ou alguém. O poder funciona e se exerce em rede, passando pelos indivíduos, que podem tanto exercer poder quanto sofrer sua ação, de modo que o poder não se aplica a eles, mas passa por eles.

Onde há poder, há resistência no sentido de que ela coexiste, é contemporânea a ele e não anterior. Para existir, é preciso que a resistência seja tão móvel, inventiva e produtiva quanto o poder. Não é como se resistência fosse uma substância face a face com o poder, sendo ele outra substância. O que ocorre é que se há relação de poder, há possibilidade de resistência (FOUCAULT, 1979).

(...) não há relações de poder sem resistências (...) estas são tão mais reais e eficazes, quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder; a resistência ao poder não tem que vir de fora para ser real, mas ela não é pega na armadilha porque ela é a compatriota do poder. Ela existe tanto mais quanto ela esteja ali onde está o poder; ela é, portanto, como ele, múltipla e integrável a estratégias globais (FOUCAULT, 2012, p.244).

Contudo, como afirma Silva (2019), além de resistir (ação comumente compreendida como reação), é preciso re-existir, inventar formas de existência cotidianamente. Achinte (2017) traz a arte e criação como modo de vida e estratégia de re-existências. Para o autor, o ato de criação consiste em se inventar durante a vida e nas condições que ela produz. A arte pode ser uma prática criativa na rota da decolonialidade, como ato de reflexão e enfrentamentos constantes, podendo contribuir para debates envolvendo exclusão, discriminação, violência e racismo. A criatividade pode ser algo que insurge, que interpela e problematiza estruturas estabelecidas, possibilitando o sujeito criador de afirmar seu lugar de enunciação, de acordo com suas condições sociais, étnicas, de gênero, de orientação sexual e políticas (ACHINTE, 2008). Aqui, pretendo discutir como, através da arte, esses jovens criam

e reinventam vida em seus cotidianos.

Emanuel conta que no centro socioeducativo, o qual ele se refere como FEBEM, conheceu um cara "a partir de uma música do Sabotage" (EMANUEL, 2019), e eles se comunicavam através da "linguagem do rap" (EMANUEL, 2019), das músicas. Ao sair de lá, passou a escutar Sabotage todo dia. Segundo ele,

aquelas palavras ficaram armazenadas dentro de mim, criando força e aumentando (...) até o momento em que eu comecei a questionar de que forma a palavra poderia ter praticidade no meu cotidiano. E tem uma faixa, que é a faixa "Cocaína", do Sabotage, que ele fala assim "o dicionário no bolso e a leitura de um livro é necessário" e meio que aquela frase me afetou e tal (...) (EMANUEL, 2019)

Assim como Emanuel, Pedro considera que iniciou contato maior com a arte por meio da leitura e que se deu dentro do centro socioeducativo, o qual também chama de "FEBEM". Lá, lia a Bíblia e, após sair, procurou outros livros e literaturas

... eu nunca tive muito contato com arte, pra ser sincero, assim, eu acho que eu tive um contato com arte, a capoeira, no começo, essas parada assim, gostava muito de jogar bola, gostava muito de rimar, rimava muito, mas eu nunca tive contato com arte, e... dentro da Febem eu aprendi a ler lendo a bíblia (...) comecei a ler, lendo a Bíblia assim e tal, era o único livro que tinha lá (...). Quando eu saí foi que eu procurei outros livros e... encontrei outras literaturas, se intera? E aí aprendi a ler, man e comecei desenvolver melhor a minha dicção, se intera? O meu lírico também, o que falar nas minhas letras (PEDRO BALA, 2019)

Ao sair do centro, Emanuel ouviu músicas do grupo de rap Facção Central e assistiu vídeos do vocalista e compositor Eduardo. Nos vídeos, Eduardo aparecia com o livro "A guerra não declarada na visão de um favelado" e falava da "leitura como potencial transformador" (sic). Emanuel se surpreendeu, pois segundo ele, "não existe essa cultura dentro da favela, essa parada de ler e tal (...)". Prossegue dizendo

Porque lá na favela, se você tá se divertindo você é playboy. Se você tá tendo um lazer, você é playboy. Se você tem um pai e uma mãe, você é playboy. Se você tem roupas boas, você é playboy. E... se você falar bonito você é playboy, se você ler, tiver livro, você é playboy... né? Tipo, a gente tem estigma que tudo de ruim, de miserável, de maldito é pra nós e tudo que é bom, de lazer, é pros playboy. Só que quando eu comecei a... a ver referenciais de escritores favelados, artistas favelados, atores favelados, eu meio que comecei a desmistificar isso, se liga? Por exemplo, eu não gostava de teatro porque achava que teatro era de playboy, só via playboy consumindo. Mas quando eu comecei a ver outras pessoas que eram de favela no teatro, eu falei "ah, então favelado também pode" (EMANUEL, 2019).

Emanuel fala sobre a aproximação da leitura, passando a apreciá-la após conhecer o escritor Férrez:

(...) eu achava leitura chato pra caralho, "não, man, leitura é chato pra caralho", desde a escola leitura é chato, porque a leitura não é passada pra gente como um hábito

gostoso, se liga, um hábito de prazer ou de transformação, é uma parada meio que obrigatória que é só pra, tá ligado, né, uma parada fabril. E... eu tinha encontrado um cara que se chama Ferréz, ele é escritor favelado, que ele veio de favela, eu comecei a ler, e ele escrevia no código de linguagem da favela, na gíria da favela e tal, e daí eu comecei a me instigar na leitura, comecei a me instigar na leitura, comecei a ler e ficava comendo livro, comendo livro (...) (EMANUEL, 2019).

A distinção entre “playboy” e “favelado” remete a noções já expostas aqui, tais como diferenciação entre cidadãos semelhantes e não semelhantes debatida por Mbembe (2017a), onde prepondera o fator racial na produção da figura do “inimigo”, ao racismo de estado explicitado por Foucault (2015), que se refere a um corte na sociedade distinguindo os indivíduos que *merecem viver* dos que *devem morrer* para que os primeiros vivam melhor, às vidas dignas e aos indignos de vida (ZACCONE, 2016). Ainda que Emanuel não esteja falando da morte física propriamente dita, “tudo que é de ruim, de miserável, de maldito” parece estar reservado aos “favelados”, aspectos que inviabilizam a produção de vida (BARROS, 2019), enquanto “tudo que é bom, de lazer, é pros playboy”.

. Deparar-se apenas com “playboy” (sic) indo ao teatro, lendo livros e tendo acesso à cultura faz com este universo aparente ser restrito a uma certa classe social, como se esses espaços não pudessem pertencer a uma diversidade de pessoas. Referenciais de artistas e escritores favelados, ainda que diante de todas as dificuldades de visibilidade e legitimação de suas produções, parecem ter ampliado, para Emanuel, o leque de possibilidades das formas de ser e estar no mundo. “Ah, então favelado também pode!”. (sic). Assim como Pedro Bala, que relata que teve muito acesso à leitura devido a um coletivo juvenil que atua em seu bairro. João Grande diz “Acho que foi o que mudou nossa cabeça” e Pedro afirma “Foi o que muito mudou nossa cabeça, assim”. Contam que suas influências musicais são Nego Célio, Jardson Remido e Caio Plock.

Emanuel diz que é nos lugares de prostituição, nas bocas de fumo, nas “Febem”, nos “espaços onde o Uber cancela” que a transformação vai vir, a partir da palavra. Diz que devemos visitar, participar e construir nesses espaços. Diz que a palavra é como bala perdida. No caso da bala perdida, o lugar é errado e a hora errada, mas na palavra é o lugar certo e a hora certa, pode chegar no lugar certo e na pessoa certa. Conta de uma vez que estava se apresentando e uma pessoa chegou para falar com ele no final.

aí um cara falou assim “ei, irmão, é...muito obrigado e tal pelas tuas palavras e tal, só que eu não tava lá, eu tava lá do outro lado, mas eu vi tu falando e quando... através da tua fala eu fui lá, me aproximei e me concentrei, tipo, obrigado, mano, teve aquela ideia que tu falou aquela palavra ficou em mim e...” só agradeceu, se liga? E é sempre isso, man, a palavra, às vezes tu acha que ela vai chegar pra uma pessoa, man, tipo, que nem agora que eu tô falando aqui, é... relativamente não vai precisar pra vocês, se liga? Mas quando vocês colocar isso aqui em outra plataforma, uma plataforma na

escrita, ou a plataforma tipo no áudio-visual, se liga? Essas palavras vão chegar nas margens, man, e vai ser exatamente, se liga? É... vai chegar pra quem tem que chegar, não é pra vocês, se liga? Mas a partir do momento que vocês colocarem isso aqui em outra plataforma, vai chegar na hora certa, se liga? É.. no lugar certo, pra pessoa certa, man. É no que eu acredito, da mesma forma que tem o lance da bala... da bala perdida, ou do lance do... é... lugar errado, hora errada, se intera? tem o lugar certo, se intera? e a hora certa, e eu acredito que a palavra é isso (EMANUEL, 2019).

Emanuel parece falar da arte e da “palavra” como elementos que reverberam. Pedro diz que acredita na “conscientização” de, por exemplo, entrar no ônibus, recitar uma poesia e “a galera se inteirar”. João Grande complementa “Tocar ali no sentimento, tocar no peito, no coração, ali além do corpo, né.” Pedro Bala fala que no ônibus tem mãe, tem pessoas de diversas áreas e lugares. Seguindo a metáfora da “bala perdida” (mas “no lugar certo pra pessoa certa” (sic)), a “palavra” pode chegar de surpresa e fazer sentido para quem se apropria delas. Tal como para Emanuel, para o rapaz que lhe ouviu no sarau e para Pedro Bala, em um dos momentos difíceis pelo qual passou no centro socioeducativo. Sobre este, em um momento da entrevista, Pedro Bala se dirige a mim e diz “sabe uma coisa que eu tenho que falar pra tu?” e fala sobre um dos elementos que lhe incentivaram a leitura. Conta que esteve na “tranca⁴⁶” do centro socioeducativo e “eu vi um... um negócio na parede...”. Explica que era uma poesia “Meu coração é cheio de pássaros e eu nunca me dei bem com gaiolas”. Quando saiu do centro, pesquisou e viu que era uma poesia de Sérgio Vaz⁴⁷. Assim como Emanuel, refere-se à poesia dele como “a palavra”. Fala que conheceu “A palavra dele” (...) e começou “a ver as poesia dele e tal, e uma das poesia... e essa que tava lá na parede era dele, man...” (PEDRO BALA, 2019). Curioso paradoxo que em um local escuro, duro e árido como a “tranca”, Pedro Bala encontra, como “bala perdida”, poesia e é tocado por ela.

Emanuel resiste e re-existe, também, não abdicando do modo que vive, age e fala

⁴⁶ Segundo Fórum DCA (2017, p.43-44), “a “tranca” consistia no primeiro recurso institucional a ser utilizado por socioeducadores ou diretores em casos de suposta transgressão disciplinar. Além do isolamento, a “tranca” representava uma forma de castigo e de tratamento desumano e degradante por ser o local mais insalubre e inadequado de custódia de cada unidade. Sempre foi comum verificar que para os adolescentes colocados na “tranca” não havia colchão, lençol, toalha, escova de dente e qualquer outro insumo básico, além da restrição a qualquer atividade e atendimento pedagógico. Desde o início da incidência do Fórum DCA na política de atendimento socioeducativo do Ceará, a abolição da “tranca” e de qualquer forma de isolamento como sanção disciplinar foi pautada como medida urgente e prioritária. Depois de reiteradas denúncias, recomendações e pressão interinstitucional para a abolição dessa prática, foi editada pela Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), então órgão gestor do atendimento socioeducativo de meio fechado do Ceará, a Portaria N° 253/2015, que vedava a aplicação de sanção disciplinar de isolamento a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação e de semiliberdade. Como se não bastasse, o Regimento Interno das Unidades Socioeducativas do Estado do Ceará, também publicado em 2015, estabeleceu regulamento disciplinar nos termos da Lei 12.594/2012 e vedou também a prática do isolamento como forma de sanção disciplinar. As visitas regulares do Fórum DCA às unidades de internação constataram que, mesmo após a publicação da Portaria n° 253/2015, diretores e socioeducadores continuaram utilizando a “tranca” como sanção disciplinar. O relato comum dos socioeducadores e diretores era de que sem a utilização da “tranca” não seria mais possível garantir a “disciplina” e a “ordem” nas unidades.”

⁴⁷ Poeta brasileiro, também da periferia. Atualmente, realiza diversas ações envolvendo poesia nas comunidades.

em busca do que seria visto como mais “adequado” para a sociedade. Exemplifica isto com suas idas à Universidade. Quando é chamado para participar de alguma mesa redonda, gosta de se vestir como se veste no seu dia a dia (bermuda, chinela, camisa larga etc). Comenta “eu acho massa porque sempre que eu vou entrar, tipo, eu sempre sofro uma violência simbólica, se liga?” (EMANUEL, 2019). Conta que foi convidado para participar de uma mesa em uma das Universidades da cidade e, quando entrou na sala, as pessoas lhe olharam assustadas e com estranhamento. Emanuel disse “E aí, se apavorou e tal com o estereótipo de ladrão, foi?” Falei desse jeito que eu tô falando aqui, “Se apavorou e tal só porque eu não tô vestido que nem os amigo de vocês playboy, né?”. As pessoas responderam que é porque estavam cansadas, mas Emanuel não se convenceu. Conta que quando iniciou a mesa, percebeu as expressões de surpresa desses alunos(as) quando viram que era ele quem estava à frente, ajudando-lhes a dar ponto para a disciplina da faculdade, “(...) e isso é um bug, man, se liga? Tipo... como é que tipo o cara que eu achei que ia fazer merda, o cara tá me ajudando pra dar ponto no bagui, se liga?” (EMANUEL, 2019). Também faz questão de não abdicar do modo como fala

até o modo que a gente fala, o modo que a gente veste é político pra caralho, né, man, tipo.. sempre que eu tô falando nesses canto elitista ou um canto que a gente não seja contemplado, a gente, é... gosta de esfaquear a linguagem, se liga? do playboy, porque eu jamais vou suicidar meu código de linguagem pra poder me padronizar em termos técnicos e acadêmicos, se liga? pro pessoal conseguir assimilar e anotar lá, se liga? (EMANUEL)

Fala sobre como essa falar gírias dentro da Universidade

gente que é de favela e tá aqui na UFC, quando vai falar alguma gíria, os playboy sempre ri, porque sempre acha cômico, sempre acha engraçado, exótico, se liga? Tirar sarro e tal, só que a nossa linguagem não é cômica, a nossa linguagem ela é científica, tem viscera, tipo, tem sentido, tem sentido de falar “é pedo”, se liga? (EMANUEL, 2019)

Explica da onde vem as expressões “pedo”⁴⁸ e “sal”⁴⁹ e fala que não se deve esconder essa linguagem e nem ter vergonha dela. Comenta que da mesma forma que se pesquisa uma palavra dita por alguém elitizado, ou se vai atrás para saber o contexto do que se está falando, a linguagem da favela também deve ser levada em consideração. Segundo ele, esses modos de estar no mundo (tanto na forma de presença quanto na forma de linguagem) devem estar em “disputa”.

Emanuel não nega o pertencimento à periferia. Suas experiências permitem com

⁴⁸ “Pedo” se refere à negação. Segundo Emanuel (2019), “pedo foi uma linguagem criada dentro da cela pros agente penitenciário não saber o que é pedo, se liga? E Pedo tem uma ligação, porque Pedro negou Cristo três vezes”.

⁴⁹ Corresponde a “bom”, “vai dar certo”.

que ele reinvente formas de ver, ser a periferia e se posicionar como um sujeito periférico. Diante da seguinte frase de Galeano "“é preciso conhecer a sua realidade para poder transformá-la”, Emanuel decidiu que queria "levar a sério a leitura' (sic) e começou a ler sobre a estrutura histórica em que vivemos, instituições, escolas, hospitais. semelhanças entre essas instituições. Contudo, passou a sentir a necessidade de expressar o que vinha lendo

só que cada vez que eu lia, tipo, eu não queria que fosse tipo uma parada de passar tempo... eu sempre tava “ei, man eu trouxe isso pra dentro de mim, mas num posso deixar essa porra presa dentro de mim”. Como é que, tipo, eu devolvesse, assim, mas não da forma que eu peguei, se liga? “Como é que eu devolvo isso aqui?” e... eu, “ah, man, eu vou tentar escrever” (EMANUEL, 2019).

Resolveu escrever rap, mas considerando que o rap fala do "óbvio", Emanuel queria falar desse óbvio de forma diferente "Só que como é que vai falar do óbvio de uma forma diferente? Tá todo mundo falando da mesma coisa, mas como é que você vai falar da mesma coisa de uma forma diferente?" (EMANUEL, 2019).

Com a ideia de querer fazer uma "poesia diferente", visto que permanecia o questionamento "todo mundo tá fazendo poesia, como é que eu ia fazer já?" (sic), Emanuel conta que resolveu usar a poesia para subverter esterótipos do "bandido", do "violento"

aí eu peguei todos esses estereótipos, man, de bandido, de violência, de opaco, de agressivo e tal... de criminoso e tentei pegar esse estereótipo pra tentar subverter. né, tipo o lance lá da camisa amarrada na cara, o livro, é... intimidação do olhar através da sugestão e tal (...) - (EMANUEL, 2019).

Emanuel cria uma situação de “quebra de expectativa”, como ele mesmo diz, e de deslocamento. Utiliza-se do “estereótipo de bandido” (bermuda larga, camisa amarrada no rosto) e, de acordo com o mesmo estereótipo, sugerindo que irá sacar uma arma da bermuda, tira, na verdade, um livro. Relata que passou a ter a necessidade de praticar “a poesia de um jeito diferente” em coletivo, ressaltando que “o momento perfeito” (sic) foi o da ocupação das escolas estaduais⁵⁰. Disse que havia dois problemas durante a ocupação: Difamação da mídia em relação aos ocupantes (a mídia divulgava deturpadamente que xs alunxs estavam depredando a escola e "fazendo arruaça") e a falta de comida/mantimentos. "Aí “caralho, man, como é que a gente vai resolver essas duas coisa?” tipo assim, “tão maiando a gente em rede nacional e a gente ainda tá morrendo de fome” (EMANUEL, 2019).

⁵⁰ “Os desdobramentos das jornadas de junho de 2013 somados, principalmente, às ocupações dos secundaristas em mais de 175 escolas no estado do Ceará em 2016 e mais de mil escolas públicas em todo o País (2015-2016) contribuíram para a capilaridade e, inclusive, surgimento de novas práticas de resistências juvenis em Fortaleza: saraus, slams, bailes de reggae, rolezinhos e batalhas de MCs (...) A ocupação das escolas foi um dos principais espaços de debates, re-existências e insurreição das juventudes envolvidas” (SILVA, 2019, p.40-41).

Combinaram um ato: 8h no terminal da Messejana. Um grupo de estudantes foi para lá, distribuiu-se em locais estratégicos do terminal, Emanuel apareceu com uma camisa no rosto, atravessando a plataforma e, em um movimento de que iria puxar algo, colocou a mão na calça. As pessoas do terminal se assustaram, acreditando que seria uma arma. Estudantes que estavam nos locais estratégicos apareceram com cartazes. Emanuel tirou, em vez de uma arma, um livro, recitou uma poesia e declarou que eram estudantes, estavam ocupando a escola e que, diferente do que a mídia estava falando, o que queriam era melhorias na educação.

E... nessa hora a gente entendeu que tava valendo a pena porque meio que umas senhoras começaram a se manifestar, né, chorando, dizendo que o filho dela estudava nessa escola, que ele falava que... e ela se emocionou, dizendo que acreditava na gente e depois a gente pediu uma ajuda. A gente conseguiu o dinheiro da janta e o dinheiro da merenda do próximo dia (...) (EMANUEL, 2019).

Peço para Emanuel falar mais sobre as ações que já fez nos espaços da cidade e como se sente. Emanuel exemplifica que, para ir até Universidade fazer esta entrevista, acabou pulando a catraca e complementa “e mais uma vez eu usei a fala, se liga? . Relata que, após pular a catraca do terminal e pegar o ônibus, pensou que não tinha dinheiro, mas que poderia ter naquele momento.

Aí eu peguei, pedi pro cara segurar o livro e comecei a recitar poesia. E... recitei a poesia, quebrei expectativa, quebrei perspectiva, quebrei preconceito... tá ligado, né, man, às vezes o ônibus tá lotado mas o preconceito e o medo ocupa mais espaço. Espaço pra caralho e tal, só de entrar você já sente a atmosfera. Só que eu gosto disso, né, eu gosto exatamente desses símbolos, desse estereótipo que tá mandando pra gente, a gente quebra essa porra, transforma em um mosaico e devolve pra eles da forma totalmente diferente que ele deu pra nós, se liga? E é exatamente isso, a parada da palavra. E... a gente chega mais ou menos assim, tipo entra no ônibus aí já fica tenso, você já sente na atmosfera já, “ó todo mundo aí com a mão pro alto, certo? Isso aqui é um abraço e quem reagir é poesia a queima roupa, pois eu ando fortemente amado pela minha mãezinha e pela minha coroa, avisa lá pra polícia que eu vou ensinar pra ela o que é apologia com diploma na cintura, formado em filosofia, incitando educação na mente das criancinhas” aí vou recitando e tal e depois eu peço a contribuição, aí pra quebrar o gelo eu falo assim “ei, pessoal, desculpa aí minha voz de sequestrador, certo? Mas meu coração é de neném” e tal, só pra quebrar o gelo, aí eu consigo dinheiro, quebra perspectiva, quebra o gelo, se liga? (EMANUEL, 2019)

Ressalta que gosta de fazê-las em lugares “inusitados” (sic), locais de rotina. Eu comento “esses cantos de rotina, né, como tu falou, as pessoas tão aqui vivendo, aí, de repente, surge uma coisa que desloca ali, né? Que soa diferente”. Emanuel responde “um “bugzinho da matrix”, tá ligado, né?”, referindo-se a esses deslocamentos.

Essas ações me parecem semelhantes à noção de “ações performativas”, trabalhada por Eleonora Fabião (2009). Segunda a autora, a potência da performance é desabituar, desmecanizar, desestabilizar o estabelecido, experimentar as diversas dissonâncias que podem

advir de uma situação. Inspirada no texto “Como Criar Para Si Um Corpo Sem Órgãos” de Deleuze e Guattari, ela chama ações performativas de “programas”, que são ativadores da experiência. Um programa se trata de uma ação calculada, trabalhada conceitualmente, que se aproxima do improvisacional apenas pelo fato de não haver ensaio prévio. O programa do performer desprograma o organismo e o meio. Sobre a expressão “Bugzinho da Matrix”, de Emanuel: “Bug” consiste em falha, erro em código de programa (DICIO online, 2019). “Matrix” diz respeito a uma construção artificial da realidade, uma realidade programada (CAETANO, 2017). Durante a entrevista, quando Emanuel fala de “Bugzinho na Matrix” e “Bug na Matrix”, aparenta se referir à desprogramação do que é naturalizado, a deslocamentos e desterritorializações

A performance representa um referencial dialógico fascinante (no mínimo uma pedra no sapato que nos faz parar, descalçar, sacudir, e voltar a caminhar com novas percepções do pé, do terreno em que se pisa, do calçado que se escolhe usar ou que se pode comprar, ou seja, das relações entre corpo, objeto e meio). Um performer não apenas coloca propositalmente pedras em seu sapato, mas usa sapatos de pedra para que outros fluxos e outras maneiras de percepção e relação possam circular (FABIÃO, 2009, p.242-243)

A performance propõe ao expectador uma experiência de criação de significado. O intuito não é necessariamente levar à compreensão de algo. A proposta é que, por meio dessa experiência, conteúdos sejam elaborados “A cena-não-cena lança o espectador em um “drama” cru, o da relação com o performer, a performance, o consigo, os outros, o espaço e o contexto histórico.” (FABIÃO, 2009, p. 243).

Silva (2009), em seu estudo etnográfico de práticas de re-existências poéticas dos e das poetas das periferias de Fortaleza, afirma que no final da década de 2000 foi aprovado pela Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR) o projeto “Viagens Poéticas”, criado por poetas do Templo da Poesia, por meio de edital das artes de 2010. Esses poetas, que não recebiam contribuições dos passageiros e nem as pediam, tinham a ideia de apresentar poesias, poemas e intervenções, dentro dos ônibus e terminais de Fortaleza, além da proposta de fixar quatro mil adesivos com poemas de poetas da cidade. Na época das ocupações das escolas em 2016, alguns poetas, partindo da necessidade de arrecadar recursos para compra de alimentação e higiene para os ocupantes, decidiram recitar poesias dentro dos ônibus da cidade de Fortaleza, pedindo contribuições aos passageiros.

Existem cerca de 80 “poetas de ônibus” pela cidade e região metropolitana de Fortaleza, muitos sobrevivendo financeiramente através das contribuições que recebem nos ônibus. Esses e essas poetas se apresentam como em um teatro de rua, quebrando o silêncio da

viagem, chamando a atenção para temáticas diversas e relatando experiências vividas (SILVA, 2019).

Com suas apresentações no ônibus, Emanuel conseguiu arrecadar dinheiro para pagar contas e fez “contatos”, recebeu convites para se apresentar em escolas. Relata que principalmente os vendedores ambulantes estranham, perguntam o que ele vende no ônibus

Aí eu sempre tô brincando, “ei, man, eu vendo pó, se quiser...” “Como é, man, tu vende pó?” “É, man, eu vendo pó... poesia, se quiser tá tendo e tal” Aí os caras, tipo, fica bolado, porque, tipo, eu não apresento nada materialmente, man, aí até isso pro capitalismo é um “bug”, se liga? Porque o capitalismo sempre tá trabalhando com isso, com fetiche pra depois corporificar esse fetiche e transformar num produto, pra que eu possa te apresentar e tu compre, se liga? (EMANUEL, 2019)

Vendedores ambulantes também tem os transportes coletivos como espaços de trabalho e, neles, oferecem produtos diversos (acessórios, cosméticos, aperitivos, etc). Muitos fazem discursos religiosos cristãos, relatos de abstinência de substâncias e propagandas de comunidades terapêuticas evangélicas (SILVA, 2019). Há também o que Silva (2019) nomeia de “vendedores precários de busão”, que são aqueles que pedem contribuições aos passageiros para alcançarem uma certa cota e conseguirem comprar bombons, pastilhas e amendoins, vendendo-os posteriormente. A poesia no busão se distingue e se aproxima desses vendedores. Aproxima-se por ser um emprego para muitos e se distingue por se tratar de um “trabalho imaterial afetivo” (SILVA, 2019, p.161). Como diz Emanuel, “eu não tenho essa parada, tipo, de material, assim, minha parada é sempre abstrata, é átomo, é sentimento, tu tá ligada, né?”.

Pedro Bala e João Grande também apresentam poesias dentro do ônibus e, assim como Emanuel, de um modo que surpreende, desterritorializa os passageiros. João Grande conta que é sempre uma tensão. Que veem quem está presente e quando irão anunciar. Os dois explicam que entram no ônibus, um deles grita “ataaaaaaque” e o outro completa “poéetico”. Poetas de “busão” agem sob um efeito surpresa e muitos passageiros são tomados por “medo” ou “terror”, sob a expectativa de um assalto ou queima de ônibus provocada por facções (SILVA, 2019). Pedro diz que já aconteceu de gritar “ataque” e um passageiro correr enquanto a porta estava aberta, mas salienta que a intenção não é a de “amedrontar”. Assim como Emanuel, utilizam o estereótipo e o subvertem, desterritorializando

E isso não é porque a gente queira amedrontar todo mundo, entendeu... É um ataque poético, entendeu, a gente vai atacar o cambão realmente... de forma poética, só que é o reflexo, né, man, o reflexo da nossa cidade é esse, então quando você entra num cambão e grita “ataque”, é o reflexo, todo mundo vai ficar com medo, vete, todo mundo vai ficar com medo (PEDRO BALA, 2019)

Silva (2010) afirma que através das intervenções poéticas, poetas de busão

ressignificam e produzem sentidos aos transportes coletivos. Recitando poemas com temas que abordam a favela, o racismo, a violência policial e homofobia “denunciam, por meio da performance e do inesperado, a construção midiática e social do perfil bandido, perigoso, ignorante atribuídos a determinados sujeitos” (SILVA, 2019, p.157). Segundo o mesmo autor, “A potência das sobrevivências dos e das poetas de busão passa pelo desejo de desmontar os estigmas socialmente cristalizados” (SILVA, 2019, p.160).

Sendo uma interação falada, alguns poetas de busão estabelecem fluxos de fala que também podem envolver riscos. Alguns poetas narram casos de insulto e revolta dos passageiros (SILVA, 2019). Perguntei a Pedro Bala e João Grande se já haviam tido uma experiência complicada e responderam já aconteceu de ter um policial e um ex cobrador de ônibus de acusarem “ei, man, cês tão defendendo vagabundo”, além de, uma vez, ter ocorrido uma discussão dentro do ônibus. Os passageiros disseram que eles que estavam “defendendo bandido”, João Grande disse que “ficou um negócio de a galera chamar a gente de... esquerda e direita, esquerda e direita...”. Outras pessoas, como uma professora, defenderam-lhes. Pedro Bala disse que começou uma “guerra política” “parecia Clássico Rei, Fortaleza e Ceará...”

aí tal hora quando o cana falou num sei o quê, aí ficava uma galera falando num sei o quê. “Lula livre!” e tal, pá, aí tipo, começou a guerra política, man, parecia Clássico Rei, Fortaleza e Ceará... “Lula livre!” no busão e nós... (PEDRO BALA, 2019).

João Grande explica que, no final de suas ações, falam “ó, quem tiver sentido a poesia, se quiser dar um abraço, um sorriso, pra nós já vale muito...” aí tem galera que simplesmente só pega a visão mesmo e dá uma ideia assim pra nós que nós já fica muito grato, né...” (sic). Arrisco dizer que a poesia de busão se aproxima de ações performativas e, assim como ela, embora os poetas de busão saibam previamente o que irão fazer e falar, há o toque do imprevisível, que singulariza cada experiência (SILVA, 2019). Tanto João Grande quanto Pedro Bala falaram que coisas ruins que acontecem neste percurso, mas muitas coisas boas também. Pedro Bala relata

O cambão é gratificante, é muito gratificante você recitar uma poesia pra uma pivet... uma vez uma pivetada tava indo pra escola, man, aí quando a gente desceu “ei, man, caralho, como eu posso achar vocês?” e tal...(...)Foi massa esse dia. É muito bom o cambão, man, apesar dos pesares (...) (PEDRO BALA, 2019)

Para Hinkel; Maheirie (2018), buscando compreender as relações entre rap, apropriação da cidade e (re)invenção do sujeito, os modos como esses jovens são afetados e/ou buscam afetar outros parece ser um elemento comum, mesmo que os discursos sejam diversos. Estes são vivos, não obedecem a uma fixidez, sendo constituídos de acordo como tais jovens se

relacionam afetivamente com a cidade. Para Silva (2019, p.160)

O ato de circular pela Cidade com a poesia dentro dos ônibus, na condição de poeta de lugar nenhum e de todos os lugares, abre possibilidades de ocupar espaços na mente alheia, o itinerário pode estar fechado, mas os afetos estão abertos. A “descolonização” começa de dentro para fora (SILVA, 2019, p.160)

As palavras que usam, além de formas de expressão, indicam seus modos de viver e à medida que relatam seus cotidianos também os reelaboram (HINKEL; MAHEIRIE, 2018). Emanuel conta que, por vezes, quando está com raiva ou angustiado, decide entrar no ônibus e recitar poesias que cria, como um modo de extravasar e ressignificar o que sente.

(...) eu escolho uma poesia que escrevi ou que eu criei de acordo com a proporção do sentimento, da emoção que eu tô sentindo, se liga? “Ei, man, eu tenho uma poesia pra essa emoção aqui e tal” E eu solto, e a partir do momento que eu solto, man, quando eu saio do ônibus eu já tô totalmente de boas, se liga? Consegui meio que descarregar toda aquela emoção através de uma poesia, se liga? (...) (EMANUEL).

Experiências no sistema socioeducativo também foram reelaboradas, tanto para Emanuel quanto para um dos socioeducadores com quem conviveu. Em 2017, Emanuel recebera convite para participar de um grande evento na cidade sobre literatura, o que o deixou muito alegre. Próximo ao dia do evento, Emanuel encontra no terminal um educador social do centro socioeducativo em que esteve, que, segundo ele, “é uma espécie de agente penitenciário, né, de FEBEM e tal (...)”. Emanuel explica “É a cultura, né, de quem tá nesses espaços de FEBEM e tal, é assim: se eu sou interno e tu tá com um cadeado, se eu me bater contigo na liberta, se tu tiver me oprimido, vai ser sal pra tu⁵¹. (EMANUEL, 2019)

Emanuel disse que ele e seu P. tinham uma boa relação, mas, mesmo assim, seu P pareceu receoso ao encontrá-lo. Emanuel comenta que é a “psicose” e “paranóia” que o próprio Estado constrói. Emanuel chegou lhe cumprimentando

“e aí, seu P.! Ó o seu P., e aí, tá roxada, né?”. Aí ele ficou assim... ei, man, quem é tu?” “Sou eu, seu P., o [...], se lembra de mim não?”, “[...], man, tá diferente, tá grande, man, o quê que tu tá fazendo?” e tal. “Eu? Eu tô vendendo pó”, aí ele ficou olhando assim pra mim e tal... “Pó?”, “é, man, poesia, poema, prosa, verso e literatura” (EMANUEL, 2019).

Comecei a rir e Emanuel disse “Aí ele riu que nem tu, só que depois ele, tipo, deu pra ver que ele tava rindo aliviado, se liga?”. Logo após, Emanuel convida seu P. para vê-lo na Bienal e pede os telefones de dois outros “agentes” (sic) a fim de chamá-los também. Os três foram assisti-lo e ainda levaram cinco jovens que estavam cumprindo L.A. Antes desse

⁵¹ “Vai ser sal”, assim como “sal”, comumente corresponde a algo positivo, um “vai dar certo”. Aqui, Emanuel a expressa no sentido semelhante a um “vai acontecer”, de modo negativo.

encontro, Emanuel conta que nunca havia pensado algo assim aconteceria e que houve uma ressignificação de relações

se liga, eu nunca pensei nisso, pensava que ia morrer com 16 ano. Só que quando eu vi o cara ali, man, aí meio que rolou um filme na minha cabeça, se liga? Como se tivesse tipo dando um bug na Matrix, porque tipo, o cara que tava lá quase todo dia, man, colocando cadeado, botando ferrolho na minha cara e saindo fora, o cara tava tipo sentado, do outro lado na cadeira, assistindo eu falando sobre educação, se liga? E tipo, isso foi transformador tanto pra mim quanto pra eles, que a gente acaba ressignificando, né, essa relação de domínio, de interno, de cara que tem o poder da chave e tal (...) (EMANUEL, 2019).

Guatarri; Rolnik (2013) chamam as resistências às tentativas de controle social, que se constituem como processos de diferenciação, de “revolução molecular”. A revolução molecular produz processos de *singularização*, que dizem respeito às relações de criação, expressão e reapropriação de modos de subjetivação capitalísticos e seus assujeitamentos, tais quais as representações fixadas de “interno” e “agente”, que foram desestabilizadas, como “bug na matrix”, ampliando-se territórios existenciais. A relação de Emanuel e Pedro Bala com a poesia e o rap produzem “condições não só de uma vida coletiva, mas também da encarnação da vida para si próprio, tanto no campo material quanto no campo subjetivo” (GUATARRI; ROLNIK, 2013, p.55), acarretando em “um processo de percepção e de sensibilidade inteiramente novo” (GUATARRI; ROLNIK, 2013, p.56).

Sobre adentrar em territórios, Emanuel diz que leva sempre um livro na mão, caso membros de alguma facção ou policiais lhe abordem, contando que no Rio de Janeiro circulava por diversos bairros, por identificarem que ele fazia parte de projeto social. Em relação à polícia, “já chegou a ponto de um policial ser de boa comigo só porque ele viu que eu tava com vários livros e tal, se liga? que, tipo, já abalou o imaginário dele, né, man, ele imaginou que eu tava com outras coisas e tal” (EMANUEL, 2019). Relata que vários amigos seus dizem que se sentem desprotegidos se andarem sem livro. Digo que parece um passaporte e Emanuel confirma “É, exatamente, é um passaporte”. Assim, Emanuel consegue transitar por vários lugares devido à poesia, sendo, por vezes, visibilizado de forma diversa a do estereótipo que ele afirma ter. Pedro Bala afirma que as batalhas de rap, além de terem proporcionado o encontro dele e de João Grande, aproximam territórios comandados por diferentes facções, constituindo produção de re-existências também devidos a conflitos territoriais

Algo simples que aproxima as área, que o João Grande de umas área, eu de outras área, outro pivete de outras área, outro vem de outras área, chega numa praça, se junta, ninguém quer saber ali de que área é, entendeu? A gente quer só rimar e passar as dificuldade ali, ver o que tá passando... é uma disputa de melhor lírica, então no começo assim, as batalha foi muito incentivo pra nós, né [...]? (PEDRO BALÁ)

De acordo com Silva (2019, p. 35), “O encontro-sarau, o relato-protesto, a poesia no busão produzem afetos que inventam zonas de re-existências - táticas inventivas que ressignificam a existência e subvertem os códigos de dominação”. Sobre as possibilidades de resistir, como é possível resistir, Pedro Bala responde

Man, eu acho assim, resistir, o resistir é uma palavra tão assim, né, man...(...) Porque nem existir a gente tá existindo, pra resistir é porque a gente num tá nem existindo...Então o que acontece com nós lá dentro é isso, man, a gente não existe, pra eles a gente não existe. Por isso que eu fico meio assim em resistir, num sei como resistir. (PEDRO BALA, 2019).

Em seguida, Pedro fala sobre cultura e arte como modos dele resistir e de existir, em ter *visibilidade*, algo que vai de encontro à política do esquecimento, de apagamento e silenciamento de matriz colonial, ao serem afirmadas *presenças* (KILOMBA, 2019, MBEMBE, 2019). Pedro Bala ressalta que se não fosse pela música, eu mesma não saberia quem eles eram

“eu, por exemplo, é... aonde tiver movimento, sarau, grafite, capoeira, assim, onde tiver cultura, onde tiver leitura...incentivo, eu tô sempre perto. Porque, por exemplo, biblioteca no meu bairro é muito difícil ter. Então as biblioteca que tem perto é difícil a gente saber, mas quando a gente sabe a gente vai “ó, tem uma biblioteca ali, bó chegar” e tal, a gente vai lá e tal, aí tipo, eu acho que essa é a forma que a gente usa de resistir, né, não resistir, mas existir, se não fosse a música talvez nem tu saberia quem é eu e quem é o João Grande, né, man...

Coloco “Então é como se a música, é como se essas batalhas fosse algo que permitisse esses encontros?” e Pedro complementa “De a gente existir!”. João Grande concorda e diz que vai além das batalhas, mas de outros movimentos também. Pedro diz que agora estão conhecendo mais coisas, chegando em mais espaços. Pergunto se é como se fosse uma forma de se tornar mais visível e Pedro responde que sim, sendo até uma forma de obter mais segurança

Sim. A música, a música de certa forma dá até a tal segurança...Assim, por exemplo, entendeu, porque se a gente só falar e ninguém soubesse quem é nós, qualquer momento, tipo, eu tenho passagem de quando menor, eu sei que se hoje eu levar uns papoco e morrer em qualquer esquina...Eu vou ser sempre um ex presidiário. Se intera? Se eu levar uns papoco e morrer hoje vai passar no 190 que é ex presidiário morto por conta de droga ou por causa de gangue de facção (PEDRO BALA)

Achinte (2017) discorre sobre uma “visibilidade negativa”, advinda de um processo de desumanização de certos povos, que constrói negatividades em torno do sujeito colonizado e seu universo coletivo. A negação é um modo de reconhecer que o outro existe, porém o visibiliza negativamente para negá-lo de vez. Contudo, Emanuel e Pedro Bala, em parceria com João Grande, utilizam-se da arte e desestabilizam essa “visibilidade negativa”, quebram-na,

fazendo-se visíveis, reinventando um modo de ser que vai além de um “ex presidiário” (PEDRO BALA, 2019).

Para Takeiti e Vicentin (2019), por meio de estilos e invenções coletivas como o rap e a literatura, esses jovens se produzem como sujeitos, reinventando modos de vida e “a condição de ser jovem na e da favela” (p.259). Rompem com discursos que giram em torno da imagem do jovem pobre e perigosos, produzindo saberes e tensionando aqueles sobre a vida, a racialização, a segregação e a (in)diferença.

Emanuel também ressalta que devemos ter cuidado para não romantizar e poetizar muito a resistência. Demonstra força e, de forma contundente, fala dos enfrentamentos.

a gente já tá resistindo, a gente tá sem grana, a gente tá morrendo, se liga? E... amor, falar de amor é massa, tá ligado, mas pra gente não confundir, pra não romantizar o bagulho, a gente precisa ter ódio, tu tá ligado, né, man? ódio à covardia, à injustiça, se liga? à ganância, pra destruir, man, se liga? porque... acreditar que você vai vencer a guerra amando quem tá te apontando o fuzil, se liga? é meio psicótico, assim (...) Então é isso, acredito na violência emancipadora, bicuda nos playboy, se liga? É, man, terror pros empresário, se liga? E tudo que tá com eles nós vamo tomar, man, desde o petróleo, tá ligado? às pedra filosofal, é isso, man (EMANUEL, 2019)

Pedro Bala também fala sobre o “ódio” como resistência. Diz que quem o conhece sabe que ele está “limpo e sossegado”, que não se envolve mais com o crime, fala “Conseguir direcionar meu ódio pro lado certo, então o meu ódio tá direcionado pro lado certo (...)”. Aqui o afeto ódio é produzido como potência, como linha de força para criar formas de enfrentamento, provocar rupturas.

Diante de tudo, considero válido o questionamento de Takeiti e Vicentin (2019, p. 259-260): “Estariam esses “modos de vida contra-hegemônicos” da juventude urbana periférica, quando criam estratégias singulares e coletivas a partir da arte e da cultura urbana, transformando a vida local?”. Acredito que há sim transformações e que vão além da vida local. Através de intervenções artísticas, vivências com a poesia, com a música e modos de reinventar seus cotidianos, esses jovens desprogramam, deslocam, desterritorializam uma série de padrões instituídos, reverberando mudanças, inclusive, nas relações que estabelecem consigo. Essas reinvenções parecem os reinventar como sujeitos, que são capazes de interferir em um meio, não se reduzindo a “ex-internos” e “egressos” do sistema socioeducativo. A estereótipos que buscam aprisioná-los, a arte, expressa em música e literatura, provoca efeitos potentes de subjetivação, consistindo em dispositivo de reinvenção e re-existência, dia a dia, engendrando uma *vida artista* (FOUCAULT, 2010).

7. LINHA 007: FIM DE LINHA OU NOVOS ITINERÁRIOS?

Percorrer essas Linhas e Trajetos, ora fluidos, ora tortuosos, fez-me indagar se eles chegam, agora, ao fim ou se, do contrário, apontam recomeços, anunciam novos percursos e conexões a novas Linhas, frutos de reverberações do processo de fazer pesquisa. Com os Participantes-Passageiros, aprendi com suas narrativas, visões de mundo e versões do fenômeno da violência urbana, acrescentei novos olhares à leitura de notícias de jornal, questionei meus preconceitos ao, diante de algum jovem tido como “pirangueiro” (MOREIRA, 2013), pensar em mudar de calçada, emocionei-me, ri junto, decidi que, finalmente, lerei Capitães da Areia até o fim e busquei aguçar o olhar para modos de existir, resistir e re-existir, que se criam e recriam a cada dia, com o cuidado de (tentar) não cair na infantilização e romantização. Junto com a equipe do Histórias Desmedidas e nossas(os) parceiras(os) do LEV, todo o VIESES-UFC compuseram esse processo comigo. Pensamos juntas(os) sobre narrativas, descobrimos novos mundos em grupos de discussão, de pesquisas, no bar e na praça, compartilhamos afetos e acolhimentos.

Com a morte de Alan, em meio a este percurso, senti que me deparei de forma mais contundente com o que eu vinha pesquisando. Os números e dados de homicídios nos assustam, mas podem nos assustar ainda mais quando nos damos conta de seus rostos. Este cenário é urgente, não podemos pensar em adiar sua mudança, para que a vida desses(as) jovens, tais como os Participantes-Passageiros, não estejam só de passagem, não sejam encaradas como passageiras. Que venham como movimento, desbravando territórios, sem mais trajetórias interrompidas.

A cartografia como pesquisa-intervenção nos permite experimentar modos de perceber, pensar e fazer pesquisa durante todo o processo, que inclui nossos cotidianos, as leituras, as vivências em campo, as relações que se iniciam, a escrita, as surpresas, as mudanças e, com elas, o traçar de itinerários outros, levando-nos a novas direções, visto que a processualidade é um percurso (BARROS; KASTRUP, 2010, BENÍCIO et al, 2018). Pesquisar-intervir foi lidar com o território, com as narrativas dos jovens, colocar nós e essas relações em análise, bem como o campo de forças em que se encontram, buscando nos afastar de totalizações e representações (BENÍCIO et al, 2018). Pesquisar com esses jovens nos possibilitou o aguçar da escuta, da troca e da construção coletiva. Assim, produziram-se Linhas que se conectam umas às outras. Na escrita, a separação por temáticas, expressas em Linhas e Trajetos, deu-se apenas por fins didáticos, visto que as narrativas dos jovens se encontram transversais a todas elas. Cada narrativa reverbera em todos os temas, de modo a ter sido até, por vezes, dificultoso operar

com a “divisão”. Acredito que isto demonstre como as produções de subjetividades advêm de agenciamentos coletivos e articulações tecidas em rede (ESCÓCIA; TEDESCO, 2010, GUATARRI; ROLNIK, 2013).

Analisando modos de subjetivação juvenis em contexto de violências, vimos que a produção de morte se dá não apenas fisicamente, mas pela precarização de vidas e abandono de direitos (BARROS, 2019). A noção de “juventudes” e do “ser jovem”, para os Participantes-Passageiros, encontra-se atravessada por violências, violações, silenciamentos, (in)visibilizações e necessidade de serem escutados, ressaltando o racismo e a violência como parte disto. Eles propõem a conversa e a escuta como formas de enfrentamento da violência, contrapondo-se aos majoritários apelos da sociedade por mais punição, e expressam sonhos por um mundo de paz. Processos de sujeição criminal, que consistem na produção e disseminação da concepção de que há indivíduos que carregam o potencial criminoso dentro de si, o que repercute nos processos de subjetivação dos sujeitos por ela atravessados, marcando suas experiências juvenis, seus modos de ser e agir. Tais “humanos indireitos” são produzidos como encarnação do “inimigo ficcional” (MBEMBE, 2017), que deve ser aniquilado, de modo que suas mortes são legitimadas e até clamadas por amplos setores da sociedade. Esses processos são articulados a marcadores de raça, gênero e classe, incidindo, sobretudo, em jovens negros, do sexo masculino e moradores da periferia, interferindo em seus cotidianos e modos de estar no mundo e implicando em incorporações da condição de “humanos indireitos” em seus modos de existência.

O homicídio como possibilidade próxima marca também as narrativas e trajetórias desses jovens. A política de morte atrelada ao racismo, e sustentada pelo medo e ódio como operadores psicossociais, produz esses jovens como “Os outros”, aqueles que ameaçam a existência do outro lado da população (MBEMBE, 2017). Assim, suas mortes são justificadas e invisibilizadas, em nome do bem-estar dos “cidadãos de bem”, o que demonstra que suas vidas são encaradas como descartáveis, processos de subjetivação tais que passam também por produções midiáticas. A presença da morte nos cotidianos desses jovens, seja de amigos ou vizinhos, levam-nos a se perceberem como próximos à ela, que pode tanto acometê-los quanto acometer quem está ao seu redor.

A análise do cenário de homicídios está atrelada ao fortalecimento das facções e suas disputas por território, assim como às políticas de segurança pública pautadas no modelo de guerra às drogas e à precarização das políticas sociais em detrimento do fortalecimento do Estado penal-punitivo. Os conflitos territoriais, decorrentes de disputas de facções pelo controle

do mercado de drogas ilícitas, têm implicações no cotidiano dos Participantes-Passageiros, que podem ser mortos ao cruzar territórios ou por conhecerem alguém de uma facção rival à da sua comunidade. Assim, o acesso à escola e ao trabalho são prejudicados, bem como a tranquilidade de estarem nas calçadas, conversando. Seus relatos apontam que a motivação de jovens entrarem em facções está relacionada ao poder de consumo, o respeito e a “moral” que se impõe, que se relacionam à produção de masculinidades hegemônicas e ao signo da “intensidade” da vida, a qual, devido à sensação de morte à espreita, deve ser vivida intensamente.

Em relação às políticas públicas, especialmente o campo da socioeducação, problematizamos as relações que tecem com esses adolescentes e jovens. Compreendemos que a precarização das medidas socioeducativa, tanto em meio aberto quanto em meio fechado, não diz respeito simplesmente a burocracias e ineficiência do Estado, mas a um projeto necropolítico, onde, por meio de condições de cidadania escassa e (in)visibilidade perversa (SALES, 2005), opera-se a produção de morte. As políticas públicas devem escutar esses jovens, basear intervenções em seus territórios existenciais, diminuindo o abismo que existe entre essas práticas e os modos de vida juvenis, a fim de tensionar estruturas hegemônicas (DIÓGENES, 2012). Narrativas dos jovens em relação ao socioeducativo, predominantemente acerca da medida socioeducativa de internação, demonstra que a lógica menorista se perpetua e os aprisionamentos vão além do espaço fechado. Contudo, os Participantes-Passageiros trazem narrativas insurgentes quanto ao sistema, ao relatarem quebras de silenciamentos e aliançamento de corpos (VICENTIN, 2011, BUTLER, 2018, KILOMBA, 2019).

Acerca da violência policial, a política de guerra às drogas militariza as cidades, gerenciando a pobreza, causando mortes, hiperencarceramento e fortalecendo, assim como as facções, as milícias. A ideia de que o policial deve combater o ‘inimigo’, em nome da segurança (*de quem?*), torna essa realidade mortífera para ambos os lados. Os Participantes-Passageiros relatam violências por parte da polícia, além de se reconhecerem, constantemente, como principais suspeitos e vítimas em potencial dessas violações, expondo indignações e denúncias. Tais violações institucionais, tanto relacionadas ao sistema socioeducativo quanto à polícia, e as relações das políticas públicas para com eles produzem afetos como ódio, medo, isolamento e ressentimento.

Percorrendo esta pesquisa com a provocação do uso do termo “Humanos Indireitos”, lançada na Linha 001, sentimos que o paradoxo continua: Em tempos fascistas, estes sujeitos são desumanizados, tomados não só como “Indireitos”, mas tidos como “Não - Humanos”. No entanto, as resistências, re-existências e linhas de fugas permeiam as trajetórias desses jovens,

em meio a esses empreendimentos necropolíticos. As narrativas demonstram força e recriação de existências e, por meio da arte, rap, literatura, pixo, graffiti e seus modos de habitar a cidade, esses Participantes-Passageiros se reinventam e provocam desterritorializações por onde passam. Cientes do cenário necropolítico e críticos a ele, esses jovens o expõem, impõe-se e insistem em habitar o mundo com seus corpos que, sob a mira de estigmatizações e de fuzis, produzem, também, vida.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo. Volume especial, nº 5 e nº 6, 25-36, 1997
- ACHINTE, A. **El actor creador como pedagogia crítica decolonial**. Ponencia/performance presentada en el marco de la Cátedra Interdisciplinaria de “Creación en el campo del arte” de la Facultad de Artes de la Universidad Distrital “Francisco José de Cadas”, Bogotá.
- ACHINTE, A. De la Resistencia a La Re-Existencia: Hacia una praxis decolonial del ser. In: **Prácticas Creativas de Re-existencia: Más allá del arte... El mundo de lo sensible**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2017.
- ACHINTE, A. **Sabor, poder y saber. Comida y tiempo en los valles Afroandinos de Patia e Chota-Mira**. Editorial Universidad del Cauca, Colección Territorios del Saber, Popayá, 2015.
- ADAD, S. J. **Corpos de Rua: Cartografia dos saberes juvenis e o sociopoetizar dos desejos dos educadores**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua - v.1**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- AGUIAR, K.; ROCHA, M. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 648-663, dez. 2007.
- ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Pista 7: cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- ALVES, D. **Subjetividades à Deriva: Diálogos Possíveis com os Trabalhadores de Saúde Mental e o Conjunto de Práticas Teóricas, Técnicas e Políticas**. 2017. 264f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Ceará.
- AMADO, J. **Capitães da Areia**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- ANDRADE, F. J., & ANDRADE, R. (2014). Raça, crime e justiça. In: LIMA R. S., RATTON, J. L., & AZEVEDO, R. G. (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.
- ARENDT, H. **Eichman em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BARBOSA, R.B; BICALHO, P.P. Culpabilidade, processos de criminalização e direitos humanos em políticas públicas sobre drogas no Brasil In: **Redes de assistência em saúde mental e dependência química: reflexões sobre o cuidado**. 1 ed. João Pessoa : Ideia, 2016, p. 55-86.

BARREIRA et al. In: MOURA, R.. (org). **Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza**: Perfil da Ser V. 2011. Disponível em <http://uece.br/covio/dmdocuments/regional_V.pdf> Acesso em 20 de mar. 2019

BARROS, J. P. et al. Homicídios Juvenis e os Desafios à Democracia Brasileira: Implicações Ético-políticas da Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p, 2017.

BARROS, J. P. et al. “Pacificação” nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, v. 9, N. 1, p. 117-128, 2018.

BARROS, J. P.; BENICIO, L. F.; BICALHO, P.P.. Violências no Brasil: que Problemas e Desafios se Colocam à Psicologia?. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 39, n. spe2, 2019.

BARROS, J.P et al . Homicídios Juvenis e os Desafios à Democracia Brasileira: Implicações Ético-políticas da Psicologia. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília , v. 37, n. 4, p. 1051-1065, dez. 2017.

BARROS, J.P. et al. . "Somos Todos Envolvidos?" Projeto Re-Tratos da Juventude e a Problematização da Criminalização Juvenil em Tempos Necropolíticos. In: LEMOS, F.C; NASCIMENTO, M.L (OrgS.). **Biopolítica e Tanatopolítica: a agonística dos processos de subjetivação contemporâneos**. 1ed. Curitiba: CRV, 2019a, v. 1, p. 183-200.

BARROS, J.P. et al. Quanto importa cada vida? Problematizações éticas sobre violência contra populações infantojuvenis no ceará. In: FREITAS et al (Orgs). **Juventudes, Linguagens e Direitos**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2019b.

BARROS, J.P.P. Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil. In: COLAÇO, V.; GERMANO, I.; MIRANDA, L.; BARROS, J.P.P (Orgs). **Juventudes em Movimento: experiências, redes e afetos**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2019.

BARROS; L. M. R.; BARROS, M. E. Pista da Análise: O problema da análise em pesquisa cartográfica. In: **Pistas do Método da Cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum – Volume 2**. PASSOS, Eduardo.; KASTRUP, Virgínia.; TEDESCO, Silvia. (Org.). Porto Alegre – RS: Sulina, 2014.

BARROS; L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.) **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

BATISTA, V. Adesão subjetiva à barbárie. In: BATISTA, V (Org). **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BATISTA, V.. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2003.

BENÍCIO et al, 2018. Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 38 (núm.esp.2.), 192-207, 2018.

BENICIO, L. F. S. ; BARROS, J. P.; SILVA, D. B. Homicídios Juvenis em Fortaleza sob a perspectiva de Profissionais da Estratégia da Saúde da Família. **Revista de Psicologia**

Política, v. 19, p. 509-527, 2019.

BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos pagu**, 53(sem número), 1-16, 2018.

BICALHO, P. P. **Subjetividade e Abordagem Policial: Por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos**. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BICALHO, P.P; BARBOSA, R.; MEZA, A. P. Juventude no fogo cruzado: o governo da vida e as políticas dicotômicas de segurança. In: SCISLESKI, A.; GUARESCHI, N (Orgs). **Juventude, Marginalidade Social e Direitos Humanos: da Psicologia às Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

BISINOTO, C. et. al. “Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo”. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 20, n. 4, p.575-585, out./dez. 2015.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte MG: Letramento Justificando, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

BOYER, V. Regimes de diferenciação, registros de identificação: identidades territórios, direitos e exclusão social. In: BIRMAN, Patricia; LEITE, Marta Pereira; MACHADO, Carly & CARNEIRO, Sandra de Sá (orgs). **Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes: Ordens e Resistências**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

BRANCO, G. Estética da existência, resistência ao poder. **Revista Exagium**, v.1, Ouro Preto, abril. 2008.

BRASIL, Lei nº. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília, 18 jan. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm> Acesso 10 de nov. 2019.

BRASIL, Levantamento Anual Sinase. Ministérios dos Direitos Humanos. Secretária Nacional do Direito das Crianças e do Adolescente. Coordenação Geral do Sistema Nacional do Socioeducativo. Levantamento Anual Sinase 2016. 2018. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/marco/Levantamento_2016Final.pdf> Acesso em 20 de dez. de 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília : Senado Federal, Coordenação de. Edições Técnicas, 2017. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf> Acesso em 15 de dez. 2020.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. Secretaria Nacional de Assistência Social. 2016. Disponível

em<<https://www.sigas.pe.gov.br/files/09202016072946-pse.orientacoestecnicas.mse.meioaberto.pdf>> Acesso em 20 de mar. de 2019.

BRASÍLIA. **Perguntas e respostas: Centro de referência especializado de assistência social.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social: Brasília, 2011. Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/perguntas-respostascreas.pdf> .

BUDÓ, M. & CAPPI, R. Além do castigo, quais novidades? In: BUDÓ, M & CAPPI, R. **Punir os pobres? A centralidade no castigo nos discursos midiáticos e parlamentares sobre o ato infracional.** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

BUDÓ, M. et al. A legitimação do controle do outro: Adolescentes e ato infracional nos periódicos jornalísticos Veja, O Globo e Folha de S. Paulo. In: BUDÓ, M & CAPPI, R. **Punir os pobres? A centralidade no castigo nos discursos midiáticos e parlamentares sobre o ato infracional.** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

BUENO, F (Org). **Dicionário Escolar do Professor.** Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1963, p.580.

BUTLER, J. **A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição.** (Bettoni, R., Trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: Notas sobre uma teoria performativa de assembleia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?.** (Cunha, A. M., Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAETANO, F. The Matrix: A aventura da formação no mundo tecnologizado. **Educ. Soc.,** Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1545-1561, set./dez, 2007.

CAIAFA, J. **Jornadas urbanas: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

CANO, I.; DUARTE, T. Milícias. In: LIMA, R. ; RATTON, J.; AZEVEDO, R. (orgs). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2014.

CASTRO, E. **Vocabulo de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CASTRO, L. Onde estão os (sujeitos) jovens nas teorias da juventude?. In: COLAÇO, V.; GERMANO, I.; MIRANDA, L.; BARROS, J.P.P (Orgs). **Juventudes em Movimento: experiências, redes e afetos.** Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2019.

CAVALCANTE, A. **Antes eu deixava a vida me levar, agora sou eu quem levo a minha vida”:** Sentidos de responsabilização produzidos por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. 2019. 89 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará.

CEARÁ, **Cada vida importa:** Relatório do primeiro semestre de 2018 do Comitê Cearense

pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, UNICEF, Instituto OCA. Fortaleza, Ceará, 2018b. Disponível em: <http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/11/CCPHA_RELATORIO_2018-1_V02.pdf> Acesso em: 10 out. 2018.

CEARÁ, **Cada vida importa**: Relatório do segundo semestre de 2018 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, UNICEF, Instituto OCA. Fortaleza, Ceará, 2019. Disponível em: <http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2019/05/CCPHA-RELATORIO-2018_2.pdf> Acesso em: 31 maio de 2019.

CEARÁ. **Regimento Interno: Unidades de Medidas Socioeducativas do Estado do Ceará./Banco Interamericano de Desenvolvimento**. 2.ed. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2015. 101 p. Disponível em <<http://www.poderesocial.com.br/site/wp-content/uploads/2017/05/regimento-interno-seas2015.pdf>> Acesso em 15 de jan. 2020.

CEDECA. **4 Relatório de Monitoramento do Sistema Socioeducativo do Ceará: Meio Fechado, Meio Aberto e Sistema de Justiça Juvenil**. Fortaleza: FÓRUM DCA, 2017.

CERQUEIRA, D. R. C., *et al.* **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Ipea, 2019.

CERQUEIRA, D.R.C ET AL. **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Ipea, 2018.

CHAGAS, Juliana Almeida. **Pixação e as linguagens visuais no bairro Benfica: uma análise dos modos de ocupação de pixos e graffiti e de suas relações entre si**. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

COIMBRA, C, Lobo, L, & NASCIMENTO, M. Por uma invenção ética para os direitos humanos. **Psicologia Clínica**, 20(2), 89-102, 2008.

COIMBRA, C. **Direitos Humanos e Violência Social: a produção do pânico**. Trabalho apresentado na mesa redonda do mesmo nome no X Congresso Brasileiro de Assistência Social. Este texto é parte, com algumas modificações, do livro da autora Operação Rio: o mito das classes perigosas. Niterói/Rio de Janeiro: Intertexto/Oficina do Autor, 2001b. Disponível em: <<https://app.uff.br/slab/uploads/texto53.pdf>> Acesso em 16 de mai de 2019.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? **JOVENes, Revista de Estudios sobre Juventud**. México, v. 9, n. 22, p. 338-355, 2005.

COIMBRA, C. M.; SCHEINVAR, E. Subjetividades punitivo-penais. *In*: BATISTA, V. M. **Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2012. p. 59-61.

COIMBRA, C. **Operação Rio: O Mito das Classes Perigosas**. Rio de Janeiro: Intertexto. 2001.

COIMBRA, C., & NASCIMENTO, M. L. A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa. Rio de Janeiro: **DP & A**, 58-63, 2003.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Mídia e produção de modos de existência. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 1-4, Apr. 2001c.

COSTA, A. **Dispositivo de Segurança e suas implicações psicossociais: o que dizem jovens negros(as) do Jangurussu sobre a “Célula de Proteção Comunitária”?**. 2018. 50f. Monografia (Graduação em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará.

CRUZ ET AL. A Ditadura que se perpetua: Direitos Humanos e Militarização. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**. 37, p.239-252, 2017.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **O Que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil platôs. vol 1.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELFIM, L.; ALMEIDA, L.; IMBRIZI, J. A rua como palco: arte e (in)visibilidade social. **Psicologia & Sociedade**. Belo Horizonte, v.29, e158583, 2017.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Apenas três vítimas da Chacina das Cajazeiras possuíam antecedentes criminais**. 2018a. Acesso em 12 de jan. 2020. Disponível em <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/apenas-tres-vitimas-da-chacina-das-cajazeiras-possuiam-antecedentes-criminais-1.1886727>>

DIÁRIO DO NORDESTE. **Vítimas de Chacina no Benfica são identificadas**. 2018b. Acesso em 12 de jan. 2020. Disponível em <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/vitimas-de-chacina-no-benfica-sao-identificadas-1.1906598>>

DIAS, C. N. A produção da disciplina pelo encarceramento. **O Público e o Privado**, n. 26, 2015.

DICIO online. **Bug**. Conteúdo revisto em maio de 2019. Lexicógrafa responsável: Débora Ribeiro. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/bug/>> Acesso em 25 de jan. 2020.

DIGIÁCOMO, E. **O SINASE (Lei nº 12.594/12) em perguntas e respostas**. São Paulo: Editora Ixtlan, 2016

DIÓGENES, G. Arte Urbana, Juventude e Educação Sentimental: Entre a Cidade e o Ciberespaço (Experiências Etnográficas). **Linguagem, Educação e Sociedade** (UFPI), v. 1, p. 51-76, 2013.

DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o Movimento Hip Hop**. 1998. 381 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará.

DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip hop**. São Paulo: Annablume, 2008. 246 p.

DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop**. São Paulo: Annablume, 1998.

DIÓGENES, G. Desmesuras entre corpo e cidade: juventude e violência. In: COLAÇO, V. et

al (Orgs). **Juventudes em Movimento: experiências, redes e afetos**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019.

DIÓGENES, G. Redes sociais e juventude: uma etnografia virtual. In: **35º Encontro Anual da Anpocs**, 2011, São Paulo. 35º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: HUCITEC, 2011. p. 1-15.

DIÓGENES, G. Territorialidade e violência: novos ritos de ordenação urbana nas grandes metrópoles. In: XXIII Encontro Anual da ANPOCS, 1999, Caxambu. Anais do XXIII Encontro Anual da Anpocs, 1999. v. 1.

DIÓGENES, G.; CHAGAS, J. O ruidoso silêncio da pixação: linguagens e artes de rua. **Revista Nava**, v.1, n.2, p.304-330, jan/jun., 2016.

DUARTE, A. **Segurança, biopolítica e educação: O empresariamento da segurança pública como dispositivo pedagógico**. 2018. 200f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará.

DUARTE, E. Paradigmas em criminologia e relações raciais. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 238, p. 500-526, 2016.

ESCÓCIA, L.; TEDESCO, S.H. Pista 5: O coletivo de forças como plano da experiência cartográfica. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

FABIÃO, E. Performance e teatro: poéticas e políticas da cena contemporânea. **Sala Preta**, 8, 235-246, 2008.

FERNANDES, F. Prefácio à edição brasileira. In: NASCIMENTO, A. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

FERREIRA, R. G. L.; MENEZES, J. A. Estado da arte sobre o sistema socioeducativo brasileiro em teses e dissertações da Psicologia. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 10, n. 2, p. 159-167. 2019.

FIGUEIRÓ, R. MINCHONI, T. FIGUEIRÓ, M. A Produção do Adolescente Infrator na Mídia Brasileira. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 2, 2013. Santa Maria, **Anais...Santa Maria**, 2013.

FILHO, C. **Desafios e Perspectivas da Governança em Segurança Pública: uma avaliação do Pacto por um Ceará Pacífico no território do Vicente Pínzon**. 2019. 188f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará.

FLORES, T. Cenas de um genocídio: homicídios de jovens negros no Brasil e a ação de representantes do Estado. 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília.

FOLHA DE S. PAULO. **Com decretações via rede social, assassinato de meninas dispara no CE**. 2020. Acesso em 10 de jan. 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/com-decretacoes-via-rede-social->

[assassinato-de-meninas-dispara-no-ce.shtml](#)>

FORTALEZA. Célula da Proteção Comunitária será apresentada no Jangurussu nesta sexta-feira. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 2017. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/celula-da-protecao-comunitaria-sera-apresentada-no-jangurussu-nesta-sexta-feira-22>>. Acesso em 20 de dez. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 13 Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2019. São Paulo. Disponível em <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>> Acesso em 20 de out. 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

FOUCAULT, M. O olho do poder. In: MACHADO, R. (Org). **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. Soberania e Disciplina. In: MACHADO, R. (Org). **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. (Orgs). **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a.

FOUCAULT, M. Sobre a Genealogia da Ética: uma revisão do trabalho. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Orgs). **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. a. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b.

FOUCAULT, M. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.

FOUCAULT, M. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. 3 ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002b.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **A Sociedade Punitiva**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FRANÇA, L. **Cartografando as medidas socioeducativas em meio aberto no município de Fortaleza**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Departamento de Psicologia - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

FREIXO, M. Prólogo - Polícia e Direitos Humanos. In: KUCINSKI et al. **A Violência Policial no Brasil e os Desafios para sua Superação**. São Paulo: Boitempo, 2015.

G1 (2019). **Datafolha: 84% se dizem a favor da redução da maioria penal de 18 para 16 anos**. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/14/84-dos-brasileiros-sao-favoraveis-a-reducao-da-maioridade-penal-de-18-para-16-anos-diz-datafolha.ghtml>>

Acesso em 30 de abr. de 2019.

GARCÍA-REYES, K. **Poverty, Gender and violence in the narratives of former narcos: accounting for drug trafficking violence in Mexico.** 2018. 179 f. Dissertation (Doctor of Philosophy) - University of Bristol: School of Politics, Sociology and International Studies. Disponível em <https://research-information.bris.ac.uk/files/193726176/Final_Copy_2018_11_06_Garcia_K_G_PhD_Redacted.pdf> Acesso em 10 de dez. 2019.

GÓES, L. A “Tradução” do paradigma etiológico de criminologia no Brasil: um diálogo entre Cesare Lombroso e Nina Rodrigues da perspectiva centro-margem. 2015. 242f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina.

GÓES, L. **Entrevista: Dr. Luciano Góes fala sobre Racismo e Justiça Criminal: entrevista** (04 de março, 2017). São Paulo: Editora empório do direito, 2017b

GÓES, L. Pátria Exterminadora: o projeto genocida brasileiro. **Revista Transgressões**, v. 5, p. 53-79, 2017.

GÓES, L. Racismo, Genocídio e Cifra Negra: Raízes de uma criminologia antropofágica. In: ANDRADE, V.; CARVALHO, G.; ÁVILA, G. (Orgs). **Criminologias e Política Criminal.** Florianópolis: COMPEDI, 2014, v. , p. 452-481.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GONÇALVES, H.; FRANÇA, Y. “Fica bandido!”: pensando o adolescente e os processos de

GUATARRI, G. **Caosmose: um novo paradigma estético.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo.** (12 ed.). Petrópolis: RJ: Vozes, 2013.

GUERRA, A. M. C. Alguns princípios teórico-políticos para intervenções com juventude: como lidar com os efeitos psicossociais da violência? In: LOPODENTE, M. L. G. *et al.* (Orgs.) **Corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?** São Paulo: Elefante, 2019. p. 137-149.

HILÁRIO, L. “Da Biopolítica à Necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo”. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 194-210, jun. 2016.

HINKEL, J.; MAHEIRIE, K. Rap: Reinvenção do Sujeito e da Cidade. **Psicol. estud.**, v. 23, p. 1-14, 2018

HIRATA, D.; GRILLO, C.. Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: Perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Tempo soc.**, São Paulo , v. 29, n. 2, p. 75-98, May 2017 .

HUNING, S. M.; GOMES, C. A Pesquisa-experiência na Psicologia: Corpos, Afetos e Experiências em Territórios Urbanos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 39, n. spe2, 2019.

KASTRUP, V. BARROS, R. Movimentos-Funções do Dispositivo na prática da Cartografia. In: PASSOS, E., KASTRUP, V., & ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

KASTRUP, V. Pista 2: o funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACAZ, A. S., LIMA, S. M.; HECKERT, A. L. C Juventudes periféricas: arte e resistências no contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, 27(1), 58-67.

LANCETTI, A. **Clínica Peripatética**. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

LEMOS, F.C.S.; SCHEINVAR, E.; NASCIMENTO, M.L. Uma análise do acontecimento “crianças e jovens em risco”. **Psicologia & Sociedade**; 24(n.spe.): 25-30, 2012.

LEVUFUC. **Prof. Michel Misse**. 2013. (41min10s). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=rSGIPDCrGEU&t=978s>> Acesso em 10 de abr. de 2019. - Palestra proferida em 19 de março de 2010 - MISSE (2010b).

LISBOA, F; BICALHO, P . Fabricação de modos de existência para a manutenção da ordem: políticas socioeducativas em tempos precários. In: LEMOS et al. **Clínica Política, Arte e Cultura**. Curitiba: Editora CRV, 2020

MARAFON, G. A maquinaria judicializante e o governo de infâncias desiguais. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 19, n. 3, p. 515-526, set 2014 .

MARINHO, C. H. Sobre a guerra: facções e crime no Brasil. **O Público e o Privado**, Fortaleza, n. 33, p. 329-340. 2019.

MARINHO, C. Trajetórias juvenis e luta por reconhecimento: quando ser jovem é um grande risco. In: COLAÇO, V.; GERMANO, I.; MIRANDA, L.; BARROS, J.P.P (Orgs). **Juventudes em Movimento: experiências, redes e afetos**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2019.

MARTÍN, M. **O Comando Vermelho, do presídio em uma ilha paradisíaca à guerra sangrenta por território**. El País Brasil. 2017. Acesso em 08 de jan. 2020. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/13/politica/1484319135_043725.html>

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2017b.

MBEMBE, A. **Fardo da raça**. São Paulo: n -1 edições, 2018.

MBEMBE, A. **Poder Brutal, Resistência Visceral**. São Paulo: n -1 edições, 2019

MBEMBE, A. **Políticas da Inimizade**. Lisboa, Antígona, 2017.

MEDRADO, B.; SPINK, M. J.; MÉLLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas:

MELO, D. L. B. e CANO, I. **Índice de homicídio na adolescência : IHA 2014**. Rio de Janeiro: Observatório de Favela, 2017.

MENEZES, J.; COLAÇO, V.; ADRIÃO, K. Implicações Políticas na Pesquisa-Intervenção com Jovens. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v.9 n1, p. 8-17. 2018.

MIRANDA, L. et al . A Relação Universidade-Escola na Formação de Professores: Reflexões de uma Pesquisa-Intervenção. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 38, n. 2, p. 301-315, jun. 2018.

MIRANDA, L. et al. O vídeo como dispositivo na pesquisa com jovens estudantes: contorno(s) estético-ético-político(s). **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v.8 n.1, p. 53-64, jan./jun. 2017.

MISSE, M. Crime, Sujeito e Sujeição Criminal: Aspectos de uma contribuição analítica da categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, v. 79, p. 15-38, 2010.

MISSE, M. Sujeição Criminal. In: LIMA, R. ; RATTON, J.; AZEVEDO, R. (orgs). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

MISSE, M. Sujeição Criminal: quando o crime constitui o ser do sujeito. In Birman, P., Leite, P. L., Machado, C. & Carneiro, S. S. (orgs). **Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes: Ordens e Resistências** . (pp. 77-92) Rio de Janeiro:Editora FGV, 2015.

MONTEIRO, A. **Caminhares Periféricos: Nós de Teatro e a Potência do Caminhar no Teatro de Rua Contemporâneo**. 2017. 186f. Dissertação (Mestrado em Artes) - Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará.

MORAES, M. Do pesquisarCOM ou de Tecer e Destecer fronteiras. In: BERNARDES, A.; TAVARES, G. & MORAES, M. **Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia**. Vitória: EDUFES, 2014.

MOREIRA, J. et al . A construção da expressão “autoria” no ato infracional: entre discursividade e estigma. **Psicol. Estud.**, Maringá , v. 24, 2019.

MOREIRA, M.G. **Aqui o RAIO sempre cai no mesmo Lugar: Percepções da Comunidade do Lagamar em Fortaleza-CE sobre as Práticas de Suspeição e Abordagem da Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas (RAIO)**. 2013. 128f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará.

narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, M. J. P. ET AL(Orgs.) **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014 (publicação virtual)

NASCIMENTO, A.; ZAMORA, M.H.; É Legítimo Matar em Nome da Lei? **Polêmica**, 10 (4), 2011.

NASCIMENTO, M; COIMBRA,. Transvalorando os conceitos de juventude e direitos humanos. In: SCISLESKI, Andrea & GUARESCHI, Neuza (Orgs). **Juventude, Marginalidade Social e Direitos Humanos: Da Psicologia às Políticas Públicas**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2015.

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NETA, F.T.B.; LEMOS, F.C.S.; BICALHO, P.P.G.; ZAMORA, M.H. Uma Análise Crítica de Propostas de Emendas Constitucionais para a Redução da Maioridade Penal. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, 13, 2015, p.287-317.

NOVAES, R. R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. (Orgs). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 89-98, Mar. 2006.

O GLOBO. **Guerra de facções e “instabilidade” movem saltos de violência no Nordeste, diz pesquisador**. 2019. Acesso em 10 de jan. 2020. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/guerra-de-faccoes-instabilidade-movem-saltos-de-violencia-no-nordeste-diz-pesquisador-23719766>>

O POVO ONLINE. **Denúncias sobre ataques criminosos chegam a 275 por dia no Ceará**. 2019. Acesso em: 15 de jan. de 2020. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/01/ataques-no-ceara-denuncias-dia-181-chegam-275-faccoes-criminosas-sexta.html>>.

O POVO ONLINE. **Quatro dos seis mortos na chacina do Porto das Dunas não tinham antecedentes criminais**. 2017. Acesso em 12 de jan. 2020. Disponível em <<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/aquiraz/2017/06/quatro-dos-seis-mortos-na-chacina-de-aquiraz-nao-tinham-antecedentes.html>>

O POVO ONLINE. **Retrospectiva 2018: chacinas, abordagens desastradas e queda de homicídios marcam ano da segurança**. Acesso em 18 de jan. 2020. Disponível em <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/12/2018-um-ano-de-contrastes-na-seguranca-publica.html>>

OLIVEIRA, C. **Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

PAIVA, I.; OLIVEIRA, M.C.; COLAÇO, V. Adolescentes em Conflito com a lei: entre o prescrito legal e a prática social. In: COLAÇO, V.; GERMANO, I.; MIRANDA, L.; BARROS, J.P.P (Orgs). **Juventudes em Movimento: experiências, redes e afetos**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2019.

PAIVA, L. “AQUI NÃO TEM GANGUE, TEM FACÇÃO”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Cad. CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, Apr. 2019.

PAIVA, L. F. ; BARROS, J. P. ; CAVALCANTE, R. M. Violência no Ceará: As Chacinas como expressão da política e do Conflito. **O Público e o Privado**, v. 33, p. 73-98, 2019.

PASSOS, E. ; BARROS, R. B. Pista 1: a cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PASSOS, E.; BARROS, R. A Cartografia como Método de Pesquisa-Intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.) **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PASSOS, L. M. & CARVALHO, A. M. P. Medo e Insegurança nas Margens Urbanas : uma interpretação do “viver acuado” em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. UECE. **Fortaleza: O público e o privado** , (26) , p. 233-259. jul/dez, 2015.

PAULON, S. M. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. *Revista Psicologia & sociedade*, v. 17, n. 3, 2005.

PELBART, P. **Ensaio do Assombro**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

PELBART, P. **O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

PELBART, P.P. O devir-negro do mundo. **Cult - Revista Brasileira de Cultura**, n.240, p.19-24, nov, 2018.

PEREIRA, E. Resistência Descolonial: Estratégias e táticas territoriais. **Terra Livre**, v. 2, n. 43, p. 17-55, 2017

PINHEIRO, A. **Criança e adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade**. Editora UFC, Fortaleza, 2006.

PINHEIRO, J. **Juventudes e Violência Urbana: Trajetória de sujeitos em cumprimento de medida socioeducativa na cidade de Fortaleza**. 2018. 231f. Dissertação. (Mestrado em Psicologia). Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

PONTO DE EQUILÍBRIO. O que vejo. In: **Dia após dia lutando**. Rio de Janeiro (gravadora independente), 2010.

PORTAL DO GOVERNO. **Governador comenta sobre balanço da segurança pública em 2019**. 2020. Acesso em 10 de jan. 2020. Disponível em <https://www.pm.ce.gov.br/2020/01/08/governador-comenta-sobre-balanco-da-seguranca-publica-em-2019/>

RACIONAIS. A vida é um desafio. In: Racionais. **Nada como um Dia após o Outro Dia**. São Paulo: Cosa Nostra, 2016.

RAMOS, S.; MUSUMECI, L. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Col. Segurança e Cidadania)

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia Ciência e Profissão**. 23 (4), V. 23 (4), 64-73, 2003.

ROCHA, R. **Adolescências e Juventudes na Publicidade Televisiva: Cartografias de um território existencial**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Departamento de Psicologia - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

RODRIGUES, D. **Grupo como Dispositivo Socioeducativo- Dialógico: Reflexões sobre**

uma intervenção com adolescentes em meio aberto. 2017. 253f. Tese. (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

RODRIGUES, J. **Testemunhas da Necropolítica: implicações psicossociais dos homicídios juvenis no cotidiano de suas mães.** 2019. 171 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará.

ROLNIK, S. **Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

ROMAGNOLI, R. O. conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. **Psicologia & Sociedade**, v.16, n.1, 2014.

ROSSI, A.; PASSOS, E. A análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 156-181. 2014.

SÁ, L. (2014). A condição de ‘bichão da favela’ e a busca por ‘consideração’: Uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, 4 (2), 339-355.

SÁ, L.; AQUINO, J. P. D. A “guerra das facções” no Ceará (2013-2018): socialidade armada e disposição viril para matar ou morrer. **Anais do 42º Encontro Anual da Anpocs.** Disponível em: <<http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt35-10/11420-a-guerra-das-faccoes-no-ceara-2013-2018-socialidade-armada-e-disposicao-viril-para-matar-ou-morrer/file>> Acesso em: 21 jan. 2020.

SAFFIOTI, H. B. Posfácio: conceituando gênero. In Saffioti, H, M.; Munhoz-Vargas (Orgs.), **Mulher brasileira é assim** (pp. 271-283). Rio de Janeiro/Brasília: Rosa dos Tempos/UNICEF, 1994.

SALES, M. **(In)visibilidade Perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência.** 2005. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCISLESKI, A. C. C.; GALEANO, G.B. Pesquisa-intervenção e juventudes: enredando a produção de vidas marginais. **Revista de Psicologia da UFC**, v. 9, n.1. 2018.

SCISLESKI, A. et al. A lei em conflito com os jovens: problematizando as políticas públicas. **Rev. Polis e Psique**, Porto Alegre, v.7, n.2, p. 4- 27, 2017.

SCISLESKI, A; CAETANO, C & GALEANO, G. Pensando as (im)políticas para juventudes e os (in)direitos (des)humanos. In: SCISLESKI, Andrea & GUARESCHI, Neuza (Orgs). **Juventude, Marginalidade Social e Direitos Humanos: Da Psicologia às Políticas Públicas.** Porto Alegre: ediPUCRS, 2015.

SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho et al . Racismo de Estado e tanatopolítica: reflexões sobre os jovens e a lei. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro , v. 28, n. 1, p. 84-93, abr. 2016.

SILVA, A. **Modos de Subjetivação e Estratégias de Governamentalidade: a constituição de um “sujeito infrator” nas tramas de um dispositivo jurídico.** 2009. Dissertação

(Mestrado em Psicologia) - Psicologia Social, Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA, F.R. **Rede de Afetos: Práticas de Re-existências Poéticas na Cidade de Fortaleza (CE)**. 2019. 212f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Estudos Sociais, Universidade Estadual do Ceará.

SILVA, L.. **De olho nos muros: itinerários do graffiti em Fortaleza**. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SILVA, R. N. Ética e paradigmas na Psicologia Social: Ética e paradigmas: desafios da psicologia social contemporânea. In: PLONER, KS., et al, (Org). Ética e paradigmas na psicologia social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 39-45. ISBN: ISBN: 978-85-99662- 85-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SOARES, F. A produção de subjetividades no contexto do capitalismo contemporâneo: Guattari e Negri. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro , v. 28, n. 1, p. 118-126, abr. 2016.

SOUSA, M. J. S. S. **As peculiaridades da violência no Ceará: aventuras e maneiras de fazer o crime**. 2019. 159f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SOUZA, D.. **Pichação carioca: etnografia e uma proposta de entendimento**. 2007. 122f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SOUZA, T. P. (2014). O nascimento da biopolítica das drogas e a arte neoliberal de governar. **Fractal: Revista de Psicologia**, 26(3), 979-998.

sujeição criminal. In: JULIÃO, E. ; VERGÍLIO, S (Orgs). **Juventudes, Políticas Públicas e Medidas Socioeducativas**. Rio de Janeiro: Novo Degase, 2013.

SURICATE. **La Casa du'z Vetin - A Convocação | Ep. 01**. 2019. (34min43s). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=t1e7f-XYAc>> Acesso em 20 de jan. de 2020.

TAKEITI, B.; VICENTIN, M.C. Juventude(s) periférica(s) e subjetivações: narrativas de (re)existência juvenil em territórios culturais **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, n. esp., p. 256-262, set. 2019

TEDESCO, A. H.; SADE, Christian.; ROCHA, J. M. E. Pista da Entrevista: A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In: **Pistas do Método da Cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum – Volume 2**. PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, Silvia. (Org.). Porto Alegre – RS: Sulina, 2014.

TEDESCO, S. ; SADE, C. ; CALIMAN, L. A Entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 25, n.2, p.299-322, 2013.

TORRES, F. T. “O sentimento é um só: Criminalização da Juventude e produção do medo na cobertura televisiva da “Chacina da Messejana”. 2017. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

TRIBUNA DO CEARÁ. **50% dos 5 mil mortos em 2017 faziam parte de facções, aponta secretário de Segurança.** 2018. Acesso em 12 de jan. 2020. Disponível em <<https://tribunadoceara.com.br/noticias/segurancapublica/50-dos-5-mil-mortos-em-2017-faziam-parte-de-faccoes-aponta-secretario-de-seguranca/>>

TV BOITEMPO. **Necroestado Brasileiro - Vladimir Saflate.** 2019. (8min33s). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=CCgL60UJTck>> Acesso em 20 de jan. 2020.

VALENCIA, S. Capitalismo Gore y necropolítica em México contemporâneo. **Relaciones Internacionales**, n. 19, 2012.

VASCONCELOS, R. A Política de Assistência à criança e ao adolescente desenvolvida pela Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Ceará: Passaporte para a cidadania ou dispositivo disciplinar?. 2003. 287f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) - Centro de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará.

VAZ, S. **Flores de Alvenaria.** São Paulo: Global editora, 2016.

VELASCO et al. **Número de pessoas mortas pela polícia no Brasil cresce 18% em 2018; assassinatos de policiais caem.** 2019. Acesso em 08 de jan. 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/04/19/numero-de-pessoas-mortas-pela-policia-no-brasil-cresce-em-2018-assassinatos-de-policiais-caem.ghtml>>

VICENTIN, M. C. G. **A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei.** São Paulo: Hucitec, 2005.

VICENTIN, M. C. G. Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência: adolescentes em conflito com a lei. **Tempo Social**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 97-113. 2011.

WACQUANT, L. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. In: BATISTA, V. (Org). **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal.** Rio de Janeiro: Revan, 2012.

ZACCONE, O. **Indignos de vida: A forma jurídica de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora Revan, 2016.

ZALUAR, A. "Hipermasculinidade" leva jovem ao mundo do crime: entrevista (12 de julho, 2004). **São Paulo: Folha de São Paulo.** Entrevista concedida a Antonio Gois.

ZALUAR, Alba. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. *Jeunesse violente: processus, régression et nouveaux parcours.* **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 327-365, 2012

ZALUAR, A. Etos guerreiro e criminalidade violenta. In: LIMA R. S., RATTON, J. L., & AZEVEDO, R. G. (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2014.

ZANELLA, A. Escrever. In: FONSECA, T.; NASCIMENTO, M.L; MARASCHIN, C. (Orgs). **Pesquisar na diferença: um abecedário.** Porto Alegre: Sulina, 2012.